

RACHEL APARECIDA DE OLIVEIRA RUECKERT

**A DINÂMICA SOCIOESPACIAL DAS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS
DO TURISMO (ACTS) NO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de Doutora em Geografia.

Professora Orientadora: Dra. Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira.

Professor coorientador: Dr. José Messias Bastos.

FLORIANÓPOLIS, SC

2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Rueckert, Rachel Aparecida de Oliveira

A dinâmica socioespacial das atividades características do turismo - ACTs, no Estado de Santa Catarina / Rachel Aparecida de Oliveira Rueckert ; orientadora, Raquel Maria Pontes do Amaral Pereira ; coorientador, José Messias Bastos. - Florianópolis, SC, 2014.

302 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Inclui referências

1. Geografia. 2. Atividades características do turismo catarinense. 3. Mercado de trabalho. 4. Formação socioespacial. I. Pereira, Raquel Maria Pontes do Amaral . II. Bastos, José Messias. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia. IV. Título.

Rachel Aparecida de Oliveira Rueckert

**A dinâmica socioespacial das atividades características
do turismo - ACTs, no estado de Santa Catarina**

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do
Título de “Doutor em Geografia”, e aprovada em sua forma
final pelo Programa de Pós-graduação em Geografia.

Florianópolis, 11 de agosto de 2014.

Prof. Dr. Márcio Rogério Silveira
Coordenador do PPGG/UFSC

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dra. Iça de Oliveira Rocha
Universidade do Estado de Santa Catarina

Prof. Dr. Fábio Napoleão
Universidade do Estado de Santa Catarina

Prof. Dr. Vinícius de Lucca Filho
Instituto Federal de Santa Catarina

Prof. Dra. Marialva Tomio
Fundação Universidade Regional de Blumenau

Prof. Dr. José Manoel Gonçalves Gândara
Universidade Federal do Paraná

AGRADECIMENTOS

Quando não souberes para onde ir, olha para trás e saiba pelo menos de onde vens (Provérbio Africano).

Este trabalho não é resultado apenas do meu esforço. Ele se concretizou através de significativas contribuições colhidas durante a minha trajetória de vida familiar, profissional, e acadêmica. Tive o privilégio de conviver e aprender com pessoas muito especiais, às quais agora expresso meus agradecimentos.

Aos meus pais, Sebastião Gonçalves de Oliveira (in memoriam) e Elzi Alves de Oliveira que, por uma vida de dedicação, amor e trabalho, sempre possibilitaram a seus filhos a oportunidade de realizar sonhos e conquistas, muitas vezes, renunciando aos seus próprios sonhos para que pudéssemos realizar os nossos.

Ao meu companheiro, Rolf Rueckert, que divide comigo as alegrias e dificuldades do dia a dia, sempre me estimulando a buscar a felicidade por meio da liberdade. Obrigada pelo afeto, carinho, diálogo e compreensão nos momentos de desânimo.

Aos meus familiares que sempre me incentivaram e torceram pela minha vitória.

Aos amigos que me apoiaram neste período, em especial à Marialva Tomio e Darciso Machry pelo apoio e solidariedade na realização deste trabalho.

À Professora Doutora Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira o meu agradecimento pelo aprendizado durante esse período. A sua disponibilidade irrestrita, sua forma inteligente e criativa de arguir as ideias apresentadas deu norte a este trabalho, facilitando o alcance de seus objetivos.

Ao Professor Doutor José Messias Bastos, geógrafo de grande competência pela coorientação e apoio, principalmente na realização do estágio docência e na realização das atividades da bolsa Reuni.

Aos professores Fábio Napoleão, Marialva Tomio que compuseram minha banca de qualificação, pelas sugestões e análises significativas, às quais tentei atender nesta segunda versão do texto. Agradeço, também, pelo aceite na banca de tese. Igualmente agradeço aos

professores Isa de Oliveira Rocha, José Manoel Gonçalves Gândara e Vinicius de Lucca Filho pela gentileza de terem aceitado fazer parte da banca de defesa desta tese.

Aos professores, funcionários e colegas do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina pelo apoio. Em especial àqueles que, com o convívio, se tornaram amigos.

À amiga Luciana Debatin que mesmo diante da sua restrição de tempo, aceitou fazer a correção deste trabalho, comprometendo seus finais de semana.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, muito obrigada!

O trabalho é a fonte de toda a riqueza, afirmam os economistas. E o é, de fato, ao lado da Natureza, que lhe fornece a matéria por ele transformada em riqueza. Mas é infinitamente mais do que isso. É a condição fundamental de toda a vida humana; e o é num grau tão elevado que, num certo sentido, pode-se dizer: o trabalho, por si mesmo, criou o homem (ENGELS, 1979, p.215).

RESUMO

Neste estudo, objetiva-se analisar a dinâmica socioespacial das atividades características do turismo (ACTs) no Estado de Santa Catarina com enfoque no mercado de trabalho. Para tanto, realizou-se uma pesquisa quali-quantitativa cujas técnicas de coleta de dados reúnem dados históricos, índices oficiais do mercado de trabalho e opiniões de especialistas para prospectar um cenário das atividades características do turismo catarinense para 2020. A técnica de prospecção de cenários utilizada é a pesquisa Delphi, que visa obter consenso a partir de opiniões de um grupo de especialistas a respeito de eventos futuros, pressupondo que o julgamento coletivo, quando organizado adequadamente, é melhor que o ponto de vista de um só indivíduo. Aplicou-se o questionário a um grupo heterogêneo, formado por 34 representantes de diferentes entidades públicas e privadas relacionadas ao turismo. Os resultados demonstram que o mercado de trabalho voltado às ACTs sofre influência direta das trajetórias geográficas e históricas percorridas pelo Estado de Santa Catarina, uma vez que, ao longo desse processo, elementos naturais e humanos influenciaram na forma como as diferentes regiões do território catarinense se desenvolveram. O surgimento dos parques industriais e das atividades turísticas foi significativamente influenciado pela cultura de imigrantes. Esse empreendedorismo herdado dos colonizadores possibilita a evolução e diversificação dos meios de produção, o que contribui para a criação de novos usos e consumos. Assim, a inovação, a capacidade e a iniciativa criam oportunidades para investimentos, crescimento e emprego, alterando os métodos de produção e criando novas formas de organização do trabalho. Tais constatações demonstram que aspectos históricos complementam a oferta turística catarinense, impulsionam novos empreendimentos e, por consequência, geram significativos postos de trabalho, como é o caso das festas, dos roteiros gastronômicos, do turismo industrial, dos eventos de negócios entre outras tipologias de turismo praticadas no espaço catarinense. Apesar da importância do setor turístico como empregador no Estado e de sua contribuição para a composição do PIB, há gargalos significativos que desequilibram o mercado de trabalho, prejudicando tanto as empresas quanto os trabalhadores. Faltam empregos e faltam trabalhadores. Se por um lado, as empresas têm dificuldades para encontrar profissionais

qualificados; por outro, os baixos salários, o alto nível de exigência e a falta de incentivos diminuem o interesse do trabalhador pela qualificação na área. A prospecção de cenários para 2020 prevê, dentre outras coisas, o aumento da participação de mulheres em postos de chefia; o aumento na escolaridade e melhoria na qualificação dos trabalhadores da área, aumento do número de trabalhadores estrangeiros em função da escassez de mão-de-obra qualificada; permanência de salários incompatíveis com a qualificação e diluição da sazonalidade no setor turístico.

Palavras-chave: Atividades características do turismo catarinense. Mercado de trabalho. Formação Socioespacial.

ABSTRACT

This study aims to analyze the socio-spatial dynamics of tourism activities (DTAs) in the State of Santa Catarina with a focus on the labor market. So, we developed a qualitative and quantitative research technique whose data collection gather historical data, official rates of the labor market and expert opinions for exploring a scenario of tourism characteristic activities of Santa Catarina in 2020. The technique for prospecting scenarios used is the Delphi survey, which seeks consensus opinions from a group of experts about future events, assuming that the collective judgment, when properly organized, it is better than the view of a single individual. The questionnaire was applied to a heterogeneous group of 34 representatives of different public and private entities linked to tourism. The results show that the labor market facing the DTAs under direct influence of geographical and historical trajectories traveled by the State of Santa Catarina, since, throughout this process, natural elements and human influence on how the different regions of Santa Catarina were developed. The emergence of industrial parks and tourist activities was significantly influenced by the culture of immigrants. This legacy of entrepreneurship settlers enables the evolution and diversification of the means of production, which contributes to the creation of new uses and consumptions. Thus, the innovation, the ability and the initiative created opportunities for investment, growth and employment, changing production methods and generating new forms of work organization. These findings demonstrate that the historical aspects complement Santa Catarina tourism, boost new enterprises and therefore generate significant jobs, such as fairs and parties, gastronomic itineraries, industrial tourism, business events and other types of tourism practiced in the Santa Catarina space. Despite the importance of the tourism sector in the State as an employer and its contribution to the GNP composition, there are significant narrow that disrupt the labor market, hurting both companies and workers. They lack jobs and missing workers. On one hand, companies have difficulties to find qualified professionals; secondly, the low wages, the high level of demand and the lack of incentives reduces the interest of the worker by the qualification in the area. Prospecting for scenarios for 2020 provides, among other things, the increased participation of women in leadership positions; the increase in schooling

and better qualified workers in the area, increasing the number of foreign workers due to the shortage of skilled labor; wages remain incompatible with the qualification and dilution of seasonality in the tourism sector.

Keywords: Tourism activities characteristics of Santa Catarina. Labor market. Socio-Spatial formation.

RESUMEN

Em este estudio, se objetiva analizar la dinámica socio espacial de las actividades características del Turismo en el Estado de Santa Catarina enfocando el mercado de trabajo. Para tal fin, se realizó una investigación cualitativa y cuantitativa cuyas técnicas de recolección de información reúnen datos históricos, índices oficiales del mercado de trabajo y opiniones de especialistas para proyectar un escenario de las actividades características del turismo catarinense para 2020. La técnica de proyección adoptada es la investigación de Delphi, que busca obtener conclusiones a partir de opiniones de un grupo de especialistas sobre eventos futuros, presuponiendo que el juicio colectivo, cuando realizado adecuadamente, es mejor que el punto de vista de un individuo solo. Se aplicó el sondeo a un grupo heterogéneo de 34 representantes de diferentes entidades públicas y privadas relacionadas al turismo. Los resultados demuestran que el mercado de trabajo direccionado a las ACTs sufre una influencia directa de las trayectorias geográficas e históricas recorridas por el Estado de Santa Catarina, una vez que, a lo largo de ese proceso, elementos naturales y humanos influenciaron en la forma en que las diferentes regiones del territorio catarinense se desarrollaron. El surgimiento de los parques industriales y de las actividades turísticas fue significativamente influenciado por la cultura de los inmigrantes. El espíritu emprendedor heredado de los colonizadores posibilita la evolución y diversificación de los medios de producción, lo que contribuye para la creación de nuevos usos y consumos. Así, la innovación, la capacidad y la iniciativa crean oportunidades para inversiones, crecimiento y trabajo, alterando los métodos de producción y creando nuevas formas de organización del trabajo. Tales constataciones demuestran que los aspectos históricos complementan la oferta turística catarinense, impulsan nuevos proyectos y como consecuencia, generan puestos laborales significativos, como es el caso de las fiestas típicas, los destinos gastronómicos, del turismo industrial, de los congresos de negocios entre otras tipologías de turismo practicadas en el espacio catarinense. A pesar de la importancia del sector turístico como generador de empleos en el Estado y su contribución para la composición del PIB, hay lagunas significativas que desequilibran el mercado de trabajo, perjudicando tanto a las empresas como a los

trabajadores. Faltan empleos y faltan trabajadores. Si por un lado, las empresas tienen dificultades para encontrar profesionales calificados; por otro, los bajos salarios, el alto nivel de exigencia y la falta de incentivos disminuyen el interés del trabajador por la calificación en el área. La prospección del escenario para 2020 previene, entre otras cosas, el aumento de la participación de mujeres en los puestos directivos; el aumento del número de trabajadores extranjeros en función de la escasez de mano de obra calificada; permanencia de salarios incompatibles con la calificación y dilución de la esporadicidad en el sector turístico.

Palabras clave: Actividades características del turismo catarinense. Mercado de trabajo. Formación socioespacial.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Estado de Santa Catarina	109
Figura 2: Mapa multimodal de Santa Catarina.....	111
Figura 3: Organograma da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina	116
Figura 4: Regiões turísticas de Santa Catarina.....	119
Figura 5: Mapa das festas catarinenses	143
Figura 6: Mapa da distribuição geográfica da população em Santa Catarina (2011).....	176
Figura 7: Mapa da distribuição geográfica das empresas e de postos de trabalho das ACTs em Santa Catarina em 2012.....	188

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de cruzeiristas que viajaram pelo Brasil entre 2004 e 2013	148
Gráfico 2: Participação da Região Sul no PIB nacional entre 2002 e 2010	163
Gráfico 3: Evolução da taxa de emprego formal em SC entre 2003 e 2012	166
Gráfico 4: Empregos formais por setor em SC entre 2003 e 2012.....	169
Gráfico 5: Distribuição do emprego formal por setor econômico e por mesorregião de SC em 2012.....	170
Gráfico 6: Distribuição do estoque de empregos formais por ACTs de SC entre 2006 e 2012 (média).....	172
Gráfico 7: Variação do número de empresas de ACTs catarinenses entre 2006 e 2012	186
Gráfico 8: Variação do número de empresas por setor econômico em SC entre 2006 e 2012	187
Gráfico 9: Participação dos gêneros em ACTs em SC entre 2006 e 2012	199
Gráfico 10: Instrução dos trabalhadores das ACTs catarinenses entre 2006 e 2012	202
Gráfico 11: Remuneração média por ACTs em SC no ano de 2012...	209
Gráfico 12: Distribuição da Remuneração dos trabalhadores formais das ACTs catarinenses por mesorregião no ano de 2012	210
Gráfico 13: Distribuição da remuneração de trabalhadores formais do setor de serviços por mesorregiões de SC no ano de 2012.....	211
Gráfico 14: Período de contratação em das ACTs por mesorregião de SC em 2012	215
Gráfico 15: Mês de desligamento dos trabalhadores de ACTs em SC no ano de 2012.....	218
Gráfico 16: Carga horária de trabalho do setor de serviços e de ACTs em SC em 2012	220
Gráfico 17: Tempo de emprego no setor de serviços e nas ACTs em SC no ano de 2012.....	221

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Vantagens e desvantagens da terceirização	80
Quadro 2: Eventos religiosos programados para 2014 em Santa Catarina	141
Quadro 3: Cursos presenciais de graduação sinérgicos ao setor de turismo em 2012	155
Quadro 4: Classificação das empresas quanto ao número de funcionários	189
Quadro 5: Classificação das empresas quanto ao faturamento bruto anual.....	190
Quadro 6: Perfil profissional dos especialistas em turismo de SC.	223

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Demanda turística de Santa Catarina entre 2000 e 2012 (em milhões).....	129
Tabela 2: Receita Turística de Santa Catarina em 2012 (R\$).....	130
Tabela 3: Demanda internacional de turistas em Santa Catarina entre 2010 e 2013.....	131
Tabela 4: Procedência de turistas que visitaram Nova Trento em 2012.....	140
Tabela 5: Faixa de renda dos turistas que visitaram Nova Trento em 2012.....	140
Tabela 6: Evolução da Oktoberfest em Blumenau de 1984 a 2013.....	144
Tabela 7: Turismo motivado por negócios em SC entre 2006 e 2013.....	145
Tabela 8: Renda dos cruzeiristas nacionais e internacionais.....	151
Tabela 9: PIB <i>per capita</i> do Brasil e Unidades da Federação entre 2002 e 2010.....	162
Tabela 10: PIB do Brasil e de Estados da Região Sul entre 2002 e 2011 (em milhões).....	164
Tabela 11: Municípios catarinenses com maiores valores de PIB em 2010 e 2011.....	165
Tabela 12: Empregos formais no setor de serviços e em ACTs de SC entre 2006 e 2012.....	168
Tabela 13: Número de Postos de Trabalho por Mesorregião e por Setor em SC.....	171
Tabela 14: Número de trabalhadores formais por ACTs em SC entre 2006 e 2012.....	175
Tabela 15: Classificação dos municípios de Santa Catarina por população.....	177
Tabela 16: Frota de veículos de Santa Catarina entre 2001 e 2013.....	178
Tabela 17: Proporção de veículos por habitante nos municípios de Santa Catarina.....	178
Tabela 18: Macrorregiões com melhor desempenho no IPC estadual.....	179
Tabela 19: Municípios com melhor desempenho no IPC estadual e	

nacional, em 2010	179
Tabela 20: Distribuição de meios de hospedagem por região turística de SC em 2012	181
Tabela 21: Número de agências de turismo por Estado em 2011	182
Tabela 22: Número de estabelecimentos por ACTs em SC entre 2006 e 2012.....	183
Tabela 23: Porte das empresas voltadas a ACTs em Santa Catarina ...	190
Tabela 24: Número de empregados em ACTs catarinenses entre 2006 e 2012.....	191
Tabela 25: Natureza Jurídica das ACTs catarinenses	195
Tabela 26: Gênero dos trabalhadores formais de ACTs em SC entre 2006 e 2012.....	200
Tabela 27: Grau de instrução de trabalhadores de ACTs em SC entre 2006 e 2012.....	201
Tabela 28: Instrução dos trabalhadores do setor de serviços de SC entre 2006 e 2012.....	203
Tabela 29: Faixa etária dos trabalhadores das ACTs de SC entre 2006 e 2012.....	204
Tabela 30: Média salarial dos trabalhadores das ACTs de SC entre 2006 e 2012.....	205
Tabela 31: Remuneração até dois salários mínimos por grandes setores econômicos e por ACTs em Santa Catarina no ano de 2012	206
Tabela 32: Média salarial dos grandes setores econômicos de SC em 2012.....	206
Tabela 34: Mês de admissão dos trabalhadores de ACTs em SC entre 2006 e 2012.....	213
Tabela 35: Mês de admissão de trabalhadores de ACTs por mesorregião de SC em 2012	214
Tabela 36: Período de admissão de trabalhadores por setor econômicos de SC em 2012.....	217
Tabela 37: Motivos de desligamento de trabalhadores de ACTs em SC no ano de 2012	219
Tabela 38: PIB Nacional e Catarinense entre os anos de 2008 e 2013	251

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABAV - Associação Brasileira de Agências de Viagens
- ABEOC - Associação Brasileira de Empresas Organizadoras de Eventos
- ABREMAR - Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos.
- ABIH - Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
- ABRAJET - Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo
- ABRASEL - Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
- ABG - Associação Brasileira de Governantas
- ACTs - Atividades Características do Turismo
- CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
- CBO - Classificação Brasileira de Ocupações
- CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
- CONCLA - Comissão Nacional de Classificações
- EFAPI - Exposição e Feira Agropecuária Industrial e Comercial (EFAPI)
- EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo
- ENCATHO - Encontro Catarinense de Hoteleiros
- FHC - Fernando Henrique Cardoso
- FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBPT - Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário
- IPC - Índice de Potencial de Consumo
- INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
- IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
- MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
- OMT - Organização Mundial do Turismo (quando citado em/por documento em português)

OMT - Organización Mundial del Turismo (refere-se ao Barómetro OMT del Turismo Mundial)

PIB - Produto Interno Bruto

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PT - Partido dos Trabalhadores

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

SANTUR - Santa Catarina Turismo S/A (órgão oficial de turismo do Estado de Santa Catarina).

SC - Estado de Santa Catarina

SDR - Secretaria de Desenvolvimento Regional

SEBRAE - Empresa Brasileira de Apoio às Micros e Pequenas Empresas

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SIMT - Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo

SOL - Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte

UH - Unidade Habitacional

UNWTO - World Tourism Organization

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	27
1 INTRODUÇÃO	29
1.1 OBJETIVOS.....	37
1.2 BASES TEÓRICAS METODOLÓGICAS	37
1.2.1 A Formação Socioespacial.....	46
1.2.2 Trabalho: Origem e Evolução	58
1.2.3 Turismo e Lazer	81
1.2.4 O Trabalho no Setor de Turismo	93
2 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM SANTA CATARINA	101
2.1 A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL CATARINENSE	101
2.2 A FORMAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO TURISMO CATARINENSE	111
2.3 A FORMAÇÃO DO TURISMO EM SANTA CATARINA	126
2.4 O ENSINO E A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DO TURISMO EM SC....	152
3 O MERCADO DE TRABALHO DAS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO NO ESTADO DE SANTA CATARINA	159
3.1 POSTOS DE TRABALHO FORMAL EM SANTA CATARINA.....	159
3.2 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS DE ACTS CATARINENSES ...	180
3.3 CARACTERIZAÇÃO DE EMPRESAS DE ACTS CATARINENSES	189
3.4 CARACTERIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA FORMAL DE ACTS CATARINENSES	196
4 AS TENDENCIAS DO MERCADO DE TRABALHO O SETOR TURÍSTICO NO ESTADO DE SANTA CATARINA	223
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	253
REFERÊNCIAS	261
APÊNDICE A: ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO	283
APÊNDICE B: INSTRUMENTOS DE PESQUISA	293

APRESENTAÇÃO

A ideia de estudar sobre o turismo surgiu durante o período que eu cursava graduação em Economia, na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), em 1998, quando tive o primeiro contato com a pesquisa relacionada à atividade turística, na disciplina de Economia Regional. O trabalho do semestre foi realizado em grupos: cada grupo pesquisou um setor da economia catarinense, o meu grupo pesquisou o turismo no Estado. Esta pesquisa - embora sem muito aprofundamento - despertou meu interesse pela área. Após concluir a graduação, cursei o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria, em Balneário Camboriú. Minha orientadora foi a Geógrafa e Professora Doutora Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira, que me conduziu às primeiras leituras relacionadas a geografia.

A minha dissertação abordou os aspectos referentes às transformações socioespaciais decorrentes da intensificação das atividades turísticas e do acelerado processo de urbanização no município de Itapema (SC). O estudo enfatizou os aspectos geográficos (elementos naturais e humanos) e sua complementaridade com as ações políticas implementadas na esfera municipal. Com base nos estudos de Milton Santos sobre o paradigma de formação socioespacial, esta pesquisa demonstrou que a transição das atividades tradicionais - pesca e agricultura - para novas atividades impulsionadas pelo turismo transformou a economia do município, expressando no espaço formas distintas de uso e ocupação do território. Verificou-se a necessidade de maior conscientização por parte do poder público e dos grupos privados, a fim de que, ao invés de priorizarem investimentos para aumentar o fluxo turístico, passem a projetar investimentos que condigam com os interesses da população local.

Em 2002, após a conclusão do mestrado, iniciei a carreira docente, ministrando aulas para os cursos de Economia e de Turismo no Instituto Blumenauense de Ensino Superior (IBES), posteriormente na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) e, atualmente, na Universidade Regional de Blumenau (FURB). Neste período, orientei vários trabalhos de pesquisa na área de turismo, o que contribuiu para o amadurecimento e a definição do tema a ser submetido ao processo de seleção do Programa de Pós-Graduação de Doutorado em Geografia.

Assim, retomo à temática da dinâmica socioespacial do turismo, porém, ampliando a escala de análise para o Estado de Santa Catarina e restringindo o estudo aos aspectos concernentes ao mercado de trabalho. É nesse contexto que apresento esta tese, cujo objeto de estudo advém de questionamentos intelectuais construídos a partir de situações vivenciadas durante a minha trajetória de estudos turísticos. É fato que o turismo catarinense se desenvolveu basicamente na parte litorânea, tendo o turismo de “sol e mar” como seu principal propulsor. Contudo, atualmente é possível verificar certa pulverização do fluxo turístico para as demais regiões do Estado, o que corrobora para uma dinâmica e uma organização diferenciada da estrutura vigente até então.

Ao pesquisar trabalhos já publicados sobre o turismo em Santa Catarina, percebi que há uma gama de publicações relacionadas a municípios catarinenses específicos, principalmente, os mais turísticos, como é o caso de Florianópolis, Balneário Camboriú, Blumenau, Itajaí, Brusque, Pomerode, Itapema, Porto Belo etc. No entanto, não identifiquei publicações de turismo que envolvesse todo o Estado de Santa Catarina e/ou aos aspectos específicos referentes ao mercado de trabalho, com exceção do artigo de Ouriques (2007), que discute as características estruturais dos empregos formais no setor turístico catarinense no período de 2002 a 2006. Porém, a pesquisa de Ouriques (2007) limitou-se à análise de estabelecimentos hoteleiros, restaurantes e similares, não se estendendo às demais atividades que compõem o setor turístico. Assim, mantem-se o ineditismo da proposta do presente trabalho.

Outro aspecto que instigou a temática dessa pesquisa foi a percepção da contradição do mercado de trabalho das Atividades Características do Turismo que apresenta, de um lado, as empresas insatisfeitas e com falta de mão-de-obra e, de outro, trabalhadores descontentes e, não raro, sem emprego. Ora, a existência do desemprego não indica necessariamente a ausência de empresas interessadas em contratar. É possível faltar mão de obra para empresas em meio a pessoas que procuram por trabalho. Todavia, percebeu-se a necessidade de um estudo mais aprofundado, que permita compreender quais são os aspectos influenciadores dessa situação e o que impede que o mercado de trabalho do turismo de Santa Catarina seja mais equilibrado, atendendo aos anseios da oferta e da demanda no “mundo do trabalho”.

1 INTRODUÇÃO

Lazer, educação, negócios, religião, tratamento de saúde, vários são os fatores que motivam viagens e, simultaneamente, movimentam o setor terciário, responsável pela prestação de serviços relacionados ao turismo. Este setor, historicamente tratado como residual em relação aos demais, desempenha importante e crescente papel na geração de empregos e transações econômicas, contribuindo de forma significativa para o aumento do Produto Interno Bruto (PIB). Chesnais (1996) infere que o crescimento do setor turístico, a partir da década de 90, se deve: (a) as alterações sociodemográficas, em especial ao aumento da população feminina e de idosos, que incrementam a demanda por serviços pessoais; (b) a complexificação da organização econômica que impulsiona a expansão dos serviços administrativos, financeiros, de seguros e o crescimento dos investimentos imateriais; e (c) a tendência de especialização das empresas.

Kupfer (2012) afirma que, entre 2000 e 2010, o setor de serviços foi o que mais cresceu entre os países desenvolvidos¹. Embora a expansão desse setor seja mais representativa nesses países, os resultados do Produto Interno Bruto (PIB) demonstram que o Brasil vem seguindo essa mesma lógica: em 2012, a participação do setor de serviços no PIB atingiu 68,5%, a maior registrada desde 2000 que era de 58,5% (IBGE, 2013). Como se pode observar, O PIB brasileiro vem apresentando significativas taxas de crescimento apesar da crise financeira que vem se alastrando pelo mundo, marcada pelo alto nível de desemprego, pelo crescimento econômico deficitário, pela quebra de bancos e por outros fatores que variam de país para país.

Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho (BRASIL, 2013), o setor de serviços foi o que registrou o maior aumento de empregos no Brasil em 2012, alcançando

¹ A participação deste setor em relação ao PIB é representativa, tais como: Canadá: 66%; França: 62%; Alemanha: 68%; Israel: 76%; Itália: 65%; Reino Unido: 62%; e Estados Unidos: 75%. Mantidas as taxas de crescimento do setor de serviços nesses países, pode-se dizer, grosso modo, que, em 10 anos, cerca de 80% do PIB desses países corresponderão ao setor de serviços, 19% à indústria e apenas 1% à agricultura. A título de comparação, o Brasil gera, aproximadamente, 55% de seu PIB no setor terciário, 38% no secundário e 7% no primário. (PRUNES, 2005).

um número recorde de vagas nos segmentos de comércio, administração de imóveis, alojamento, alimentação, transportes, comunicações, instituições financeiras e de serviços médicos e odontológicos. Dentre as mencionadas vagas, destacam-se as relacionadas aos serviços de alojamento e alimentação, que compõem o conjunto das atividades características do turismo (ACTs)².

Essa expansão das ACTs está associada às melhorias sociais registradas nos últimos anos³, pois o aumento do poder aquisitivo transformou os padrões de consumo e ampliou o acesso a produtos característicos do setor turístico, tais como, viagens, lazer, eventos, entretenimento etc. Vale destacar, porém, que o setor começou a se expandir a partir da década de 70, em função da melhoria das condições de vida, da urbanização, e do investimento na infraestrutura de transportes aéreos, rodoviários e, mais recentemente, marítimos. Outro fator que tem contribuído para expansão do turismo nacional - e que vem apresentando posição cada vez mais significativa na economia brasileira - é o aumento do volume de crédito destinado ao setor.⁴

As expectativas quanto à continuidade dessa expansão do setor têm sido aumentadas por dois megaeventos a serem sediados no Brasil: a

² O Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) realiza estudos e pesquisas relevantes sobre o turismo, surgindo, assim, o Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo (SIMT). Com o sistema nasceu o conceito de Atividades Características do Turismo (ACTs): alojamento, alimentação, transporte, auxiliar de transporte, aluguel de transporte, agência de viagem e cultura e lazer. Os setores escolhidos para compor as ACTs obedecem à recomendação da Organização Mundial do Turismo (OMT) (EMBRATUR, 2010). Optou-se pela adoção desta mesma nomenclatura no presente estudo.

³ Conforme Neri (2009) cerca de 31 milhões de brasileiros ascenderam de classe social entre os anos de 2003 e 2008, sendo que 19,4 milhões deixaram a classe E (que traça a linha da pobreza no país) e 1,5 milhão migraram da classe D para classes superiores. Com isso, nesse período, ocorreu uma queda acumulada de 43% na classe E. No mesmo período, a classe AB (grupo com renda domiciliar mais elevada, superior a R\$4.807,00) ganhou 6 milhões de pessoas, totalizando 19,4 milhões em 2008.

⁴ Considerando os valores concedidos por instituições financeiras oficiais (Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES, Banco do Brasil – BB, CAIXA, etc.), em 2009, o valor dos financiamentos concedidos pelas instituições financeiras federais ao turismo chegou a R\$ 5,58 bilhões, um aumento de 55,5% se comparado ao ano anterior. (BRASIL, 2009).

Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Ambas serão, sem dúvida, excelentes oportunidades para trabalhar e consolidar a imagem do Brasil no exterior, apresentando-o como um país com atrativos e condições para se desenvolver turisticamente. Há que se considerar, no entanto, os desafios sociais e econômicos a serem enfrentados para que os investimentos, públicos e privados, deem conta de responder adequadamente ao que se propõe para um adequado desenvolvimento do turismo.

Conforme dados da Embratur (2013), o Brasil é o principal destino do mercado turístico internacional na América do Sul, com 5,7 milhões de visitantes estrangeiros em 2012. Ocupa o segundo lugar na América Latina em termos de fluxo de turistas internacionais - perdendo somente para o México. Segundo estudo produzido pelo Conselho Mundial de Viagem e Turismo (*World Travel & Tourism Concil*) em parceria com universidade inglesa de *Oxford*, o turismo representou 3,5% (R\$ 166,1 bilhões de Reais) do PIB brasileiro em 2013. O estudo demonstra ainda que o setor foi responsável por 3 milhões de empregos diretos em 2013, enquanto que a contribuição total (diretos, indiretos e induzidos) chegou a 8,4 milhões (WTTC, 2014).

Seguindo essa lógica nacional, o Estado de Santa Catarina também vem apresentando taxas de crescimento no referido setor. A diversidade de cenários, tradições culturais e atrativos possibilitaram a divisão do Estado em zonas turísticas. Cada uma delas recebeu a denominação característica de sua principal identidade física e temática. Essa multiplicidade de atrativos propicia - ao visitante e ao investidor - uma variada gama de opções, o que favorece o aumento da permanência média e da taxa de retorno dos visitantes.

Para que esse setor continue se expandindo e a demanda turística tenha seus desejos satisfeitos, torna-se necessário que haja, simultaneamente, um mercado de trabalho em equilíbrio e com alta qualificação. Vale destacar que os aspectos concernentes ao trabalho vêm sendo constantemente analisados sob diversos aspectos devido às transformações decorrentes, sobretudo, das características do mundo globalizado (CATTANI, 1996; MATTOSO, 1995; RIFKIN, 1995; TOFFLER, 1995; SOARES, 2008; CACCIAMALI, 2012; POCHMANN, 2012).

Em todo crescimento há que se verificar os efeitos das mudanças, buscando compreender os desafios e implicações destas para a sociedade, a economia e o ambiente. Isso requer um olhar atento sobre os sujeitos que se movimentam nessa construção, entre eles, aqueles que se envolvem com o mercado de trabalho (empresas e trabalhadores).

As transformações ocorridas em dada sociedade estão relacionadas aos processos políticos, econômicos e socioculturais, que se definem em função das relações inerentes aos planos externos e internos do setor, bem como das relações de trabalho que ocorrem neste. Sendo assim, neste estudo, optou-se por adotar a teoria de formação socioespacial, proposta por Santos (1978), para analisar as formas produzidas no espaço, utilizando-se das três categorias que a formam: modo de produção, formação social e espaço. A formação social compreende uma estrutura técnico-produtiva determinada pelo modo de produção, o qual se expressa geograficamente pela distribuição da atividade de produção, ou seja, que não é independente da noção de espaço. Para Santos (1978, p. 15), “os modos de produção escrevem a história no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço”. E o espaço, por sua vez, reproduz-se, ele mesmo, no interior de sua totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos.

Santos (1978) propõe pensar o espaço segundo uma concepção que abranja toda a problemática social. Para tanto, apropria-se do conceito de Formação Econômica Social (FES), formulado por Marx e Engels, e acrescenta a esse conceito a dimensão espacial, levando assim, a uma interpretação dualista das relações homem-natureza. Santos (1978) explica que a categoria de FES foi negligenciada durante um longo período de tempo pela análise e pelo método marxista. Esse conceito foi aprofundado por Lênin (1971) e retomado por Sereni (1973). Este explica que uma categoria expressa a unidade e a totalidade das diversas esferas - econômica, social, política, cultural - da vida de determinada sociedade. O modo de produção, formação social e espaço são categorias interdependentes. Todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo), são histórica e espacialmente determinados num movimento conjunto, e isso através de uma formação social.

Para Marx (1984), as forças econômicas são as responsáveis pelas transformações nos diferentes setores da sociedade, portanto, pelos rumos da história. As mudanças sociais decorrem primordialmente das contradições entre as forças produtivas e do avanço das condições materiais de produção de mercadorias. O trabalho emerge como principal veículo de transformação, no qual o homem domina a natureza, humanizando-a e transformando a si próprio. Entende-se que a socialização da natureza ocorre quando há a transformação da primeira natureza em segunda natureza, e isto se dá pelo trabalho humano na produção e reprodução de sua subsistência⁵. Só é possível compreender concretamente o modo como os homens se relacionam com a natureza quando se compreende o modo como os homens produzem e reproduzem sua vida material.

Sob essa perspectiva, nesta pesquisa, objetiva-se investigar a dinâmica socioespacial do mercado de trabalho (oferta e demanda) movimentado pelo setor turístico no Estado de Santa Catarina no período compreendido entre 2006 e 2012⁶, procurando observar tanto as oscilações do setor, quanto à participação deste no desenvolvimento do Estado e na composição do Produto Interno Bruto catarinense. A ênfase dessa investigação recai sobre a expansão do emprego e as condições de oferta de trabalho no setor, tratando, em parte, de características da relação empregado-empregador. Destaca-se que uma das carências

⁵ Em Marx (1984), o conceito de dialética da natureza surge como um processo através do qual o homem transforma a realidade natural imediatamente dada, a “primeira natureza”, e produz, sobre essa base, uma “segunda natureza”, artificial, humanizada. Desta forma, a natureza imediatamente dada representa o primeiro momento do processo dialético, o momento da tese, enquanto o trabalho representa o segundo momento desse processo, a antítese, a negação da realidade imediatamente dada. O trabalho é a atividade que transforma não apenas a natureza externa ao homem como transforma a própria natureza humana. O conjunto dos objetos produzidos pelo homem, bem como os próprios homens que se transformam nesse processo, humanizando-se constitui a síntese desse processo.

⁶ A definição deste período se deu em virtude das mudanças introduzidas na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), na plataforma do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) - principal fonte de dados dessa pesquisa - fazendo com que o período anterior não tenha a mesma composição, impossibilitando as análises sequenciais das variáveis.

relacionadas ao mercado de trabalho das ACTs está vinculada à eficiência e à efetividade da qualificação profissional⁷, que influencia na qualidade dos serviços prestados, na ampliação e na valorização das ocupações na área de Turismo. Essa carência está relacionada à limitação de informações sobre a mão de obra, tanto no que se refere à demanda, quanto à oferta de qualificação. Os poucos dados disponíveis sobre a qualificação profissional em turismo resultam dos registros de ações empreendidas pelo Ministério do Turismo em parceria com instituições especializadas e de cursos oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC (BRASIL, 2012). Esta carência de dados motivou a realização desta pesquisa, que se justifica na medida em que pode contribuir para preencher a lacuna de informações no que tange à mão de obra do setor.

Em geral, as ACTs no Brasil apresentam um número significativo de empregos informais. Expressiva parcela desses prestadores de serviços é composta por organizações familiares e de pequeno porte. O Ministério do Turismo (BRASIL, 2012) atribui a opção pela informalidade às dificuldades burocráticas inerentes ao processo de formalização empresarial e empregatícia. Nesse contexto, é necessário considerar que, em um mundo cada vez mais dinâmico e competitivo, as transformações da economia mundial trazem novas e desafiadoras exigências para todos os setores. O turismo é ainda mais afetado em função de suas características intrínsecas: intangibilidade, inestocabilidade, mobilidade etc. Assim, surgem algumas indagações

⁷ Prunes (2005) explica que para dispor de uma população economicamente ativa predominantemente empregada no setor de serviços, caso das ACTs, precisa-se de um alto nível educacional com percentuais elevados de jovens cursando a faculdade, como é o caso do Canadá (88%), França (51%), Alemanha (47%), Israel (41%), Itália (47%), Reino Unido (52%) e Estados Unidos (81%). Esses percentuais têm crescido ao longo dos anos, sendo que o Canadá e os Estados Unidos estão próximos de ter a quase totalidade dos jovens cursando a universidade. A mudança verificada no perfil das pessoas empregadas no setor de serviços nos países desenvolvidos pode ser facilmente constatada até pelos turistas, que vêem em pequenas lojas de vilarejos europeus pessoas fluentes em mais de dois idiomas. No Brasil apenas 15% dos jovens em idade para cursar a universidade estão estudando (aproximadamente, 1,9 milhão de universitários), e cerca de 15% de sua população adulta é analfabeta ou mal sabe escrever o próprio nome.

sobre o atual e futuro mercado de trabalho de ACTs catarinenses, a saber: *Como se configura a oferta e demanda do mercado de trabalho das ACTs catarinenses à luz da teoria socioespacial? Como estão estruturadas as políticas públicas do Estado Catarinense em relação ao turismo? Quais são as perspectivas de especialistas em relação ao mercado de trabalho das ACTs catarinenses, considerando os fatores socioeconômicos internos e externos?*

Nesta pesquisa, pressupõe-se que, embora haja um razoável mercado de trabalho no Estado, este ainda não está ordenado de modo a atender às necessidades decorrentes do turismo na dinâmica socioespacial catarinense. Santa Catarina não possui grandes aglomerados urbanos, apresenta baixos índices de concentração fundiária, predomínio da pequena produção de base familiar e diversidade de atividades econômicas, o que possibilita uma boa taxa de geração de trabalho e renda, atrai mão-de-obra e investimentos externos. Estas características corroboram para a posição privilegiada que o Estado ocupa no cenário nacional⁸.

Parte-se da hipótese de que a atividade turística e, conseqüentemente, o mercado de trabalho voltado às ACTs sofre influência direta da trajetória de desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, que possui características singulares desde a época de sua ocupação. A dinâmica socioespacial resultante desse processo desencadeou o desenvolvimento do turismo, o que aqueceu esse mercado de trabalho e gerou um número significativo de ACTs.

Outra hipótese a ser averiguada, neste estudo, é a de que, apesar da importância do mercado de trabalho das ACTs como empregador no Estado de Santa Catarina e de sua contribuição para a composição do PIB catarinense, há gargalos significativos que desequilibram o mercado, prejudicando tanto as empresas quanto os trabalhadores. Faltam empresas (empregos) e faltam trabalhadores (empregados), ou seja, não há absorção

⁸ O dinamismo da economia catarinense reflete-se nos elevados índices de crescimento, alfabetização, emprego e renda per capita, muito superiores à média nacional. Em 2009, o Estado apresentou o maior PIB per capita da região Sul, com R\$ 21.214,00 ocupando o quarto lugar do país (perdendo somente para o Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro respectivamente). Em termos de PIB absoluto Santa Catarina ocupou a oitava posição. (SEBRAE, 2010).

da mão-de-obra ociosa por parte das empresas carentes de trabalhadores. Tal situação resulta de deficiências de ambos os lados e envolve os aspectos relacionados a seguir.

- ❖ Para os trabalhadores: baixos salários; alto nível de exigência; carga de trabalho excessiva; horários inadequados de trabalho (finais de semana, feriados etc.), falta de incentivos à qualificação.
- ❖ Para as empresas: falta de qualificação (técnica e geral); falta de comprometimento (horários de trabalho, responsabilidades); alto custo (encargos, treinamento etc.).

A análise da dinâmica socioespacial das atividades características do turismo em Santa Catarina, empreendida nesta pesquisa, torna-se relevante na medida em que pode contribuir para o preenchimento de lacunas teóricas e mercadológicas sobre as implicações sociais e econômicas relativas ao setor turístico no Estado. Esta constatação se fez através da revisão bibliográfica, iniciada nas bases de dados do Google Acadêmico, *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), Portal de Periódicos Capes e em revistas especializadas em turismo, utilizando os descritores “turismo e mercado de trabalho, ‘turismo em SC’, tendo em vista as publicações dos últimos 10 Anos.

Há diversos estudos sobre o turismo em Santa Catarina que abordam: problemáticas de municípios e/ou localidades específicas, principalmente de Florianópolis (DE OLIVEIRA, 2003; LINS, 2008; OURIQUES, 2012; LINS, 2012) e Balneário Camboriú (COSTA, PEREIRA, 2006; KRAUSE, 2007; CANCELLIER, 2008; RAMOS, 2005); a política do Estado e a regionalização do turismo no Vale Europeu (FORTES, 2006); o turismo rural do Estado (NOVAES, 2003; BATHKE, 2002; MATTEL, 2004); a principal festa de Santa Catarina, a Oktoberfest (BITTELBRUM JUNIOR, 2007); o sistema rodoviário e o turismo (PEREIRA, 2013) e sobre a informação como insumo para o desenvolvimento do turismo no Estado (NASCIMENTO, 2008). Outro conjunto de autores (RISCHBIETER, 2007; ERN FILHO; GRAIPEL JR, 2006; DREHER, TOMIO, ULLRICH, 2003; FAGUNDES, 2004; etc.) realizaram pesquisas específicas sobre outros municípios catarinenses.

Diante desse levantamento, observou-se a carência de estudos que analisem aspectos concernentes ao mercado de trabalho turístico em escala estadual, tal como se propõe aqui. Essa temática se justifica pela oportunidade de contribuir para o entendimento das nuances que envolvem a produção do trabalho no setor turístico de Santa Catarina. Tal resultado poderá, mesmo que de forma incipiente, servir de base para os gestores do turismo e demais setores da administração, pública e privada, direta e indiretamente envolvidos na organização e na gestão, tanto do turismo, quanto do próprio desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

1.1 OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a dinâmica socioespacial das atividades características do turismo no Estado de Santa Catarina com enfoque no mercado de trabalho. Para tanto estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos:

- ❖ contextualizar a evolução do setor de turismo no Estado de Santa Catarina, destacando suas especificidades geohistóricas;
- ❖ descrever a estrutura das políticas públicas do Estado catarinense em relação ao turismo;
- ❖ traçar cenários prospectivos do mercado de trabalho das Atividades Características do Turismo (ACTs) catarinenses com base em informações fornecidas por especialistas e publicações da área.

1.2 BASES TEÓRICAS METODOLÓGICAS

No desenvolvimento deste trabalho utilizou-se a categoria marxista de formação socioespacial (FSE) sugerida por Milton Santos (1998), que possibilita a interpretação da realidade a partir da esfera da produção relacionada a múltiplas escalas de análises, e considera as “múltiplas determinações” responsáveis por uma realidade concreta, cuja especificidade é assegurada pela forte presença de uma pequena produção mercantil (MAMIGONIAN, 1966 e 1986). A opção por esse

posicionamento teórico se apoia no entendimento de que as especificidades de determinado local ou região têm explicações de ordem natural e humana, ao mesmo tempo em que correspondem a uma conjugação de fatores endógenos e exógenos, situados em diferentes períodos históricos.⁹

Para Marx, a história e o desenvolvimento da sociedade constituem um todo, mas cada momento dessa história, cada regime ou modo de produção também constitui um conjunto, um todo que deve ser estudado em si mesmo, sem desconsiderar o desenvolvimento total (LEFEBVRE, 1975, p.190). Espíndola e Silva (2004) explicam que a noção de formação social está ligada à evolução de determinada sociedade em sua totalidade histórico-concreta, a qual não pode ser tratada sem a noção de espaço geográfico (produto e condição de reprodução das relações sociais).

Dentro dessa perspectiva, o método proposto por Santos (1998) recomenda a utilização concomitante das categorias de forma, função, estrutura e processo¹⁰ para a análise da realidade socioespacial. Somente a abordagem integrada desses fatores irá assegurar a visão globalizada, preconizada pelo paradigma da formação socioespacial. Nas palavras de Santos (1998, p. 6) “os elementos do espaço são determinados pelos homens, pelas firmas, pelas instituições, pelo suporte ecológico e pelas

⁹ Derivado do aporte teórico de Formação Econômica Social (Marx) e trabalhada posteriormente por Lênin encontram-se os trabalhos de Milton Santos e de Armen Mamigonian em diferentes escalas. No artigo de Armen Mamigonian (1996) “*A Formação Social como Teoria e como Método*” discute-se a necessidade de se retomar o debate em torno da categoria de formação social (ou formação econômica e social). O conceito de formação espacial derivado desta categoria torna-se praticamente ignorado pelos principais autores que tratam do espaço (como Soja e Castells), e pela Geografia Física em geral a qual continua trabalhando com uma visão dicotomizada de espaço e natureza (MAMIGONIAN, 1996).

¹⁰ Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade (SANTOS, 1998, p.52).

infraestruturas”¹¹, razão pela qual se busca utilizar todos esses elementos para a análise da dinâmica socioespacial do turismo em Santa Catarina, com ênfase no mercado de trabalho.

Os estudos que tomam como fundamento a categoria de formação socioespacial deverão, indubitavelmente, tratar da gênese dessa formação, definindo o processo histórico responsável pela sua forma atual, ou seja, a materialidade expressa no espaço. O enfoque teórico metodológico que dará suporte a esse estudo permite contextualizar o turismo entre os diferentes elementos da construção socioespacial, dando ênfase às características intrínsecas desta atividade.

Neste trabalho, destaca-se a formação socioespacial catarinense como forma de entender o desenvolvimento do turismo, levando-se em conta as principais características da evolução histórica do Estado e os diferentes elementos que interferem no mercado de trabalho das ACTs. Tais pressupostos foram articulados às teorias de Ignácio Rangel (1981, 1982) e A. Mamigonian (1996, 1999), referentes ao estudo do desenvolvimento cíclico do sistema capitalista e suas influências nas transformações espaciais. Mamigonian (1966, 1986) destaca o papel da pequena produção mercantil para explicar a dinâmica socioeconômica das áreas coloniais do Sul do Brasil.

A interpretação da formação socioespacial catarinense exige a consideração de condicionantes situadas em diferentes escalas (regional, nacional e mundial), e também, das combinações geográficas descritas na década de 60 por Cholley (1964)¹², as quais explicitam a importância das

¹¹ Conforme Santos (1998), o primeiro elemento: *homens* entende-se como a demanda, são todos os responsáveis pelo funcionamento dos outros elementos. As *firmas* definem-se como as responsáveis pela produção de bens, serviços e ideias, enquanto que as *instituições* correspondem à superestrutura, são as responsáveis pelas normas, ordens e legitimações. O *suporte ecológico* compreende o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano, assim, o meio ecológico abrange também as edificações dos objetos sociais. Por último, as *infraestruturas* aparecem como serviços complementares de fundamental importância para o bom desenvolvimento do espaço.

¹² Para Cholley (1964, p.140), as combinações podem ser divididas em três grandes categorias: “as que resultam unicamente, da convergência de fatores físicos; aquelas, já mais complexas, que são, a um tempo, de ordem física e de ordem biológica; as mais complicadas e por isso mesmo, mais

relações e influências mutuamente exercidas entre sociedade e natureza. Cholley (1964) recomenda que, na análise da organização espacial, seja considerada a combinação de elementos físicos, biológicos e humanos responsáveis pela configuração desta ao longo do tempo.

A escolha dessa abordagem deve-se, sobretudo, à percepção oriunda de estudos preliminares de que Santa Catarina caracteriza-se por mudanças decorrentes de múltiplas determinações, as quais - a partir de fatores de ordem natural e humana, exógenos e endógenos – definiram a atual configuração do Estado. Os estudos de Peluso Júnior (1952, 1991) sobre o Estado de Santa Catarina corroboram para o entendimento de que os fatores humanos, aliados ao quadro natural, atuaram como elementos definidores do isolamento dos núcleos de povoamentos iniciais, favorecendo a diversidade regional e, conseqüentemente, as distintas formações socioespaciais. Assim, a estrutura socioeconômica do Estado de Santa Catarina modificou-se, em meados do século XIX, a partir dos fluxos migratórios europeus formados principalmente por italianos e alemães, que ocuparam as terras da região leste do Estado. A pequena produção mercantil advinda destes imigrantes impulsionou as atividades industriais no nordeste do Estado e no Vale do Rio Itajaí-Açú. Essas iniciativas empreendedoras favoreceram o surgimento de uma nova classe social detentora de recursos suficientes para dar início à prática do veraneio no litoral. Foi nesse contexto que a atividade turística acabou impondo novas formas de produção e de consumo do espaço, tornando-se fator importante para a acumulação e reprodução do capital. Os estudos de Mamigonian (1966), Peluso Jr. (1952, 1991), Piazza (1983); Moreira (1995); Vieira e Pereira (1997); Bastos (2000); Pereira (2003); entre outros, explicam os diferentes estágios de formação socioespacial do Estado, o que contribui para a compreensão do contexto do turismo catarinense.

Nesta pesquisa, adotou-se como método de análise a prospecção de cenários. Trata-se de uma ferramenta usada por governos, agências internacionais e empresas para responder de forma criativa aos desafios

interessantes, que resultam da interferência conjunta dos elementos físicos, dos elementos biológicos e dos elementos humanos.” A convergência destes elementos (físicos, biológicos e humanos) possibilita ao grupo humano resolver os duros e numerosos problemas que são expostos pela vida.

atuais e futuros¹³. Um dos principais estudiosos franceses de técnicas de prospecção, Godet (1993), explica que cenário é um conjunto formado pela descrição detalhada de uma situação futura, incluindo a ação dos principais atores e a probabilidade estimada de eventos incertos, articulados para descrever, de forma coerente, a passagem de uma situação de origem a uma situação futura.

Para Porter (1986), um cenário é uma visão internamente consistente do que o futuro poderá vir a ser, e tem como principais funções a avaliação explícita de premissas de planejamento, o apoio à formulação de objetivos e estratégias, a avaliação de alternativas, o estímulo à criatividade, a homogeneização de linguagens e a preparação para enfrentar descontinuidades. Através de uma visão do futuro desejado é possível estabelecer cenários que facilitam o direcionamento de ações para o desenvolvimento da região em estudo. Se para a construção de cenários utiliza-se as premissas do planejamento, pode-se inferir que não se trata de uma técnica simples, pois planejar o futuro é uma tarefa complexa e difícil de realizar.

Segundo Wright e Giovinazzo (2000), uma das técnicas básicas a ser utilizada para a construção de cenários é a pesquisa Delphi, uma técnica prospectiva baseada na consulta estruturada a especialistas¹⁴. Essa

¹³ A exemplo, cita-se que em 2006, com o propósito de tornar o Estado de SC referência em desenvolvimento sustentável e promover a equidade entre pessoas e regiões foi desenvolvido o Plano Catarinense de Desenvolvimento (SC 2015). Esse plano foi elaborado, adotando o método PESTE (original em inglês dos termos: *Political, Economic, Social, Technology, and Environment*). Segundo este método, as principais dimensões a serem utilizadas são: política, economia, social, tecnologia, e meio ambiente. O plano tem seu direcionamento visando o melhoramento dos indicadores sociais, sobretudo os indicadores que contribuem para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e os que estão relacionados com os Objetivos do Milênio estabelecidos pela Organização das Nações Unidas devendo ser atingidos até 2015 (SANTA CATARINA, 2009).

¹⁴ Conforme Davis (2002, apud ROCHA, 2009), o processo de construção de cenários cria um “espaço futuro”, no qual as partes envolvidas (*stakeholders*) podem dividir suas perspectivas, disseminar e incentivar o aprendizado, criar novos entendimentos e explorar diferentes opções, catalisando a abordagem de parceria, envolvendo os setores privados e organizações não governamentais e outros envolvidos, desenvolvendo o debate público e facilitando a comunicação e entendimento entre diferentes partes.

técnica procura obter um consenso a partir de opiniões de um grupo de especialistas a respeito de eventos futuros, pressupondo que o julgamento coletivo, quando organizado adequadamente, é melhor que o ponto de vista de um só indivíduo. Trata-se de um instrumento de pesquisa qualitativa que possibilita projetar tendências com base em opiniões de especialistas da área.

Assim, para o atendimento dos objetivos deste trabalho, tornou-se essencial partir do conhecimento histórico e das transformações socioespaciais, a fim de compreender o contexto atual e traçar um cenário do mercado de trabalho do turismo catarinense, bem como sua prospecção. Santos (1978) destaca a relevância do fator histórico para uma análise coerente, pois a simples análise de sistemas e a modelização/quantificação de fatos geográficos não leva em conta as condições precisas de tempo e espaço, nas quais as variáveis sistêmicas combinam-se entre si. A modelização permite a prospecção (previsão) de situações futuras e foi largamente utilizada pela planificação engajada à geografia, porém, ela desconsidera o tempo, trabalhando com uma sucessão de estágios “prontos” e matemáticos (resultados), que não mostra ou analisa os processos de formação da paisagem, ou seja, ignora a dinâmica do espaço.

A complexidade de olhares teóricos remete a um esforço ainda maior para a compreensão do objeto deste estudo. Por isso, várias abordagens deram suporte às categorias que foram analisadas. Os dados coletados foram considerados de forma quali-quantitativa. Minayo (2000, p. 22) explica que:

a diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região “visível, ecológica, morfológica e concreta”, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas. O conjunto de dados quantitativo e qualitativo, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.

A realidade não pode ser retratada apenas por questões numéricas relativas aos índices do mercado de trabalho, também se faz necessária a compreensão e percepção dos atores envolvidos com esse mercado. Por isso, supõe-se que a união das abordagens quantitativa e qualitativa são fundamentais para ampliar a compreensão do cenário investigado. Busca-se aproximar elementos que possam elucidar diferentes manifestações do objeto deste.

O campo desta pesquisa abrange o mercado de trabalho das ACTs de Santa Catarina, em especial, as empresas e trabalhadores dessas atividades. Realizaram-se consultas e levantamentos de dados em instituições como Ministério do Turismo/EMBRATUR, Organização Mundial do Turismo (OMT), Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Emprego e do Trabalho (MTE), associações de classe, além de outras instituições que puderam subsidiar e permitir a caracterização do setor e a construção de instrumentos capazes de acompanhar a evolução e desempenho das ACTs.

Para a prospecção de cenários, foram consideradas especialistas pessoas com experiência prática nas diversas áreas do turismo¹⁵, bem como graduados, pesquisadores e gestores de órgãos públicos e privados ligados diretamente ao desenvolvimento do turismo no Estado. Assim, dentre os especialistas selecionados para participar do estudo, havia profissionais que exerciam suas atividades em órgãos Públicos, empresas privadas, empresas de economia mista, universidades e empresas de consultoria. Essa diversidade teve como finalidade abranger diferentes pontos de vista de especialistas dos segmentos envolvidos, a fim de criar um cenário prospectivo para orientar ações que possam contribuir para o melhor desenvolvimento do mercado de trabalho desse setor.

A seleção dos especialistas convidados a participar da pesquisa se deu através do levantamento e indicações de pessoas com

¹⁵ A seleção dos participantes contemplou representantes de todas as classes que compõem as Atividades Características do Turismo – ACTs de Santa Catarina: alojamentos, alimentação, agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas, transportes e auxiliares de transportes, patrimônio cultural e ambiental e atividades de recreação e lazer.

conhecimento nas distintas atividades do turismo em Santa Catarina¹⁶. Para que a aplicação do método *Delphi* seja bem sucedida, Vichas (1982) explica que o grupo de participantes precisa ser especialista no ambiente da pesquisa, seja em um negócio, mercados ou produtos e o consenso nas respostas precisa refletir as tendências emergentes.

Desta forma, foi realizado um esforço no sentido de formar um grupo heterogêneo com representantes de diferentes entidades (empresas privadas – proprietários e empregados; empresas governamentais, ONGS, estudantes, professores), levando-se em conta, também, a distribuição geográfica e a participação de pelo menos um especialista das 10 regiões turísticas. Desta seleção resultou uma lista de 55 especialistas. Entretanto, só responderam o questionário 34 integrantes dessa amostra, o que gerou um percentual de participação de 62%.

O questionário foi composto por um quadro com 24 perguntas, sendo 18 objetivas com a indicação da situação atual e a situação provável para 2020. As outras 6 questões permitiam dissertar sobre o fato perguntado. Na aplicação do questionário, o ano de 2020 foi escolhido como horizonte, considerando que datas muito longínquas no futuro tendem dificultar a delimitação de tendências.

No primeiro contato com os especialistas foi feita a apresentação da proposta e formulado o convite para participação, esclarecendo o interesse em realizar o trabalho a partir de duas opções: um questionário *online*, e/ou a entrevista pessoal. Sendo assim, o questionário foi enviado a 46 especialistas por e-mail e aplicado, pessoalmente para 9 participantes do grupo. Vários e-mails e telefonemas foram realizados tentando minimizar as desistências.

O anonimato dos integrantes do grupo foi preservado, sendo esta uma característica da técnica *Delphi*. Parte das perguntas dispunham de enunciado no qual se apresentava uma síntese sobre determinada situação objetivando homogeneizar linguagens, enquanto outras tinham as

¹⁶ A técnica metodológica utilizada foi a “bola de neve” (*snowball sampling*). Essa técnica é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado um número desejável (BIERNACKI; WALDORF, 1981).

primeiras respostas quantitativas apoiadas por justificativas e informações qualitativas. Após a tabulação dos dados, os participantes receberam resumos do resultado (*feedback*), o qual consistiu em dar ao participante a oportunidade de confirmar ou não as respostas, bem como refletir sobre o resultado alcançado.

As categorias de análise empregadas nesta pesquisa utilizam os termos adotados pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), agrupando as categorias de transportes e auxiliares de transportes, o que resulta em 6 classes: (1) serviços de alojamento; (2) serviços de alimentação; (3) agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas; (4) transportes (aquaviário, aéreo, terrestre) e auxiliares de transportes; (5) aluguel de transportes; (6) patrimônio cultural/ambiental e atividades de recreação e lazer¹⁷.

Uma importante fonte de informações para essa pesquisa foi a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), cuja coleta e tabulação são realizadas anualmente pelo Ministério do Trabalho e do Emprego. Esse banco de dados tem por objetivo o suprimento das necessidades de controle da atividade trabalhista no País e, ainda, o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais. Constitui, assim, numa base de dados bastante detalhada sobre volume de emprego, número de estabelecimentos e características individuais e ocupacionais dos trabalhadores por atividades econômicas e por municípios. A principal vantagem desta base de dados é a elevada desagregação setorial e geográfica dos dados, além do grau relativamente elevado de uniformidade, que permite comparar a distribuição dos setores da atividade econômica ao longo do tempo. Quanto às restrições, do referido banco de dados, sobressai a sua cobertura, que, apesar de nacional, inclui apenas as relações contratuais formalizadas por meio da “carteira assinada”.

¹⁷ No anexo A consta a relação detalhada de todas as atividades que estas categorias abrangem. Em virtude das mudanças introduzidas na Classificação Nacional das Atividades econômicas (CNAE), na Rais de 2006 (Classe CNAE 2.0), apresenta-se a série a partir de 2006, para facilitar a comparação dos dados. Assim, os dados referem-se a dezembro de 2006 a 2012.

O desenvolvimento desta pesquisa revelou algumas limitações devido às características próprias do setor, tais como a dificuldade de distinção entre a utilização de serviços gerada por turistas e por residentes. Tais limitações, contudo, não impedem que os dados deste estudo contribuam para uma melhor compreensão da dimensão e da dinâmica do mercado de trabalho do Turismo em Santa Catarina.

Além desta introdução, esta tese contém: o capítulo dois que aborda aspectos gerais concernentes às origens e ao desenvolvimento do turismo, e específicos relacionados à evolução e caracterização dessa atividade no Estado de Santa Catarina; o capítulo três que caracteriza o mercado de trabalho das ACTs em Santa Catarina; e o capítulo quatro que apresenta o resultado da pesquisa com o grupo de especialistas do turismo para a prospecção do mercado de trabalho das ACTs de SC. Por fim, são descritas algumas considerações acerca do tema.

1.2.1 A Formação Socioespacial

A abordagem desta temática tem como objetivo compreender as bases teóricas responsáveis pela formulação do paradigma de formação socioespacial (FSE) proposto por Milton Santos na década de 1970. A (re)formulação de conceitos nas ciências é tema crucial, que merece constantes reflexões e discussões. Muitos autores debatem os conceitos-chave de suas áreas. Na geografia, é relevante compreender, inicialmente, as reflexões acerca das distintas conceituações sobre o espaço geográfico, já que este é entendido, por muitos, como o objeto de estudo desta ciência.

Há que considerar, porém, que o objeto de estudo da geografia é o espaço como resultado da relação dialética entre o espaço natural - a natureza - e a sociedade. A geografia perpassou por diferentes momentos históricos, possibilitando a compreensão do momento atual a partir da análise da transição das metodologias, da linguagem e das conceituações dessa área. No início da formação das disciplinas, a geografia optou por se apresentar como o campo de estudos da terra. Uma terra complexa na organização de fatores de ordem física e social. Gomes (1997) explica, ainda, que a pretensão dos geógrafos de compreender os fenômenos que acontecem sobre a superfície da terra foi logo descartada devido ao reconhecimento da amplitude de informações e pela dificuldade de acompanhar as diferentes áreas que propuseram inicialmente.

Mamigonian (1999) discute a gênese e o objeto da geografia. Para ele, embora tenham origem nos tempos primitivos, foi entre os gregos que os conhecimentos geográficos alcançaram as primeiras conotações de ciência. Foi a partir dos gregos que a geografia, a história, a filosofia e o teatro passaram a buscar visões globais, abrangentes, que procuram descrever e explicar a realidade sem estabelecer limites rígidos para o seu pensar. O objeto da geografia, da Grécia clássica aos dias atuais, tem girado em torno de uma visão holística, que envolve o natural e o social, com suas adversidades e relações mutáveis de difícil apreensão. No início do século XIX, a geografia foi repensada pelos alemães Kant e Hegel, que como os gregos, a consideraram globalizadora. Destaca-se que as contribuições gregas, germânicas (Humboldt; Ritter) e, posteriormente, as da escola geográfica francesa (La Blache) continuam sendo de muita utilidade, haja vista que essa postura holística é indispensável às tentativas de decifrar a complexidade do mundo (MAMIGONIAN, 1999).

Pereira (1999) explica que o amadurecimento da Geografia moderna somente ocorreu no século XIX devido às modificações dos modos de produção, da evolução das técnicas cartográficas e do próprio desenvolvimento das ciências em geral. Do período da inserção da Geografia nos currículos escolares (século XIX) e antes do surgimento da chamada Geografia Crítica (final do século XX), essa disciplina analisava somente as características físicas do espaço, sem considerar o fato deste espaço ser dominado pelo homem que, ao fazê-lo, exercia sua cidadania. No início do século XX, percebe-se uma evolução na definição da ciência geográfica, mais precisamente, a partir de 1970, com o movimento de renovação desta ciência. Passa-se a considerar que o espaço é dinâmico e sofre alterações em função da ação do homem que, por sua vez, constitui-se como um sujeito que faz parte do processo histórico.

Sobre a relação e convergência da formação social brasileira com a geografia, os estudos de Vieira (2002) demonstram que o debate sobre esta temática foi impulsionado na década de 30, pelos trabalhos de Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior. Após a Segunda Guerra Mundial, o debate incorporou categorias marxistas que, até então haviam sido relegadas a segundo plano, tais como, o modo de produção asiático, o modo de produção e formação social, a transição feudalismo-capitalismo etc.

A ocorrência ou não do feudalismo no Brasil, a via prussiana do desenvolvimento do capitalismo brasileiro e a industrialização sem reforma agrária somente entraram no debate na década de 50, sendo retiradas após, mas voltaram a reaparecer na história, geografia e economia. A geografia tem buscado no marxismo o aporte para as categorias de modo de produção, formação social e formação socioespacial como instrumentos de construção de uma disciplina renovada. Ao discutir a relação entre a categoria de formação social e a geografia – ciência definida pela diversidade dos homens e dos lugares – importa retomar os vários pontos de aproximação entre geografia e marxismo, entre eles: preocupação pela totalidade, relação sociedade/natureza, relação geral/regional ou unidade e diversidade, localização no tempo e no espaço, inter-relação de múltiplos elementos ou múltiplas determinações (VIEIRA, 1992).

Referindo-se ao fazer da ciência geográfica, Santos (2002) afirma que a definição de um caminho é imperativa para que não se caia no perigo de ser “teórico da moda” ou de formar uma “colcha de retalhos”. Gomes (1997), por sua vez, critica a geografia descritiva e empírica - a qual denomina de kantismo empobrecido - enfatizando que “a geografia, enquanto ciência, só pode pensar os fenômenos que ocorrem no espaço utilizando-se de conceitos”. Mas como conseguir tal clareza mediante a complexidade de alguns termos? Nessa perspectiva, ao discutir o espaço/espacialidade, Massey (2004) infere que, frequentemente, emprega-se palavras sem a plena consciência do que elas significam. Existem conceitualizações surpreendentemente diferentes, o que requer uma pesquisa pormenorizada para a compreensão terminológica do objeto da pesquisa.

O objeto de estudo da geografia, o espaço, não é estático, pelo contrário está em permanente transformação motivada pela evolução das relações sociais. Nesse sentido, o geógrafo Milton Santos contribuiu significativamente para o debate epistemológico da geografia e, conseqüentemente, de suas especificidades. Em uma de suas obras, Santos (2002) faz uma discussão minuciosa na tentativa de explicar a conceituação de “objeto”. Ele não se restringe a autores específicos de uma área, pelo contrário, apresenta as mais diferentes conceituações e visões. Aborda autores das ciências sociais, arqueologia, designers, arte,

moda, entre tantas outras áreas, para, só depois, chegar a geografia e propor uma discussão específica sobre o entendimento de “objeto geográfico”.

Santos (2002) não descarta o saber já desenvolvido em outras ciências. Ele esclarece que busca a construção epistemológica de um objeto de pensamento e não uma estrutura mitológica de objeto. “Os mesmos objetos podem dialogar com as mais diversas disciplinas” (SANTOS, 2002, p.72). Para o autor, uma definição consistente do espaço geográfico não pode ser encontrada em metáforas de outras disciplinas, muito menos ser adotada automaticamente pela disciplina Geografia. “É à Geografia que cabe elaborar os seus próprios conceitos, antes de tentar emprestar formulações de outros campos” (SANTOS, 2002, p.87).

Na história das ciências, percebe-se claramente que esta é composta por controvérsias, contraposições de pensamentos. Assim, ao pensar o espaço geográfico, o que se percebe é que à medida que a ciência geográfica evolui, simultaneamente, evolui o conceito do espaço. Esta evolução, no entanto, pressupõe um contínuo questionamento e, muitas vezes, confrontos com pensamentos já estabelecidos. Massey (2008) propõe um novo pensar sobre o espaço, rompendo com os (pré)conceitos apresentados até o momento.

Estou interessada em como poderíamos imaginar espaços para estes tempos, como poderíamos buscar uma imaginação alternativa. Penso que o que é necessário é arrancar o ‘espaço’ daquela constelação de conceitos em que ele tem sido, tão indiscutivelmente, tão frequentemente, envolvido (estase, fechamento, representação) e estabelecê-lo dentro de outro conjunto de ideias (heterogeneidade, relacionalidade, coetaneidade, caráter vívido, sem dúvida) onde seja liberada uma paisagem política mais desafiadora (MASSEY, 2008, p.35).

O espaço, segundo Santos (1994, p. 72-73), “seria o conjunto do trabalho morto (formas geográficas) e do trabalho vivo (contexto social) [...] O espaço é igual à paisagem [formas, objetos] mais a vida [funções, ações] nela existente; é a sociedade encaixada na paisagem, a vida que palpita conjuntamente com a materialidade”. De acordo com Vieira

(2009), o espaço deve ser tomado como um encontro do social com o natural; como sociedade que intervém na relação orgânica entre homem/natureza, e como natureza que existe independente do homem. Para concretizar interpretativamente este encontro, a geografia tem que assumir que o seu ponto de partida, a localização física no espaço, contém a força do empírico, que não se explica por si mesma, mas que é o que deve ser explicada.

Esta postura permite analisar a especificidade de cada lugar histórica e geograficamente, sem perder de vista o conhecimento do conjunto. Entendida assim, essa visão aponta obrigatoriamente no sentido da interdisciplinaridade indispensável à percepção da totalidade e, simultaneamente, favorece a consideração de características particulares concretas que derivam da relação dialética e histórica da totalidade dos elementos da sociedade, incluídas aí as condições naturais. [...] o método geográfico que tem por base a categoria de formação socioespacial, proposto por Milton Santos, é o que permite a apreensão das especificidades enquanto fruto da combinação de processos distintos. E, ao introduzir a dimensão espacial mostra ser impossível pensar a sociedade sem referência ao espaço, vê acertadamente, o espaço como integrante de uma formação econômico-social, já que toda a formação é espacial e temporalmente determinada (VIEIRA, PEREIRA, 1997).

Santos (1982) argumenta que não se pode falar de uma lei separada da evolução das formações espaciais. Assim, indica a categoria de formação socioespacial como adequada para formular os estudos do espaço. Complementa, explicando a necessidade de estudar o espaço, não somente na sua forma, mas também na sua estrutura, no seu processo e na sua função. Para explicar as particularidades do espaço geográfico, é necessário compreender a lógica que engendra as formações espaciais. Para Santos (1982), da mesma forma que os modos de produção escrevem a história no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço. Nesse sentido, esclarece:

a localização dos homens, das atividades e das coisas no espaço explica-se tanto pelas necessidades “externas”, aquelas do modo de produção “puro”, quanto pelas necessidades “internas”, representadas essencialmente pela estrutura de todas as procuras e a estrutura das classes, isto é, a formação social propriamente dita (SANTOS, 1982, p.87).

É necessário resgatar o debate sobre a categoria de formação social, quando então se impõe, para aprofundamento da investigação, a categoria de modo de produção. A definição por oposição destes dois conceitos, um relativo à diversidade e unidade no tempo, o outro à diversidade e unidade no espaço, ressaltou a interdependência destas categorias na análise de qualquer realidade histórico-geográfica, ou seja, na análise das formações socioespaciais (VIEIRA; PEREIRA, 2007).

Para Espíndola e Silva (1997), no âmbito da ciência geográfica, a categoria formação socioespacial é de fundamental importância para pesquisas voltadas para o desenvolvimento social. Com base nos estudos de Milton Santos, Espíndola e Silva (1997) explicam que esta categoria não pode ser tratada sem a noção de espaço geográfico, pois este aparece tanto como produto quanto como uma condição para a reprodução social.

Dentre as diferentes discussões sobre o espaço geográfico, Massey (2004) apresenta algumas proposições de como se pode conceituar o espaço. Propõe que se entenda o espaço como “produto de inter-relações”, como “esfera da possibilidade da existência da multiplicidade” e como um processo “aberto, não finalizado, sempre em devir”. Pode-se perceber um discurso no qual o espaço é visto como produto de inter-relações, e elas só podem existir num espaço de multiplicidade, no qual nada é definitivo. A autora explica, ainda, que a multiplicidade está relacionada a uma ideia política que enfatiza as diferenças e a heterogeneidade. Para ela, a história do mundo não pode ser contada (e nem sua geografia elaborada) apenas pelos ocidentais, ou ainda, pelo “macho branco heterossexual” (MASSEY, 2004, p.10). Trata-se de reconhecer a coexistência de outros. A autora explica que imaginar o espaço como aberto e em processo vai ao encontro da crescente insistência dos discursos políticos de abertura do futuro.

Massey (2004) critica a definição de Bergson, que descreve o espaço como a dimensão da representação, da fixidez, do prender as coisas, como algo dissociado e oposto ao tempo. Opondo-se a esses conceitos - que associam o espaço a tudo que é fixo e estático - Massey (2004) apresenta o espaço num contexto em que predomina a inter-relação, a contemporaneidade dinâmica, a abertura radical e a heterogeneidade. Embora a autora conceba que espaço e tempo, mesmo distintos, estão intrinsecamente associados, diverge de Bergson referente ao que está sendo requerido do tempo e do espaço, explicando que: “para existir tempo, deve existir espaço” (MASSEY, 2004, p.13).

O espaço, então, é o produto das dificuldades e complexidades, dos entrelaçamentos e dos não entrelaçamentos de relações, desde o inimaginavelmente cósmico até o intimamente pequeno. O espaço, para repetir mais uma vez, é o produto de inter-relações (MASSEY, 2004, p.17).

Nessa mesma perspectiva, vale mencionar Santos (2002), que define espaço como um conjunto de fixos e fluxos. Para esse autor, fixos e fluxos juntos, interagindo, expressam a realidade geográfica e, assim, conjuntamente aparecem como um objeto possível para a geografia. “Foi assim em todos os tempos, só que hoje os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos” (SANTOS, 2002, p.62).

Soja (1993) contribui para este debate ao analisar o espaço sob a perspectiva de um método, ao mesmo tempo, materialista, histórico e geográfico, defendendo que espaço e tempo são inseparáveis. Cita, dentre vários autores renomados da geografia, Henri Lefebvre, que conceitua a espacialidade como “espaço socialmente produzido”, ao mesmo tempo, físico, mental e social. Essa concepção de formação socioespacial aponta obrigatoriamente no sentido da interdisciplinaridade, requisito fundamental para a percepção da totalidade e, ao introduzir a dimensão espacial, demonstra a impossibilidade de compreensão da sociedade sem referência ao espaço, pois toda formação econômico-social é espacial e temporalmente determinada (PEREIRA, 2003).

A complexidade da definição de “espaço geográfico” leva novamente a Santos (2002), que o considera como resultado de um conjunto indissociável, solidário e contraditório de objetos, um sistema de ações único no qual ocorre a história.

No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois cibernéticos fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina (SANTOS, 2002, p.63).

Com base nesses argumentos, pode-se concluir que não há dúvida de que o espaço geográfico é definido de diferentes maneiras tornando-se necessário ter claro quais são estas ênfases, bem como a concepção correta do termo. Santos (2002) destaca que corriqueiramente vê as expressões “configuração geográfica” e “paisagem” como sinônimos de espaço, sendo que a grande diferença é, justamente, tratarem de um dado técnico, enquanto o espaço geográfico é um dado social. A paisagem como sinônimo de configuração territorial se refere a um conjunto de formas, que exprimem as heranças das relações entre o homem e a natureza, o que significa dizer que o espaço corresponde a essas formas naturais mais a vida que as anima.

Estas reflexões teóricas contribuem para o entendimento de que a conceituação do espaço geográfico já possui alguns parâmetros bem definidos apesar de gerar, por vezes, muitas indagações e dúvidas. Os autores aqui discutidos sinalizam para a conceituação de um espaço geográfico mutável, em constante transformação de objetos e significados decorrentes das relações de produção, o que lhe dá, portanto, um caráter social.

O espaço geográfico é resultante de processos naturais e da ação humana, o que exige considerar a relação sociedade-espaço. Neste sentido, Santos (2002) complementa que os objetos são referentes aos elementos materiais presentes no espaço, os quais são pensados e elaborados pelos homens. Já as ações, emoções e razões, como também os objetos, referem-se aos sujeitos principais do espaço, os seres humanos. Assim, pois, o espaço deve ser entendido como aquele que é vivido, construído e representado pelos atores sociais que nele circulam.

O estudo do espaço geográfico se dá através da compreensão do processo histórico que o engendrou, bem como, a assimilação das atuais mudanças nos diferentes processos produtivos, e, conseqüentemente, no modo de vida das pessoas. Mudanças, estas, que impõem novas reconfigurações no espaço. É possível concluir que o espaço geográfico resulta das relações dos homens entre si e com a natureza em determinado tempo. Estas relações são, muitas vezes, marcadas por subjetividades que as tornam singulares, marcadas por peculiaridades que se inter-relacionam com o modo como vive a sociedade. Trata-se, portanto, de uma construção social compreendida a partir das diferentes formas que o ser humano habita e as transformações decorrentes dos processos utilizados para suprir suas necessidades. Tal compreensão converge, portanto, para um melhor entendimento da categoria de formação socioespacial.

Cabe destacar que o conceito de formação socioespacial originou-se da categoria de Formação Econômica e Social (FES) advinda dos preceitos teóricos da dialética marxista e do materialismo histórico. Santos (1978) sugere a categoria de Formação Econômica e Social (FES) como a mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida do espaço. Esta categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provêm o impulso. Nesta acepção, a Geografia constitui, através da noção de totalidade, o estudo das sociedades humanas em sua obra de permanente reconstrução de espaço herdado das gerações passadas. Para Mamigonian (1999) as tendências atuais da geografia visam, mais do que novos paradigmas, dar respostas à crise de sociedade, da civilização e da própria geografia.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista levou o mundo (como também o Brasil) a 1) uma mundialização econômica (não necessariamente à dissolução das fronteiras nacionais), que forçou a uma redefinição dos espaços nacionais, regionais e locais quanto aos: a) processos de suas constituições, b) seus papéis na divisão territorial e social do trabalho, c) seus novos significados e potenciais; 2) quebra da livre concorrência, intervenção do Estado, capitalismo monopolista financeiro e hoje nova tendência à

concorrência internacional, que provocaram: a) crises desigualmente distribuídas geograficamente, b) falência do Estado e dos setores em que atua (infraestruturas, previdência social, etc.), como enormes repercussões espaciais (MAMIGONIAN, 1999, p.173).

Neste contexto, verifica-se que a organização do espaço no sistema capitalista é realizada pelas próprias relações que vão se estabelecendo para a reprodução e acumulação do capital. Assim, as divisões do trabalho, que vão se sucedendo historicamente, criam novas atribuições aos territórios, transformando e recombinaando as características de cada lugar e exigindo, portanto, uma nova organização econômico-espacial. Para Santos (1978) a organização local da sociedade e do espaço reproduz a ordem internacional. A localização dos homens, das atividades e das coisas no espaço explica-se tanto pelas necessidades ‘externas’, aquelas do modo de produção ‘puro’, quanto pelas necessidades ‘internas’, representadas essencialmente pela estrutura de todas as procuras e a estrutura de classes, isto é, a formação social propriamente dita.

Diante do exposto, embora este trabalho consista em uma proposta para estudo em área específica – no Estado de Santa Catarina - faz-se necessário compreender as dinâmicas globais que incidem sobre as escalas locais. Neste sentido, Santos (2002) afirma que uma localidade se opõe à globalidade, mas também se confunde com ela. “A existência do mundo se dá nos lugares” (SANTOS, 2002, p. 322). O referido autor destaca que a relação do ser humano com o mundo mudou. Antes era local-local, agora é local-global. Assim, nenhum lugar se explica por si só, cada qual possui suas especificidades e tem seus significados conjugados a fatores endógenos e exógenos oriundos de diferentes momentos históricos. Nesta acepção, destaca-se a obra de Ignácio Rangel (1957), que relaciona a evolução da organização político-administrativa com o cenário socioeconômico e político vigente em distintos períodos da história do Brasil.

Para a compreensão da formação socioespacial do Estado de Santa Catarina, buscou-se, inicialmente, elementos explicativos na teoria da dualidade básica da economia brasileira, de Ignácio Rangel, apoiada

na ideia dos Ciclos Longos de Kondratieff.¹⁸ Assim, os esforços foram para elucidar os elementos constitutivos na formação socioespacial do Estado de Santa Catarina, bem como, inter-relacionar os diferentes momentos históricos, nacionais e internacionais, que influenciaram nesse processo.

A teoria econômica de Rangel demonstra a presença de polos no âmbito dos quais se desenvolvem estágios (lados interno e externo) dos modos fundamentais de produção de que trata o materialismo histórico marxista. Para Rangel (1998), as fases declinantes dos ciclos de Kondratieff são sempre o prenúncio de acontecimentos marcantes para a história brasileira.

O Brasil é uma economia extremamente sensível aos acontecimentos internacionais, inclusive os econômicos, particularmente os que se manifestam por impulsos partidos do centro dinâmico, em torno do qual gravita, juntamente com todo o mundo capitalista, sem excluir a vasta periferia subdesenvolvida. Ora, o centro dinâmico engendra movimentos periódicos ou ciclos que, do nosso ponto de vista, assumem a forma de fluxos e refluxos, que de perto nos interessam, porque condicionam e regulam a amplitude e as condições de nosso comércio exterior (RANGEL, 1998, p.146).

Rangel (1998) relaciona alguns importantes fatos históricos da economia brasileira com os ciclos de Kondratieff, destacando que a fase de declínio do 1º ciclo foi marcada pela Independência, a fase do 2º ciclo

¹⁸ Os ciclos econômicos referem-se a flutuações da atividade econômica em determinado período. Possui quatro fases: expansão, contração, recessão e recuperação. Na teoria da dualidade brasileira proposta por Rangel (1957) o ciclo de Kondratieff (50–60 anos) é o mais importante, pois o período de duração dos demais ciclos, o de Juglar (8 a 11 anos) e de Kitchin (3 a 4 anos) é insuficiente para ajustar a economia nacional à conjuntura global. Mamigonian (1999) explica que os ciclos de Kondratieff ocorrem devido a uma tendência à queda da lucratividade no capitalismo que estimula o surgimento de invenções. Estas, por sua vez, restabelecem a lucratividade e são, sucessivamente, aplicadas aos diferentes setores e ramos da economia (fases “a”). Todo este movimento gera um esgotamento da lucratividade possível, provocando a necessidade de novas invenções (fases “b”). (MAMIGONIAN, 1999).

pela proclamação da República, e a fase recessiva do 3º ciclo pela Revolução de 1930, que assinala o início da Revolução Industrial brasileira. Na visão de Rangel (1998), os aspectos do desenvolvimento humano em sociedade estão bem definidos na economia brasileira, seguindo as seguintes etapas: o comunismo primitivo (dos índios), feudalismo e capitalismo (mercantil, industrial e financeiro). O autor supracitado afirma que: “os modos de produção no Brasil são as dualidades” (RANGEL, 1998, p.16). Isto é, não existem no Brasil os modos de produção feudal, escravista, ou modo de produção capitalista. Existem sim, as dualidades, ou seja, combinações de modos de produção e relações de produção. Trata-se, portanto, de um modo de produção complexo, no qual estão presentes traços e especificidades dos distintos modos de produção combinadas dialeticamente.

Surge daí o entendimento de que o desenvolvimento é um processo eminentemente cíclico, regido por ondas de inovação tecnológica e pelo processo de acumulação de capital. Esse processo independe dos processos políticos e de planejamento. Trata-se, pois, de um processo contraditório através do qual a inovação tecnológica, cuja dinâmica explica o ciclo longo, está em permanente conflito com os capitais existentes e que são por ela depreciados.¹⁹ Rangel (1998) acrescenta que a história do Brasil não retrata fielmente a história universal, especialmente a europeia, porque a evolução do País não é autônoma, não é produto exclusivo de suas forças internas.

No caso brasileiro, a economia sempre tem encontrado meios e modos de ajustar-se ativamente à conjuntura implícita no ciclo longo, podendo-se destacar as substituições de importações, ajustada ao nível de desenvolvimento das forças produtivas e às relações de produção. Dessa forma, Rangel (1998) explica que a economia brasileira, quando

¹⁹ Schumpeter (1982) procurou explicar o crescimento em termos de inovação tecnológica (teoria dos ciclos longos). Para este economista austríaco, a capacidade e a iniciativa dos empresários criam oportunidades totalmente novas para investimentos, crescimento e emprego. A inovação é um conjunto de novas funções evolutivas que alteram os métodos de produção, criando novas formas de organização do trabalho e, ao produzir novas mercadorias, possibilita a abertura de novos mercados mediante a criação de novos usos e consumos.

confrontada com movimentos duradouros de fluxo e refluxo, em suas relações com o centro dinâmico universal, encontra meios de crescer "para fora", expandindo a produção exportável, ou, "para dentro", promovendo uma forma qualquer de substituição das importações.

Mediante o exposto, infere-se que o conhecimento aprofundado das transformações sociais e econômicas ocorridas ao longo da história são fundamentais para compreensão da realidade brasileira. Por isso, nesse estudo, com o objetivo de melhor conhecer e compreender a trajetória socioeconômica que culminou na realidade atual, recorreu-se aos estudos sobre: a formação socioespacial de Milton Santos (1978); o "complexo de combinações" de Cholley (1964); e sobre a dualidade brasileira realizado por Ignácio Rangel (1957).

1.2.2 Trabalho: Origem e Evolução

Para compreensão da base teórica sobre o trabalho nesta pesquisa partiu-se, inicialmente, da conceituação e evolução histórica do tema, para, depois, fazer uma abordagem sobre o trabalho na transição do feudalismo ao capitalismo. Percebeu-se, também, a necessidade de compreender teoricamente o trabalho sob o prisma marxista, para em seguida, contextualizá-lo na atualidade.

A história do trabalho surgiu desde a época em que os esforços humanos se davam, sobretudo, na busca pela sobrevivência, caçando e se protegendo de animais ferozes até as atuais formas inovadoras de trabalho, como o teletrabalho. Um aspecto concernente, entre os distintos autores que abordam esta temática, é que o trabalho existe para satisfazer às necessidades humanas, e como as nossas necessidades se renovam à medida que vão sendo satisfeitas, o trabalho é fator preponderante na satisfação da humanidade.

Nesta acepção, de acordo com Schoeck (1985), as atividades laborais, via de regra, têm seu ponto de partida na insatisfação. As necessidades para cuja satisfação se trabalha originam-se em um aspecto de ordem biológica, segundo o qual o instinto de conservação do indivíduo e da espécie o impele a adquirir os meios de satisfazer suas necessidades vitais.

Arendt (2007), na obra "A condição Humana", faz uma ampla discussão sobre as palavras labor, trabalho e ação (no original: *labor*,

work, and action), demonstrando, principalmente, a distinção entre os termos labor e trabalho. O labor é o processo biológico necessário para a sobrevivência do indivíduo e da espécie humana; está relacionado à dor, sofrimento e adversidade; têm a ver com as necessidades vitais, enquanto o trabalho é atividade executada com as mãos, transforma coisas naturais em coisas artificiais; corresponde ao artificialismo da existência humana. Para essa autora - diferentemente das definições de Marx (1964), que relaciona o trabalho à sua própria condição natural - o trabalho é uma atividade que o homem impôs à sua própria espécie, ou seja, é o resultado de um processo cultural.

A despeito da diferenciação terminológica de trabalho e labor, Arendt (2007) explica que a língua grega diferencia entre *poneineergazesthai*, o latim entre *laborareefacere* ou *fabricari*, que têm a mesma raiz etimológica. O alemão *arbeit* aplica-se originalmente ao trabalho agrícola executado por servos, e não ao trabalho do artífice, que era chamado de *werk*. A autora segue explicando que a evidência fenomenológica a favor da distinção destes dois termos é demasiadamente marcante para que a ignore.

Todas as línguas europeias, antigas e modernas, possuem duas palavras de etimologia diferente para designar o que para nós, hoje, é a mesma atividade, e conservam ambas a despeito do fato de serem repetidamente usadas como sinônimas (ARENDR, 2007, p. 90).

Corriqueiramente, estes termos são usados como sinônimos, já que poucos autores fazem a diferenciação das palavras *labor* e *work*²⁰. Ao se referir a origem da palavra “trabalho”, Leite (1994, p.13) explica que existem várias versões, uma delas seria a origem do termo latino *trabaculu*, da mesma raiz que deu em português trava, travar, e que em latim significava também uma canga colocada nos escravos para obrigá-

²⁰ Pode-se exemplificar com o artigo de Magalhães (2006, p.2) intitulado “A Atividade Humana do Trabalho [*Labor*] em Hannah Arendt” no qual critica Roberto Raposo, responsável pela tradução da obra *The Human Condition*, por traduzir as palavras labor e *work*, muitas vezes como sinônimas, “Roberto Raposo não nos ajuda, mas apenas dificulta, confunde e até impede a compreensão desta distinção”.

los a trabalhar. Outra versão, a mais corrente, é que a origem desta palavra vem do latim *tripalium*, uma espécie de aparelho formado por três paus (daí o nome), destinado a sujeitar os cavalos recalcitrantes na hora de ferrá-los, sendo usado, também, para arrancar confissões de criminosos. Em ambas as definições, a ideia é de obrigação, subjugação e subordinação.

É importante destacar que vários estudiosos discutem sobre o trabalho relacionando-o ao fato de outros animais, também, exercerem tal atividade. Como é o caso de Marx e Engels (2001) ao explicitarem que se pode distinguir o homem dos animais pela consciência, pela religião ou por qualquer coisa que se queira. No entanto, segundo eles:

o homem se diferencia propriamente dos animais a partir do momento em que começa a *produzir* seus meios de vida, passo este que se encontra condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida material (MARX; ENGELS, 2001, p. 19, grifos do original).

Contribuindo com essa acepção, Braverman (1987) explica que outros animais, como a formiga ou as abelhas, também realizam o trabalho, no entanto, estes, distinguem-se do trabalho humano por tratar-se de ações instintivas. O que caracteriza o trabalho humano é a adaptação a situações imprevistas e a fabricação de instrumentos, bem como o fato de ele ser consciente e proposital, na medida em que o resultado do processo existe previamente na imaginação do trabalhador. O homem faz uso do “cérebro”, da mente. Marx (2002) explica que o homem se utiliza das forças naturais do seu corpo para apropriar-se da natureza, dando forma útil à vida humana. Nesse processo, usa a imaginação, ou seja, o planejamento, o que ocasiona, também, mudanças na sua própria natureza. É esse processo que o distingue dos outros animais.

Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho. Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao

construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho, aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade (MARX, 2002, p. 211).

O ser humano foi, pouco a pouco, aprendendo a conhecer a natureza, servir-se dela e utilizá-la a seu favor. Assim a humanidade criou bens cada vez mais importantes para satisfazer suas necessidades. Para Lukács (1981, p.39), tanto o homem quanto o animal possuem necessidades, porém, só o homem realiza trabalho e constrói em sua mente de forma consciente um modo de satisfazer estas necessidades. É, portanto, “uma vitória do comportamento consciente sobre a mera espontaneidade do instinto biológico o fato de que entre a necessidade e a satisfação imediata seja introduzido o trabalho como elemento mediador” (LUKÁCS, 1981, p. 39).

Ora, se ao transformar a natureza, o indivíduo também se transforma, infere-se que tal situação ocorre devido às novas habilidades desencadeadas por este processo. Lessa (2007) explica que esse processo permite ao homem verificar se os seus conhecimentos e habilidades são suficientes para produzir algo desejado, bem como potencializar suas possibilidades, adquirindo novos conhecimentos e novas habilidades.

Desta forma, compreende-se que foi através do esforço para sua sobrevivência e melhor adaptação que o ser humano desenvolveu técnicas que favoreceram sua evolução. Pode-se exemplificar com o desenvolvimento da técnica do plantio que o permitiu aumentar a permanência no mesmo espaço, iniciando um processo de geração de riquezas. Para Lukács (1997, p. 24) “o trabalho é um ato de pôr consciente e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e de determinados meios” Entende-se, portanto que o aperfeiçoamento do trabalho gera produtos cada vez melhores, bem como, contribui para o desenvolvimento da espécie humana, posto que o trabalho figura como ocupação básica da humanidade.

Os primeiros vestígios do que concebemos como trabalho podem ser encontrados desde as formas primitivas da economia, na pré-história, quando o trabalho restringia-se meramente aos esforços destinados a sobrevivência e reprodução da espécie humana, tais como, caça, pesca e o pastoreio. Muito tempo transcorreu desde as primeiras formas de trabalho até a atual estrutura do Século XXI acarretando, também, em muitas fases. Algumas são distintas, tais como: início da agricultura, escravidão, servidão, corporações de ofício, a revolução industrial, etc. Leite (1994, p.14) dá ênfase à contribuição das técnicas para as mudanças significativas nas distintas fases do trabalho, mencionando que: “Antes até dos refinamentos e prodígios que hoje conhecemos como tecnologia, muita coisa do mesmo gênero aconteceu: a invenção da roda, as ferramentas básicas, a máquina a vapor, a eletricidade”.

Para o entendimento das diferentes fases do trabalho faz-se importante destacar que houve uma época, na antiguidade, que o trabalho era desprezado, para não dizer malvisto. Leite (1994, p.16) cita que: “de início os escravos eram apenas os derrotados nas guerras, como nos mostra de maneira exuberante a história do Império Romano. Mais tarde surgiu o tráfico de escravos” O trabalho de escravos e trabalho escravo se tornaram sinônimos. Até filósofos e sábios consideravam subalterno o trabalho simplesmente manual, era totalmente natural usar escravos para todo tipo de trabalho que os ricos consideravam indigno deles.

Lafargue (2002, p.64) salienta que “Os filósofos antigos argumentavam entre si sobre a origem das ideias, mas eram unânimes quando se tratava de repúdio pelo trabalho”.

A natureza – diz Platão – na sua utopia social, na sua República-modelo, a natureza não criou nem sapateiros nem ferreiros; tais ocupações degradam as pessoas que as exercem, vis mercenários, miseráveis sem nome que são excluídos pelo seu próprio estado dos direitos políticos. Quanto aos comerciantes, habituados a mentir e a enganar, apenas serão tolerados na cidade como um mal necessário. O cidadão que se tenha deixado aviltar pelo comércio de loja será perseguido por esse delito. Se for culpado, será condenado a um ano de prisão. A punição passará para o dobro a cada reincidência (LAFARGUE, 2002, p.65).

Outro filósofo que comungava desse posicionamento era Aristóteles. Segundo ele, para o homem adquirir cultura, era preciso ser rico e ocioso e isso somente seria possível com a utilização dos escravos. Afirmava, ainda, que na espécie humana existem seres tão inferiores a outros quanto o corpo o é em relação à alma, ou a besta ao homem; são aqueles para os quais a utilização da força física é o melhor que deles se consegue. Assim, a escravidão é uma condição natural (ARISTÓTELES, 2001).

A exploração de um ser humano pelo outro sempre teve suas justificativas conforme os diferentes momentos históricos e, em detrimento de interesses específicos. Foi logo após o sistema de comunidade primitiva, que se instaurou o sistema escravista, o qual somente dá mostras a declinar com o surgimento do feudalismo. Oliveira (2006, p.42) destaca que “A passagem do escravismo ao servilismo é marcada por profundas transformações, ocorridas na Europa ocidental de domínio romano após as invasões bárbaras”. Foi nesse período que o trabalho escravo deixou de corresponder às necessidades da produção, devido tanto ao avanço dos latifúndios e a institucionalização do colonato, quanto aos altos preços dos escravos, o que deixava de compensar o investimento inicial, bem como sua própria manutenção.

Segundo Oliveira (2006), foi através do desenvolvimento da agricultura mercantil, juntamente com a circulação da moeda que as atividades artesanais e o comércio ganharam forças. Surgiram daí as corporações de ofício²¹, onde o trabalhador adquiriu liberdade parcial. O homem que apenas trabalhava para o outro passou a trabalhar para si mesmo, passando a exercer atividade organizada de forma coletiva.

Com o desenvolvimento do artesanato iniciou-se a formação das cidades, surgindo, assim, novas profissões e aumentando o comércio. Começou, então, a separação entre a cidade e o campo. Essas mudanças

²¹ O termo “corporações de ofício” não era utilizado antes do século XVIII. Para o homem medieval a denominação era *ministeria*, *guildas*, *hansas*, *artes* etc. No entanto, as corporações galo-romanas são conhecidas desde o século I d.C. Os trabalhadores eram recrutados desde a fase de aprendizagem, seguindo uma linha hereditária na qual os pais transmitiam aos filhos seus ofícios. “Somente após o século X que novos movimentos corporacionistas vão surgir na Europa, mas foi na primeira metade do século XII que se organizaram efetivamente as corporações profissionais” (OLIVEIRA, 2006, p.62).

não serviram para amenizar as desigualdades entre as classes, pelo contrário, acentuaram-nas. De um lado estavam os ricos que detinham os animais de trabalho, os instrumentos de produção, inseridos aí os escravos que eram tratados como tal, e o dinheiro. Do outro, os pobres, em situação cada vez mais difícil. Os ricos se apoderavam de imensas terras constituindo os latifúndios (OLIVEIRA, 2006).

Com as invasões bárbaras²² e a queda do Império Romano o escravismo passou a dar lugar ao servilismo, característico do sistema feudal. As relações laborais dessa época caracterizavam-se pela vassalagem e submissão do camponês ao senhor feudal. O feudalismo é caracterizado pela coerção traduzida pelo trabalho compulsório sob relações de dominação e de servidão. “Essas relações ocorrem, essencialmente, no campo, onde o produtor direto não é proprietário da terra e trabalha para o senhor sob formas de dependência social e jurídica legitimadas pelo poder político” (OLIVEIRA, 2006, p.48).

Há de se considerar, também, o papel da Igreja, visto sua importância neste período histórico, uma vez que, proprietária de grandes extensões de terras, comumente agia como entidade dominante. Arendt (2007) explica que:

O antigo desprezo em relação ao escravo, menosprezado porque servia apenas às necessidades da vida e se submetendo ao domínio do amo por desejar permanecer vivo, não poderia sobreviver na era cristã. Já não era possível menosprezar o escravo, como Platão o fazia, por não haver cometido suicídio ao invés de submeter-se, pois permanecer vivo em quaisquer circunstâncias passara a ser um dever sagrado (ARENDDT, 2007, p.329).²³

²² Os bárbaros, cuja denominação genérica era “germanos”, tinham a organização original caracterizada por estruturas agrárias comunitárias do tipo primitivo, cujo gênero de vida é determinado pela guerra e pela agricultura sazonal. O quadro geral da estrutura fundiária bárbara consistia na apropriação coletiva da terra, no trabalho e na apropriação individual dos produtos da criação (OLIVEIRA, 2006, p.43).

²³ Arendt (2007, p. 329; 330) faz uma discussão mais aprofundada sobre o posicionamento da Igreja em relação ao trabalho, citando que não há qualquer indicação da moderna glorificação do trabalho (enquanto labor) no Novo

Desde a primeira fase do feudalismo que a Igreja utilizando-se da arrecadação do dízimo, in natura e em terras, acumulou bens que lhe permitiram construir a base econômica de sua expansão. A Igreja reproduzia os mesmos tipos de coerção conhecida entre os senhores feudais, gerando, conflitos permanentes entre a suserania leiga e a eclesiástica. No entanto, as formas de coerção combinavam nas suas formas político-jurídicas e ideológicas (OLIVEIRA, 2006).

É relevante destacar que nem toda a Europa ocidental conheceu as formas fundamentais do feudalismo e as partes que conheceram romperam suas estruturas feudais de modo desigual e cronologicamente diverso. O famoso debate, na década de 1950, entre Maurice Dobb (1987, 2004) e Paul Sweezy (2004) apresenta uma rica discussão acerca da transição do modo de produção feudal para o capitalismo. Os principais pontos desta discussão permeiam as definições conceituais de feudalismo e capitalismo, porém vão além de mera questão terminológica envolvendo toda uma análise histórica. Trata-se de um bom exemplo de como as interpretações subjetivas e o método dialético podem contribuir para a evolução do pensamento e um melhor entendimento de determinadas questões.

O que é relevante para a presente discussão é o modo como estes autores abordam os aspectos característicos da transição do feudalismo para o capitalismo e das relações de trabalho imbuídas neste processo. O ponto de partida da polêmica foi dado por Maurice Dobb (1987). Utilizou-se do contexto histórico, e embasado no referencial marxista, destacou dois fatores que desencadearam o declínio do feudalismo: a insuficiência do feudalismo como sistema de produção e as crescentes necessidades de receitas por parte da classe dominante. A necessidade de receitas, cada vez maiores, originou numa superexploração dos servos que viviam nas propriedades senhoriais, o que contribuiu para o desaparecimento da força de trabalho que sustentava todo o sistema econômico.

Testamento ou em escritores cristãos pré-modernos. “Na filosofia cristã mais recente, e particularmente em Tomás de Aquino, o trabalho (como labor) era o dever daqueles que não tinham outro meio de sobrevivência, sendo que o dever consistia em manter-se vivo e não em trabalhar”.

O resultado dessa pressão maior foi não só exaurir a galinha que punha ovos de ouro para o castelo, mas provocar, pelo desespero, um movimento de emigração ilegal das propriedades senhoriais: uma deserção *em masse* por parte dos produtores, que estava destinada a retirar do sistema seu sangue vital e a provocar a série de crises nas quais a economia feudal iria achar-se mergulhada nos séculos XIV e XV (DOBB, 1987, p.55).

Sweezy (2004) com base no referencial de Henri Pirenne²⁴ critica Dobb argumentando que para sua teoria ter lógica, seria necessário provar que essa situação que ele descreve – fuga dos servos para as cidades e a necessidade de mais receitas dos senhores feudais - aconteceu por questões internas ao próprio sistema feudal. Igualmente, afirma que Dobb não consegue provar que as cidades foram um processo interno ao sistema feudal, visto que o comércio era incompatível à economia feudal. Explica, ainda, que o produto obtido pelo comércio era mais barato do que aqueles fabricados no interior do feudo, isso forçou a economia de troca e instigou o desejo de consumo.

considerando-se o que se passava fora do sistema feudal, encontramos múltiplas razões para a crescente extravagância da classe dominante feudal: a rápida expansão do comércio a partir do século XI punha ao seu alcance uma quantidade de bens cada vez maior e mais variada (SWEETZY, 2004, p.47).

²⁴ Destaca-se o trabalho de Pimenta (2012), resultado de sua tese de doutoramento em geografia, o qual faz um amplo estudo adotando a obra principal de Henri Pirenne (*The Medieval Cities: their origins and the revival of trade*). Pimenta (2012) justifica a necessidade de uma dimensão geográfica nos estudos de história da ciência e da sua especial aplicabilidade ao domínio do Pensamento histórico (geo-historiografia). Para tanto, adotou o referencial teórico do historiador belga Henri Pirenne (1862-1935), centrado na questão da emergência da economia e sociedade medieval, e do papel da cidade nessa evolução. Henri Pirenne destaca-se, sobretudo, por três grandes contribuições para a história da Europa. Em primeiro lugar, a que ficou conhecida como "Tese de Pirenne", concernente às origens da Idade Média; em segundo, por uma visão distinta acerca da história medieval da Bélgica; e, em terceiro lugar, por seu modelo acerca do desenvolvimento da cidade medieval.

Sweezy (2004) chama a atenção para a fuga dos servos que ocorreram simultaneamente com o crescimento das cidades, especialmente nos séculos XII e XIII - fato que teve pouca atenção de Dobb (2004). Para Sweezy (2004), não há dúvida de que as cidades em crescimento, oferecendo emprego e melhoria de posição social, agiram como um potente ímã para a população rural oprimida. Para ele foi o crescimento da produção de mercadoria quem primeiro chocou as estruturas do feudalismo preparando, assim, o terreno para o desenvolvimento do capitalismo.

Dobb (2004) contra argumenta explicando que acreditar na teoria de Sweezy seria fazer uma “exceção à lei geral marxista do desenvolvimento, segundo a qual a sociedade econômica se move por suas próprias contradições internas” (DOBB, 2004, p.73).

Para Sweezy (2004) o feudalismo é internamente estável, e só poderia desintegrar-se pelo impacto de uma força externa, no caso, o mercado e o comércio. Dobb (2004) explica que Sweezy se equivoca ao afirmar que existe uma correlação necessária entre a desintegração feudal e a proximidade do comércio. Tal fortalecimento deu-se entre a proximidade do mercado e o fortalecimento da servidão. Segundo Dobb (2004) é a expropriação que constitui a essência do processo de acumulação, e não a mera aquisição de categorias especiais de bens pelos capitalistas.

Esta discussão resultou no texto de Takahashi (2004), o qual confirma, ao contextualizar o feudalismo, que as mudanças do feudalismo para o capitalismo não foram uniformes, desencadeando fases distintas conforme cada país, citando o Japão como exemplo. Questiona o porquê Sweezy, que certamente conhecia o modo feudal de produção na Europa oriental e na Ásia, limitou sua consideração apenas à Europa Ocidental? Critica-o argumentando que comparado com o feudalismo da Europa Oriental, o feudalismo europeu ocidental não parece mais conservador: “muito pelo contrário. O fator que deteve o crescimento autônomo da sociedade capitalista moderna na Europa Oriental e na Ásia foi precisamente a estabilidade da estrutura interna da propriedade feudal territorial nesses países” (TAKAHASHI, 2004, p.93).

Nesta contextualização faz-se mister destacar que Sweezy (2004) nega a dialética interna do sistema feudal e não considera o colapso de uma dada estrutura social como resultado de um movimento autônomo de suas forças produtivas. Para os marxistas, como é o caso de Dobb, as

contradições externas são as responsáveis pelo desenvolvimento e posterior substituição de um sistema de produção por outro. Para Dobb (2004), a transição do trabalho servil para um trabalho assalariado, se deve ao fato de existir oferta de trabalho barato, mas, no entanto, não vê a troca das prestações de trabalho por prestações em dinheiro como fator determinante para acabar com o feudalismo.

Ainda que os autores, Dobb e Sweezy, discordem de pontos da teoria de um e de outro, especificam pontos que demonstram como o feudalismo foi um período marcado pela contradição, engendrando o início do sistema capitalista. Assim, há divergências entre eles, porém há, também, complementaridade nas argumentações desses autores sobre os reais fatores que induziram a desintegração do sistema feudal. A exploração dos servos pelos senhores feudais favoreceu a busca e a luta por melhores condições de vida, sendo que o comércio foi a alternativa para os servos se verem livres das pressões dos senhores feudais e passassem a adquirir mais renda.

Mamigonian (1982) explica que o modo de produção capitalista iniciou-se com a manufatura, cujos prenúncios ocorreram nas cidades italianas (séc. XIV e XV) e flamengas (séc. XV), mas a era capitalista data do século XVI quando surgiram as manufaturas na Inglaterra. O fato é que esse sistema, desde então, foi se estruturando e contribuindo para uma nova formação capaz de desestruturar as antigas relações sociais e produtivas. Assim, surgiram novas relações sociais e produtivas impulsionadas pela acumulação primitiva, pelas lutas de classes, pela divisão do trabalho que, combinadas, resultaram no trabalho assalariado e na exploração capitalista da mão-de-obra.

Referente ao início do sistema capitalista, Oliveira (2006) explica que o comércio aumentou, estendeu-se e tornou-se necessário aumentar os processos de fabricação. Assim, as oficinas dos artesãos deram lugar para as manufaturas e as grandes fábricas que surgiam. O capital comercial passou a capital industrial e a produção foi acelerada pela inovação tecnológica, financiada pela burguesia enriquecida, dando início à fase da Revolução Industrial.

O apogeu da burguesia contrastou com o operariado que passou a formar a classe proletária, sujeita a todas as vicissitudes da expansão burguesa. “O trabalhador torna-se apêndice da máquina e a sua capacidade produtiva condiciona-se à noção de lucro, isto é, pelo que o seu trabalho representa na consecução do produto” (OLIVEIRA, 2006, p.79).

Desde o início da Revolução Industrial os trabalhadores buscaram reagir contra o emprego da máquina, vista como fator de desemprego e de supressão do trabalho. Foi neste período, também, que as discussões do trabalho como fator de produção ganharam destaque nas obras de Karl Marx. Em meados do século XIX (final de 1847 e início de 1848) Marx e Engels (1998), em contraposição a exploração da classe trabalhadora pela burguesia, lançaram o Manifesto Comunista. Trata-se de um documento histórico que marcou e contribuiu com o desenvolvimento da sociedade em um determinado período, porém não perdeu sua relevância, descrevendo, de forma bastante atual, os problemas da sociedade contemporânea. Tal fato estimula vários autores, ainda hoje, a discuti-lo, como é o caso de Fausto (1998), Berman (1986), Harvey (2004) dentre outros.

Para uma melhor contextualização do processo histórico do trabalho e mediante a importância das discussões de Marx sobre os aspectos concernentes ao tema (mais valia absoluta e relativa, valor-trabalho, valor de uso, etc.) foi necessária uma melhor análise do trabalho sob o prisma das teorias marxistas.

Marx apresenta o trabalho como o centro das atividades especificamente humanas. Envolve, portanto, a dinâmica da base produtiva das sociedades e das lutas de classes daí decorrentes. Para Marx (1987), o trabalho, independente de suas formas históricas, é um processo entre o homem e a natureza. Assim, explica que meio e objeto de trabalho são meios de produção, e o trabalho é trabalho produtivo. A conceituação de trabalho produtivo, derivada apenas do processo de trabalho, não é de modo algum adequada ao processo de produção capitalista. Anterior a Marx, Adam Smith, em seus esforços para entender a riqueza das nações, já discutia sobre o trabalho produtivo, vinculando a eficiência produtiva e a desumanização das atividades de trabalho:

Com o avanço da divisão do trabalho, a ocupação da maior parte daqueles que vivem do trabalho, isto é, da maioria da população, acaba restringindo-se a algumas operações extremamente simples, muitas vezes a uma ou duas. Ora, a compreensão da maior parte das pessoas é formada pelas suas ocupações normais. O homem que gasta toda sua vida executando

algumas operações simples, cujos efeitos também são, talvez, sempre os mesmos ou mais ou menos os mesmos, não tem nenhuma oportunidade para exercitar sua compreensão ou para exercer seu espírito inventivo no sentido de encontrar meios para eliminar dificuldades que nunca ocorrem. Ele perde naturalmente o hábito de fazer isso, tornando-se geralmente tão embotado e ignorante quanto o possa ser uma criatura humana [...]. Este tipo de vida corrompe até mesmo sua atividade corporal, tornando-o incapaz de utilizar sua força física com vigor e perseverança em alguma ocupação para a qual foi criado. Assim, a habilidade que ele adquiriu em sua ocupação específica parece ter sido adquirida às custas de suas virtudes intelectuais, sociais e marciais. Ora, em toda sociedade evoluída e civilizada, este é o estado em que inevitavelmente caem os trabalhadores pobres - isto é, a grande massa da população (SMITH, 1988, p. 213-214).

Para Smith (1988), o trabalho produtivo é aquele que aumenta a riqueza nacional e o trabalho improdutivo desaparece no momento em que é feito e, portanto, não contribui para o aumento da riqueza nacional. Assim, uma pessoa enriquece empregando muitos operários, pois estes lhe gerarão lucros, e empobrece mantendo muitos criados domésticos, já que a despesa de manutenção de um criado doméstico nunca é repostas.

Há que se reconhecer, contudo, a continuidade e o aprimoramento das teorias de Smith por Marx, incluindo aí a mais-valia. Para Marx (1978), uma parte do trabalho produtivo produz a mais-valia e, outra parte, realiza a transformação desta mais-valia em dinheiro, acarretando a produção como capital. O trabalho continua sendo produtivo na medida em que produz *mercadorias* como unidade de valor de uso e de valor de troca. Mas o processo de trabalho é apenas um meio para o processo de valorização do capital, assim, cabe destacar que é *produtivo* o trabalhador que executa *trabalho produtivo*, e é *produtivo o trabalho* que gera diretamente *mais-valia*, isto é, que *valoriza* o capital. “O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem de produzir mais-valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista, servindo assim à auto-expansão do capital” (MARX, 1978, p.584).

Não obstante, Marx (1978, p.585) subdivide a mais valia em absoluta e relativa e explica o que as difere:

A produção da mais valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida da produção da mais valia relativa. Esta pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. Para prolongar o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzir-se em menos tempo o equivalente ao salário.

Ora, se a essência do capitalismo é a mais valia, fica claro que o capitalista tem como objetivo primeiro o lucro e/ou a valorização do capital. Assim, a obtenção da mais-valia absoluta e relativa é diretamente proporcional à magnitude do capital e força da classe dominante perante os trabalhadores assalariados.

Nesta acepção, as teorias de Marx dão grande ênfase à relação conflituosa decorrente do domínio de uma classe sobre outra, utilizando, basicamente, os antagonismos da burguesia e do proletariado. Na edição inglesa do Manifesto Comunista (em 1888), Engels definiu os burgueses como a classe dos capitalistas modernos que são proprietários dos meios sociais de produção e utilizam o trabalho assalariado. E os proletários, a classe dos modernos trabalhadores assalariados que, não possuindo meios próprios de produção, dependem da venda de sua força de trabalho para sobreviver (MARX, ENGELS, 1998, p.8).

A classe burguesa teve grande importância nos acontecimentos que contribuíram para a expansão do comércio e, conseqüentemente, da economia. Paralelo a este crescimento, a burguesia obtinha, cada vez mais, poder e domínio. Marx e Engels atribuem à ascensão da burguesia a fatores (descoberta e colonização da América, circum-navegação da África, mercados da Índia e da China) que impulsionaram o comércio, a navegação e a indústria, relacionando o processo de produção e circulação com o fenômeno de globalização e, conseqüentemente o domínio político

por parte dos burgueses. “O poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo” (MARX, ENGELS, 1998, p.10).

Outro fator referenciado no manifesto e que merece destaque é o crescimento dos espaços de domínio da burguesia. Para Marx e Engels (1998, p.12), “impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte [...]”. Os autores ainda complementam fazendo uma descrição impressionante de “globalização” nos moldes que ainda hoje conhecemos. Globalização que só foi alcançada através do comércio, navegação e inovações no processo de comunicação.

Criticam o consumismo imposto pelo sistema capitalista e deixam clara a preocupação com a internacionalização até mesmo da produção intelectual. Falam de um consumismo exacerbado, ou seja, a lógica do capital. Percebe-se no discurso do Manifesto a emergência de um mercado mundial que cresce e se solidifica, ao mesmo tempo em que absorve e destrói os mercados locais e regionais com os quais entra em contato.

Pode-se destacar, aqui, a dificuldade em visualizar o futuro. Se não é possível prever os acontecimentos, surgem, inevitavelmente, medos e receios do que poderá vir a acontecer. É fato que naquele momento os novos processos de globalização surgiam como algo totalmente inovador e, logicamente, eram muitos os receios mediante o novo fenômeno. Ainda hoje, percebe-se discursos aterrorizadores das consequências da globalização, entretanto, há correntes filosóficas que sinalizam para um processo que pode favorecer a nova lógica de mercado.²⁵

²⁵ Pode-se exemplificar com Milton Santos que apresenta uma visão otimista do processo de globalização futuro, quando destaca que: “não cabe, todavia, perder a esperança, porque os progressos técnicos [...] bastariam para produzir muito mais alimentos do que a população atual necessita e, aplicados à medicina, reduziriam drasticamente as doenças e mortalidade. Um mundo solidário produzirá muitos empregos, ampliando um intercâmbio pacífico entre os povos e eliminando a belicosidade do processo competitivo, que todos os dias reduz a mão-de-obra. É possível pensar na realização de um mundo de bem-estar, onde os homens serão mais felizes, um outro tipo de globalização.” (SANTOS, 2002, p.80).

A esse respeito, destacamos os estudos de Berman (1986) que intitula essa fase de “moderno” e da necessidade de adaptação a essas mudanças. Segundo Berman (1986) faz-se necessário que os seres “alienados” se transformem e se adaptem²⁶. Destaca que, na roda do capitalismo tudo o que hoje é moderno amanhã já será obsoleto. Neste sentido, Berman (1986) enfatiza que Marx coloca o paradoxal princípio da livre troca, que traz tudo ao nível de mercado, fazendo com que existindo a necessidade existirá a oferta, e com a oferta existirá a necessidade, o que faz que mesmo as atividades de maior respeito e consideração sejam levadas ao profanismo. “Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo que é sólido desmancha no ar”“. (BERMAN, 1986, p.15).

Marx e Engels (1998) citam que mais importante do que as lutas, resultantes da organização dos trabalhadores, que já se expandiam em diversas localidades, era a união crescente destes trabalhadores. Ou seja, a união que forma a classe dos trabalhadores, evidenciando a luta pelos mesmos ideais, já que “toda luta de classes é, contudo, uma luta política” (MARX, ENGELS, 1998, p.17). Esta frase é parafraseada por Fausto (1998) para exemplificar algumas dificuldades teóricas quanto à redação do manifesto, incluindo, aí, mais uma vez, a dialética²⁷. Fausto (1998) menciona que para alguns althusserianos há falta de rigor por parte dos

²⁶ O autor utiliza a expressão “alienado” referindo-se a concepção de “trabalho alienado” discutido por Marx (1964). Para Marx o trabalhador encontra-se num estágio de total alienação: ao produto do seu trabalho, que não lhe pertence e no qual não se reconhece; ao próprio ato de produção, uma vez que todos os procedimentos de trabalho são determinados pelo capitalista; à sua espécie, uma vez que, ao ser equiparado à categoria de máquina, não se reconhece enquanto humano; e por último em relação aos outros homens, nos quais não vê humanidade. Esse processo de alienação é resultante do sistema capitalista, o qual impulsiona para um mundo cada vez mais desumanizado (MARX, 1964).

²⁷ Fausto (1998) chama a atenção para a dialética predominante no manifesto. Um exemplo é a noção de classe. Em vários momentos fala-se em “organização do proletariado em classe”, ora, o proletariado não organizado já não é uma classe? Fausto explica que tal expressão implica que antes de ser organizada a *classe é e não classe*. Diante de tal reflexão Fausto (1998) ironiza que para entender bem a lógica do Manifesto é preciso ter lido Santo Anselmo e a sua formulação clássica de argumento ontológico.

autores do manifesto. Explica, ainda, que a referida frase possui o que ele denomina de “juízo de reflexão”, ou seja, “toda luta de classes se reflete em, ou se torna, luta política” (FAUSTO, 1998, p.108).

No manifesto, além das classes da burguesia e do proletariado, Marx e Engels (1998) mencionam as classes médias (pequeno industrial, pequeno comerciante, artesão e o camponês) tidas como reacionárias, segundo eles trata-se de uma classe que não defendem os mesmos objetivos do proletariado a não ser quando estão prestes a tornar-se um proletariado. Para esta questão, Harvey (2004) considera que ignorar o potencial revolucionário de movimentos rurais, agrícolas e do campesinato parece-lhe um tanto prematuro²⁸. A longa história de lutas e batalhas travadas por pequenos produtores, camponeses e outros trabalhadores agrícolas, pôs em questão o pressuposto central do Manifesto acerca de onde estava o potencial de ação (e reação) revolucionária.

O capítulo II do Manifesto evidencia que os proletários são também os comunistas. Marx e Engels não pensaram a possibilidade da emergência de outras formas de exploração e de dominação. De certa forma, estavam muito mais voltados para a análise do poder e dominação da burguesia e das condições miseráveis e impossibilidade de ascensão social dos trabalhadores exemplificada pela seguinte indagação:

Será que o trabalho assalariado, o trabalho do proletário, cria propriedade para ele? De modo algum. Cria capital, quer dizer, propriedade que explora o trabalho assalariado e que só pode se multiplicar se criar mais trabalho assalariado que possa ser novamente explorado (MARX, ENGELS, 1998, p.22).

Vale destacar a menção de Marx e Engels (1998, p.22): “O preço médio do trabalho assalariado é o mínimo de salário, isto é, a soma dos meios de subsistência necessários para manter vivo o trabalhador

²⁸ Harvey (2004) exemplifica esta questão lembrando os mártires Tolpuddle, trabalhadores agrícolas que tentaram criar um sindicato em Dorset e terminaram exilados na Austrália pelos problemas que causaram. Destaca, ainda, que muitos segmentos do campo francês estavam movidos em 1848 pelos mesmos sentimentos revolucionários que deles fizeram atores tão essenciais da revolução francesa.

enquanto trabalhador”. Desta forma, explicam que se trata de uma forma miserável de apropriação, que faz com que o trabalhador viva para multiplicar o capital. Assim, propõem uma sociedade comunista onde haja a supressão da propriedade burguesa, ou seja, da propriedade privada.

Acreditar que poderia existir uma sociedade comunista, conforme proposta por Marx e Engels (1998) parece-nos ilusório. “[...] o trabalho acumulado é apenas um meio para ampliar, enriquecer e incentivar a existência do trabalhador” (MARX, ENGELS, 1998, p.22). Atualmente percebe-se facilmente que o ser humano não possui os mesmos ideais e nem os mesmos objetivos de vida. Assim, enquanto alguns trabalham e acumulam com o objetivo de enriquecer e tal fato o motiva a continuar a trabalhar, existem outros que esperam que alguém trabalhe para que possam sustentá-los.

Existem muitos trabalhadores que fazem hora-extra, trabalha aos finais de semana, enfim, buscam de alguma forma, a acumulação, enquanto há outros que preferem esperar até o final do mês para buscar os auxílios sociais. Esta questão é apresentada no Manifesto demonstrando, que já na época, causava polêmica: “Alega-se que, com a abolição da propriedade privada, toda atividade seria paralisada e a preguiça se disseminaria. Se assim fosse, a sociedade burguesa já teria sucumbido à ociosidade; pois nela os que trabalham não lucram nada, e os que lucram não trabalham” (MARX, ENGELS, 1998, p.24).

Trazendo esta questão para a atualidade, Harvey (2004) menciona que as estimativas, segundo o Banco Mundial, é que a força de trabalho global dobrou de tamanho entre 1966 e 1995. No entanto, a maior parte dessa força de trabalho assalariada vivia nas mais lamentáveis condições. O autor supracitado destaca, ainda, que as condições materiais que desencadearam o ultraje moral de que está infuso o Manifesto não desapareceram. Pode-se percebê-las em tudo ao nosso redor (de sapatos da *Nike*, produtos da *Disney* e roupas da *GAP* aos produtos *Liz Claiborne*). Os diferenciais - tanto geográficos como sociais - em termos de salários e de benefícios sociais no universo da classe trabalhadora global também são bem mais pronunciados do que em qualquer época.

O hiato político e econômico entre os trabalhadores mais bem remunerados da Alemanha e dos Estados Unidos, por exemplo, e os assalariados mais pobres da Indonésia e de Mali é bem maior do que o que separava a chamada aristocracia dos trabalhadores europeus e seus companheiros não-especializados do século XIX (HARVEY, 2004, p.69).

Em relação à proposta do Manifesto de que a divisão de classes desapareceria, percebe-se, claramente, que até nossos dias tal feito não foi alcançado. Muito pelo contrário, as divisões da sociedade em classes são cada vez mais perceptíveis. Vale destacar a citação na qual conclamam:

O poder político propriamente dito é o poder organizado de uma classe para dominar outra. Se, em sua luta contra a burguesia, o proletariado necessariamente se constitui em classe, se por meio de uma revolução se converte em classe dominante e, como tal, suprime violentamente as velhas relações de produção, então, junto com elas, suprime os antagonismos de classes e as classes em geral e, com isso, abole sua própria dominação de classe” (MARX, ENGELS, 1998, p.12).

Nesta parte do manifesto evidencia-se um ideologismo que não pôde ser alcançado e nem o poderia se levarmos em conta o próprio interesse “egoísta” do ser humano. Os autores propõem uma “associação em que o livre desenvolvimento de cada um é pressuposto para o livre desenvolvimento de todos.” Ora, se considerarmos os diferenciais humanos, nos questionamos se seria concebível tal feito, visto que, nem todos se esforçam para a melhoria e desenvolvimento, o que implica em dispêndio para os demais da sociedade. Tanto o capitalismo moderno, como o processo de globalização atual se assemelham bastante com o esboçado por Marx e Engels, ou seja, após mais de um século e meio o Manifesto se faz, ainda, bastante atualizado.

Na verdade, ao contrário das sociedades distintas em espaços restritos, atualmente, ocorre tanto uma universalização de relações de produção, como, também, a universalização das mais diferentes redes sociais. Igualmente, vale destacar que, tais processos não sinalizam para

uma igualdade de direitos entre as classes e nem da diminuição das necessidades impostas pelo capital. O que se percebe é que, os mesmos anseios e pretensões do Manifesto Comunista fazem-se presente na atualidade, ou seja, continua a busca, por parte de muitos, por um sistema econômico que responda a demanda em prol de melhores e igualitárias condições de bem-estar e justiça social.

As relações de trabalho se ampliaram e, atualmente, tornaram-se bastante complexas, tanto nos aspectos referentes aos vínculos empregatícios, quanto nos espaços destinados à produção. Graças às novas fontes de energia foi possível criar novas máquinas e ferramentas e, em decorrência disso, outra estrutura de trabalho foi colocada em prática.

Com a intensificação na utilização da tecnologia e, principalmente na evolução dos transportes, as distâncias territoriais diminuíram consideravelmente sua importância, culminando com a aceleração e a melhor distribuição de mercadorias produzidas localmente para qualquer lugar no mundo. Desta forma, as organizações descentralizaram seus processos produtivos, passando a produzi-los em qualquer parte do mundo que apresentasse redução de custos e maximização dos resultados.

Pochmann (2002) explica que, neste novo século (XXI), tem havido uma crescente dificuldade na definição do que seja trabalho e emprego. Apresenta três novas questões que estão se disseminando:

- ❖ A primeira refere-se ao fim do emprego produzida pelo viés de determinismo tecnológico, a qual é responsável pela destruição radical e generalizada das ocupações, gerando um desemprego estrutural.
- ❖ A segunda questão concentra-se nas interpretações sobre o futuro do trabalho sem o emprego assalariado – expansão do trabalho independente e por conta própria – aumentando, cada vez mais, as redes de produção na economia global decorrente da difusão de novos postos de trabalho vinculados aos consultores e trabalhadores autônomos para a grande empresa.

- ❖ A terceira questão, está associada à perda de centralidade do trabalho nas sociedades modernas, ou seja, ao enfraquecimento das atividades vinculadas ao trabalho como mecanismo de promoção da identidade e sociabilidade entre os indivíduos, de valorização e *status* socioeconômico e de organização das sociedades.

Na realidade, tornou-se corriqueiro falar de uma “nova revolução” relacionada aos avanços tecnológicos e científicos, como a informática e as comunicações. As inovações acontecem cada vez mais rápidas e frequentes, o que leva a um crescimento vertiginoso na abertura do comércio e um entrelaçamento das economias, que se tornam mais globalizadas e, conseqüentemente, mais expostas à competitividade. Esta situação impulsiona a busca por métodos de produção com menores custos e maiores ganhos, o que afeta, sobremaneira, a relação de trabalho. Nesta acepção, Macedo (1998) destaca que:

Para alcançar maior competitividade, as empresas passaram a adotar novos métodos de produção, administração e comercialização, buscando sempre mais eficiência produtiva, inovações e uma maior qualidade para seus produtos e serviços, com grandes aumentos de produtividade que, frequentemente, geraram menores necessidades de mão-de-obra. O próprio relacionamento com os empregados também passou a sofrer alterações, com o objetivo de obter maior produtividade e de delegar autonomia de decisão, com isso proliferando métodos específicos como a terceirização, ou seja, a contratação externa de produção e de serviços antes realizados pelas próprias empresas (MACEDO, 1998, p.137).

Inegavelmente, a terceirização tem ganhado forças decorrente do atual cenário globalizado, onde é preeminente a necessidade das empresas tornarem-se, cada vez mais, competitivas. Assim, têm surgido novos negócios e novas práticas de produção cujos objetivos são a redução de custos e o aumento das vantagens competitivas.

Queiroz (1998) explica que a terceirização no Brasil foi gradativamente implantada com a vinda das primeiras empresas multinacionais, principalmente as automobilísticas no início da década de 80. Essas fábricas adquiriam as peças de outras empresas, guardando para si a atividade fundamental de montagens de veículos. A partir daí, o que se viu foi um aumento substancial na adoção desta técnica nos mais diversos segmentos.

Para Álvares (1996), a convivência com maciças pressões por enxugamento (*downsizing*), reengenharia e outras demandas por mudanças aceleraram o processo de terceirização. Inexoravelmente o avanço tecnológico e a globalização da economia provocaram impactos na estrutura e nas relações do mercado de trabalho, contribuindo para o surgimento de um novo paradigma embasado em empresas ágeis, altamente competitivas e um novo perfil profissional do trabalhador, onde a especialização e o conhecimento são incontestáveis.

Assim, a nova configuração do mercado de trabalho implica em trabalhadores predispostos à flexibilidade, adaptabilidade, versatilidade e multifuncionalidade, culminando com a tendência de aumento dos trabalhos temporários e flexíveis. É importante destacar que essa realidade requer discussões referentes a esses direcionamentos propiciando reflexões sobre esses novos paradigmas que surgem. Assim, percebe-se que há, de um lado, correntes que indicam as benesses desta nova modalidade, e, de outro, fundamentos bastante coerentes demonstrando os malefícios para os trabalhadores deste novo mercado de trabalho que surge.

Martins (2001, p.42) apresenta vantagens tanto para as empresas como para os trabalhadores, destacando que a principal vantagem para as empresas que terceirizam seria a de se ter alternativa para melhorar a qualidade do produto ou serviço vendido e também a produtividade. Destaca, também, que um dos objetivos básicos dos administradores é a diminuição de encargos trabalhistas e previdenciários, além da redução do preço final do produto ou serviço. Cita como vantagem para os trabalhadores, a criação de empregos na terceirizada, aperfeiçoamento de mão-de-obra, distribuição de rendas entre os participantes do processo, concentração de esforços na atividade-fim da empresa, especialização no serviço, concorrência e produtividade para todo o mercado.

No entanto, destaca que a terceirização pode, também, indicar vários prejuízos, tais como, a perda do emprego formal, no qual tinha remuneração certa por mês, passando a incerta, além da perda dos benefícios sociais decorrentes do contrato de trabalho e das normas coletivas da categoria e, para as empresas, pode gerar um alto custo decorrente das demissões que ocorrem na fase inicial. Na visão de Martins (2001), a terceirização é uma tendência atual e irreversível das organizações que buscam alcançar maior produtividade, elevarem o nível de qualidade e reduzir custos, para assim sobreviverem em ambientes de alta competitividade.

Giosa (1997) elenca as vantagens e desvantagens da terceirização, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1: Vantagens e desvantagens da terceirização

VANTAGENS	DESvantagens
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento econômico • Especialização de serviços • Competitividade • Busca de qualidade • Aprimoramento do sistema de custeio • Diminuição do desperdício • Valorização dos talentos humanos • Agilidade das decisões • Menor custo • Maior lucratividade e crescimento 	<ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento da alta administração • Resistências e conservadorismo • Dificuldade de se encontrar a parceira ideal • Risco de coordenação dos contratos • Falta de parâmetros de custos internos • Custo de demissões • Conflitos com os sindicatos • Desconhecimento da legislação trabalhista

Fonte: adaptado de Giosa (1997)

Neste contexto, percebe-se que a terceirização apresenta-se, em muitos casos, como uma prática eficaz e eficiente na racionalização dos recursos humanos, ganho de qualidade, especialização e produtividade. No entanto, é preeminente a necessidade de análises pormenorizadas refletindo sobre essa nova dinâmica e as atuais características que o mercado de trabalho apresenta. Corroborando com essa concepção, Pochmann (2002, p.21) destaca que a “economia moderna” ainda está

carente de interpretações amplas e consistentes sobre as possibilidades do futuro do trabalho. “As teses existentes precisam ainda ser comprovadas, pois as existentes atualmente revelam mais um debate de características eurocentristas e anglo-saxônicas do que a expressão da realidade dos países não desenvolvidos, como o caso brasileiro”.

Não obstante, as empresas continuam demandando os serviços, ou seja, o emprego existe. O que muda são as relações de trabalho, do vínculo empregatício, estabilidade, carteira assinada para contratos de prestação de serviços. Assim, aumenta significativamente o número de trabalhadores autônomos e, surgem, cada vez mais, novas profissões, muitas no âmbito da terceirização que culmina com o surgimento de micros e pequenas empresas.

Pochmann (2002) lembra que no passado, o carro-chefe do desenvolvimento da base material do capitalismo era definido pela grande empresa que tinha a capacidade de impulsionar o processo de inovação tecnológica, dando-lhe papel principal nas ações desenvolvidas pelas políticas macroeconômicas (câmbio, crédito, tributos, entre outros). Mas no momento em que o paradigma técnico-produtivo é palco de mutações significativas, as micro e pequenas empresas ganham importância. Não se quer dizer com isso que as grandes empresas perdem o papel de protagonistas, mas sim que as micro e pequenas empresas podem assumir maior relevância no processo produtivo, bem como na difusão das novas tecnologias.

1.2.3 Turismo e Lazer

Analisar o turismo implica, primeiramente, a necessidade de conceitua-lo. Para se compreender o turismo no mundo do trabalho e no contexto do ócio, são exigíveis o conhecimento das mudanças históricas e o entendimento de qual a importância dessa atividade para o desenvolvimento de uma região ou de um determinado lugar.

Coriolano e Silva (2005) explicam que para uma análise acurada do turismo como fenômeno é necessário remeter-se ao estudo do par dialético, trabalho-lazer, integrante de um mesmo processo. Só é possível falar de lazer e turismo porque existe o trabalho. “Não há como afastar a análise do turismo do mundo da produção e das contradições do modelo produtivo vigente” (CORIOLANO; SILVA, 2005, p.42).

O lazer e o ócio, transformado em momento criativo, são defendidos por diversos autores (DE MASI, 2000; KRIPPENDORF, 2001; DUMAZEDIER, 1979 etc.) que os tomam como constituintes para uma boa qualidade de vida. Numa visão crítica de Aquino e Martins (2007) o lazer é visto como fruto de um processo econômico social específico, elaborado socialmente, orientado pela dominação, alienação produzida pela relação capital-trabalho da qual não se pode fugir. Do tempo de trabalho industrial surge, fruto das lutas pela redução de sua jornada, o tempo livre, um tempo inventado.

Coriolano e Silva (2005) destacam que durante muito tempo, o ócio foi condenado, pois ao capitalismo interessava não perder tempo, mas trabalhar, comercializar e consumir. O ócio se opõe ao trabalho e significa o direito à preguiça (LAFARGUE, 2002)²⁹.

Para Russel (2002) o trabalho não é o objetivo principal da vida humana; se fosse, a maioria das pessoas gostaria de trabalhar. O desfrute do ócio, porém só é possível pelo trabalho de muitas pessoas.

A compreensão do lazer enquanto conceito antagônico do trabalho perdurou por muito tempo, embora atualmente tal assertiva seja considerada ultrapassada. De Masi (2001) explica que os padrões do mundo advindo das máquinas, além de transformá-lo completamente, trouxeram vantagens inestimáveis para as populações. Os métodos industriais permitiram a produção de objetos que o artesanato nunca poderia ter construído em grande quantidade e de modo tão perfeito. No entanto, o autor argumenta que todas as possibilidades provenientes do avanço tecnológico alcançado pelo homem não foram utilizadas apenas em proveito do bem estar e da melhoria da qualidade de vida das pessoas, sendo empreendidas, também, na destruição e no aniquilamento da própria raça, situação limite verificada nos novos rumos das guerras pós-modernas.

²⁹ Lafargue (2002), motivado pelas condições desumanas do trabalho industrial, escreveu “O Direito à Preguiça”, mostrando a necessidade do tempo livre para os operários como uma forma de emancipação. “Na sociedade capitalista, o trabalho é a causa de toda a degeneração intelectual, de toda deformação orgânica. Trabalhem, trabalhem proletários, para aumentar a riqueza social e suas misérias individuais, trabalhem, trabalhem para que, ficando mais pobres, tenham mais razões para trabalhar e tornarem-se miseráveis. Essa é a lei inexorável da produção capitalista” (LAFARQUE, 2002, p.25).

Cabe aqui, considerarmos que após a Primeira Grande Guerra, em 1919, a Sociedade das Nações criou a Organização Internacional do Trabalho – OIT, com o duplo objetivo de formular regras internacionais de trabalho e de zelar pelo seu cumprimento. Em seu ato constitutivo, a OIT determinou que o trabalho não deveria ser tido como uma mercadoria e afirmou que todos os seres humanos, qualquer que seja a sua raça, religião ou sexo deve ter assegurado o direito de conquistar o progresso material e o seu desenvolvimento espiritual na liberdade e na dignidade, na segurança econômica e com iguais possibilidades. Neste mesmo ato, as férias e o lazer são reconhecidos como direitos naturais semelhantes aos demais direitos econômicos e sociais.

No Brasil, esta luta aconteceu no início do século XX com o estabelecimento da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT que garantiram o salário mínimo, a regulamentação das férias e da aposentadoria, além da legalização da jornada de 8 horas de trabalho. A partir do tempo livre inicia-se a discussão sobre o lazer como um tempo de reposição de energia para o trabalho, exercido à margem das obrigações sociais.

As discussões sobre tempo livre, ócio e lazer ganharam força no Brasil a partir dos estudos realizados por Dumazedier (1979), Requiza (1976) Marcellino (1983) e Camargo (1989). Segundo Marcellino (1983) o conceito de lazer está ligado a realização de atividades desinteressadas, sem fins lucrativos, relaxante, socializante e de caráter liberatório, no sentido de estar liberado de obrigações e definido de forma mais autônoma. Camargo (1989) complementa explicando que o lazer deve ser gratuito, prazeroso, fruto de ações voluntárias e liberatório e acontece a partir de interesses culturais, físicos, manuais, intelectuais, artísticos e associativos. Já para Dumazedier (1979) o lazer está ligado aos chamados três Ds: descanso, diversão e desenvolvimento pessoal realizado num tempo liberado de obrigações.

Foi a partir da aquisição deste tempo livre, fruto das conquistas trabalhistas, que surgiu o crescimento do turismo como atividade de lazer. Segundo Dumazedier (1979) o turismo é um fenômeno histórico sem precedentes, na sua extensão e no seu sentido, é uma das invenções mais espetaculares do lazer da sociedade moderna. Esta visão expressa a importância que o turismo possui para o uso do tempo livre e como prática

de lazer. Camargo (1989) explica que como alternativa de interesse no lazer as atividades turísticas se apresentam para o indivíduo como busca de mudança de paisagem, ritmo e estilo de vida e principalmente fuga do cotidiano.

Vale lembrar que dentre as várias consequências da Revolução Industrial, Veblen (1987) cita que o ócio ostensivamente inútil deixou de ser bem visto, em parte também pelo alastramento da reforma protestante que apregoava o trabalho como uma virtude. A concentração de riqueza nas áreas urbanas trouxe a emergência de uma nova classe de ricos (banqueiros, financistas, comerciantes). Estas pessoas, conforme Barretto (1998), foram as primeiras a pensar numa atividade recreativa para fazer nos seus momentos de não trabalho e começaram a viajar intensamente logo que os transportes assim o permitiram.

Por outro lado, a Revolução Industrial favoreceu a produção de bens de consumo em série e para ter um mercado consumidor para estes bens, era necessário dar às pessoas tempo para consumir o salário. Dessa forma, foi concedido um tempo maior de descanso entre uma e outra jornada de trabalho, foram instituídos os domingos e, posteriormente as férias. Mas foi somente no final do Século XIX que o lazer passou a ser considerado uma necessidade das pessoas para recomponem suas forças de trabalho, sendo criados equipamentos e atividades específicas para este fim. Surgindo daí o turismo efetuado como uma opção de lazer, despedido de outros objetivos (BARRETTO, 1998).

Neste contexto, verifica-se que o turismo vem se desenvolvendo à medida que o capitalismo se consolida, vivendo, portanto, momento de transformação graças às novas concepções que se inserem no mundo do trabalho, como o toyotismo e a flexibilização³⁰.

³⁰ O Toyotismo é o conjunto de modificações em relação à organização do trabalho a partir da década de 1970 (Crise do Petróleo). Essa denominação se deu em referência a empresa japonesa Toyota, que na recessão do capitalismo precisava engendrar estratégias para dinamizar a produção e competir com as indústrias americanas (FRAGA, 2013). Alves (1999) define o Toyotismo como o surgimento de uma nova lógica de produção de mercadorias, novos princípios de administração da produção capitalista, de gestão da força de trabalho, cujo valor universal é constituir uma nova hegemonia do capital na produção, através da captura da subjetividade operária pela lógica do capital. Fraga (2013) explica que trata da transição do "fordismo" ao "pós-fordismo", ou seja, da produção em massa para a produção flexível, e das mudanças no

Coriolano; Silva (2005) complementam explicando que à medida que estes novos modelos de produção industrial (taylorismo, fordismo, toyotismo) exigiam maior controle dos trabalhadores e do tempo, especialização constante da mão-de-obra, produção em série e em massa, todas as demais atividades seguiam esse caminho, inclusive o turismo, que assimilou todos os valores da industrialização, implementando o turismo de massa, estandardizado e globalizado.

Para Magalhães (2008) não se pode pensar o turismo simplesmente como prática, ou como técnica, deixando de percebê-lo como um fenômeno social amplo, complexo e contraditório, que afeta todo o mundo e todas as camadas sociais, mesmo aqueles que não participam de forma direta de sua prática. Desta forma, o turismo deve ser entendido como uma ciência social e atentar-se para os elementos que possibilitam o entendimento da realidade, como a tradição e a história, sendo que, só assim torna-se possível compreender a forma como o ser humano se relaciona, quais suas motivações e qual o caminho percorrido para chegarmos onde atualmente nos encontramos.

Constata-se que, decorrente do complexo caráter multidisciplinar do turismo, há uma gama de definições conceituais que visam delimitar o que é o turismo, quais são os elementos que o compõe e quem pode ser considerado turista. Cada definição, independentemente de sua linha filosófica, contribui de algum modo para um melhor entendimento do que é o turismo.

mundo do trabalho. Dentre essas transformações tem-se o aumento do desemprego e do trabalho informal, além da expansão do emprego no setor de serviços. Na sociedade atual, inserida num contexto de globalização, informatização, flexibilização e privatização, o mercado de trabalho vem passando por uma transformação dos tipos de empregos oferecidos e nos meios de se inserir neles. Certas transformações em curso são responsáveis por uma ampla instabilidade trabalhista. A terceirização, o aumento estrutural do desemprego e a expansão do setor informal são bons indicadores da forma como os trabalhadores têm sido apresentados às perspectivas de se manterem e de progredirem. Os trabalhadores têm que possuir, cada vez mais, múltiplas competências. A velocidade da informação e da inovação tecnológica força as pessoas a estarem em permanente atualização. A exclusão digital e o não conhecimento de uma segunda ou terceira língua também aparecem como empecilho para a obtenção de mais postos de trabalho. O setor industrial, cada vez mais informatizado, passa por uma redução do emprego, enquanto o setor de serviços tem expandido as suas vagas. É neste contexto que a indústria passa da produção em massa para a produção flexível.

Para Barretto (1998) os elementos mais importantes de todas estas definições são os tempos de permanência, o caráter não lucrativo da visita e a procura do prazer por parte dos turistas. O turismo é uma atividade em que a pessoa procura prazer por livre e espontânea vontade. Portanto a categoria de livre escolha deve ser incluída como fundamental no estudo do turismo. Várias pessoas vêem o turismo apenas como uma indústria de viagens e prazer. O turismo é muito mais extenso, é um fenômeno que surgiu por causa da locomoção de pessoas para outros lugares que não fosse o lugar de sua residência para desenvolver várias atividades que estão fora do seu cotidiano.

Cabe aqui destacar os estudos de Urry (1996) que, partindo de uma perspectiva sociológica crítica identifica o turismo de massa como resultado das contradições inerentes ao sistema capitalista em constituição. Destaca, ainda, que numa sociedade marcada pela exploração do trabalho e pela instituição do lazer controlado, o turismo em grande escala é uma conquista do trabalhador³¹.

O autor supracitado discute sobre como e por que durante certos períodos as pessoas deixam seus locais de residência para consumir bens, serviços e viver experiências que são, aparentemente, desnecessárias. Ele ressalta que todo o processo do turismo está baseado em lançar um olhar ou encarar conjuntos de diferentes cenários, paisagens e cidades que estão fora do que, para nós, é comum. Para Urry (1996) não existe um único olhar do turista enquanto tal, este é socialmente organizado e que sua sistematização depende das experiências acumuladas na vida não turística, baseadas no dia-a-dia e no trabalho remunerado. Ou seja, a forma como funciona o “olhar turístico” depende de todas as construções sociais e experiências pelas quais as pessoas passam devido às suas origens, famílias, profissão, local de origem, etc.

³¹ É preciso reconhecer que “turismo de massa” não significa “turismo das massas”, pelo simples fato de que as massas não fazem turismo. “O turismo de massa é uma forma de organização do turismo que envolve o agenciamento da atividade bem com a interligação entre agenciamento, transporte e hospedagem, de modo a proporcionar o barateamento dos custos da viagem e permitir, conseqüentemente, que um grande número de pessoas viaje. Faz-se necessário lembrar, entretanto, que essa quantidade de pessoas que viaja está muito longe de corresponder ao total da população mundial e muito longe, portanto, de corresponder à massa da população do planeta (CRUZ, 2001, p. 6).

Desde que começaram os estudos científicos do turismo, muitas definições têm sido dadas, tanto para turismo quanto para turista. Tal fato decorre da diversificação e complexidade da atividade. Para Andrade (1998) e Trigo (2001), o turismo se classifica de acordo com a motivação que o homem tem em se deslocar. Se uma pessoa se desloca de seu ambiente residencial em busca de tratamento médico, por exemplo, ele estará realizando o turismo de saúde; se ele viaja a fim de participar ou competir de atividades esportivas, estará desta maneira, efetuando o turismo desportivo, e assim sucessivamente.

Ansarah (2001) destaca que o homem, ao longo dos tempos, vem realizando viagens por diversas razões, sendo as principais: comércio, esportes, eventos, e outras a fim de satisfazerem suas necessidades vitais. Ainda segundo Ansarah (2001), a atividade turística pode ser considerada como um "agrupamento de setores", existindo entre eles uma complementaridade tecnológica. Porém, não existe uma definição para o turismo como um setor econômico, devido a sua heterogeneidade e complexidade, pois não é somente um setor, e sim uma atividade que se estende diretamente nos vários setores da economia e, indiretamente por todos os demais setores.

Para Barreto (2003, p.16), o turismo deveria ser entendido como prática social, já que parte de um fenômeno social. A Embratur (1992) explica que o turismo é gerado pelo deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que têm residência fixa, por qualquer motivo, excetuando-se o de exercer alguma atividade remunerada no local que visita.

Neste trabalho adotou-se a definição da Organização Mundial de Turismo - OMT (*World Tourism Organization* – UNWTO) a qual define o turismo como

O conjunto de atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares distintos do seu entorno habitual, por um período de tempo inferior a um ano, com a finalidade de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado (OMT, 2001, p.14, tradução nossa).

Da mesma forma que há distintas definições e tipologias para o turismo, há, também para o turista. Plog (1972 *apud* BARRETTO, 1998) classificou-os num modelo cognitivo-normativo: aloccêntricos (aqueles que gostam de explorar, aventureiros, que vão à procura de lugares novos, convivendo com a população local, em núcleos turísticos. Porém quando o local começa a ter mais turistas abandonam-no e vão em busca de locais novos); messocêntricos ou mediocêntricos (aqueles que viajam sozinhos, mas para onde todo mundo viaja e gostam de visitar lugares com reputação, e suas relações com a população local são mais comerciais); e os psicocêntricos (aqueles que só viajam a lugares que lhes sejam familiares, utilizando-se de "pacotes", ou seja, deixam-se levar pela influência social e esperam que no núcleo turístico haja as mesmas coisas que no seu local de origem. Estes somente viajam em grupos).

Para a Organização das Nações Unidas (ONU), o turista pode ser definido como:

Toda pessoa, sem distinção de raça, sexo, língua e religião, que ingresse no território de um Estado contratante diverso daquele em que tem residência habitual e nele permaneça pelo prazo mínimo de 24 horas e máximo de seis meses, no transcorrer de um período de 12 meses, com finalidade de turismo, recreio, esporte, saúde, motivos familiares, estudos, peregrinações religiosas ou negócios, mas sem propósito de imigração (ONU *apud* IGNARRA, 1999, p. 25).

Há, ainda, uma grande discussão sobre a diferenciação dos termos turista, visitante e excursionista. Ignarra (1999, p. 25) explica que todo aquele que permanece pelo prazo mínimo de 24 horas, desde que tenha intenção de retorno e não vá exercer nenhuma atividade remunerada, caracteriza-se como turista, e todo aquele que não pernoita na localidade em que está visitando, é classificado como um excursionista ou turista de um dia. Pelo simples motivo de não pernoitar, ele diferencia-se do conceito de turista. Alguns autores têm utilizado o termo visitante para designar aqueles que se hospedam em residências secundárias, ou seja, em casa de amigos e parentes ou participantes de cruzeiros marítimos ou fluviais que visitam uma localidade, mas que pernoitam nas embarcações.

Neste trabalho, adotou-se o conceito da OMT para definir “turismo” e “turista”. Optou-se por estas definições por serem conceitos mundialmente utilizados e por abrangerem uma síntese geral dos demais conceitos, embora se entenda que o turismo que conhecemos atualmente é resultado de mudanças históricas no modo como as sociedades se relacionam entre si e com o ambiente onde vivem. Neste contexto, Coriolano; Silva (2005) esclarecem que a OMT, igualmente ao Ministério do Turismo, a Embratur e demais órgãos do turismo não são produtores de teorias e conceitos, apenas adotam conceitos pragmáticos viáveis ao mercado.

Os livros da OMT voltam-se aos estudos de demanda e mercado, reduzem o turista a clientes e números, esquecendo-se de que são pessoas cheias de subjetividade e complexidade e de que o ser humano não pode ser padronizado. Pois traz consigo a marca do diferente, do caloroso, do relacional (CORIOLANO; SILVA, 2005, p.81).

Embora o turismo esteja no rol das atividades que mais crescem no mundo, Coriolano; Silva (2005) explicam que lhe falta base teórico-metodológica. Não possui, ainda, um corpo teórico suficiente a tornar-se uma ciência autônoma. A maioria dos trabalhos e pesquisas são voltados ao mercado e ao consumo, sem o rigor científico. Há uma infinidade de conceitos no turismo com origem na lógica do capital, o que denota uma instabilidade conceitual perigosa, pois esta lógica é insuficiente para ser fundante da construção do conceito de turismo. As Variedades de representações evidenciadas nos discursos sobre o turismo são formas de apreensão de uma mesma realidade ou totalidade, cujas partes são desiguais e combinadas. Não basta conhecer a forma, a estrutura, a função, e o sistema turístico, mas explicar e teorizar, identificando as determinações, contradições e negações.

O turismo é uma atividade resultante do mundo do trabalho, da evolução do modo de vida da civilização, que, ao globalizar e tecnificar, aproximou os lugares, agilizou os transportes e a comunicação, sofisticou os serviços e criou formas confortáveis e prazerosas de viver, de prazer e de entreter alguns poucos (CORIOLANO, SILVA, 2005).

Não se pretende, neste trabalho, aprofundar as discussões teóricas sobre as definições e abrangência do turismo, e sim, apresentar de forma breve, a complexa relação a qual se insere. Partindo-se do princípio que o lazer é uma necessidade básica e vem se modificando ao longo da história da humanidade é comum que estas discussões teóricas não se findem, no entanto, temos que cuidar para não rotular como turismo todas as atividades de lazer e entretenimento.

Padilha (2000) explica que a produção capitalista divide não só o tempo como o espaço. A divisão fundamental tempo de trabalho/tempo livre está inscrita no espaço, na medida em que o território de cada um não é mais um espaço conexo. É preciso se deslocar no espaço para sair do tempo de trabalho e entrar no tempo de lazer. Desta separação, entre o lazer e o trabalho, ocorre a produção de espaços diferenciados. Cabe destacar que estes espaços, além da diferenciação, trabalho x lazer, se diferenciara, também, pelas características históricas, sociais, econômicas e naturais. Desta forma, cabe verificar quando e como se desenvolve o turismo no Brasil.

Ao contextualizar o turismo em escala nacional cabe destacar o historiador Magalhães (2008) que cita a grande dificuldade em identificar categorias de análise que possibilitem mensurar o momento que o turismo se constituiu no Brasil.

Pires (2001) identifica práticas de turismo já com a vinda da família real para o Brasil. Segundo este autor, no Brasil, o ato de viajar foi intensificado pela vinda da Família Real e pela abertura dos portos em 1808, quando maiores quantidades de viajantes estrangeiros passaram a visitar as terras brasileiras com intuito comercial, trazendo a influência de alguns costumes europeus. Estes costumes trazidos pela Família Real passaram a ser seguidos por famílias brasileiras. Dentre esses costumes, podemos citar como exemplo os banhos de mar que habitualmente D. João e D. Carlota Joaquina tomavam devido às propriedades medicinais. Segundo os jornais da época, logo se tornou moda no Rio de Janeiro ir à praia tomar banhos de mar para beneficiar a saúde.

No entanto, Magalhães (2008) contrapõe explicando que se partirmos do princípio apontado por Urry (2001), que o turismo está intimamente vinculado com a constituição do trabalho capitalista, só se

pode pensar em turismo no Brasil a partir do processo imigratório que se inicia em meados do Século XIX, impulsionado pelo fim do tráfico negreiro e pela Lei de Terras³², com pelo menos dois momentos de consolidação: a formação sindical e as conquistas trabalhistas de início do século XX e a época conhecida como Era Vargas³³.

Para Barretto (1998), o turismo no Brasil surgiu depois de 1920, vinculado ao lazer; nunca teve cunho de aventura ou educativo, como na Europa. A partir de 1950, grandes contingentes passaram a viajar, mas, apesar de ser principalmente um turismo de massa, nunca atingiu o total da população.

Foi a partir do desenvolvimento da atividade turística, nas décadas de 1960 e 1970, e um crescente interesse por viagens e lazer, que se deu início às discussões sobre a necessidade de profissionais qualificados para atuarem na área, em diferentes níveis. Assim, gradativamente apareceram cursos regulares técnicos, de graduação e pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), entre outros, objetivando formar pessoas e gerar mão-de-obra qualificada para o atendimento das necessidades destas demandas.

Nos anos de 1970, no Brasil, assim como em outros países, existia toda uma expectativa e credibilidade sobre o turismo como uma das “chaves que abriam as portas” do desenvolvimento econômico. Isso

³² Silva (1996) explica que a Lei de Terras, como ficou conhecida a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, foi a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil. Até então, não havia nenhum documento que regulamentasse a posse de terras e com as modificações sociais e econômicas pelas quais passava o país, o governo se viu pressionado a organizar esta questão. A Lei de Terras foi aprovada no mesmo ano da Lei Eusébio de Queirós, que previa o fim do tráfico negreiro e sinalizava a abolição da escravidão no Brasil. Grandes fazendeiros e políticos latifundiários se anteciparam a fim de impedir que negros pudessem também se tornar donos de terras. Neste período chegavam ao país os primeiros trabalhadores imigrantes. Era a transição da mão de obra escrava para a assalariada.

³³ A Era Vargas é o período da história do Brasil entre 1930 e 1945, quando o país estava sob a liderança de Getúlio Vargas. Essa época pode ser considerada um divisor de águas na história brasileira, decorrente das inúmeras alterações que Vargas fez no país, tanto sociais quanto econômicas.

em função do boom do turismo massivo e a conseqüente movimentação e circulação de capital, cuja importância econômica já era reconhecida em todo o mundo. Informações eram veiculadas tanto em meios de comunicação especializados (revistas e boletins técnico-científicos), quanto em meios de comunicação de massa (jornais diários, programas de rádio e televisão), divulgando os aspectos positivos do turismo em toda a sua plenitude (REJOWSKI, 1996).

Solha (2002) explica que o desenvolvimento do turismo no país, no período de 1950 a 1969, ocorreu em consequência da conjugação de diversos fatores: melhoria nos equipamentos e no sistema de transportes; ampliação dos sistemas de comunicação; urbanização e crescimento das cidades; e, crescimento de uma classe média propensa a viajar. O desenvolvimento do turismo, embora bastante incipiente quando comparado à velocidade dos acontecimentos mundiais, estimulou o início da organização da atividade nos setores público e privado.

O turismo oferece diversas oportunidades de exploração, não só de mão-de-obra, como também dos lugares. Vale, porém, considerar que muitos lugares turísticos são afetados violentamente pela ocupação intensiva, onde predomina diversos problemas sociais, econômicos e ambientais. Coriolano; Silva (2005) explicam que o turismo, embora seja um fenômeno próprio das classes ricas que podem comprar lazer, as conquistas trabalhistas possibilitaram a sua democratização, fazendo com que, atualmente o turismo ocorra em muitos lugares periféricos, tornando atual a teoria de Christaller³⁴. As antigas formas de trabalho no turismo associam-se às novas, mais flexíveis e adaptadas aos interesses das comunidades locais.

³⁴ Geógrafo alemão, autor da "Teoria dos Lugares Centrais", cujos princípios expôs no trabalho *Os Lugares Centrais da Alemanha Meridional*, publicado em 1933. Esta obra, difundida a partir de finais da década de 60, converteu-se numa das teorias essenciais da Nova Geografia. Trata-se de uma teoria geométrica do espaço onde, de um modo geral, os polígonos espaciais são representados lado a lado, estabelecendo hierarquias entre as cidades. As grandes cidades teriam grandes áreas de influência, sobre a qual gravitariam os pequenos núcleos urbanos vizinhos. Seria uma influência tanto econômica quanto cultural.

1.2.4 O Trabalho no Setor de Turismo

Sobre os aspectos a serem considerados na relação turismo e trabalho destaca-se a grande ênfase que é dada à geração de emprego nas localidades receptoras. Beni (1998, p.65) destaca que: “um dos efeitos que o turismo provoca, e que se manifesta de maneira mais constante, é a geração de empregos em regiões que sofrem de excesso de mão-de-obra e, portanto, de desemprego”.

No entanto, vale a pena refletir em quê e sob quais condições ocorre essa geração de emprego. Pois há indícios que os empregos ligados ao turismo têm crescido, conforme demonstrado na pesquisa do IPEA (2010), porém, muitas vezes, num viés contraditório, apresentando empregos precarizados e/ou informais, principalmente nas áreas litorâneas, as quais apresentam alta sazonalidade, como é o caso do Estado de Santa Catarina.

Nesta acepção, verifica-se um mercado com acentuada oscilação na geração de empregos, tanto diretos, quanto indiretos e temporários, bem como, bastante variável, dado o curto período da temporada turística (em destinos litorâneos) – dezembro, janeiro e fevereiro. A sazonalidade, bem como a informalidade do emprego em turismo, constitui um grande problema, principalmente para o Governo, responsável pelas políticas do turismo. Desse modo é bom lembrarmos que o mercado informal faz parte desse novo momento vivenciado pelo capital, que se expressa através da flexibilização do trabalho em escala global. Assim, cabe-nos questionar de que modo o turismo se insere no mundo do trabalho, tendo em vista que conceitos como ócio, lazer e tempo livre estão presentes nas relações de produção e nos conflitos sociais.

O setor turístico abarca uma diversidade de atividades - alojamento, alimentação, transportes (aéreos, terrestres e marítimos), auxiliares de transportes, agenciamento, cultura, lazer, recreação etc. - resultando em muitas famílias que trabalham e tiram seu sustento desta atividade. Desta forma, o mercado de trabalho turístico envolve desde as profissões que exigem mais qualificação, alta tecnologia, grande preparo nas áreas administrativas, como gerentes, até as que requerem menor nível de qualificação, como, por exemplo, auxiliares de cozinha, mensageiros de hotel, camareiras, *commis*, passando por uma enorme quantidade de ocupações que exigem qualificação de nível médio, de acordo com os diversos segmentos que compõem sua cadeia produtiva.

É difícil analisar o turismo de maneira isolada, uma vez que suas implicações são observadas nos vários campos de atuação. Um exemplo disso é seu impacto econômico nas questões relativas ao trabalho, que em muitos casos apresentam características “temporárias e de *free lance*”, indicando que outro setor estaria envolvido. Porém, como em qualquer outro setor, o turismo é pressionado pelo fator competitividade, por isso é essencial compreender os principais indicadores do mercado (RUECKERT et al., 2011).

Para Rodrigues; Nieves (2013) algumas características do turismo precisam ser consideradas ao analisar o mercado de trabalho. Em primeiro lugar, a produção e o consumo coincidem no tempo, de tal maneira que grande parte da atividade se realiza somente na presença dos clientes. Isso implica maior dificuldade para padronizar, armazenar e estabelecer critérios de normalização em sua organização. Em segundo lugar, se trata de um serviço que implica tratamento de informação e de pessoas, de maneira que existe uma relação direta entre produtor e consumidor seja definindo o serviço, utilizando o equipamento do produtor ou recebendo diretamente o serviço.

Desta forma, o setor de serviços, incluindo o turismo, apresentam problemas mais complexos que em outros setores decorrentes do controle dos trabalhadores e da produção, porque se a produção é simultânea ao momento do consumo e se os resultados do serviço são muitas vezes imateriais, então o controle sobre a produção exigirá condições diferentes. Na verdade, é o próprio cliente, que na maioria das vezes, exerce o papel de controlador sobre a produção-consumo. Todas estas questões também servem de obstáculo à definição dos critérios de qualidade.

A esse respeito Sancho (2001) ressalta que a competitividade de um local ou empresa turística depende da capacitação e da retenção dos segmentos de demanda, os quais podem ser obtidos por meio de clientes satisfeitos. Este resultado impacta na estabilização da demanda, o que permite diminuição da sazonalidade e conseqüentemente maior segurança ao trabalhador.

Contribuindo com essa mesma acepção Claro, Botomé e Kubo (2003) enfatizam as condições de trabalho, vida e saúde dos trabalhadores, dentre os quais se encontram os trabalhadores de cidades

de grandes fluxos turísticos. Destacam que a “subproletarização” – trabalhos parciais, temporários, precários e subcontratados – caracteriza as relações de trabalho encontradas nas cidades turísticas. Destacam que:

A importância do turismo como gerador de emprego é uma realidade. Entretanto, o turismo apresenta características muitas vezes perversas e injustas que se mostram, por exemplo, por meio dos trabalhos temporários ou das desigualdades de direitos. A incerteza e a imprevisibilidade, resultado dessas características, são agravadas ainda mais pela sazonalidade do turismo. Tudo isso pode ter repercussões na saúde dos trabalhadores, considerando os efeitos da ansiedade prolongada a que os indivíduos estão sujeitos em períodos de recessão. Assim, os determinantes econômicos e sociais, entre outros, são considerados por pesquisadores como agentes de perturbações da saúde dos indivíduos. Por isso, a necessidade de se examinar as diferentes variáveis que se configuram a partir do trabalho das pessoas se faz cada vez mais urgente (CLARO, BOTOMÉ e KUBO, 2003, p.3).

Embora a expansão do mercado de trabalho no turismo seja ampla e tenha apresentado taxas significativas de crescimento – seguindo a lógica do setor de serviços – não se pode deixar de considerar estes aspectos contraditórios, incluindo, a expressiva informalização do mercado do trabalho.

Coriolano; Silva (2005) alerta que o turismo, quando realizado de acordo com o modo capitalista abusivo de exploração do trabalho, oferece respostas compatíveis com o que se propôs: moderniza, tecniciza, instrumentaliza e faz acumular e concentrar riqueza. Da mesma forma que o modelo fordista massificou a cultura, a escola, a comunicação, também tornou massivo o turismo, fazendo-o chegar à estratégia das fusões/aquisições, dos conglomerados e oligopólios que dominam toda a sua cadeia produtiva, organizando a produção de forma flexível quanto ao trabalho e aos lugares.

A crise do turismo fordista produziu esse turismo flexível, voltado às individualidades, exigindo alto nível de qualidade, feito com profissionalismo

e competência, e altos custos. Portanto, o discurso de que todos ganham com o turismo é superficial, por mascarar as contradições e as formas de exploração, quando às vezes fez foi acirrar as contradições entre o capital e o trabalho (CORIOLANO; SILVA, 2005, p.161).

Desta forma, ao estudar o turismo cabe-nos analisar a finalidade que este está sendo desenvolvido, se a comunidade está se beneficiando, se está sendo produzido para acumulação capitalista ou se contribui para atender as necessidades básicas do trabalhador. Embora haja muitos lugares e negócios turísticos nos quais a renda esteja concentrada, há ricas experiências de negócios turísticos voltados à geração de trabalhos e de ganhos para os mais pobres. Coriolano e Silva (2005) mencionam, como exemplo disso, alguns projetos que geraram distribuição de renda e proporcionaram à comunidade do nordeste brasileiro a oportunidade de participar do processo de desenvolvimento turístico.

Pesquisas realizadas com comunidades evidenciam percepções importantes para que se tenha conhecimento dessa realidade. É o caso da pesquisa de Rodrigues e Nieves (2013), que investiga a opinião dos moradores da comunidade Valenciana (Espanha)³⁵ sobre as características do emprego no setor turístico. Partem do pressuposto que as condições de trabalho no setor turístico são piores que as outras atividades econômicas; e que as pessoas mais vinculadas ao turismo são mais prováveis a aceitar a atividade e a valorizar positivamente suas condições de trabalho. Ao final da pesquisa verificaram que a maioria (80%) da população considera o efeito do turismo na geração de emprego como positivo. Referente à consideração das condições de trabalho no setor turístico ser pior que em outras atividades econômicas avaliaram-na considerando quatro aspectos específicos do emprego no turismo: qualificação, a presença de imigrantes, as condições de trabalho das mulheres e as condições de trabalho e da oferta de emprego em

³⁵ A Comunidade estudada por Rodrigues, Nieves (2013), a Valenciana, recebeu, em 2010, quase 21 milhões de turistas; a participação do turismo na economia foi estimada em 12,8% do total do PIB e 12,6% do total de emprego (257.154 postos de trabalho) são oriundos do turismo, ou seja, o turismo tem grande contribuição para a economia local.

comparação com outros setores. As considerações foram que o turismo exige maior qualificação do que muitos outros setores econômicos, os imigrantes têm uma presença importante, os salários das mulheres são piores do que os dos homens e que, em geral, é um setor com piores condições de trabalho do que outros. Por outro lado, não foi possível estabelecer qualquer diferença estatisticamente significativa entre os que possuem vínculos de trabalho no setor e aqueles cujo trabalho não tem relação com o turismo. Portanto, a hipótese que aqueles mais relacionados à atividade do turismo são mais suscetíveis de legitimar a atividade e avaliar positivamente as suas condições de trabalho deve ser rejeitada. Pode-se dizer que os benefícios do turismo para a economia são percebidos pela comunidade num todo, não se diferenciando das relações diretas com a atividade.

A European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions (EUROFOUND, 2012), em relatório dedicado as condições de emprego no setor de hotelaria de quinze países europeus, e a partir dos dados quantitativos de cada país e entrevistas qualitativas, apresentaram o seguinte resultado:

- a) **Características dos indivíduos:** Maior participação das mulheres, devido à existência de “postos femininos”; grande número de jovens e estrangeiros; predomínio de autônomos ou empresas familiares;
- b) **Características dos postos de trabalho:** Diversidade interna de postos; Abundância de postos considerados de baixa qualificação, o que favorece a presença de pessoas com baixos níveis educativos; As competências requeridas geralmente são técnicas, sociais, comportamentais, estéticas e atitudinais; A demanda instável favorece a presença de contratos de tempo parcial, temporários e turnos partidos.
- c) **Características das condições de trabalho:** Salários baixos; Jornadas de trabalho maiores do que o habitual; Ritmos de trabalho flexíveis, segundo as necessidades demandadas pela clientela; Alta rotação; Grande afluxo de empregados e saídas frequentes de empregados; Carga

horaria excessiva, que se tornam irregulares dependendo da evolução e da demanda; Alguns riscos estão relacionados com atos de violência e perseguição por parte dos clientes; Por outro lado, a flexibilidade reduz a exposição ao trabalho repetitivo e pode dar maior satisfação pessoal.

- d) **Relações coletivas:** As organizações mais frequentes são as associações de empresários e os sindicatos. Embora também seja importante a presença governamental. Os sindicatos geralmente têm baixos níveis de associações

Essas características são similares às apresentadas pela Organização Mundial do Turismo - OMT, conforme descritas por Sancho (2001): a) grande número de trabalhadores temporários; b) destacada participação de mão-de-obra feminina nos postos de trabalho inferiores e baixo percentual das mulheres em cargos de maiores responsabilidades; c) elevado número de trabalhadores clandestinos; d) grande presença de jovens; e) importante presença de estrangeiros; f) baixa remuneração, comparativamente a outros segmentos econômicos; g) elevado número de horas de trabalho semanais; h) baixo grau de sindicalização.

Outro aspecto apresentado pela *Eurofound* (2012) refere-se ao grande número de pequenas empresas existentes no setor, o qual afeta a relevância da negociação coletiva setorial em muitos países. Esta situação pode, por sua vez, explicar o nível muito baixo de conflitos laborais registrados neste setor.

Em estudos sobre as características estruturais dos empregos formais no setor turístico catarinense, Ouriques (2007), ao analisar os setores de alojamento e alimentação, destaca que essas mesmas características, existentes em âmbito global, são perceptíveis na realidade catarinense que reproduz as mesmas situações.

Outro aspecto a ser considerado, é que o setor turístico não foge à regra das imposições postas pela globalização e, conseqüentemente, do avanço tecnológico. Assim, são perceptíveis as mudanças no cotidiano, tanto das empresas como das pessoas, em todo lugar do mundo.

O mercado de trabalho turístico é influenciado pelo paulatino avanço tecnológico, como observa Castelli (2000, p.24): “Embora o progresso técnico tenha trazido inovações e aperfeiçoamentos no seio da

empresa hoteleira, o elemento humano continua sendo a peça fundamental”. Por isso, surge a necessidade de compreensão das especificidades da empresa turística, a qual exige pessoas que estejam sempre dispostas a trabalhar, sobretudo nos feriados, finais de semana e nos períodos em que a maioria das pessoas está de férias. Nesta área, o trabalhador é responsável pelo processo de acolhida do cliente e, depende dele também, a própria rentabilidade da empresa, por isso, a importância do fator humano e de sua respectiva satisfação no desempenho de sua atividade laboral.

Nos estudos de Rodrigues; Nieves (2013) a comunidade Valenciana evidencia a contradição da atividade turística: há o reconhecimento que o turismo contribui significativamente na geração de empregos e aumento de renda local, mas, ao mesmo tempo reconhecem, também, que as condições de trabalho neste setor são piores que na maioria dos demais setores econômicos. É pouco gratificante e exige perfis profissionais mais operacionais, o que causa baixo prestígio e *status* social. Ao final arriscam prospectar que as pessoas melhor qualificadas irão tentar moldar o seu futuro profissional em outras áreas, deixando o setor do turismo como uma área de atração para os trabalhadores menos qualificados.

No entanto, cabe enfatizar que o emprego turístico esconde virtudes, que nem sempre são abordadas, mas que o fazem interessante para muitas pessoas que buscam emprego. Muitos empregos turísticos apresentam características que os tornam acessíveis, tais como: a pouca rotina, flexibilidade, possibilidade de vincular o lazer e o trabalho, a oportunidade de trabalhar com pessoas e a satisfação decorrente da troca de experiências, conhecimentos e oportunidade de amizades. Embora a sazonalidade e os demais problemas apontados no setor turístico possam torná-lo pouco atrativo para alguns trabalhadores, acredita-se que a cooperação entre empregados, empregadores, órgãos públicos e demais entidades afins possa promover a sustentabilidade do setor e o desenvolvimento adequado deste mercado de trabalho.

2 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM SANTA CATARINA

Neste capítulo, far-se-á uma breve apresentação da formação socioespacial catarinense e da história do turismo em Santa Catarina, abordando os principais acontecimentos e sua evolução. Além disso, pretende-se contextualizar o surgimento de empreendimentos voltados para atender ao turista a partir de 1970, quando se iniciou o turismo litorâneo, cuja fase culminou com a fase depressiva do 4º Kondratieff (1973-96)³⁶.

2.1 A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL CATARINENSE

Para compreendermos o desenvolvimento do turismo em Santa Catarina se faz necessário resgatar o contexto histórico e sua formação socioespacial. As características resultantes da colonização do Brasil produziram um caráter singular à formação socioespacial do Estado. Pereira (2003) explica que a área povoada inicialmente foi o litoral (século XVII), alvo da política expansionista de Portugal para o sul do Brasil, com a fundação, por vicentistas, de vários núcleos de povoamento³⁷.

O processo de conquista da região litorânea meridional da colônia lusa, além de tardio foi marcado pelas características que a diferenciariam da porção setentrional. A dificuldade na organização de um fluxo de povoamento mais dinâmico e efetivo deu origem a um vazio

³⁶ Mamigonian (1999) explica que os períodos expansivos e os depressivos criam situações distintas, nas relações centro-periferia, como assinalou Rangel para o Brasil, mas válidos para a periferia em geral. Os períodos depressivos desencadeados no centro (1815-48 / 1873-96 / 1920-48 / 1973-96) exigem, pelas tensões econômicas, sociais e políticas mudanças dos pactos de poder. No caso do Brasil, Independência, Abolição-República, Revolução de 30 e Políticas de substituições de importações, usando capacidades deixadas ociosas pelas crises.

³⁷ Como é o caso de São Francisco do Sul (em 1658), Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis, em 1673) e Laguna (em 1676), sendo este último o ponto mais meridional dentre os povoados da costa luso-brasileira, situado exatamente no marco extremo-sul da linha de Tordesilhas (PEREIRA, 2003).

entre São Vicente e o Rio da Prata que levou Portugal e Espanha a lutarem, entre si, pela apropriação da terra e dos recursos ainda ociosos para o projeto colonial. A ação das bandeiras vicentistas é que assegurou a posse do território sulino para a Coroa portuguesa, preocupada em ocupar a região e integrá-la definitivamente aos seus domínios na América. “Assim, pois, na gênese dessa formação social situa-se a preocupação da Coroa portuguesa em fixar as fronteiras meridionais do território colonial em permanente disputa com os domínios hispano-americanos” (VIEIRA e PEREIRA, 2009, p.6).

Desta forma, tem-se que, em um primeiro momento a pequena ocupação do litoral (São Francisco – 1658; Desterro – 1673; e Laguna – 1684) tinha como objetivo proteger o caminho que levava ao Rio da Prata e dar suprimentos a esse movimento. Santos (2004) explica que estas três primeiras povoações foram as bases para a conquista portuguesa do Sul.

Estas povoações iniciais oriundas dos vicentistas acabaram criando três núcleos isolados, o que causou posteriormente o quase total abandono, principalmente do povoado de Nossa Senhora do Desterro. Assim, o governo português adotou políticas estimulando à migração principalmente dos moradores do arquipélago das Ilhas de Açores que passavam por um precário desenvolvimento econômico, excesso populacional e escassez de alimentos. Estes açorianos, embora desenvolvesse outras atividades de subsistência, mantiveram a continuidade da tradição pesqueira. A chegada destes imigrantes coincidiu com a implantação e o desenvolvimento das "armações" de baleia, passando a desempenhar esta atividade em alto-mar e, por consequência, impulsionam a construção naval (SANTOS, 2004).

O predomínio da economia de subsistência, além de não gerar um excedente que estimulasse a ampliação das relações comerciais entre as regiões do Estado, também significava a manutenção de um relativo isolamento geográfico. No entanto, isso não significa que a pequena produção açoriana não cumpriu o papel de realizar certa organização do território. Bastos (2000) explica que o colono açoriano, diferentemente do escravo, tinha a liberdade de praticar uma policultura de subsistência e utilizar seu excedente na melhoria de sua propriedade. Para Pereira (2013) esse foi, sem dúvida, um dos elementos responsáveis pela posição de destaque da produção litorânea de Santa Catarina, no cenário colonial

da época, como uma das áreas fornecedoras de gêneros alimentícios, já que a sociedade brasileira, como se sabe, esteve inserida desde as suas origens, na economia mundial basicamente como fornecedora de produtos tropicais para a metrópole portuguesa.

Nesta mesma acepção, Mamigonian (1986) esclarece que enquanto o povoamento dos campos meridionais estava garantido pela presença de grandes estâncias, que conjugavam relações feudais de propriedade e de trabalho, as áreas litorâneas de núcleos esparsos não constituíam, ao governo português, a garantia de posse da região Sul. Tal fato levou o governo português a implantar, de Santa Catarina ao Rio Grande do Sul, o sistema de colonização com casais açorianos e madeirenses, o que concluiria a primeira etapa do processo de ocupação das áreas subtropicais do Brasil.

O povoamento português no litoral de Santa Catarina constituiu a maior intervenção do planejamento estatal português no Sul do Brasil, tanto em nível geopolítico, como em nível geoeconômico, já que o retorno comercial (armações de baleias, por exemplo) e a coleta de rendas reais (contratos, impostos, etc.) estavam calculados com base nos gastos militares e nos povoamentos preliminares. Apesar das primeiras providências estarem esboçadas no Tratado de Utrecht (1715), foi somente com a abertura do caminho de Lages ao litoral (1728), com o estabelecimento da colônia militar do Rio Grande do Sul (1837) e com a criação da Capitania de Santa Catarina que se efetivaram de fato as estratégias econômicas (MAMIGONIAN, 1986).

A pequena produção mercantil foi de grande importância para atender aos objetivos dos portugueses, pois com a permanência dos colonos assegurou-se a posse do território, permitiu a manutenção de bases político-militares, além da instalação da grande produção manufatureira de óleo de baleia que se deu nas armações, sendo a principal delas a Fazenda da Armação da Piedade, no atual município de Governador Celso Ramos (SILVA, 1992). A manufatura baleeira “valia-se de um modo de produção escravista e tinha por finalidade alimentar o Estado e os capitais mercantis portugueses” (SILVA, 1992, p. 39).

Nos estudos de Bastos (2000) sobre a urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na Ilha de Santa Catarina ele esclarece que a pesca da baleia foi um dos fatores econômicos que

também contribuiu, por longo período, com o povoamento de determinadas regiões do litoral e da Ilha. Sustenta que o capital europeu e, sobretudo, o português, mais agressivo da época, demonstravam pouco interesse na exploração dos recursos disponíveis na parte sul da colônia e que, combinados com o momento depressivo em que se encontravam a economia e a sociedade europeia na primeira metade do século XVIII, levaram os comerciantes portugueses a buscar alternativas lucrativas em áreas com ociosidade de recursos, como nas terras, nas matas e na pesca. A pesca da baleia era de fato economicamente viável, pois o seu óleo era exportado para a Europa, o que muito contribuiu, num primeiro momento, com o crescimento urbano da Ilha.

Este movimento de ocupação, primeiramente dos vicentistas e, em seguida, dos açorianos e madeirenses originou a primeira formação regional socioespacial. Segundo Waibel (1988), a segunda etapa do processo de ocupação das áreas subtropicais brasileiras caracteriza-se, nas primeiras décadas do século XIX, por uma estratégia do governo brasileiro em colonizar as áreas de matas existentes no Sul do Brasil. Assim, na década de 1820, estabeleceram-se colônias alemãs no vale inferior do Rio dos Sinos (São Leopoldo/RS), nas margens do Rio Negro/SC e em São Pedro de Alcântara/SC. Todas em lugares onde os caminhos de tropa e de gado entravam e saíam da selva.

Foi assim, que o território que constitui atualmente o Estado de Santa Catarina recebeu outros fluxos migratórios que contribuíram para a evolução de sua formação socioespacial. No período Imperial (1822-1889), teve início a chegada dos imigrantes alemães que contribuíram para o desenvolvimento econômico de várias regiões do Estado. Assim, conforme Pereira (2003, p.05):

Os primeiros alemães chegaram a São Pedro de Alcântara em 1829. Um pouco mais tarde, no vale do Itajaí, fundaram Blumenau (1850) e no nordeste do Estado, Joinville (1851), seguindo novas frentes de ocupação que estabeleceram colônias menores, numa penetração no sentido oeste. Os colonos alemães iniciaram uma diversificada pequena produção mercantil rural (produtos alimentares, tais como manteiga, banha, leite, queijo) e urbana (atividades de artesãos, como ferreiros, marceneiros, tecelões,

alfaiates, sapateiros). Ao comercializarem o excedente de sua produção adquiriam através do sistema colônia-venda outras mercadorias, imprimindo um dinamismo que, articulado às complexas relações econômicas, sociais e espaciais inter e extrarregionais decorrentes da evolução do capitalismo no Brasil e no mundo, propiciou o surgimento e a consolidação de um vigoroso parque industrial.

É importante destacar que os primeiros imigrantes que chegaram ao Vale do Itajaí enfrentaram a topografia acidentada, o que dificultou a sua exploração durante a primeira metade do século XIX. Os imigrantes alemães chegaram à região em 1829 e os italianos em 1877, onde instalaram diversas colônias. Desta forma predominou as etnias alemãs e italianas na colonização do Estado, pois estes foram distribuídos em levas até aproximadamente 1930. (SEYFERTH, 1974).

Pereira (2003) explica que com o estabelecimento de agricultores alemães em pequenas propriedades, abre-se, por assim dizer, um novo ciclo povoador com uma sucessão de várias correntes de imigrantes europeus, que incrementaram, inicialmente, a colonização dos vales atlânticos e das áreas florestais mais orientais, modificando as características naturais e promovendo o desenvolvimento econômico de várias regiões catarinenses.

Estes aspectos histórico-geográficos repercutiram na formação socioespacial do Estado, dando-lhe certas particularidades que o distinguem dos demais estados brasileiros.³⁸ Os trabalhos de Mamigonian (1960, 1966 e 1986) explicitam o processo de industrialização catarinense associado a esta pequena produção mercantil.

³⁸ O quadro natural catarinense contribuiu decisivamente para a formação de pequenas regiões independentes resultando na ausência de uma metrópole estadual. Mamigonian (1966) apresenta a seguinte subdivisão regional do Estado: na fachada Atlântica a região de Joinville cujo município é a capital regional; o Vale do Itajaí, com a capital regional Blumenau; Florianópolis com o mesmo município como capital; no Sul com Criciúma e Tubarão; no planalto ocidental as áreas de Lages, com a capital em Lages; no Planalto Norte Catarinense destacando-se os municípios de Mafra, Rio Negro, Canoinhas e Porto União da Vitória; no vale do Peixe os municípios de Joaçaba e Herval d'Oeste no Oeste catarinense tendo Chapecó como capital regional.

A indústria têxtil e de confecções da zona alemã catarinense surgiu nas décadas de 80 e 90 do século XIX em cidades como Blumenau (Hering), Joinville (Döhler) e Brusque (Renau). Tratou-se de um processo de lançamento de excedentes da pequena produção mercantil para uma nova atividade lucrativa, já que a agricultura começava a dar mostras de rendimentos decrescentes (MAMIGONIAN, 1960; 1966).

O representativo desenvolvimento industrial de Santa Catarina se deve ao impulso gerado principalmente pelo estabelecimento de milhares de pequenos agricultores independentes, artesãos, operários, pequenos comerciantes, “que já praticavam uma significativa divisão social do trabalho a partir da origem europeia, já em processo de industrialização” (MAMIGONIAN, 1986, p. 104).

Pereira (2003) explica que na organização do espaço litorâneo brasileiro – aí incluído o de Santa Catarina – pode-se distinguir dois grandes momentos: o primeiro corresponde ao período relativo aos primórdios da colonização até as primeiras décadas do século XX, e o segundo, à expansão capitalista moderna decorrente da aceleração do processo de industrialização brasileiro que se intensifica a partir de 1930 e se consolida nos anos 50. Foi o desenvolvimento do capitalismo industrial que exigiu a instalação de uma infraestrutura de transportes e meios de comunicação em várias regiões do país, gerando uma nova organização socioespacial. As primeiras indústrias em Santa Catarina surgiram nos núcleos urbanos de colonização europeia que aos poucos foram conquistando espaço no mercado regional e nacional³⁹. Já as cidades localizadas no litoral catarinense não apresentavam prosperidade econômica⁴⁰. O despertar para novas tendências de crescimento

³⁹ Cabe destacar que essa conquista de espaço no mercado nacional também está relacionada às fases depressivas dos ciclos de Kondratieff, sobretudo de 1921 a 1948, e até mesmo, ao bloqueio comercial representado pela Primeira Guerra Mundial, devido às dificuldades de importar os produtos para o abastecimento do mercado interno. As indústrias locais souberam aproveitar esse contexto e se expandiram.

⁴⁰ Os entraves ao desenvolvimento da pequena produção mercantil açoriana estão relacionados a um conjunto de fatores, entre os quais se cita o papel concentrador dos comerciantes e aristocratizante dos capitais mercantis; o artesanato açoriano que com sua excessiva diversificação não permitia a especialização do artesão num único ofício e, conseqüentemente, não possuía o vigor indispensável para dar o impulso necessário ao surgimento de

econômico e demográfico dos núcleos urbanos litorâneos iniciou-se lentamente nos anos 50, prosseguindo nos anos 60, estimulado, sobretudo, pela implantação do trecho catarinense da BR 101, concluída em 1971.

Nessa época surgiram os polos urbanos regionais, como centros aglutinadores de população e mão-de-obra, levando ao inchaço das cidades. Criciúma, Tubarão, Florianópolis, Itajaí, Joinville, Blumenau, Lages, Chapecó, transformam-se rapidamente em aglomerados urbanos de médio porte. Decorrente do adensamento populacional das pequenas comunidades e interesses políticos locais ocorreu o rápido crescimento de novos municípios. As maiores cidades à época eram Joinville com 428.974 habitantes, Florianópolis com 331.784 e Blumenau com 261.868 (PEREIRA, 2003).

Pereira (2003) esclarece que até 1930, Florianópolis era a maior cidade e o maior centro comercial do Estado, apesar de sua precariedade como capital. Exercia certa centralidade sobre todo o litoral e convergiam para ela as importações, bem como os excedentes resultantes da tributação, por ser a capital administrativa.

Na pesquisa de Bastos (2000) verifica-se que Nossa Senhora do Desterro, hoje Florianópolis, passou, em linhas gerais, por três grandes fases no processo de desenvolvimento urbano. A primeira urbanização está vinculada à ascensão da pequena produção mercantil açoriana que na virada do século XVIII para o século XIX tornara-se exportadora de gêneros alimentícios como farinha de mandioca, óleo de peixe, peixe salgado, etc. Esta fase está relacionada também ao estabelecimento das milícias portuguesas do Brasil meridional e à função administrativa da Província. A segunda, iniciada a partir do último quartel do século passado, quando, então, Florianópolis é promovida à condição de praça comercial importadora que vai abastecer as emergentes colônias alemãs

unidades industriais, tal como aconteceu nas colônias de imigração. Há que se lembrar, também dos elementos característicos da formação socioespacial açoriana próprios de relações pré-capitalistas: a fragmentação excessiva dos pequenos lotes por herança, a redução da mão-de-obra produtiva provocada pelo recrutamento dos açorianos para as milícias, o esgotamento do solo arenoso, bem como o espírito de camaradagem existente entre agricultores, pescadores e artesãos, mentalidade tipicamente pré-capitalista (PEREIRA, 2003, p.106).

e italianas recém instaladas nos vales atlânticos catarinenses. A última fase está relacionada ao processo de inserção da capital catarinense no contexto do capitalismo industrial brasileiro e catarinense que ocorre com mais vigor a partir da segunda metade dos anos 50 e transforma radicalmente a cidade.

As praias, pela distância em relação ao centro urbano e também devido às deficiências do sistema viário, mantiveram-se até os anos 70 fora deste processo rápido de urbanização, caracterizando-se como comunidades pesqueiras e rurais nas quais se preservava quase intocada a cultura de matriz açoriana. Registra-se desta época, também, o aparecimento de parques industriais especializados por regiões: Sul do Estado: Carvão e cerâmica; Grande Florianópolis: Comércio, administração, turismo; Foz e Vale do Itajaí: Pesca e tecelagem; Norte do Estado: Metalúrgica e eletromecânica; Oeste e Extremo-Oeste: Agroindústria; Planalto: Papel e celulose. Referente a produção de papel e celulose destaca-se que continuou intensa a exploração madeireira, na Mata Atlântica e mata dos pinhais, até a década de 1980, levando praticamente ao desaparecimento de madeiras de lei como canela, peroba, imbuia, jacarandá, pinheiro, licurana etc.

Ressalta-se que os meios de deslocamentos e a adequação destes à topografia e ao relevo da região são de grande importância no processo de desenvolvimento. Peluso Júnior (1991) explica que os efeitos da disposição da Serra do Mar e Geral no Brasil meridional representam uma das principais particularidades fisiográficas do território catarinense. Uma das características dos estados de São Paulo e Paraná é seu estreito litoral, devido às restrições naturais impostas pela Serra do Mar. Já em Santa Catarina, a serra apresenta-se isolada no nordeste do Estado, em reduzido trecho, configurando-se a Serra Geral como elemento delimitador preponderante entre a “Região do Planalto” e a “Região do Litoral e Encostas”. Estes aspectos vão influenciar sobremaneira na mobilidade e na forma de ocupação do espaço territorial.

Estudos sobre a formação socioespacial de Santa Catarina (VIEIRA; PEREIRA, 1997; PELUSO JUNIOR, 1991; MAMIGONIAN, 1966 etc.) mostram que o povoamento catarinense apresenta duas macroformações: a) a latifundiária do planalto catarinense; e b) a pequena produção mercantil. Da mesma forma, conforme Figura 1, a conformação

geral do relevo apresenta duas grandes regiões: o litoral e o planalto separados pelas serras do Mar e Geral. Essa configuração do relevo, combinada a outros elementos naturais (vegetação, hidrografia e solos), propiciou as bases para o desenvolvimento de formações sociais distintas: o latifúndio pastoril (nas áreas de campos) e extrativo (nas áreas de ervais nativos e matas de araucária) no planalto e a pequena produção mercantil, na fachada litorânea.



Figura 1: Mapa do Estado de Santa Catarina

Fonte: Organização da autora e elaboração da geógrafa Renata Duzioni em 2013

Para Pereira (2003) o desenvolvimento e as transformações socioespaciais do litoral de Santa Catarina, embora marcado pela colonização açoriana, foram promovidos por iniciativas de uma burguesia oriunda da pequena produção mercantil e do comércio, cujo crescimento econômico e demográfico superava o da fachada atlântica. Já na década de 60, há registros da procedência dos veranistas que frequentavam os principais balneários do Estado.

As praias de Cabeçudas, Camboriú (atual Balneário Camboriú) e Porto Belo recebiam prioritariamente veranistas da região de Blumenau, enquanto no litoral do extremo norte, onde se localizam as praias de Ubatuba, São Francisco do Sul, Itajubá e Barra Velha, afluíam moradores de Curitiba, Joinville e áreas circunvizinhas (PEREIRA, 2003, p.120).

Desta forma o litoral catarinense começou a ter suas praias cobiçadas, não mais para a pesca, mas com vistas ao lazer.

A construção da BR 101 representou um marco na integração rodoviária do Estado de Santa Catarina (1953-1971) mediante o número crescente de veículos nacionais e estrangeiros que tiveram acesso facilitado ao litoral catarinense. Pereira (2003, p. 115) afirma que no período de 1965 a 1970, a extensão das estradas federais pavimentadas em território catarinense passou de 369 km para 907 km, (ampliação de 146%). Já a rede de rodovias estaduais pavimentadas, cresceu de 446 km para 1054 km entre 1965 e 1970 (aumento de mais de 130%).

Nesta mesma sequência, Peluso Júnior (1991, p. 276) destaca a década de 70 como período da “revolução do transporte rodoviário em Santa Catarina”. Década da execução das obras da BR 101, BR 282, BR 470, BR 280 e BR 153. Estas obras aconteceram concomitantes ao progresso das comunicações (ex.: telefonia), contribuindo para a conjuntura de crescimento econômico e melhoria na qualidade de vida.

Santos (2012) explica que a ampliação dos meios de transporte, rodoviários, marítimos e aéreos promoveu a ampliação técnica, industrial e comercial dos produtos em Santa Catarina, assim como a infraestrutura necessária para a intensificação dos fluxos turísticos no Estado. Na figura 2 (p. 80) é possível visualizar a atual malha viária do Estado

A implantação da malha rodoviária que contempla todas as regiões do Estado foi determinante para promover a integração territorial do Estado. Havia dificuldades de comunicação entre o litoral e o extremo oeste devido à ausência de estradas que unissem essas duas regiões territoriais. A construção das novas rodovias possibilitou a movimentação de pessoas e riquezas entre as regiões e ampliou as possibilidades de integração político-administrativa do Estado de Santa Catarina. Até então,

as populações do extremo Oeste mantinham maior contato com o Rio Grande do Sul, por força de laços familiares e pela facilidade dos meios de transporte do que com o restante de Santa Catarina.



Figura 2: Mapa multimodal de Santa Catarina

Fonte: Ministério dos Transportes (BRASIL, 2011)

2.2 A FORMAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO TURISMO CATARINENSE.

O turismo catarinense, oficialmente institucionalizado, ocorreu paralelo ao desenvolvimento do turismo no país. Para Oliveira (2011) foi a partir da década de 1960 que começaram a circular em Santa Catarina os primeiros turistas provenientes do Rio Grande do Sul, Paraná e interior do Estado. Em 1967, os governos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, com intuito de fomentar a economia na região Sul, fundaram o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) que passou a ser agente financeiro da EMBRATUR. O Governo Federal, no mesmo período, criou mecanismos para estimular o desenvolvimento do turismo em todo país, criando uma concorrência de investimentos, para obtenção dos incentivos fiscais do imposto de renda entre as regiões Sul e Nordeste. A Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), em

convênio com a EMBRATUR, realizou o plano de turismo para os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O objetivo era fazer um levantamento do potencial turístico da região Sul, inventariar as infraestruturas e os serviços turísticos existentes, recomendar ações para o poder público, determinar prioridades e recomendar os incentivos adequados para a promoção dos destinos. (OLIVEIRA, 2011). Foi a partir dessa iniciativa e com a necessidade crescente de se planejar o turismo com uma estrutura administrativa capaz de promover a atividade, que foi criado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, o Departamento Autônomo de Turismo – DEATUR (1966 a 1971).

Nessa mesma época, foi criado também, o Conselho Estadual do Turismo, composto pelo diretor geral do DEATUR, cinco membros representando o poder executivo do Estado e outros cinco representantes de entidades privadas ligadas ao Turismo (CODESUL, 1970). Dentre as principais metas da política estadual do turismo constava o levantamento de pesquisas sobre o potencial turístico do Estado e os recursos de infraestrutura vinculados ao turismo.

É importante destacar que, neste período, o governo do Estado mantinha uma estrutura de apoio ao turismo junto ao Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), denominada de BESC Empreendimentos e Turismo S/A. Em 1974 foi alterado seu nome para BESC Turismo S/A e, posteriormente, em 1975, foi extinto o BESC Turismo e criada a Empresa de Turismo e Empreendimentos de Santa Catarina (Turesc), reconhecida pelo governo estadual como empresa de economia mista (OLIVEIRA, 2011).

Em 28 de junho de 1977, resultante da fusão da Turesc e da CITUR/Rodofeira de Balneário Camboriú, surgiu a Companhia de Turismo e Empreendimentos de Santa Catarina (CITUR). Esta denominação perdurou até 28 de outubro de 1987, quando, a fim de promover uma maior relação com o nome do Estado, o então governador Pedro Ivo Campos extinguiu a CITUR e criou a Santa Catarina Turismo S/A (SANTUR), convidando para presidir o órgão o hoteleiro de Balneário Camboriú, Osmar Nunes Filho (OLIVEIRA, 2011). A criação do novo órgão previa o fomento e a divulgação da política estadual de turismo. No decorrer dos anos, a entidade teve um desenvolvimento significativo. Entre os avanços, destacam-se a criação da Diretoria de

Informação e a contratação de uma empresa pública especializada na promoção dos destinos turísticos de Santa Catarina, a qual originou a área de Promoção e Marketing, permitindo a internacionalização do trabalho promocional. Nunes Filho mais tarde assumiu a Secretaria Municipal de Turismo de Balneário Camboriú, tendo sido o responsável pela estruturação do setor de turismo de balneário, profissionalizando a gestão do órgão (OLIVEIRA, 2011).

Em 2002 pela primeira vez, os estados da Região Sul conseguiram articular ações conjuntas com vistas à promoção e divulgação de roteiros turísticos e fomentar novos negócios de forma integrada. Sob a liderança da SANTUR, a CTI-SUL – Comissão Integrada do Sul do Brasil participou com *stands* em eventos nacionais e internacionais e promoveu o lançamento de um guia com os roteiros integrados da região, com versões em português e inglês, destinado ao mercado interno e externo (OLIVEIRA, 2011).

Foi nesse período (1999-2002), no governo Esperidião Amin, que foi lançado o projeto PRODETUR-SC – Programa de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina que se propunha a estabelecer parcerias com o governo da União e municípios para captar recursos de agências financeiras internacionais para viabilizar a execução dos projetos. O projeto da PRODETUR objetivava melhorar a qualidade de vida nas cidades e sítios turísticos do Estado, viabilizando os investimentos privados.

O plano também incluía os estados do Paraná e Rio Grande do Sul, através do PRODETUR SUL, num grande projeto cujo objetivo era estabelecer corredores turísticos unindo os três estados através do denominado “Programa de Desenvolvimento da Infraestrutura Básica de Turismo na Região Sul”, destinado ao setor público para a construção da infraestrutura necessária à instalação de empreendimentos turísticos. Desta forma, o projeto tinha como objetivo captar recursos financeiros nacionais e internacionais da ordem de 465 milhões de dólares para a construção e a modernização de estradas, pontes, aeroportos, energia elétrica, comunicações, saneamento básico etc., naquelas áreas da Região Sul considerado prioritárias na estratégia de desenvolvimento regional do turismo. O projeto previa a implantação do Corredor Litoral Norte (de Garuva a Florianópolis); Grande Florianópolis; Corredor Litoral Sul;

Roteiro Vale do Itajaí, Roteiro Serra Catarinense e Caminhos do Oeste, com previsão de investimento de 140 milhões de dólares, na primeira etapa, cuja fonte era o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). No total, era previsto investimentos de 465 milhões de dólares nos três estados da Região Sul. O projeto que gerou uma grande expectativa no setor nunca se concretizou, evidenciando, assim, as dificuldades na concretização dos projetos. São recursos financeiros e humanos que são desperdiçados devido à mora, burocracia e ideologias políticas partidárias.

Cabe destacar que o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE) foi muito mais exitoso. Na análise de Cruz (2005) os anos 90 foram marcados pelo que se poderia denominar da redescoberta do turismo como atividade econômica pelo Estado brasileiro. Paiva (2010) explica que, no nordeste, após longos anos na marginalidade da administração pública, o turismo passou a ocupar lugar de destaque no planejamento governamental. Obras infraestruturais, saneamento, transportes, urbanização, proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural, projetos de capacitação profissional e fortalecimento institucional dos estados e municípios foram metas alcançadas.

Apesar do Prodetur Sul não obter os mesmos resultados satisfatórios do Nordeste, as políticas do Estado de Santa Catarina evoluíram. Em 2003, o governador Luiz Henrique da Silveira criou a Secretaria de Organização do Lazer (SOL) que passou a ser responsável pelas políticas de turismo, esporte e cultura (Lei Complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003). Posteriormente o nome foi alterado para Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte e mantida a sigla “SOL”. Segundo a gerente de políticas públicas da SOL, Marta R. Fogaça⁴¹, o Estado de Santa Catarina vem desenvolvendo uma política de incentivo ao turismo, cultura e esporte, com a implantação dos fundos – Funturismo, Funcultural e Funesporte. Esta ação é resultado da reforma

⁴¹ Entrevista realizada em 11 de dezembro de 2013 com a gerente de políticas de turismo da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte (SOL), Marta Régis Fogaça.

administrativa do Governo do Estado e da Lei 13.336 que, em 2005, definiu um foco mais preciso da atuação da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte. Além disso, foi implantada a segmentação turística no Estado, em trabalho conjunto com *os trades* regionais.

A Lei nº13. 792 de 18 de julho de 2006 instituiu o Plano Estadual da Cultura, do Turismo e do Desporto do Estado de Santa Catarina – PDIL, que estabelece políticas, diretrizes e programas para as três áreas envolvidas (turismo, cultura e esportes). Os custeios da SANTUR são mantidos pelo Fundo de Incentivo ao Turismo (Funturismo). Conforme Marta R. Fogaça (2013) a SANTUR, atualmente, está focada em três projetos principais: a instituição do Plano Catarina, plano promocional que visa desenvolver o potencial turístico do Estado até 2020, tornando-o um destino competitivo em âmbito nacional e internacional; o SC Rural, programa que visa melhorar as vendas e a produtividade no campo, com aplicação de 2013 a 2016. Lançado em setembro de 2013 visa a valorização da cultura e a gastronomia das 23 etnias que formaram Santa Catarina, um dos diferenciais do Estado que é o ponto forte do novo programa turístico. O objetivo é promover a produção com base nos princípios da agroecologia e preparar 1,2 mil propriedades rurais para receber turistas que quiserem vivenciar o estilo de vida do campo, nos moldes do que já acontece hoje em Santa Rosa de Lima, no Sul de Santa Catarina, onde foi implantado com sucesso o projeto Acolhida na Colônia e transformou pequenos produtores rurais em empreendedores autossustentáveis. A SOL está investindo R\$ 1,2 milhão no projeto e o BID deverá investir mais R\$ 1,2 milhão para incentivar essa atividade e ampliar os empregos no setor.

A participação da SOL e da SANTUR no projeto SC Rural visa dar oportunidade às famílias rurais de desenvolver o turismo. Outras secretarias e empresas do governo participam colaborando com suas respectivas áreas técnicas entre elas a Epagri, Cidasc, Fatma, Deinfra e Fapesc. Também faz parte dos projetos da instituição a realização de novas pesquisas de fluxo e demanda de regiões turísticas e segmentos.

A Figura 3 apresenta o atual organograma da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte.

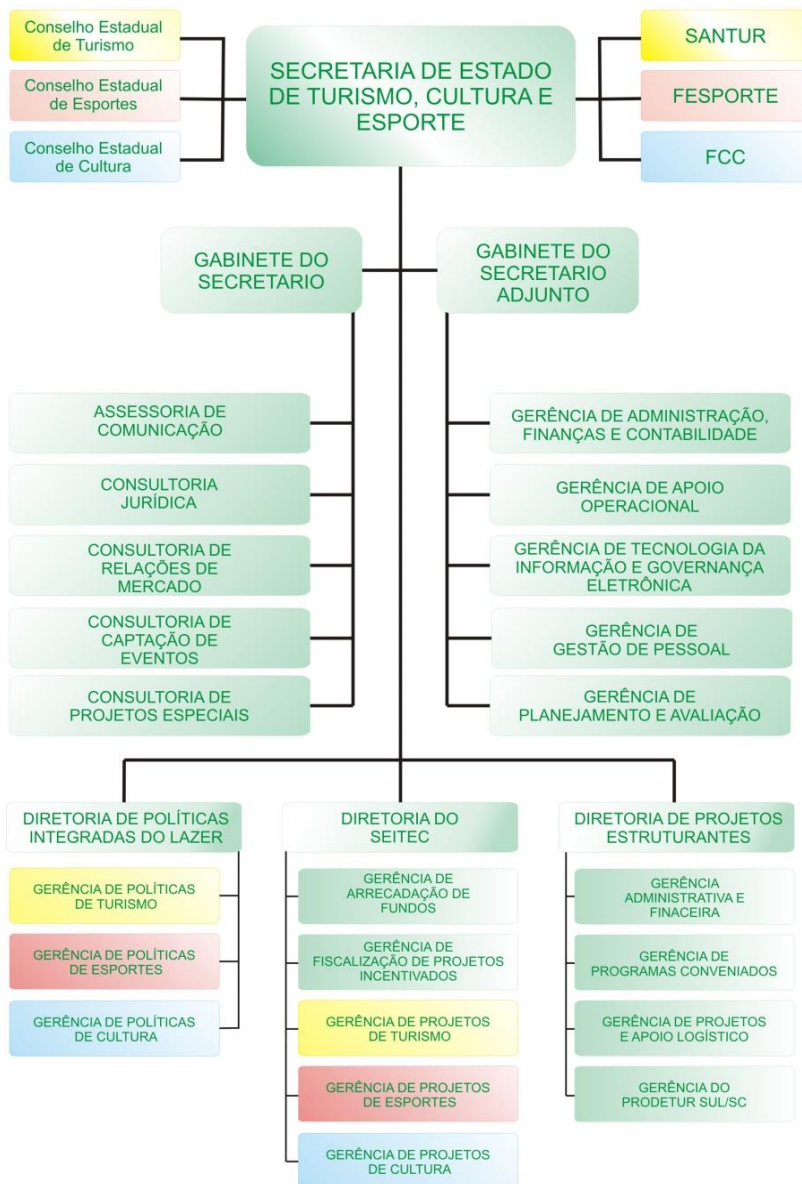


Figura 3: Organograma da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina

Fonte: Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte (SOL, 2013).

Conforme a Figura 3, os Conselhos dos três segmentos que integram a SOL estão diretamente ligados à Secretaria, assim como as três autarquias que comandam essas áreas, a SANTUR, a FESPORTE e a FCC. Logo abaixo vem o gabinete do Secretário e do Secretário Adjunto. Ligados diretamente ao Gabinete do Secretário estão a Assessoria de Comunicação e as Consultorias Jurídicas; de Relações com o Mercado; de Captação de Eventos e Projetos Especiais. Já ligados ao Gabinete do Secretário Adjunto estão as Gerências de Administração, Finanças e Contabilidade; de Apoio Gerencial; Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica, Gestão de Pessoal e de Planejamento e Avaliação. Ligados ao Gabinete do Secretário e à Diretoria de Políticas Integradas do Lazer estão as Gerências de Políticas de Turismo, de Políticas do Esporte, da Cultura e as Diretorias de Projetos Estruturantes.

Já à Diretoria do SEITEC, ligada diretamente ao Gabinete do Secretário estão subordinadas as Gerências de Arrecadação de Fundos, Fiscalização de Projetos de Incentivos, Gerência de Projetos de Turismo, de Projetos de Esportes e de Cultura. E, por último, a Diretoria de Projetos Estruturantes - ligada ao Gabinete do Secretário e à Diretoria de Políticas Integradas do Lazer – estão ligadas as Gerências de Administrativa e Financeira, a Gerência de Programas Conveniados, a Gerência de Projetos e Apoio Logístico e a Gerência do PRODETUR SUL/SC.

Em consonância com a política nacional do Ministério do Turismo, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte vem implantando o Programa de Regionalização do Turismo. O Estado foi dividido em regiões conforme suas características. Cada região contém suas peculiaridades sendo o grande desafio do poder público conseguir desenvolver uma política de turismo objetivando a integração de todas as regiões⁴². Vale destacar que

⁴² Na Política de Desenvolvimento Regional e Urbano de Santa Catarina – PDRU (SANTA CATARINA, 1981 apud SIEBERT, 2001, p.146) foram levantados alguns problemas da organização espacial catarinense, entre outros fatores, a ausência de um sistema de planejamento regional integrado, a reduzida integração inter-regional, o crescimento das disparidades regionais em renda per capita, a insuficiência de ligações viárias no Leste-Oeste, o enfraquecimento das finanças públicas e a utilização predatória do meio ambiente. Esta deficiência é trabalhada na atual política a qual prioriza a regionalização, bem como, a integração das regiões.

a atividade turística é constituída por um sistema, envolvendo vários setores. Assim, pode-se inferir que, devido à complexidade da atividade turística, é preciso unir todos os agentes envolvidos para que os resultados sejam maximizados.

O Estado de Santa Catarina possui 295 municípios, sendo que estes estão agrupados em 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR), em dez regiões turísticas, 21 associações de municípios (microrregiões) e seis mesorregiões. Após a Lei Complementar nº 381 de 07/05/2007 (SANTA CATARINA, 2009), estabeleceu-se algumas mudanças imprescindíveis nas diversas áreas administrativas e gerenciais. As Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs) ficaram responsáveis pela coordenação e execução das políticas públicas nas regiões de abrangência. Tal política, entretanto, tem enfrentado algumas resistências. Os resultados são desiguais e, em muitos casos, não se percebe indícios de descentralização⁴³. É visível que há perspectivas de participação mais direta da população local, que passa a se apropriar e a ter mais responsabilidades sobre o direcionamento do desenvolvimento de suas regiões, porém, faz-se necessária uma análise mais aprofundada dessas ações e de seus respectivos resultados.⁴⁴

Na Figura 4, apresenta-se o mapa microrregiões e das regiões turísticas de Santa Catarina que integram o Programa de Regionalização do Ministério do Turismo.

⁴³ Reina et.al. (2009) apresentam uma *análise da descentralização das ações no governo do Estado de Santa Catarina* onde evidencia que a reforma administrativa da Lei Complementar nº 381, 07 de maio de 2007, até então não pode ser considerada uma descentralização e sim uma desconcentração, pois para ser caracterizado como descentralização as Secretarias de Desenvolvimento Regional deveriam possuir orçamentos próprios. No atual modelo, o orçamento ainda é centralizado nas Secretarias Setoriais. Outro aspecto que descaracteriza a descentralização no Estado é o fato de não existir um planejamento regionalizado efetivo, o que dificulta a criação de critérios para a distribuição de recursos.

⁴⁴ A criação das 36 secretarias regionais motivou um questionamento e é, ainda, tema de debates nos jornais locais sobre a legalidade do modelo adotado no Estado. Além das 21 secretarias estaduais, existem atualmente 36 secretarias regionais, totalizando 57 órgãos ligados ao governo do Estado o que levou à criação de vários cargos para compor a respectiva estrutura e, conseqüentemente aumento das despesas públicas.



Figura 4: Regiões turísticas de Santa Catarina

Fonte: Organização da autora e elaboração da Geógrafa Renata Duzzioni em 2013.

A criação das dez regiões turísticas no Estado ocorreu segundo a identificação dos municípios em relação à cultura, infraestrutura, atrativos naturais e à segmentação turística. A primeira divisão de Santa Catarina em Regiões Turísticas aconteceu no governo Esperidião Amin (1999-2002) com a criação de oito rotas. Foi a primeira tentativa da SANTUR em agrupar as diferentes opções turísticas para comercialização. Foi criada a Rota do Sol, localizada no norte do Estado; o Caminho dos Príncipes, na região Norte; República Juliana, na região Sul; Rota Vale Europeu, no Vale do Itajaí; as Serras Catarinenses, na região serrana; a Rota do Contestado, no Vale do Rio do Peixe; Nova Rota das Termas, na região Oeste e a Capital da Natureza, no litoral Centro (OLIVEIRA, 2011).

Na nova divisão foram criadas 10 regiões turísticas que abrangem todo o Estado, com programas específicos para cada uma delas, dentro da nova política do governo e com base no Plano Catarina, implantado em 2012.

Elaborado a partir de três pressupostos básicos – Turismo, mas com Qualidade e Diversidade, o Plano Catarina – Plano de Marketing Turístico do Estado de Santa Catarina, visa tornar os produtos turísticos do Estado e de suas regiões turísticas não apenas conhecidos, mas principalmente bem posicionados no mercado, de forma que sejam comprados na escala de sua potencialidade, gerando desenvolvimento e empregos, aumentando o valor das receitas e distribuindo renda para a população local (FOGAÇA, 2013).

Hoje, as 10 regiões turísticas têm a seguinte composição:

- 1) **Grande Florianópolis:** Integram a região os municípios de Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, São José, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Pedro de Alcântara, Antônio Carlos, São Bonifácio, Angelina, Anitápolis e Rancho Queimado. A região se caracteriza pela oferta de turismo de sol e mar, estâncias termais e climáticas, morros, dunas, atrativos culturais e históricos ligados à herança açoriana, atividades esportivas e de ação ligadas à água e à natureza. Além da agitada vida noturna principalmente na capital, Florianópolis, outros balneários também se destacam na temporada de verão pela grande presença de turistas como Governador Celso Ramos e Palhoça. Já o turismo de ano inteiro ocorre nas estâncias termais de Águas Mornas e Santo Amaro da Imperatriz. Em São José destaca-se o centro histórico com seu casario colonial, herança açoriana e a agitada vida noturna, com destaque para a área de gastronomia com base nos frutos do mar. Na região fica o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, maior unidade de conservação de proteção integral do Estado com 87.405 hectares. Abriga extensa biodiversidade de animais e plantas e rico manancial hídrico. A sede fica na Baixada do Maciambu, município de Palhoça. Em seus limites estão também as ilhas do Siriú, dos Cardos, do Largo, do Andrade e do Coral e os arquipélagos das Três Irmãs e Moleques do Sul.

- 2) **Costa Verde e Mar:** Formada por balneários que atraem milhares de turistas durante a alta temporada, a região é rica em atrativos turísticos, com praias como Balneário Camboriú, Bombas, Bombinhas, Penha, Itajaí, Itapema, Porto Belo, Balneário Piçarras, Ilhota, Navegantes, além de Luís Alves e Camboriú. A região oferece ainda atrativos como a Rodovia Interpraias, o complexo Cristo Luz, Parque Unipraias, Parque Beto Carrero, Mirante da Enseada da Caixa d'Áço, Ilha de Porto Belo, esportes náuticos, trekking, turismo de aventura e contemplação da natureza.
- 3) **Vale do Contestado:** Localizada no planalto do Estado é formada pelos municípios de Fraiburgo, Piratuba, Treze Tílias, Videira, Pinheiro Preto, Tangará, Caçador, Canoinhas, Curitibaanos, Irani, Porto União, Frei Rogério, Itá, Seara, Rio das Antas, Campos Novos, Capinzal, Concórdia, Joaçaba, Água Doce, Alto Bela Vista, Arabutã, Arroio Trinta, Arvoredo, Bela Vista do Toldo, Brunópolis, Catanduvas, Celso Ramos, Erval Velho, Herval D'Oeste, Ibiam, Ibicaré, Iomorê, Ipira, Ipumirim, Jaborá, Lacerdópolis, Lebon Régis, Lindóia do Sul, Luzerna, Major Vieira, Ouro, Paial, Peritiba, Ponta Alta, Ponte Alta do Norte, Presidente Castelo Branco, Salto Veloso, Santa Cecília, São Cristóvão do Sul, Vargem Três Barras, Vargem Bonita e Zortéa. A região se caracteriza por uma gama de atrativos como a colheita da maçã em Friburgo, manifestações culturais de Treze Tílias, cidade de origem austríaca, o Carnaval de Joaçaba e as comunidades de origem italiana com destaque para a produção de vinhos de qualidade, além das estâncias termais de Piratuba, Treze Tílias e Itá. Na região fica o Parque Estadual Rio Canoas com 1.133 hectares, localizado entre Campos Novos e Abdon Batista, no Planalto Sul Catarinense, às margens do Rio Canoas. O parque protege área remanescente da mata

atlântica e integra o programa internacional “O Homem e a Biosfera”, da Unesco, dentro da chamada Zona Núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

- 4) **Grande Oeste:** Situada no território fronteiro com a Argentina, a região é caracterizada pela diversidade étnica. É formada pelas cidades de Abelardo Luz, Águas de Chapecó, Águas Frias, Bom Jesus, Bom Jesus do Oeste, Caibi, Campo Erê, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Coronel Martins, Cunha Porã, Cunhataí, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Flor do Sertão, Formosa do Sul, Galvão, Guatambu, Ipuacu, Iraceminha, Irati, Jardinópolis, Jupiá, Lajeado Grande, Maravilha, Marema, Modelo, Mondaí, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Novo Horizonte, Ouro Verde, Palmitos, Passos Maia, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Ponte Serrada, Quilombo, Riqueza, Romelândia, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, Santiago do Sul, São Bernardino, São Carlos, São Domingos, São Lourenço do Oeste, São Miguel da Boa Vista, Saudades, Serra Alta, Sul Brasil, Tigrinhos, União do Oeste, Vargeão, Xanxerê e Xaxim. Com 58 municípios a região é um mosaico de cores, gentes, paisagens e histórias e atrativos turísticos. Destaca-se a herança cultural herdada dos imigrantes italianos, alemães e a tradição gaúcha presente nas danças, gastronomia e cultura. Outro atrativo são as fontes de águas termominerais, cânions, quedas d’água, corredeiras e trilhas para ecoturismo.
- 5) **Serra Catarinense:** A região identifica-se por montanhas, temperaturas baixas, fazendas rurais e produção de vinhos de altitude. Localizam-se na região as cidades de Lages, Urubici, São Joaquim, Bom Jardim da Serra, Urupema, Bocaina do Sul, Rio Rufino, Bom Retiro, Correia Pinto, Anita Garibaldi, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Otacílio Costa, Paineira, Palmeira e São José do Cerrito. A neve é um dos principais atrativos da região, berço

do turismo rural no país. Campos, florestas de araucárias, cânions, montanhas com quase dois mil metros de altitude, rios de águas cristalinas e cachoeiras compõem a paisagem que atrai adeptos do ecoturismo, cavalgadas e turismo de aventura. A região abriga o Parque Nacional de São Joaquim, com 40.300 hectares, sendo o único no país criado para preservar a Mata de Araucárias, localizado em uma das maiores altitudes do país, tendo em seus domínios os municípios de São Joaquim, Urubici, Bom Jardim da Serra e Orleans. Tem como principal atrativo a flora e fauna nativas, cânions, inscrições rupestres, e como obra construída a Serra do Rio do Rastro e o mirante do Morro da Igreja, com mais de 1.800m de altitude.

- 6) **Encantos do Sul:** O litoral sul se caracteriza por cidades históricas, praias, lagoas, baías e enseadas. Localizam-se na região as cidades de Laguna, Garopaba, Imbituba, Tubarão, Criciúma, Gravatal, Içara, Jaguaruna, Imaruí, Urussanga, Orleans, Nova Veneza, São Martinho, Santa Rosa de Lima, Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Cocal do Sul, Forquilha, Grão Pará, Lauro Muller, Morro da Fumaça, Paulo Lopes, Pedras Grandes, Rio Fortuna, Sangão, São Ludgero, Siderópolis, Treviso e Treze de Maio. No litoral destacam-se cidades históricas e vilas de pescadores que dividem a paisagem com belas praias, ícones do surf, onde ocorrem campeonatos anuais, além de locais com enseadas protegidas onde anualmente as baleias-francas buscam refúgio. No interior, as estâncias termais e cidades de origem italiana e alemã são os principais atrativos com gastronomia típica e produção de vinho e produtos artesanais.
- 7) **Caminho dos Cânions:** A região possui grande diversidade geográfica e atrativos naturais. Suas cidades são: Araranguá, Praia Grande, Sombrio, Balneário Gaivota, Balneário Arroio do Silva, Jacinto Machado, Ermo, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Santa Rosa do Sul, São João do

Sul, Timbé do Sul e Turvo. A exuberância da natureza e o espírito de aventura caracterizam a oferta turística da região onde se localizam os parques nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral que protegem nove cânions, locais próprios para a prática do ecoturismo, e esportes radicais. No litoral, o balneário de Morro dos Conventos reúne praias, penhascos, dunas e lagoas junto à foz do Rio Araranguá.

- 8) **Vale Europeu:** Colonizado por imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos, a região é formada pelas cidades de Blumenau, Pomerode, Brusque, Timbó, Ibirama, Gaspar, Nova Trento, Rio dos Cedros, Rio do Sul, Indaial, Rodeio, Presidente Getúlio, Doutor Pedrinho, Apiúna, Benedito Novo, Ituporanga, Agrolândia, Botuverá, Vitor Meireles, Agrolândia, Aurora, Atalanta, Braço do Trombudo, José Boiteux, Lontras, Major Gercino, Mirim Doce, Pouso Redondo, Rio do Oeste, Salete, São João Batista e Taió. Como atrativos destaca-se a herança dos antepassados na culinária, arquitetura, folclore, danças e festas como a Oktoberfest, além das belezas naturais que privilegia e favorece o ecoturismo, turismo de aventura e de compras. Em Pomerode, considerada a cidade mais alemã do Brasil, na Rota do Enxaimel apenas no bairro de Testo Alto podem ser visitadas mais de 50 edificações nesse estilo.
- 9) **Caminho dos Príncipes:** A região do Caminho dos Príncipes colonizada por imigrantes europeus é o maior polo industrial de Santa Catarina. Na região localizam-se Joinville, cidade mais populosa catarinense e São Francisco do Sul, a mais antiga, além de Jaraguá do Sul, São Bento do Sul, Rio Negrinho, Corupá, Campo Alegre, Mafra, Itaiópolis, Schroeder, Itapoá, Garuva, Balneário Barra do Sul, Barra Velha, Papanduva, Araquari, Guaramirim, Massaranduba, São João do Itaperiú e Monte Castelo. Destaque para as casas em estilo Enxaimel, os museus e a culinária típica. Além da presença germânica, há núcleos

coloniais ucranianos e poloneses. No litoral ficam além da histórica São Francisco do Sul, os balneários de Barra Velha, Barra do Sul e Piçarras.

- 10) Caminhos da Fronteira** – Localizada na fronteira com a Argentina esta região foi desmembrada do Grande Oeste e nela estão os municípios de Anchieta; Descanso, Dionísio Cerqueira; Guaraciaba; Itapiranga; Palma Sola; São João do Oeste; São José do Cedro e São Miguel do Oeste. Entre os atrativos da região destacam-se cânions, quedas-d'água e corredeiras que favorecem o turismo radical e as tradições e produtos ligados a herança italiana, alemã e gaúcha, além das fontes de águas hidrotermais. Itapiranga, na fronteira com a Argentina, é o berço das festas alemãs, tendo sido local onde foi realizada a primeira Oktoberfest em Santa Catarina.

Fogaça (2013) explica que, além da estruturação das regiões turísticas, desde 2009 a Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte – SOL vem trabalhando a segmentação turística no Estado. Já foram estruturados os seguintes segmentos turísticos: Turismo Religioso, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo LGBT e Turismo Náutico. O projeto ainda prevê estruturar os seguintes segmentos: turismo de aventura, ecoturismo, turismo de bem-estar, turismo de esportes, turismo de lazer e entretenimento, turismo rural, turismo de sol e praia, turismo de melhor idade, turismo ferroviário e turismo rodoviário.

As possibilidades desta segmentação já foram abordadas por Pereira (2003) a qual justificava que o quadro geográfico catarinense, assim como a diversidade do meio natural e o mosaico sociocultural, representado pelos diferentes fluxos colonizadores dotaram Santa Catarina de uma grande diversidade de opções turísticas.⁴⁵

⁴⁵ Em 2002 Lins descrevia os diferentes “circuitos” turísticos que o Estado apresentava: 1º - o litorâneo, composto pelos numerosos balneários situados na orla marítima do Estado, onde na porção central destaca-se a Ilha de Santa Catarina (Florianópolis) e, no litoral norte, Balneário Camboriú, principal polo de confluência turística; 2º - o histórico-cultural, definido pela diversidade dos grupos sociais que colonizaram o território catarinense ao

Santa Catarina recebeu em 2013, pela sétima vez consecutiva, o prêmio “O Melhor de Viagem e Turismo” na categoria “Melhor Estado do Brasil”, concedido pela Revista Viagem e Turismo, da Editora Abril. Essa premiação consolida o Estado como maior vencedor da categoria desde sua criação, em 2001. Este ano, além do público, votou também um júri composto por especialistas do Guia Quatro Rodas e jornalistas especializados, que premiaram cerca de 20 categorias das mais diversas atividades turísticas realizadas em âmbito nacional e também internacional. A boa colocação do Estado no *ranking* nacional do turismo pode ser atribuída à sua diversidade geográfica, clima e etnias. No entanto, as ações dos diferentes agentes (público e privado) visando o incremento da atividade socioeconômica gerada pelo turismo, tem sido fundamental para o seu êxito.

2.3 A FORMAÇÃO DO TURISMO EM SANTA CATARINA

O processo de desenvolvimento turístico em Santa Catarina iniciou-se a partir da década de 60, acentuando-se na década de 70, com o turismo de veraneio, caracterizado pela procura da segunda residência e por uma lenta ocupação do litoral. Meurer; Lins (2008, p.279) explicam que “Santa Catarina passou a despontar como destino turístico relevante na segunda metade dos anos 70, quando visitantes gaúchos, principalmente, mas também argentinos, deixaram clara a sua opção por férias e lazer no litoral do Estado”. A partir daí, mediante um inegável e crescente dinamismo na movimentação turística ao longo dos anos 80 e 90, Santa Catarina inscreveu um novo setor de atividades no seu perfil

longo do tempo (a grosso modo, no litoral, os açorianos; no Norte-Nordeste e Vale do Itajaí, os alemães e no Sul, os italianos); 3º - o das festas típicas, ligadas às origens étnicas dos povoadores, dentre as quais a mais conhecida é a Oktoberfest, em Blumenau; 4º - o da neve, na Serra Catarinense, onde os atrativos são representados pelo clima (possibilidade de ocorrência de neve) e pela forte e antiga tradição rural; 5º - o das águas termais, caracterizado pela distribuição das estâncias hidrominerais no território catarinense; 6º - o de compras, constituído pelas áreas de produção industrial que formam um eixo litorâneo pontilhado por cidades onde a oferta de produtos e a infraestrutura de comercialização atraem visitantes até mesmo no verão, em razão da grande proximidade entre os balneários e os polos industriais (LINS, 2002).

econômico. Não há dúvidas que a faixa de território de cerca de 200 km de largura paralela ao litoral foi o fator preponderante para que tal fato ocorresse.

Ao analisar a evolução do turismo catarinense, tem-se a demanda como um dos principais indicativos do crescimento turístico. No entanto, faz-se necessário refletir sobre os fatores que motivam a demanda. O que faz com que o turista escolha este, ou aquele local, para passar suas férias? Neste caso específico, quais os fatores que contribuem para que o turista venha para Santa Catarina? Para Castelli (1984) os fatores influenciadores da demanda turística são: aumento da renda familiar; progresso tecnológico; melhoria do nível de instrução; concentração urbana e aumento do tempo livre.

Os fatores sugeridos por Castelli (1984) são justificados da seguinte forma: a) o aumento da renda familiar tem crescido nessas últimas décadas, a uma dada proporção que possibilitou um expressivo segmento da população a dedicar parte desse rendimento ao turismo; b) com o progresso tecnológico as viagens tornaram-se mais rápidas e confortáveis, sendo um dos fatores mais marcáveis desse progresso o alto índice de motorização que facilita a mobilidade das pessoas; c) a melhoria do nível de instrução conduz o indivíduo na busca de novos elementos culturais, de novas descobertas e conseqüentemente, novos conhecimentos; d) a concentração urbana, pois na medida em que as cidades vão crescendo, cresce também, o desejo de viajar, de sair do seu entorno habitual; e) por último, cabe lembrar o aumento do tempo livre. Até o século XIX o lazer era escasso para as pessoas, e como se sabe, no início do século XX, na Inglaterra, trabalhava-se 15 horas por dia. Hoje em dia a jornada de trabalho foi reduzida para 8 horas, sendo que em alguns países é de 6 horas.

Ainda sobre aspectos que podem influenciar a demanda turística, destacam-se os determinantes citados por Swarbrooke e Horner (2002) como influenciadores do turismo: clima; localização geográfica; história; língua; desenvolvimento de sistemas de transporte; níveis de desenvolvimento econômico; qualidade das paisagens rurais e urbanas; políticas governamentais para o turismo e grau de estabilidade econômica e política.

O Estado de Santa Catarina possui relevantes fatores (naturais e culturais) que podem influenciar na decisão do turista. Há, porém muitos aspectos que podem ser melhorados, principalmente os que se referem a aspectos dependentes de planos e projetos para se desenvolver. Apesar da relativa estabilidade econômica e política, os planos governamentais para o turismo mostram-se deficitários. Contribuindo com essa aceção, Meurer; Lins (2008) destacam a problemática da sazonalidade do turismo catarinense em decorrência da demanda pelos atrativos “sol e mar” do Estado, ainda que haja uma diversificação de atributos para diferentes tipos de turismo. Embora alguns circuitos revelem certa vitalidade, por conta, entre outras coisas, de esforços promocionais de prefeituras e do governo estadual, não se pode dizer que atingiram nível de desenvolvimento que represente contrapeso ao domínio avassalador do turismo de verão. “Também não alterou esse perfil o conjunto de movimentos recentes no turismo estadual, englobando o avanço do turismo religioso em Nova Trento, puxado pela canonização da Santa Paulina” (MEURER; LINS, 2008, p. 281). Existe, portanto, uma deficiência em relação ao aproveitamento do potencial turístico natural do estado, muito embora, percebe-se que esta realidade vem se alterando.

Cruz (2005) chama a atenção para as falsas expectativas acerca do desenvolvimento do turismo, ao ponto de municípios acreditarem que, sozinhos, com os poucos recursos de que dispõem (recursos de capital, turísticos, humanos...), serão capazes de atrair hordas de turistas, a partir de uma espécie de passe de mágica. É preciso superar o “mito do desenvolvimento” viabilizado pelo turismo.

As pesquisas sobre a demanda turística realizadas periodicamente pela Santa Catarina Turismo S.A. (SANTUR, 2013), órgão estadual dedicado à promoção do setor, apresentam o crescimento da demanda, muito embora nos anos de 2003 e 2011 a pesquisa não foi realizada. Conforme Tabela 1, o turismo nacional apresenta taxa de crescimento de 96,89% enquanto que as entradas de estrangeiros no país decaíram em -9,87%, ou seja, um crescimento absoluto de 2.185,86 mil turistas nacionais, e uma queda de 45,90 mil turistas estrangeiros. As acentuadas oscilações da demanda turística no turismo internacional são decorrentes, sobretudo, da grande dependência do turista de origem Argentina e, conseqüentemente, das condições econômicas deste país.

**Tabela 1: Demanda turística de Santa Catarina entre 2000 e 2012
(em milhões)**

Ano	Nacionais	Estrangeiros	Total
2000	2.255,90	465	2.720,90
2001	2.194,50	568	2.759,78
2002	2.001,00	158,9	2.151,08
2004	2.712,10	246,9	2.994,54
2005	2.570,60	202,2	2.767,58
2006	2.937,50	211,7	3.163,47
2007	3.539,10	468,9	4.045,68
2008	3.794,30	509	4.332,47
2009	3.836,30	518,3	4.363,00
2010	4.750,12	414,97	5.190,28
2012	4.441,76	419,1	4.854,37
Crescimento Absoluto 2000 a 2012	2.185,86	-45,90	2.133,47
Crescimento Relativo 2000 a 2012	96,90	-9,87	78,41

* As pesquisas dos anos de 2003 e 2011 não foram realizadas

Fonte: Santur (2013)

O afluxo argentino em Santa Catarina é bastante significativo, sendo esse país o principal emissor de turistas internacionais. Cabe, porém, destacar que essa demanda sofre influência direta do desempenho da economia argentina, traduzido na evolução do seu produto interno bruto (PIB). As recentes medidas de controle do câmbio que o governo da presidente da Argentina, Cristina Kirchner, vem tomando desde o fim de outubro de 2011, pode ser observado na redução no número de turistas argentinos no Estado catarinense, o que explica as taxas negativas nos números da demanda internacional. Fato parecido com o ocorrido em 2001, ano da histórica crise econômica argentina⁴⁶.

⁴⁶ Saludjian (2004) explica que em 2001, o Governo Argentino congelou os depósitos bancários, com proibição de saques acima de certo limite por pessoa. Ao mesmo tempo, os depósitos foram classificados entre os que representavam contas correntes e de poupança em peso, e também aplicações fixas em peso ou em dólar, de um lado, e todos os demais depósitos, em pesos ou dólares, de outro lado. Os primeiros ganharam o apelido de *corralito*, e concentravam mais de 70% dos depósitos totais; os segundos foram chamados de *corralón*, e correspondiam aos tipos de depósitos mais utilizados

O Governo Argentino tem adotado medidas restritivas a compra de dólares americanos no mercado oficial. Tal medida visa conter a desvalorização do peso e a disparada do dólar no mercado paralelo, de grande importância na Argentina. Esta medida tem afetado menos as classes mais altas, com maior facilidade de comprovar reservas em moeda doméstica. Isso porque, ao viajarem para o Brasil, só poderão retirar reais de suas contas em pesos se tiverem uma caderneta de poupança em dólares na Argentina.

Como apenas 30% dos argentinos tem conta bancária (por conta da crise de 2001), a dificuldade de adquirir moeda estrangeira é muito elevada. A situação só não é pior porque para os turistas Argentinos de maior poder aquisitivo as restrições a viagens para a Europa e os EUA são ainda maiores e, por isso, as classes mais altas continuam optando em vir para o Brasil, porém o turismo das classes mais baixas e menor poder de compra que geralmente viajam de carro e ônibus continua diminuindo, o que faz a demanda internacional apresentar taxa de crescimento negativo.

Apesar do maior número de turistas serem nacionais, não é de se ignorar a importância do turista estrangeiro para Santa Catarina, pois há pesquisas (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2013) que comprovam que o turista estrangeiro gasta, em média, mais do que o turista nacional, além de permanecer por mais tempo no destino. Tal constatação pode ser evidenciada, também, na Tabela 2, a qual mostra que o turista internacional de Santa Catarina, gerou, em 2012, uma receita per capita de R\$973,01, enquanto o turista nacional ficou em R\$548,29.

Tabela 2: Receita Turística de Santa Catarina em 2012 (R\$)

Origem	Demanda	Receita	Receita per capita
Nacionais	4.441.765	2.435.396.531,22	548,29
Estrangeiros	419.100	407.787.866,14	973,01
Total	4.860.865	2.843.184.397,36	584,91

Fonte: Santur (2013)

pelas pessoas mais ricas. Inicialmente, essa medida não deveria se prolongar por mais de três meses, mas o período de vigência acabou se prolongando quase um ano e meio, permanecendo até meados de 2003. A taxa de crescimento do PIB não deixou de acusar os graves problemas: em 2002, o encolhimento girou em torno de 10%.

A demanda internacional de Santa Catarina tem o mercado argentino como principal emissor, conforme demonstrado na Tabela 3, onde aparecem taxas em torno de 75% do total da demanda internacional. Em seguida, encontram-se o Paraguai e o Uruguai. A proximidade geográfica ainda é um dos principais fatores que contribuem para a atual demanda internacional do Estado.

Tabela 3: Demanda internacional de turistas em Santa Catarina entre 2010 e 2013

Mercados Emissores	2010	2012	2013
Argentina	77%	70%	79%
Paraguai	13%	9%	9%
Uruguai	5%	4%	5%
Bolívia	1%	0%	0%
França	1%	0%	1%
Chile	0%	8%	3%
Suíça	0%	1%	0%

Fonte: Santur (2013)

Os estudos de Meurer; Lins (2008) sobre a macroeconomia do turismo argentino em Santa Catarina mostram que praticamente não há correlação entre a taxa de crescimento do PIB argentino e o número de turistas argentinos em Santa Catarina, tendo encontrado o coeficiente de correlação de 0,05 para o período de 1986 a 2004. Porém, mostra que o coeficiente de correlação da taxa de câmbio real entre os dois países e a receita gerada pelos argentinos em Santa Catarina foi de 0,59. Mais expressiva ainda foi a correlação entre a taxa real de câmbio e o número de turistas argentinos em Santa Catarina (0,731), lembrando que este coeficiente apresenta o valor máximo de 1,0 (caso de correlação máxima positiva), e o zero indica ausência de correlação. Tendo encontrado uma correlação expressiva no tocante à influência da taxa real de câmbio sobre o número de turistas argentinos em Santa Catarina. Os autores explicam:

A razão é óbvia: taxa de câmbio elevada significa maior poder de compra do Peso no Brasil, e isso amplia a sedução dos atributos turísticos locais. Pode-se dizer, com efeito, que, nos períodos de alta taxa de câmbio, o baixo custo para visitantes estrangeiros dos serviços de hospedagem e

alimentação, passando pelo entretenimento e o lazer em geral, torna quase irresistíveis as atrações catarinenses. Em decorrência, ficam ainda mais convidativos os deslocamentos de centenas de quilômetros que mesmo em outras conjunturas cambiais não inibem os que se aventuram nos voos *charter*, multiplicados na alta estação, e na malha rodoviário do Cone Sul (MEURER, LINS, 2008, p. 288).

Um aspecto que os autores questionam, diz respeito à dependência da Argentina como principal mercado emissor de turistas estrangeiros e a direção que se dá ao turismo.

Vale a pena, em conjunturas cambiais adversas à vinda de estrangeiros, concentrar os esforços na atração de tais fluxos? Ou o *trade* turístico, pilotado pelas instituições públicas e privadas que gravitam em torno do setor, deveria ser suficientemente ágil e flexível para explorar mercados que acenassem, a cada período, com resultados mais significativos? (MEURER, LINS, 2008, p. 288).

Fica evidenciado que o turismo é uma atividade altamente dependente de fatores externos, como a política econômica, taxa de câmbio, guerras, conflitos, catástrofes naturais, etc. Embora muitos dos governos foquem, principalmente, os benefícios econômicos positivos advindos do turismo, é imprescindível reconhecer os potenciais custos ao nível social e ambiental e a necessidade de investigação cuidadosa ao nível dos efeitos não econômicos. Hall (2000) enfatiza a necessidade da realização de planejamento estratégico em turismo e da intervenção do governo, no processo de desenvolvimento, como respostas típicas para minimizar os efeitos indesejados do desenvolvimento do turismo, particularmente ao nível local.

O turismo envolve, na sua realização, sujeitos sociais (população local, turistas, agentes de mercado, poderes públicos) com expectativas diferentes, não raras vezes divergentes. Conciliar esses interesses no ordenamento dos territórios pelo e para o turismo deve ser um paradigma orientador do planejamento governamental e de suas políticas públicas. Desta forma, o planejamento regional requer a abdicação, por parte dos

governantes municipais, de parte de seus projetos individuais em prol de um projeto coletivo, que requer a superação de vaidades pessoais e o desenvolvimento da capacidade de diálogo (CRUZ, 2005).

Na entrevista realizada com Fogaça (2013) foram enfatizadas as ações da SOL no sentido de ampliar a oferta turística do Estado e estruturar a infraestrutura para, em paralelo, ampliar a divulgação para aumentar a captação da demanda, tanto nacional, como internacional. Para a ampliação da oferta turística tem-se procurado destacar: **a) a diversidade cultural e geográfica do Estado**, visto que a miscigenação dos imigrantes com os povos nativos, e entre si, resultou na grande diversidade de costumes, tradições, folclore, culinária, e patrimônio artístico-histórico. As variadas paisagens são outro grande potencial do Estado que possui clima de altas montanhas, praias adequadas para banhos, cânions, rios, cachoeiras e lagos; **b) turismo e lazer o ano inteiro**, busca-se amenizar o grande problema decorrente da alta sazonalidade do principal atrativo do Estado, as praias. Assim, os esforços têm sido para fortalecer os demais produtos turísticos catarinenses, tais como: estâncias hidrotermais, ecoturismo e aventuras radicais, patrimônio histórico, turismo religioso, turismo da terceira idade, os parques Beto Carrero World, em Penha, e Unipraias em Balneário Camboriú, e as grandes opções de turismo rural, sem esquecer que na Serra Catarinense é o único lugar no Brasil onde frequentemente neva no inverno. Em outubro, ocorrem as grandes festas, com destaque para a Oktoberfest, em Blumenau e de junho a novembro, as baleias-francas chegam ao litoral, a procura por este tipo de turismo, tem crescido a cada ano.

Fogaça explicou, ainda, que além das 10 regiões turísticas, A SOL tem trabalhado, também, produtos turísticos por segmentos especializados, com ênfase nas contribuições étnicas e no patrimônio natural, tais como: Ecoturismo e aventuras radicais, estâncias hidrotermais, turismo religioso, terceira idade, turismo rural, gastronomia catarinense, festas de outubro e grandes eventos, turismo de compras, patrimônio histórico, evento e negócios e parques. A seguir, apresentam-se alguns destes segmentos, mediante sua relevância e contribuição para a evolução do turismo em Santa Catarina.

Há algumas hipóteses sobre o surgimento das primeiras experiências turísticas no meio rural. Contudo, pode-se afirmar que o Turismo Rural despontou como atividade econômica em meados do século XX, primeiramente na Europa e nos Estados Unidos. (BRASIL, 2010). Conforme o Ministério de Turismo (BRASIL, 2010) a década de 1980 é considerada o marco inicial da atividade no Brasil, Argentina e Uruguai, tendo as primeiras iniciativas de Turismo Rural surgido no Japão, na África e na Oceania nos anos 1990 e em países como Mongólia, Madagascar e Ucrânia apenas na década seguinte. A partir deste contexto, tem-se que o turismo rural no Brasil é uma atividade recente, pois, conforme Novaes (2003) teve início no ano de 1986, na região catarinense de Lages, com a entrada de algumas fazendas neste segmento econômico. (Fazenda Ciclone, Barreiro, Aza Verde, Boqueirão e Pedras Brancas).

A partir do final de 1990, os aspectos positivos do turismo rural foram amplamente difundidos no País, fazendo com que expressivo número de empreendedores de todas as regiões investisse nesse segmento, muitas vezes de forma pouco profissional ou sem o embasamento técnico necessário. Consequentemente, questões negativas de sua implantação também começaram a se manifestar, relacionadas, de modo geral, à sobrecarga da estrutura rural por um número elevado de visitantes e veículos, problemas legais, degradação ambiental e descaracterização do meio e da própria atividade (BRASIL, 2003).

Nas orientações básicas do Ministério do Turismo (BRASIL, 2010) sobre o turismo rural consta-se que ao mesmo tempo, a sociedade vem descobrindo a importância ambiental e o valor estratégico de manutenção da paisagem rural, e passa a tratar rios, fauna e flora como elementos essenciais para o ser humano. Este contexto tem contribuído para o crescimento da atividade turística no meio rural devido especialmente ao caráter transversal, dinâmico e global do turismo, capaz de impactar as várias dimensões que afetam os processos de desenvolvimento de setores, atividades e territórios.

Quanto à prática do turismo rural ou em áreas não urbanas tem-se a definição de Graziano da Silva (1998, p.14) que é a mesma adotada pelo Ministério do Turismo, a qual considera como turismo no espaço rural ou em áreas rurais:

Todas as atividades praticadas no meio não urbano, que consiste de atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta: Turismo Rural, Turismo Ecológico ou Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo de Saúde, Turismo Cultural, Turismo Esportivo, atividades estas que se complementam ou não.

Observa-se, portanto, que há uma diversidade de atividades que são desenvolvidas nos espaços rurais, sendo muitas vezes derivadas do próprio cotidiano das residências rurais, mas, podem também, serem criadas, como é o caso dos esportes que se utilizam dos recursos naturais das propriedades, rios, lagoas, etc.

Os estudos de Mariani e Gehlen (2008) mostram que a Região Sudeste concentra 55,78% das propriedades rurais brasileiras com atividade turística, seguida pelo índice da Região Sul do País, que responde por 19,41%. A Região Centro-Oeste aparece com a terceira maior participação, com 12,12% das propriedades. Nordeste e Norte possuem a menor participação no segmento, respondendo, respectivamente, por 9,05% e 3,62% das propriedades.

Referente ao turismo rural no Estado de Santa Catarina Novaes (2003) explica que este segmento surgiu com o objetivo de criar uma alternativa turística aproveitando a estrutura existente nas fazendas e estâncias de criação de gado de corte e leiteiro, bem como de equinos predominante na região serrana. Atualmente, o turismo rural também se desenvolve em outros municípios de Santa Catarina, apresentando diversas opções de hospedagem e lazer, com destaque para os municípios de Lages, Bom Jardim da Serra, Paineira, São Joaquim, Urubici, Urupema, Campo Alegre, Itapoá, Joinville, São Francisco do Sul, Benedito Novo, Gaspar, Ibirama, Pomerode, Presidente Getúlio, Rio dos Cedros, Florianópolis, Imbituba, Jaguaruna, São Martinho, Urussanga, Araranguá, Água Doce, Caçador, Piratuba e Treze Tílias.

As características particulares das propriedades catarinenses favorecem a expansão do turismo rural, entre as quais se destaca a riqueza natural, a culinária típica (italiana, alemã, portuguesa), o artesanato local, a oferta de variados roteiros de visitas, a realização de eventos, as opções de entretenimento e a infraestrutura de hospedagem. Cabe

destacar que a região serrana, onde se concentra o foco principal do turismo rural, frequentemente atinge temperaturas negativas no inverno, inclusive com a ocorrência de neve, oferecendo ao turista uma paisagem repleta de araucárias, cânions, rios e diversas cascatas, que favorecem a prática de turismo de esporte de aventura. Segundo a Secretaria do Estado de Turismo, Cultura e Esportes (SOL) são mais de 60 pousadas e hotéis-fazenda, espalhados por cerca de 30 municípios, a maioria situada em locais com diversidade de cenários – praia, campo, neve, mar, montanhas. Alguns empreendimentos com mais de 100 anos de história mantêm características originais.

As atividades nos hotéis-fazenda variam segundo a região, mas em todas elas o visitante tem como oferta, além dos amplos espaços naturais, a ordenha, plantio, passeios em trilhas rurais e mata nativa, cavalgadas, pesca de lambari, pesca esportiva de truta, passeios de charrete, banhos de rio, visitas a cachoeiras, campos e cânions. Em algumas se tem, ainda, a opção de degustação de vinhos em vinícolas especializadas ou cantinas de vinhos artesanais. Outras se podem acompanhar a colheita da uva e da maçã, conforme as estações.

Em 2012, conforme dados do Ministério do Turismo (BRASIL, 2013), 60 milhões de brasileiros realizaram 197 milhões de viagens domésticas. Do total de viagens, 3,94 milhões tiveram como motivo o turismo religioso. As festas religiosas estão entre as mais fortes expressões da cultura brasileira. Pelo menos 15 milhões de brasileiros se interessam por destinos religiosos no país. Esse movimento contribui na geração de empregos e na melhor distribuição de renda. O setor religioso é responsável por 3,6% das viagens nacionais e 0,5% das internacionais no país (BRASIL, 2013).

O segmento do turismo religioso, diferentemente dos demais, tem como motivação principal a fé. Desta forma, a demanda sofre influência do calendário e acontecimentos religiosos das localidades que recebem os turistas, podendo, também, sofrer influência de ofertas turísticas próximas, como é o caso do Município de Nova Trento, que recebe um bom número de visitantes no Santuário da Madre Paulina, decorrente da demanda motivada pelas praias localizadas a pouca distância.

O Estado de Santa Catarina possui 22 santuários e vários destinos de peregrinação católica, envolvendo cerca de 70 municípios. Os de Nova Trento e de Brusque se destacam pela organização de grandes festas e por receberem romeiros durante todo o ano (SOL, 2013). O Santuário da Madre Paulina, em Nova Trento, é considerado o segundo destino religioso mais procurado do país⁴⁷. O templo localizado a 75 km de Florianópolis é visitado por 40 mil pessoas por mês, num total de 480 mil ao ano. (SANTUR, 2013). Tal posição foi alcançada a partir da beatificação de madre paulina, em 1991, e a canonização, em 2002. O local onde a primeira santa brasileira – Santa Paulina do Coração Agonizante de Jesus – iniciou sua vida e a congregação das irmãzinhas da Imaculada Conceição é onde se localiza, atualmente, o Santuário Santa Paulina. A cidade ainda possui o Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro, no alto do Morro da Cruz, tornando-se atrativo turístico já que, além do apelo da fé, há o mirante que possibilita visualizar uma bonita paisagem em dias abertos.

Pereira e Christoffoli (2013) em artigo abordando a evolução dos santuários católicos brasileiros⁴⁸ evidenciam que foi a partir da beatificação de Madre Paulina que Nova Trento deixou de ser um local de interesse apenas da comunidade, passando a ser destino de milhares de visitantes. Registraram, ainda, que o fluxo dos visitantes ocorre de forma distinta, com acréscimos e diminuições, dependendo do período do ano e nos fins de semana ao longo do ano todo. Também há um acréscimo de visitantes durante os meses das férias (dezembro a fevereiro), bem como nos meses ligados à beatificação e à canonização de Madre Tereza.

A canonização de Santa Paulina foi o fator impulsionador que tornou Nova Trento mundialmente famosa por ser a primeira Santa do Brasil e a primeira de sua cidade de origem, Vígolo Vattaro, na Itália. Paulina veio para o Brasil na primeira leva de imigrantes e viveu praticamente toda a sua vida na cidade, na localidade batizada de Vígolo, a seis quilômetros do centro de Nova Trento. Desde muito cedo se dedicou aos cuidados dos doentes e pobres da região.

⁴⁷ O primeiro é o Santuário de Nossa Senhora Aparecida, localizado no Município de Aparecida em São Paulo.

⁴⁸ Pereira e Christoffoli (2013) publicaram um estudo dos casos de Aparecida SP, Iguape SP, e Nova Trento SC.

Nova Trento mantém o estilo de cidade do interior, onde ainda é forte a presença da cultura italiana. Além do movimento normal de peregrinos, o volume de visitantes pode aumentar em datas especiais como o segundo domingo de julho (Dia de Santa Paulina), terceiro domingo de maio (canonização) e outubro (beatificação). Ou ainda em feriados religiosos como o Corpus Christi e Finados. Entre 2008 e 2009, o Governo de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte investiu R\$ 1,6 milhões em eventos, infraestrutura e equipamentos turísticos direcionados ao segmento, recursos esses provenientes dos fundos de incentivo ao turismo e à cultura. Os novos acessos ao complexo onde se localiza o santuário de Santa Paulina são resultado de uma obra de infraestrutura para garantir melhor acesso aos turistas que em todos os anos visitam o local movidos pela fé (SOL, 2013).

Ouriques (2002) discute o significado turístico da canonização de Santa Paulina argumentando que a fé religiosa vem sendo apropriada por uma forma específica de acumulação do capital, ou seja, a religiosidade está sendo transformada em uma mercadoria turística. Aborda a contradição que há mediante os relatos da generosidade de Madre Tereza e sua dedicação à causa dos pobres, doentes e humildes e o que vem ocorrendo em Nova Trento. O autor destaca a utilização da Madre Paulina em benefício da promoção de um novo segmento do turismo: o turismo religioso.

Ouriques (2002) diz que as pessoas continuarão a visitar Nova Trento por motivos religiosos, o que ele questiona é o surgimento do turismo religioso, cuja motivação ultrapassa o caráter histórico da peregrinação (penitencia e fé) e adquire o sentido de espetáculo. Vale destacar, ainda, a menção ao trabalho de Oliveira (1999) que elabora uma periodização geográfica das peregrinações à Basílica de Aparecida e chama a atenção para a mudança ocorrida desde meados dos anos de 1970: “(...) de meados dos anos 70 até o início da década de 90, as romarias a Aparecida ultrapassam a finalidade religiosa da peregrinação de visita à Mãe (brasileira) de Deus, para atingir uma sacralidade mais completa. Ou seja, rezar + comprar + passear + conviver + contemplar (...)” (OLIVEIRA, 1999, p. 270).

Não se tem, neste trabalho, o intuito de aprofundar as questões sociais e nem discutir as mudanças e objetivos do turismo religioso, e sim, mostrar de forma sucinta, alguns aspectos do turismo religioso e sua contribuição para o turismo do Estado de Santa Catarina. Neste contexto destaca-se que em 2010, através da Lei nº 15.184, Nova Trento, com apenas 12.190 mil habitantes⁴⁹ ganhou o título de "Capital Catarinense do Turismo Religioso".

A importância deste segmento para o Estado pode ser percebida pelo interesse que a Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esportes vem demonstrando em realizar pesquisas na região. Em 2011, foi realizada a pesquisa de perfil de turismo religioso em Nova Trento, no mês de novembro. Em 2012, foi realizada pesquisa na XX Incanto Trentino, festa típica de Nova Trento realizada no mês de agosto.

E, em 2013, foi realizada pesquisa regionalizada do Vale do Rio Tijucas, composto pelos municípios de Botuverá, Brusque, Canelinha, Guabiruaba, Major Gercino, Nova Trento, São João Batista e Tijucas. A pesquisa foi aplicada nos municípios de Brusque e Tijucas, geograficamente tratados como portais regionais, cujo objetivo era conhecer, dimensionar, identificar e caracterizar o movimento de residentes, turistas, excursionistas e passantes na e pela região pesquisada, visando obter dados estatísticos sobre o potencial da demanda turística desta região.

A Tabela 4 mostra a procedência da demanda pelo turismo religioso de Nova Trento em 2012. Conforme se observa, os residentes do próprio Estado de Santa Catarina são os principais frequentadores do Santuário (72,75%), seguidos pelos paranaenses (12,65%), paulistas (7,54%) e Rio Grande do Sul (4,87%). Os demais estados contribuíram com 2,19%. Referente à demanda turística internacional, a pesquisa demonstrou que 50% dos entrevistados eram Paraguaiois e 50% eram oriundos da Argentina. Em relação ao gênero dos entrevistados, 61,07% eram do gênero feminino enquanto que 38,93% eram masculinos. Este resultado demonstra que as mulheres possuem maior propensão à prática do turismo religioso em Nova Trento.

⁴⁹ A população de Nova Trento que era de 9.122 mil habitantes em 1991 passou para 12.190 mil habitantes em 2012, conforme dados do IBGE (2013).

Tabela 4: Procedência de turistas que visitaram Nova Trento em 2012

Estados	%
Santa Catarina	72,75%
Paraná	12,65%
São Paulo	7,54%
Rio Grande Do Sul	4,87%
*Outros (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pará, Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul e Piauí.)	2,19%
Total	100,00%

Fonte: Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL, 2013)

Outro aspecto a ser observado refere-se à faixa de renda dos turistas que visitaram Nova Trento no ano de 2012. Conforme a Tabela 5, os maiores percentuais encontram-se nas primeiras faixas de renda (13,97% até R\$545,00 e 70,68% de R\$ 546,00 até R\$2.725,00), demonstrando que não se trata de uma demanda de indivíduos com renda alta.

Tabela 5: Faixa de renda dos turistas que visitaram Nova Trento em 2012

Faixa de Renda	Percentual
Até R\$ 545,00	13,97%
De R\$ 546,00 a R\$ 2.725,00	70,68%
De R\$ 2.726,00 a R\$ 5.450,00	13,15%
De R\$ 5.451,00 a R\$ 8.175,00	0,55%
De R\$ 8.176,00 a R\$ 10.900,00	0,28%
Acima de R\$ 10.900,00	1,37%
Total	100,00%

Fonte: Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL, 2013)

O turismo religioso no Estado contribui com outro segmento turístico, o turismo de eventos. Para 2014, já está prevista uma variada programação, com destaque para os eventos em Nova Trento, conforme Quadro 2.

Quadro 2: Eventos religiosos programados para 2014 em Santa Catarina

Data	Título	Cidade
03/05/2014 - 04/05/2014	Festa da Nossa Senhora do Bom Socorro	Nova Trento
19/05/2014 - 19/05/2014	12º Aniversário da Canonização de Santa Paulina	Nova Trento
23/05/2014 - 26/05/2014	63º Romaria e Festa a Nossa Senhora de Caravaggio	Nova Veneza
25/06/2014 - 29/06/2014	164ª Festa de São Pedro Apóstolo	Gaspar
04/07/2014 - 06/07/2014	Festa do padroeiro São Vergílio	Nova Trento
09/07/2014	Data de falecimento de Santa Paulina - 9/07/1942	Nova Trento
18/10/2014	Celebração do 23º Aniversário de Beatificação- Santa Paulina	Nova Trento

Fonte: Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL, 2013)

Entre os segmentos que caracterizam o setor em Santa Catarina, destacam-se pela sua importância os eventos que surgiram como alternativa à sazonalidade do turismo de lazer, em especial ao veraneio. Com um leque diversificado de oportunidades, o turismo de eventos cresce a taxas significativas, sendo responsável por uma razoável taxa de ocupação nos hotéis ao longo do ano. Num estudo sobre a contribuição dos eventos para a hotelaria, Mondo; Costa (2010) afirmam que a realização de eventos na hotelaria em Santa Catarina é uma alternativa para combater a sazonalidade e aumentar a ocupação hoteleira. Além deste aumento a captação de eventos auxilia o faturamento do setor de alimentos e bebidas.

Conforme a SOL (2013) em 2004 foi criada a Federação Catarinense dos *Convention Bureaux*, integrada pelos 12 *Convention Bureaux* do Estado - Florianópolis, Balneário Camboriú, Blumenau, Joinville, Vale dos Encantos, Costa Esmeralda, Serra Catarinense, Chapecó & Região, Águas do Alto Uruguai, Tubarão & Região, Rota da Amizade e Itajaí. A entidade catarinense integra a federação brasileira do setor.

No mesmo ano a EMBRATUR delegou à Federação Nacional dos *Convention & Visitors Bureaux* a tarefa de divulgação das feiras brasileiras no exterior, com uma dotação de R\$ 36 milhões para aquele ano. Em Santa Catarina, todas as 10 regiões turísticas possuem equipamentos para a realização de convenções, seminários, eventos, congressos e feiras. A rede hoteleira vem se especializando e investindo para participarem deste mercado e os 12 *Convention & Visitors Bureaux* tem contribuído para diversificar e atrair eventos que contribuam para o aumento deste segmento no Estado (SOL, 2013).

Os municípios que mais se destacam no segmento de eventos são: Florianópolis, Blumenau, Jaraguá do Sul e Joinville. A realização de congressos, convenções e grandes eventos ganha cada vez mais importância, mas outras regiões já despontam como importantes destinos na área. Chapecó, maior cidade da região do Grande Oeste, com economia regional predominante na agropecuária, é uma delas. A cidade realiza anualmente grandes eventos de negócios que movimentam a região. Exemplo foi a 19ª Exposição Feira Agropecuária Industrial e Comercial (EFAPI), realizada em Chapecó, de 04 a 13 de outubro de 2013. Promovido pela Prefeitura Municipal, teve a participação de 650 expositores e gerou um volume de negócios de R\$ 125 milhões, injetando R\$13,5 milhões na economia local/regional. Atraiu um público de 550.000 pessoas, tendo gerado 3.500 empregos diretos temporários e confirmado seu status de maior feira multissetorial do sul do Brasil. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, 2013).

No Estado são realizados mais de 10 mil eventos por ano, nos mais de 100 espaços existentes, que reúnem milhares de participantes (SOL, 2013). Somente em outubro, 14 festas típicas, conforme demonstrado na Figura 5 (p. 106), atraem cerca de um (01) milhão de turistas. A maior delas, a Oktoberfest de Blumenau, recebeu 451.523 mil visitantes em 2013.

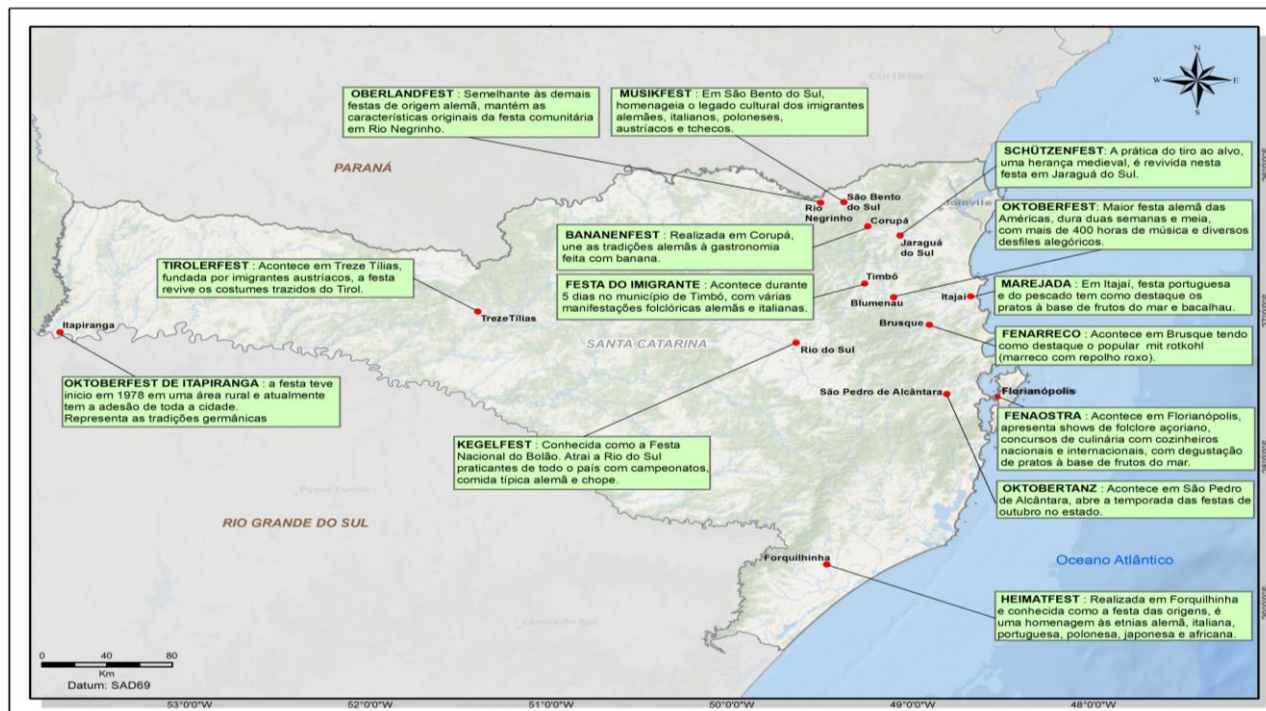


Figura 5: Mapa das festas catarinenses

Fonte: Organização da autora e elaboração da geógrafa Renata Duzzioni em 2013

Veja na Tabela 6 a evolução da festa que, em 2014, realizará sua 31ª edição.

Tabela 6: Evolução da Oktoberfest em Blumenau de 1984 a 2013

Edição	Ano	Outubro	Público	Chope (litros)
1ª	1984	05 a 14	102.000	103.000
5ª	1988	05 a 14	1.009.057	721.652
10ª	1993	01 a 17	853.000	406.814
15ª	1998	08 a 25	500.000	312.037
20ª	2003	02 a 19	605.538	263.120
25ª	2008	09 a 26	594.636	*373.984
30ª	2013	03 a 20	451.523	*531.159,2
TOTAL			19.353.069	12.890.284,20

* Total de consumo não inclui a venda de garrafas de cervejas importadas.

Fonte: Oktoberfest (2013)

Conforme Mette⁵⁰ (2014), além da grande movimentação de turistas durante a Oktoberfest há, também, um grande número de empregos diretos e indiretos. Embora a maior parte das contratações seja por períodos reduzidos (1 a 2 meses), não se pode desconsiderar a movimentação que ocorre na cidade. Conforme Mette (2014) a festa gera uma média de 2.300 a 2.500 empregos diretos e, no mínimo 1.500 indiretos. É visível o grande efeito multiplicador na economia da região. Muitos hotéis e restaurantes reforçam seu quadro de funcionário neste período, sem contar que muitas pessoas dobram sua carga de trabalho nesses períodos para obterem maior renda. É comum, após o período da Oktoberfest, as pessoas trocarem de carro, investirem em imóveis, etc.

No entanto, Mette (2014) ressalta que a maior dificuldade no recrutamento desses trabalhadores é a qualificação e a grande rotatividade. As funções de maiores demandas são para a segurança e a limpeza. É comum durante a contratação verificar que as pessoas contratadas desconhecem por completo o que é a festa, muito menos a sua

⁵⁰ Norberto Mette, presidente do Parque Vila Germânica, consultor de eventos, ex-secretário de turismo do Município de Blumenau, ex-diretor da SANTUR, e Conselheiro do Conselho Estadual de turismo. Entrevista realizada em março de 2014.

importância para o desenvolvimento regional. No início, realizam-se palestras e treinamento com esses contratados, porém até o término da festa há uma grande evasão sendo necessário recontratar, sendo que esses não recebem mais o treinamento inicial o que acaba afetando a qualidade na prestação do serviço.

Mette (2014) enfatiza ainda, a grande necessidade de investir em pesquisas e melhores planos de desenvolvimento do turismo. As políticas públicas precisam ser mais bem direcionadas. É somente através de pesquisas e dados estatísticos fidedignos que poderemos traçar planos mais contundentes com nossa realidade.

Nesta aceção sobre a importância dos dados estatísticos verifica-se que na pesquisa de demanda turística realizada nos meses de janeiro e fevereiro, alta temporada, pela Santur foi feito levantamento do fator motivacional da viagem dos entrevistados, distribuídos em duas variáveis: turismo e negócios. A demanda motivada pelos eventos insere-se, em grande parte, na variável “negócios”, muito embora, possa haver uma incoerência em relação às festas catarinenses que tanto podem inserir-se na variável de turismo, como podem ser consideradas “eventos”. Para a Santa Catarina Turismo (SANTUR, 2013), a demanda turística motivada pelos negócios no Estado vem aumentando nos últimos anos, conforme se pode observar na Tabela 7. No ano de 2012, registra-se o maior percentual (38,35%), demonstrando sua relevância para o turismo estadual. Embora no ano de 2013 tenha havido uma retração, ainda permaneceu um percentual relevante (27,78%). Estes números possibilitam constatar que o Estado tem conseguido diversificar as opções de ofertas apresentando outros fatores motivacionais à demanda, além dos tradicionais “praia e mar”.

Tabela 7: Turismo motivado por negócios em SC entre 2006 e 2013

2006	2008	2010	2012	2013
7,52%	18,55%	20,43%	38,35%	27,78%

Fonte: Santur (2013)

Hoeller (1999) relata que a captação e a promoção de eventos vêm demonstrando ser um setor que traz um bom retorno econômico e social ao país e à cidade que sedia um evento. Nesta mesma perspectiva,

Matias (2002) explica que um evento representa grande estímulo para a economia de um município, uma vez que envolve grande movimentação nos mais diversos setores da economia, ocasionando um aumento geral na arrecadação das receitas, números de empregos (diretos e indiretos), além de criar novas oportunidades para a população local, redistribuindo a renda individual, local e regional. Assim, o turismo gerado pela realização de eventos ou turismo de eventos pode apresentar uma solução para o grande problema da sazonalidade que atinge os hotéis no período considerado de baixa temporada.

Os cruzeiros marítimos, viagens de lazer em navios, são um segmento bem específico, que envolve tanto questões relacionadas a transporte marítimo como à hospedagem e hospitalidade. Segundo a Associação Brasileira de Representantes de Empresas (ABREMAR) além do aumento do fluxo de cruzeiros marítimos na costa brasileira, aumentou-se, também, a oferta de leitos nos navios e de rotas por parte dos armadores nos últimos anos. Na temporada 2010/2011, foram contabilizados cerca de 800 mil cruzeiristas que geraram impactos econômicos significativos para o país. Parte desse incremento se justifica pelo controle da inflação, maior formalização do mercado de trabalho e aumento da renda da população brasileira, registrando-se maior procura por viagens a lazer (ABREMAR; FGV, 2012).

O Anuário Estatístico do Ministério do Turismo revela um incremento acumulado do número de chegadas de turistas internacionais, por via marítima, de 182%, no período de 2003 a 2010, enquanto que, no mesmo período, o crescimento do número de chegadas de turistas estrangeiros pelas diferentes vias de acesso, no Brasil, totalizou 23%. Tais chegadas internacionais têm impacto direto na entrada de divisas no País (BRASIL, 2011).

O estudo de perfil e impactos econômicos no Brasil realizado pela Fundação Getúlio Vargas e Abremar (2012) mostra que, além dos empregos em escritórios regionais das operadoras de vendas, marketing e atendimento a clientes dos cruzeiros marítimos, são gerados vários outros postos de trabalho durante a temporada. Em especial nos terminais portuários e na cidade como um todo (comércio, bares e restaurantes, receptivo, transporte e atrativos turísticos), movimentando toda a cadeia

de serviços locais. No Brasil, a lei de cabotagem exige que 25% da tripulação de cada navio seja composta por brasileiros. Como o piso salarial a bordo é superior à média brasileira, muitos jovens se capacitam em idiomas, turismo e hotelaria para disputar esses postos de trabalho. Além disso, o ambiente do navio favorece o intercâmbio cultural com a tripulação de diferentes nacionalidades, a qualificação profissional e oportunidade de trabalho no exterior. Na temporada 2010/2011, o setor de cruzeiros marítimos gerou aproximadamente 20.638 postos de trabalho na economia brasileira, sendo 5.603 tripulantes dos navios e 15.035 gerados, de forma direta e indireta, pelos gastos dos turistas nas cidades portuárias e na cadeia produtiva de apoio ao setor.

Pereira (2013) explica que o Brasil é um país que, por suas características naturais, com predominância do clima tropical e pela vasta extensão do seu litoral, oferece condições propícias à navegação durante praticamente todo o ano, favorecendo a atividade do segmento de cruzeiros marítimos. Segundo a Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos – ABREMAR (2013), a movimentação de cruzeiros marítimos de cabotagem no litoral brasileiro registrou um crescimento de cerca de 600% na última década, com a ampliação da oferta de leitos nos navios e de rotas por parte dos armadores.

Este tipo de viagem tem sido cada vez mais realizado por brasileiros, conforme demonstrado no Gráfico 1. Segundo Abremar (2013) este incremento não é resultante apenas da classe alta, mas também da classe média. Nestes termos, Pereira (2013) esclarece que se até pouco tempo a prática do turismo se apresentava como um privilégio de uma elite bastante reduzida, atualmente tornou-se acessível a diferentes camadas sociais, em razão da melhoria dos meios de comunicação e de transportes que contribuíram para a redução das distâncias e dos custos, facilitando o deslocamento das pessoas. “Também a ampliação do tempo livre, regulamentado por leis, após longa luta das classes operárias, favoreceu igualmente o crescimento do turismo em escala global, tornando essa prática acessível a um crescente número de pessoas” (PEREIRA, 2013, p.192).

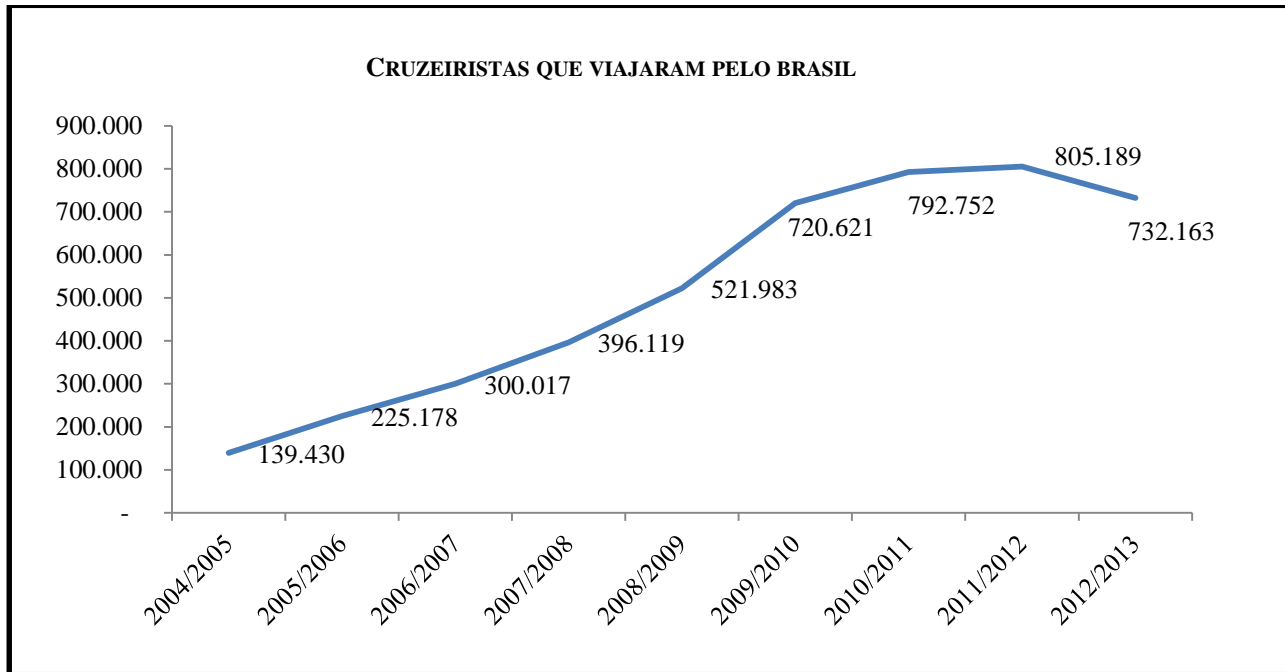


Gráfico 1: Número de cruzeiristas que viajaram pelo Brasil entre 2004 e 2013

Fonte: Dados Abremar (2013)

Não há dúvidas, portanto, que o incremento do poder aquisitivo da população, o aumento do consumo e a facilidade de pagamento dos pacotes são fatores que influenciaram positivamente o crescimento da demanda por cruzeiros marítimos. Pereira (2013, p.189) explica que este incremento “(...) pode ser atribuído ao controle da inflação, maior formalização do mercado de trabalho e aumento da renda da população brasileira, registrando-se maior procura por viagens a lazer”.

Essa mesma realidade global e nacional é percebida, também, em escala estadual. Santa Catarina tem apresentado melhorias nas infraestruturas para o recebimento dos cruzeiros, bem como, aumento no número de turistas desta modalidade. Atualmente o Estado possui três terminais com infraestrutura para receber cruzeiros. O terminal turístico naval no porto de São Francisco do Sul, o terminal turístico Guilherme Asseburg no porto de Itajaí (O local é alfandegado e exclusivo para passageiros de transatlânticos); e o município de Porto Belo, que recebeu a concessão, em 2013, para operar um porto turístico.

O Terminal Turístico Guilherme Asseburg, em Itajaí, tem apresentado contínuo crescimento desde a sua inauguração na temporada 2000/2001, quando foi realizada apenas uma escala e o número de passageiros não chegou a 1.000. Na temporada 2012/2013 foram registradas 34 escalas, movimentando 57.400 passageiros em navios com turistas nacionais e estrangeiros, dentre os quais 14.700 embarcaram em Itajaí (PEREIRA, 2013).

O município de Porto Belo é conhecido como a “capital catarinense dos transatlânticos”, por ser a cidade que mais recebe navios de cruzeiro no Estado, superando as cidades portuárias de Itajaí e São Francisco do Sul. A cada temporada cresce o número de escalas de navios programadas para acontecer no município. Conforme a Fundação Municipal de Turismo de Porto Belo, na temporada 2011/2012, a cidade chegou a receber três navios no mesmo dia, em mais de uma ocasião. No total foram 54 paradas, que trouxeram cerca de 100.000 passageiros à região. Os navios atracam em alto mar na Baía de Porto Belo e os passageiros são transportados ao píer em pequenos barcos conhecidos como **tenders**. Há vários deles se revezando no traslado dos turistas ao longo do dia. No local também é feita a contagem daqueles que desembarcam.

Em 2011 foi inaugurado, no centro da cidade, o “Pier Municipal de Porto Belo”, para receber os turistas de cruzeiros de uma maneira mais organizada e confortável. O equipamento inclui um deck flutuante e receptivo com praça e estrutura para abrigar até três navios. Para a temporada 2014 está prevista a chegada de 22 mil visitantes à cidade de 16 mil habitantes. Destes, 7,6 mil são estrangeiros.

Para conhecer o perfil dos viajantes de cruzeiros, a SANTUR (2013) realizou uma pesquisa com os turistas de navios que chegaram à cidade desembarcando no píer. O levantamento foi realizado entre novembro-dezembro de 2012 e janeiro-fevereiro-março de 2013 – Relativo à temporada de Navios de Cruzeiros 2012/2013. Ao todo foram feitas 903 entrevistas. O levantamento foi feito no entorno do “píer” e as informações coletadas junto aos turistas, demonstraram que o gasto médio foi de R\$ R\$ 88,40 entre os nacionais e R\$ 92,19 entre os estrangeiros. Com relação ao perfil dos turistas, entre os turistas nacionais, a maioria (62,05%) viaja em família ou em grupo (30,95%). Já entre os estrangeiros, 76,62% viajam em família, e 19,5% em grupo.

Os principais destinos emissores de turistas nacionais foram: São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais, enquanto que os turistas internacionais, a maioria, 53,68%, vieram da Argentina, seguida pelos EUA (16,45%); Uruguai (7,36%); Itália (3,46%) e Chile (3,03%). Ao serem questionados se já haviam ouvido falar sobre Santa Catarina, 92,41% dos nacionais afirmaram que sim. Já entre os estrangeiros, apenas 46,75% ouvira falar, enquanto 53,25% não ouvira falar. Tal resultado indica a fraca e/ou a falta de ações de divulgação do Estado.

Quanto ao perfil profissional, as principais categorias entre os nacionais foram: funcionários de empresas privadas (26,64%); funcionários públicos (17,26%); aposentados (16,96%); empresários (16,82%); profissional liberal (11,46%) e outras com menos representatividade somaram 10,88% dos entrevistados. Entre os turistas internacionais a maioria era aposentada (33,33%), seguida pelos funcionários de empresas privadas (24,68%); empresários (16,45%); Profissionais liberais (8,66%) e funcionário público (8,23%). As demais perfizeram 8,66%.

Em relação à renda dos turistas nacionais, a Tabela 8 demonstra que há uma maior concentração de turistas nas primeiras faixas de renda. As duas primeiras categorias, ou seja, as faixas de renda menores perfazem 52,98% dos entrevistados.

Tabela 8: Renda dos cruzeiristas nacionais e internacionais

Faixas de Renda	% de turistas nacionais	% de turistas internacionais
Menor que 545,00	22,47	42,86
Entre 545,00 a 2.725,00	30,51	16,88
Entre 2.725,00 a 5.450,00	30,51	24,24
Entre 5.450,00 a 8.6175,00	8,63	5,63
Entre 8.175,00 a 10.900,00	2,68	5,21

Fonte: Santur (2013)

Ao analisar o resultado dos turistas internacionais verifica-se que esta realidade se acentua ainda mais, as duas primeiras categorias chegam a 59,74% dos entrevistados pela Santur. Cabe destacar que a maioria das pessoas não se sente confortável em divulgar a sua faixa de renda, omitindo os valores reais. Portanto, este resultado pode não retratar a realidade financeira dos entrevistados.

Se há algumas décadas fazer turismo era privilégio de pessoas com alto poder aquisitivo, atualmente tornou acessível para uma grande parcela da sociedade, porém da mesma forma que cresce a demanda, cresce, também, a oferta. Desta forma, surgiram navios com maior capacidade de passageiros, mais confortáveis, estáveis e com preços e pacotes mais acessíveis.

Os objetivos de um cruzeiro marítimo são diferentes de um transporte marítimo ou ainda dos antigos transoceânicos que objetivavam somente o transporte. De La Torre (2002), explica que a viagem num cruzeiro tem o objetivo principal o prazer, com diversão a bordo e excursões nas costas, praias e portos de percurso. Assim, os passageiros embarcam com a expectativa de uma estada de conforto, requinte e muita diversão.

Nesta mesma linha de pensamento, Palhares (2002, p.234) explica que:

Diferentemente do transporte marítimo convencional, cuja função última é transportar pessoas, o objetivo do cruzeiro é, em grande parte, fazer com que seus hóspedes desfrutem das ótimas infraestruturas que os navios oferecem, além de visitarem pontos turísticos ao longo da viagem.

Embora atualmente existam cruzeiros para todos os gostos, focados na necessidade de grupos específicos de viajantes, não há dúvidas que o foco principal continua sendo o lazer. Cabe lembrar que, se o mercado de cruzeiros marítimos está crescendo em SC, há, no entanto, a necessidade de se preparar para este crescimento. Percebe-se uma incipiente movimentação por parte dos atores envolvidos, tanto neste segmento como também do turismo no Estado, visando o melhoramento da infraestrutura física e de serviços para recepção dos cruzeiros, porém ainda está longe do almejado. Conforme demonstrado na pesquisa da SANTUR (2013) com os cruzeiristas que desembarcaram em Porto Belo, as principais indicações de insatisfação dos entrevistados foram à poluição em algumas praias que se apresentaram impróprias para banho; o trânsito intenso e a infraestrutura receptiva deficiente.

Atrativos para atrair e satisfazer estes turistas existe, no entanto, é perceptível a necessidade de estruturá-los adequadamente para tal fim. A formação e a qualificação para a atividade turística são necessidades veementes.

2.4 O ENSINO E A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DO TURISMO EM SC

A qualidade na prestação de um serviço está diretamente ligada à formação e qualificação dos prestadores deste serviço. O consumidor da atividade turística, o turista, não limita sua compra a um quarto de hotel ou a uma refeição num restaurante. Este processo vai além, o turista entra em contato com uma combinação de serviços e produtos, os quais compreendem as atrações, a infraestrutura, os equipamentos, os serviços logísticos, o entorno e, claro, os recursos humanos envolvidos na experiência turística.

O setor turístico é composto por uma diversidade de atividades que, por sua vez, demandam uma intensa mão-de-obra. A educação é fundamental para qualquer área e não seria diferente no turismo. É importante destacar que a formação do profissional ligado ao turismo possui características específicas em decorrência, principalmente, da abrangência do setor. A formação destes profissionais vai desde a demanda por técnicos para atuarem como camareiras, cozinheiras, garçons, etc., a especializações a níveis de gerenciamento nas diversas áreas (alojamento, alimentação, transportes, agenciamento, consultoria, lazer etc.).

O ensino superior de turismo e hotelaria foi iniciado em Santa Catarina nos primeiros anos das décadas de 1990, numa iniciativa da UNIVALI, que ofereceu os primeiros cursos no campus de Balneário Camboriú. A partir de então, cursos e faculdades se disseminaram pelo Estado. Em 2005 existiam 28 cursos e faculdades de turismo e hotelaria em 18 municípios, chegando Florianópolis a oferecer nove cursos na área no auge do *boom* dos cursos superiores. Atualmente os cursos se diversificaram com o surgimento de novas especialidades com formação específica de especialistas como chefes de cozinha, gastronomia e tecnologia de eventos, entre outros. No Quadro 3 (p. 114), apresenta-se a relação dos cursos de graduação voltados à área de turismo ofertados em Santa Catarina.

Apesar da proliferação dos cursos especializados, um tema recorrente nos encontros da área de turismo desde o início do desenvolvimento do setor turístico em Santa Catarina é a qualidade da mão de obra disponível e seu impacto no serviço prestado ao turista. Pressionados pela crise de mão de obra, principalmente na hotelaria, no dia nove de outubro de 2002, o *trade* turístico se reuniu pela primeira vez na sede do SENAC, em Florianópolis, com representantes das instituições de ensino da área para analisar a questão e buscar soluções para sanar ou amenizar o problema.

A Senhora Rates⁵¹ atuava como presidente da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo - ABRAJET/SC e explicou que o encontro foi uma iniciativa da Associação Brasileira de Empresas de Eventos (ABEOC) e teve a participação da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), Associação Brasileira de Restaurantes, Bares e Similares (ABRASEL), SENAC, SEBRAE e Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares da Grande Florianópolis e Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo (ABRAJET). O objetivo principal era obter maior sinergia e convergência entre as instituições de ensino e

⁵¹ Entrevista concedida em 20 de dezembro de 2012. Zeni do Amaral Rates é Pós-graduada em Administração do Turismo pela FURB/INPG - Blumenau; Ex-presidente da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo - ABRAJET/SC e professora do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina UFSC. Atualmente é diretora da MídiaTur Comunicação, Consultoria & Marketing, empresa especializada em comunicação com foco no turismo.

o mercado de trabalho visando atender aos interesses de ambos os segmentos. Ao final do encontro houve unanimidade em relação a questões como a falta de uma política de turismo, apesar da vocação e do grande potencial do mercado; a fragilidade do nível de profissionalização; o prejuízo causado pela sazonalidade no turismo; falta de entrosamento entre o setor empresarial, público e as instituições de ensino; falta de pesquisas no setor e de investimentos em equipamentos; formação profissional feita sem visão das necessidades e demandas do mercado; carência de inovação e pesquisas tanto a nível acadêmico como no setor público e empresarial. Houve também o reconhecimento de que as empresas investem muito pouco em capacitação profissional e as instituições de ensino formam bacharéis, enquanto as empresas precisavam de técnicos operacionais.

Como resultado do encontro foi formada uma comissão integrada pela ABEOC, ABIH, ABRAJET, SENAC, UNISUL, UNIVALI e Faculdade Cenecista de Joinville para coordenar o trabalho visando alterar a situação apontada. Os dois segmentos - escolas e empresas -, ficaram encarregados de levantar os projetos, pesquisas e informações existentes e apresentar encontro posterior para debater a situação em que se encontrava e o que poderia ser feito visando melhorar o mercado turístico num todo.

Para a Senhora Rates (2013), a partir desse encontro uma série de mudanças ocorreu na área do ensino com a busca de maior integração e sinergia entre as entidades do setor e as instituições de ensino, buscando aproximar o interesse das empresas, das instituições e os futuros profissionais. Um dos resultados desse esforço foi à criação pela ABIH-SC do “Seminário de Turismo e Hotelaria”, como parte integrante da programação de seu evento anual, o Encontro Catarinense de Hotéis (ENCATHO), realizado há 27 anos, onde são tratados assuntos de interesse do setor. No seminário, os estudantes inscrevem seus trabalhos resultado de pesquisas de campo que são avaliados pela equipe de professores e consultores da área que assessoram a entidade e se, aprovados são apresentados no encontro para serem discutidos com os hoteleiros e profissionais do setor. Os melhores trabalhos são classificados, divulgados e seus autores premiados.

Quadro 3: Cursos presenciais de graduação sinérgicos ao setor de turismo em 2012

Cursos	Instituição	Cidade
Chef internacional	Universidade do vale do Itajaí – UNIVALI	Balneário Camboriú
Chef Pâtissier	Universidade do vale do Itajaí – UNIVALI	Balneário Camboriú
Tecnologia de Eventos	Faculdade Anhanguera de Joinville	Joinville
Tecnologia em Eventos	Instituto Superior e Centro Educacional Luterano Bom Jesus – IELUSC	Joinville
Tecnologia em Gastronomia	Instituto Superior e Centro Educacional Luterano Bom Jesus – IELUSC	Joinville
Gastronomia	Universidade do vale do Itajaí – UNIVALI	Balneário Camboriú
Gastronomia	Universidade regional de Blumenau - FURB	Blumenau
Gastronomia	Universidade Comunitária de Chapecó - UNOCHAPECO	Chapecó
Gastronomia	Faculdades Integradas Associação de Ensino de Santa Catarina – FASSESC	Florianópolis
Gastronomia	Faculdade Anhanguera de Joinville	Joinville
Gastronomia	Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE	Joinville
Gastronomia	Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL	Palhoça
Gastronomia	Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI	São José
Gestão desportiva e de lazer	Faculdade Cenequista de Joinville – FACE - FCJ	Joinville
Tecnologia de Gestão em Turismo	Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC	Joaçaba
Gestão em Turismo	Universidade Comunitária Regional de Chapecó - UNOCHAPECO	Chapecó
Gestão de Turismo	Instituto de Ensino Superior da Grande Florianópolis - IES	São José
Hotelaria	Faculdade Capivari - FUCAP	Capivari de Baixo
Hotelaria	Faculdades integradas Associação de Ensino de Santa Catarina - FASSESC	Florianópolis
Turismo	Faculdades integradas Associação de Ensino de Santa Catarina – FASSESC	Florianópolis
Turismo	Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL	Florianópolis
Turismo	Faculdade Cenequista de Joinville – FACE - FCJ	Joinville
Turismo	Instituto de Ensino Superior da Grande Florianópolis IES	São José
Turismo	Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina – FESSC	São José
Turismo	Instituto de Ensino Superior da Grande Florianópolis IES	São José
Turismo	Instituto de Santa Catarina de Educação e Cultura - ISCEC	São José
Turismo	Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL	Tubarão
Turismo	Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FACISA	Xaxim
Turismo e Administração hoteleira	Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC	Joaçaba
Turismo e Hospitalidade	Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL	Tubarão
Turismo e Hotelaria	Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI	Balneário Camboriú
Turismo e Hotelaria	Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI	São José
Turismo e Lazer	Universidade regional de Blumenau - FURB	Blumenau

Fonte: Adaptado do Sebrae (2010)

Há também incentivo para que durante o evento estudantes da área visitem o evento composto de parte técnica com palestras e debates e uma feira especializada. Também a partir de 2009 o setor de governança conquistou espaço no ENCATHO. Com programação própria os profissionais do setor - camareiras, mordomos, auxiliares de limpeza, profissionais da lavanderia e passadoria – realizam o Simpósio de Governança Hoteleira buscando aperfeiçoamento técnico-profissional através de palestras, painéis, seminários e apresentação de inovações tecnológicas. O evento reúne, conforme a Senhora Rates, em torno de 200 profissionais, sendo coordenado pela Associação Brasileira de Governantas (ABG), representação de Santa Catarina.

Entretanto, apesar dessas iniciativas, a situação permanece sem solução e a cada temporada de verão as dificuldades para contratação da mão de obra se repetem e ganham as manchetes na mídia, diante da dificuldade das empresas, em especial dos meios de hospedagem, em preencher as vagas abertas. O Senhor Moritz (2013)⁵² destaca que nos últimos anos, a hotelaria e a gastronomia vêm se qualificando e aperfeiçoando, fazendo treinamento, procurando novos funcionários já com cursos de qualificação, mas falta mão de obra especializada. Um exemplo, é o Senac, que oferece cursos dos mais variados, gratuitos, passando por garçom, camareira, porteiro, de espanhol e de inglês, mas o número de inscrições é mínimo. Agora tem o Pronatec Copa Turismo⁵³ com abertura de cursos gratuitos e, no entanto, é uma dificuldade para preencher uma turma. Nem as vagas para cursos de primeiro emprego não têm sido preenchidas. O Senhor Moritz enfatiza que tem hotéis que buscam pessoas do Norte e do Nordeste. Fora o pessoal de mais perto.

⁵² Entrevista concedida pelo presidente do Conselho Consultivo da seção Catarinense da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis e da Câmara Empresarial de Turismo da Fecomércio-SC, João Eduardo Amaral Moritz.

⁵³ O Pronatec copa turismo é um programa do governo que oferece cursos em parceria com o Ministério do Turismo e o Ministério da Educação. Instituições do Sistema S (SENAC, SENAI, SESC, SESI, SENAT) e institutos serão os executores das aulas. A estratégia do MTur é aproveitar programas e ações setoriais já existentes, desenvolvidas por essas instituições. É necessário ter mais de 18 anos e estar próximo aos 120 destinos incluídos no Programa. São cursos presenciais e gratuitos, com duração média de quatro meses. O programa prevê auxílio estudantil, com alimentação e transporte.

Ultimamente, São Paulo tem fornecido mão de obra durante a temporada de Verão não só para hotelaria, mas para gastronomia também. O entrevistado destacou outras dificuldades, tais como a falta de estrada, os gargalos da rodovia BR 101, aeroportos defasados, a falta de marinas e de infraestrutura adequada portuária, são temporadas com falta de água, luz, segurança e a alegação que era gente demais. Temos que estar preparados para atender, e não justificar que é gente demais.

Num estudo sobre a empregabilidade no mercado turístico de Blumenau em 2010, os autores Dreher; Rueckert; Hayde (2010) já levantaram as dificuldades e a escassez na contratação de novos trabalhadores para os setores de alojamento e alimentação. Os motivos alegados pelos jovens porque não se interessavam pela área foram em decorrência do horário de trabalho exigido nestes setores, os descansos semanais e o caráter serviçal das funções ofertadas. Outro motivo percebido pelos pesquisadores foi a diversidade de áreas e setores de atuação ofertada pela indústria local, em que a remuneração e a oportunidade de ascensão profissional são mais atrativas.

3 O MERCADO DE TRABALHO DAS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Neste capítulo são apresentados e discutidos os dados acerca da configuração do mercado de trabalho formal do turismo no Estado de Santa Catarina, bem como, as características das empresas e da mão de obra das atividades características do turismo (ACTs). O emprego é uma variável de grande importância para a análise econômica das atividades produtivas, e o mesmo vale para o caso do turismo. As atividades características do turismo em geral ocupam uma mão de obra relativamente abundante, o que cria muitas expectativas referentes ao efeito do crescimento do turismo sobre o emprego de um país e sobre a renda *per-capita* da população ativa (OMT, 2001). O turismo, porém, apresenta peculiaridades que é preciso considerar quando se refere ao emprego. Em muitos casos, o consumo do visitante não se faz constante durante todo o ano. Decorrente desse fato, o emprego gerado pelas ACTs é frequentemente mais sazonal que em outras atividades, o que acarreta maiores problemas. Isso evidencia a importância de analisar o mercado de trabalho das ACTs através de diferentes indicadores que complementem uns com os outros, possibilitando uma visão mais ampla do setor.

3.1 POSTOS DE TRABALHO FORMAL EM SANTA CATARINA

O emprego ou a falta dele tem sido um dos temas de debate em diferentes épocas e nos mais diferentes ramos das ciências. O desemprego, provocado pelo avanço da tecnologia, já era algo discutido por Marx⁵⁴ no final do século XIX e logo na primeira metade do século

⁵⁴ A competição anárquica entre capitalistas por maiores lucros faz com que cada um tente reduzir seus custos, para vender a preços mais baixos, aumentando a produtividade através da substituição do trabalho por máquinas. Marx (1984) definiu o conceito “Exército Industrial de Reserva” para explicar que o capital consegue rebaixar a remuneração da força de trabalho ao nível mínimo necessário à reprodução individual através de elevados contingentes de trabalhadores desempregados. Para ele, essa população excedente é produto necessário da acumulação e é, simultaneamente, sua própria alavanca, tornando-se condição fundamental de

XX foi, também, estudado e previsto por Keynes, que o denominou de desemprego tecnológico. O sistema produtivo taylorista, no início do século XX, seguido pela produção fordista foram alternativas decorrentes do sistema capitalista visando atenuar esta problemática. Cattani (2002) explica que estes dois sistemas de organização do trabalho baseiam-se, principalmente na divisão e racionalização do trabalho buscando, por meio da especialização e estudo dos movimentos executados nas tarefas, aproveitar intensamente o tempo. Essa conjugação do maquinário com o controle e a disciplina é conhecida como “Organização Científica do Trabalho”.

Nas últimas décadas verifica-se, conforme exposto nas bases teóricas deste trabalho, novos sistemas de produção exigindo uma reestruturação com flexibilidade produtiva adequada a hegemonia da globalização ou a mundialização do capital. Nesse contexto, desenvolve-se um novo desenho do “mundo do trabalho”⁵⁵ gerando consequências

existência do próprio modo de produção capitalista. A dialética da questão está no fato de que, ao reproduzir este sistema e permitir que haja ampliação da riqueza ou do capital social, a população trabalhadora produz as condições que a tornam relativamente supérflua a este mesmo modo de produção. Amplia-se a quantidade de máquinas e equipamentos e a contratação de trabalhadores não acompanha esta ampliação. Para o bom funcionamento do sistema de produção capitalista e para garantir o processo de acumulação, é necessário que parte da população ativa esteja permanentemente desempregada. Esse contingente de desempregados atua, segundo a teoria marxista, como um inibidor das reivindicações dos trabalhadores e contribui para o rebaixamento dos salários. Assim, pois, a desigualdade e a pobreza são vitais para o funcionamento normal das economias capitalistas. Parte dessa “população excedente artificial” de desempregados pode ser atribuída à substituição da mão de obra pela tecnologia e/ou à falta de qualificação. No entanto, não é a tecnologia em si, mas o uso da tecnologia sob o capitalismo, introduzida de forma anárquica e sem planejamento, que leva ao desemprego em massa, e que, por sua vez, coloca pressão sobre os que ainda trabalham a aceitar salários mais baixos, enquanto a concorrência para os empregos remanescentes aumenta.

⁵⁵ Para Fígaro (2008, p.92) “o mundo do trabalho é o conjunto de fatores que engloba e coloca em relação a atividade humana de trabalho, o meio ambiente em que se dá a atividade, as prescrições e as normas que regulam tais relações, os produtos delas advindos, os discursos que são intercambiados nesse processo, as técnicas e as tecnologias que facilitam e dão base para que a atividade humana de trabalho se desenvolva, as culturas, as identidades, as

sociais e políticas. Vários autores (RIFKIN, 1995; ANTUNES, 2003; HOLZMANN, 2002; KOVACS, 2001) indicam que esta produção flexível desencadeia mudanças nas formas de contratação, na qualidade dos produtos e nos padrões de consumo.

Decorrente dessa tecnologia, as empresas puderam atender mais intimamente as diferentes demandas dos consumidores. O conhecimento técnico-científico aplicado na produção introduziu ao que Holzmann (2002) denomina de “automação flexível” caracterizada pela introdução de máquinas acopladas a computadores. A adequação a estas mudanças exigiu formas mais flexíveis do trabalho tendo a subcontratação e a flexibilização dos serviços como forma alternativa para escapar dos encargos sociais e dos custos de produção. Surge daí o aumento do desemprego, a má remuneração do trabalhador e o retrocesso do poder sindical. Santos explica que:

As empresas, impulsionadas por crescentes pressões competitivas, por alterações dos mercados, globalização das atividades econômicas, aceleração da inovação tecnológica, têm vindo a redefinir as suas estratégias, organizando-se de forma diferente e modificando o seu posicionamento estratégico. (SANTOS, 2001, p. 30).

subjetividades e as relações de comunicação constituídas nesse processo dialético e dinâmico de atividade”. Nesse sentido, pode ser dito que o mundo do trabalho é, pois, o mundo trabalhado pelo homem. Isso supõe a compreensão de que é o trabalho do homem que promove a história, e que é pelo trabalho que o homem se realiza. Fígaro explica que a atividade de trabalho não pode ser vista fora da história. No sistema capitalista, ela é determinada como mercadoria e as relações ente as pessoas são escalonadas e hierarquizadas por meio da especificidade das características e dos valores que cada atividade de trabalho adquire em relação ao poder hegemônico (GRAMSCI, 1977). Esse sistema econômico pressupõe o trabalho remunerado e o trabalho não remunerado (apropriado como parte do capital, conforme Marx (1993), regulados pelo emprego e os diferentes vínculos contratuais entre os que se oferecem para o trabalho no *mercado de trabalho*. O mundo do trabalho trata-se, pois, de uma categorização ampla, porque possibilita congrega conceitos como trabalho, relações de trabalho, vínculo empregatício, mercado de trabalho, salário, tecnologia, troca, lucro, capital, organizações, controle, poder, sociabilidades, cultura, relações de comunicação etc. (FÍGARO, 2008, p.93).

Nesse contexto, busca-se identificar qual o papel e a dinâmica que as ACTs catarinenses apresentam, não apenas do ponto de vista econômico, mas, principalmente, na perspectiva socioespacial. Tem ocorrido diminuição no número de empregos? Os empregos gerados pelas empresas das ACTs catarinenses possuem uma remuneração menor que as demais empresas do Estado? Qual é o perfil destes trabalhadores? Qual a distribuição do número de trabalhadores pelas mesorregiões do Estado?

O Estado de Santa Catarina apresenta um bom índice de desenvolvimento com uma diversificada atividade econômica, a qual gera um bom número de empregos. Vale, no entanto, relembrar a teoria marxista, segundo a qual a questão do desemprego é, inexoravelmente, perene na sociedade capitalista. Os resultados obtidos na pesquisa e apresentados a seguir mostram que os empregos formais ligados às ACTs têm crescido, porém fazem-se necessárias algumas análises para melhor compreensão destes dados.

Santa Catarina é líder na região Sul em PIB *per capita* e o quarto do Brasil. A Tabela 9 mostra o ranking das 10 unidades da federação com o maior PIB *per capita*. É possível verificar que o Estado de Santa Catarina subiu da 5ª posição, em 2002, para a 4ª, em 2010, onde se encontrava o Estado do Rio Grande do Sul. Da mesma forma, o Estado do Espírito Santo subiu para a 6ª colocação, a qual era ocupada pelo Estado do Paraná.

Tabela 9: PIB *per capita* do Brasil e Unidades da Federação entre 2002 e 2010

Unidades da Federação	2002 R\$	Ranking	2010 R\$	Ranking
Distrito Federal	25.747,00	1	58.489,00	1
São Paulo	13.259,00	2	30.243,00	2
Rio de Janeiro	11.543,00	3	25.455,00	3
Santa Catarina	9.969,00	5	24.398,00	4
Rio Grande do Sul	10.057,00	4	23.606,00	5
Espírito Santo	8.258,00	7	23.379,00	6
Paraná	8.945,00	6	20.814,00	7
Mato Grosso	7.928,00	8	19.644,00	8
Minas Gerais	6.904,00	12	17.932,00	9
Mato Grosso do Sul	7.004,00	11	17.766,00	10

Fonte: IBGE (2013)

A Região Sul encontra-se em segundo lugar na participação do PIB nacional, conforme demonstrado no Gráfico 2. Observa-se que o Sudeste responde por mais da metade do PIB do País enquanto que a região Norte detém a menor participação.

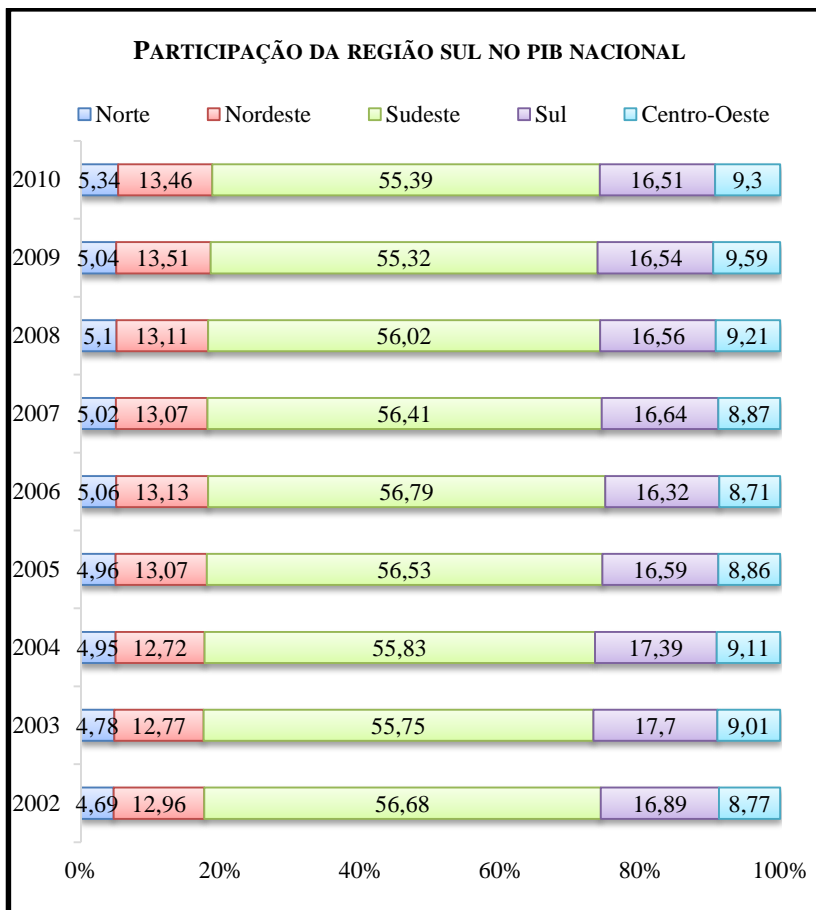


Gráfico 2: Participação da Região Sul no PIB nacional entre 2002 e 2010

Fonte: Dados IBGE (2013)

Conforme demonstra a Tabela 10, dentre os Estados da região Sul, Santa Catarina é o que possui menor participação no PIB nacional. Destaca-se, contudo, que esse Estado apresenta maior PIB *per capita* do que Rio Grande do Sul e Paraná em decorrência da maior participação

relativa da indústria, que gera valores maiores do que os produzidos pelo setor de serviços, cuja participação relativa é maior nos outros dois Estados. A indústria de transformação possui maior destaque no Estado de Santa Catarina. A indústria de alimentos e bebidas está entre as mais importantes em todos eles, mas os demais segmentos oscilam bastante em grau de importância. Em Santa Catarina, despontam a fabricação de máquinas e equipamentos, vestuário e acessórios, têxteis, artigos de borracha e material plástico e máquinas, aparelhos e materiais elétricos.

Tabela 10: PIB do Brasil e de Estados da Região Sul entre 2002 e 2011 (em milhões)

	Brasil R\$	Paraná R\$	Santa Catarina R\$	Rio Grande do Sul R\$
2002	1.477.822	88.407	55.732	105.487
2003	1.699.948	109.459	66.849	124.551
2004	1.941.498	122.434	77.393	137.831
2005	2.147.239	126.677	85.316	144.218
2006	2.369.484	136.615	93.147	156.827
2007	2.661.345	161.582	104.623	176.615
2008	3.032.203	179.263	123.282	199.494
2009	3.239.404	189.992	129.806	215.864
2010	3.770.085	217.290	152.482	252.483
2011	4.143.013	239.366	169.050	263.633

Fonte: IBGE (2013)

A relação dos municípios catarinenses com os maiores PIB concentra-se, com exceção de Chapecó na faixa Atlântica do Estado catarinense. Cabe destacar a importância do porto de São Francisco do Sul, em razão das exportações de grãos. São Francisco do Sul possui o maior PIB *perca pita* de Santa Catarina e o 28º no Brasil (IBGE, 2013). A cidade portuária de Itajaí também apresentou crescimento considerável no PIB em função da elevação das exportações de carnes e outros bens containerizados. Em ambas as regiões há uma relativa integração produtiva com as cadeias industriais de outras regiões brasileiras. A industrial Joinville permanece no topo como a maior economia de Santa Catarina.

Tabela 11: Municípios catarinenses com maiores valores de PIB em 2010 e 2011

Municípios	PIB total a preço de mercado corrente (R\$ bilhões)		PIB <i>per capita</i> 2011 R\$
	2010	2011	
Joinville	17,2	18,8	36.086,31
Itajaí	15,9	18,6	99.923,47
Florianópolis	10,4	11,4	26.749,29
Blumenau	9,3	10,2	32.617,11
Jaraguá do Sul	5,6	6,1	42.063,97
São José	4,8	5,2	24.640,32
Chapecó	3,9	4,5	24.179,73
São Francisco do Sul	4	4,4	100.410,59
Criciúma	3,7	4	21.133,56
Brusque	3	3,3	30.611,12
Santa Catarina	152,4	169	26.760,82

Fonte: IBGE, 2014

Santa Catarina é referência nacional em diversos índices quanto à saúde, expectativa de vida, banco de sangue, doação de órgãos e mortalidade infantil. É também referência em indicadores sociais, tais como o de desenvolvimento humano, menor taxa de pobreza e melhores índices de renda. Destaca-se na área da educação com uma das menores taxas de analfabetismo, maior número de domicílios com acesso à internet e frequência escolar. É um dos Estados com menor índice de criminalidade do país (PNAD, 2013).⁵⁶

Esses indicadores contribuem, também para o dinamismo do mercado de trabalho no Estado. O Gráfico 3 apresenta a taxa de crescimento do emprego formal, do período de 2003 a 2012 no Estado de Santa Catarina, no acumulado de todas as atividades econômicas.

⁵⁶ Santa Catarina possui a melhor distribuição de renda entre os estados do Brasil, com índice de Gini (2011) de 0,445 (seguido vem São Paulo (0,471) e Paraná (0,472). O índice do Brasil é de 0,508). A expectativa de vida do Estado é a maior também, com 76,2 anos. (FIESC, 2013).

Observa-se que de 2003 a 2004 houve um grande crescimento de vagas demonstrando uma economia em plena expansão. Este período foi marcado pelo início do governo Lula⁵⁷ que manteve as linhas gerais da política econômica do governo anterior, do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), adaptando apenas alguns conceitos, relacionados à área social aos princípios do Partido dos Trabalhadores (PT) (VIEIRA, VERÍSSIMO, 2009).

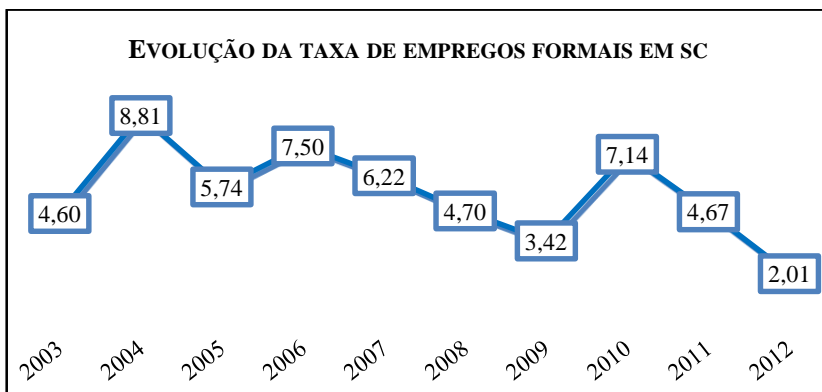


Gráfico 3: Evolução da taxa de emprego formal em SC entre 2003 e 2012

Fonte: Dados Ministério do Trabalho e Emprego/Rais (BRASIL, 2013)

Curado (2011) afirma que é amplamente reconhecido que durante a gestão do presidente Lula a política econômica manteve, com alterações marginais, o arranjo macroeconômico definido na segunda gestão de Fernando Henrique Cardoso, ou seja, manteve o tripé metas de inflação, regime de câmbio flutuante com intervenção (*dirty floating*) e ajuste fiscal. A indicação do ex presidente do *Bank Boston* (Henrique Meirelles) para a direção do Banco Central do Brasil sinalizou ao mercado, principalmente o internacional, de que não haveria mudanças bruscas na condução da política econômica em seu governo. A baixa

⁵⁷ O governo Lula (2003 -2010) corresponde ao período da história política brasileira que se inicia com a posse de Luíz Inácio Lula da Silva à presidência, em 01 de janeiro de 2003, em sua quarta tentativa para chegar ao cargo presidencial. A eleição de Lula, que havia sido derrotado nos anos de 1989, 1994 e 1998 é marcada por ter sido a primeira na história brasileira de um ex-operário eleito para o posto mais importante do país. Sua estada na presidência foi concluída em 31 de dezembro de 2010.

inflação, redução do desemprego, crescimento real do salário mínimo, e a balança comercial favorável foram alguns indicativos para o bom desempenho econômico averiguado durante esta fase.

Observa-se, ainda, no Gráfico 3 que, de 2007 a 2009, ocorre uma queda na taxa de crescimento do número de empregos formais em Santa Catarina, a qual pode ser atribuída aos impactos decorrentes da crise econômica deflagrada pelos Estados Unidos da América que afetou a economia mundial e, conseqüentemente, a economia brasileira. Decorrente da estabilidade econômica e de crescimento que o país atravessava foi possível sair de forma efetiva da crise mundial. Durante a crise, a retração do PIB foi de apenas 0,6%⁵⁸, o que evidencia um pequeno impacto sobre a economia brasileira, cujos resultados foram melhores do que os obtidos pelas grandes economias do mundo.

Outro aspecto a ser considerado para a redução do número de empregos formais no Estado de Santa Catarina no período de 2008 a 2009 foi a grande catástrofe natural causada pelas fortes chuvas ocorridas no mês de novembro de 2008 que causou enormes prejuízos em quase todo o Estado, resultando em perdas de emprego.

Em 2010, os efeitos da retomada do crescimento da economia brasileira foram sentidos no mercado de trabalho, o que impactou, também, no mercado catarinense, conforme observado no aumento de empregos de 2009 a 2010. Em janeiro de 2003, a taxa de desemprego nacional era de 11,3%. Em outubro de 2010 a taxa alcançou 6,1%, menor patamar registrado pela série histórica. (IBGE, 2011).

Em 2011 e 2012, houve novamente considerável redução nas taxas de crescimento de empregos. Tal cenário pode ser atribuído às turbulências econômicas do mercado mundial, principalmente em virtude da crise econômica de alguns países da União Europeia, que provocou a retração dos investidores e fez as bolsas mundiais registrarem quedas consecutivas. No primeiro semestre de 2012, apesar de algumas medidas do Governo Federal, como a redução dos juros e desoneração de alguns tributos, a inflação permaneceu em patamar elevado, gerando desaceleração econômica e, conseqüentemente, queda na geração de empregos, conforme se pode observar no Gráfico 3.

⁵⁸ Dado revisado pelo IBGE. Os primeiros números davam conta de uma retração de 0,2% do PIB.

Embora a taxa de crescimento de postos de trabalho tenha oscilado ao longo do período em análise, o número de vínculos ativos em Santa Catarina têm aumentado (Tabela 12). No período de 2006 a 2012, o crescimento acumulado do estoque de empregos de Santa Catarina foi de 31,56%. Já o número de empregos do setor de serviços cresceu 32,31% e as ACTs apresentaram crescimento de 34,07%. Ao se comparar com o crescimento do setor de serviços e do Estado de Santa Catarina, obtém-se que as ACTs alcançaram o melhor resultado. As ACTs catarinenses têm uma participação média de 9,63% na composição do estoque de postos de trabalho formal do setor de serviços e de 3,88% do geral de empregos formais no Estado de Santa Catarina.

Tabela 12: Empregos formais no setor de serviços e em ACTs de SC entre 2006 e 2012⁵⁹

Ano	Santa Catarina	Serviços SC	ACTs SC
2006	1.598.454	654.923	62.163
2007	1.697.800	675.609	66.276
2008	1.777.604	707.242	69.449
2009	1.838.334	741.619	71.421
2010	1.969.654	786.321	74.506
2011	2.061.577	832.863	79.490
2012	2.103.002	866.555	83.343
Variação Absoluta 2006-2012	504.548	211.632	21.180
Variação Relativa 2006-2012	31,56	32,31	34,07

Fonte: Dados Ministério do Trabalho e Emprego/Rais (BRASIL, 2013)

As últimas crises do setor industrial, decorrentes de uma série de transformações econômicas, têm promovido cada vez mais, a busca das pessoas por alternativas em outras áreas, o que permitiu ao setor de serviços um relevante crescimento. Há uma tendência acentuada de diminuição relativa do emprego nos setores primário e secundário da economia, todavia, assiste-se a um acelerado crescimento de empregos no setor terciário (comércio e serviços). O Estado de Santa Catarina, seguindo esta lógica nacional referente à geração de empregos, tem o setor de serviços em primeiro lugar como maior gerador de postos de trabalhos dentre os 5 grandes setores econômicos⁶⁰, conforme pode-se observar no Gráfico 4.

⁵⁹ As divisões das classes e subclasses vinculadas as ACTs foram adaptadas a partir de 2006, fazendo com que a análise envolvendo o período anterior não mais representasse a evolução histórica do setor. Daí porque os números anteriores a 2006 não foram analisados.

⁶⁰ Indústria, construção civil, comércio, serviços e agropecuária.

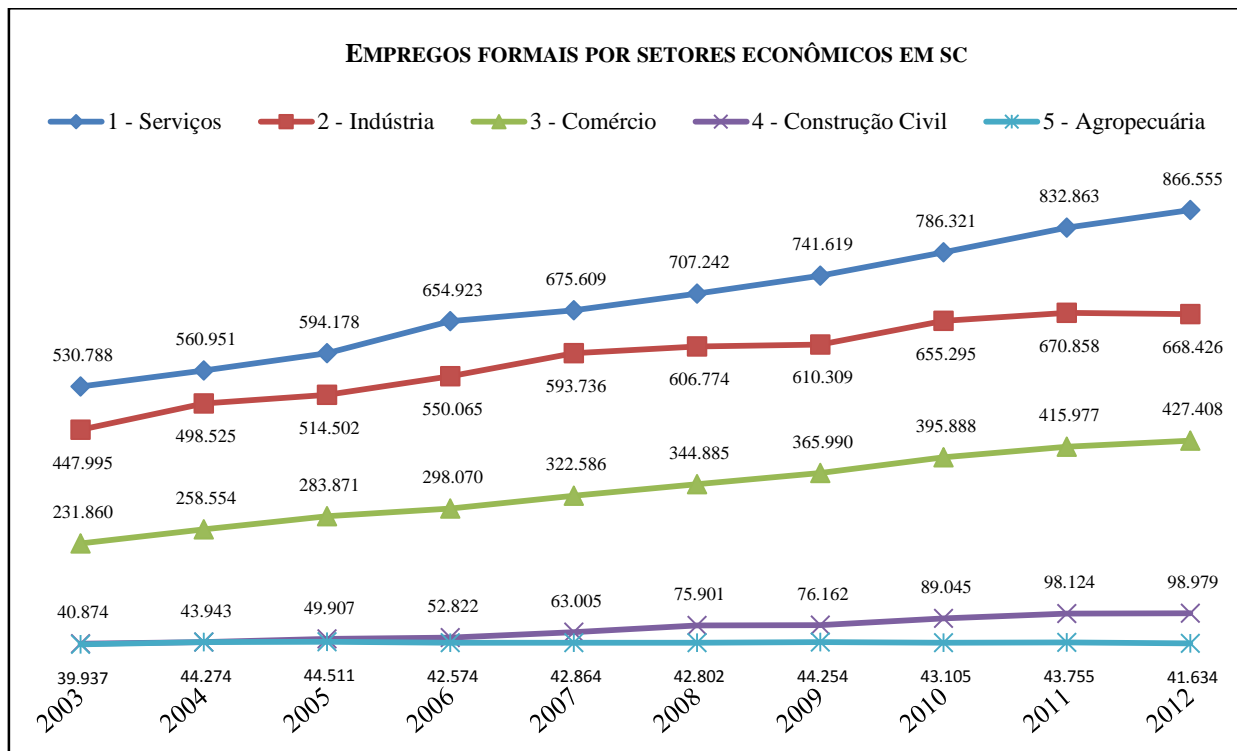


Gráfico 4: Empregos formais por setor em SC entre 2003 e 2012

Fonte: Dados Ministério do Trabalho e Emprego/Rais (BRASIL, 2013)

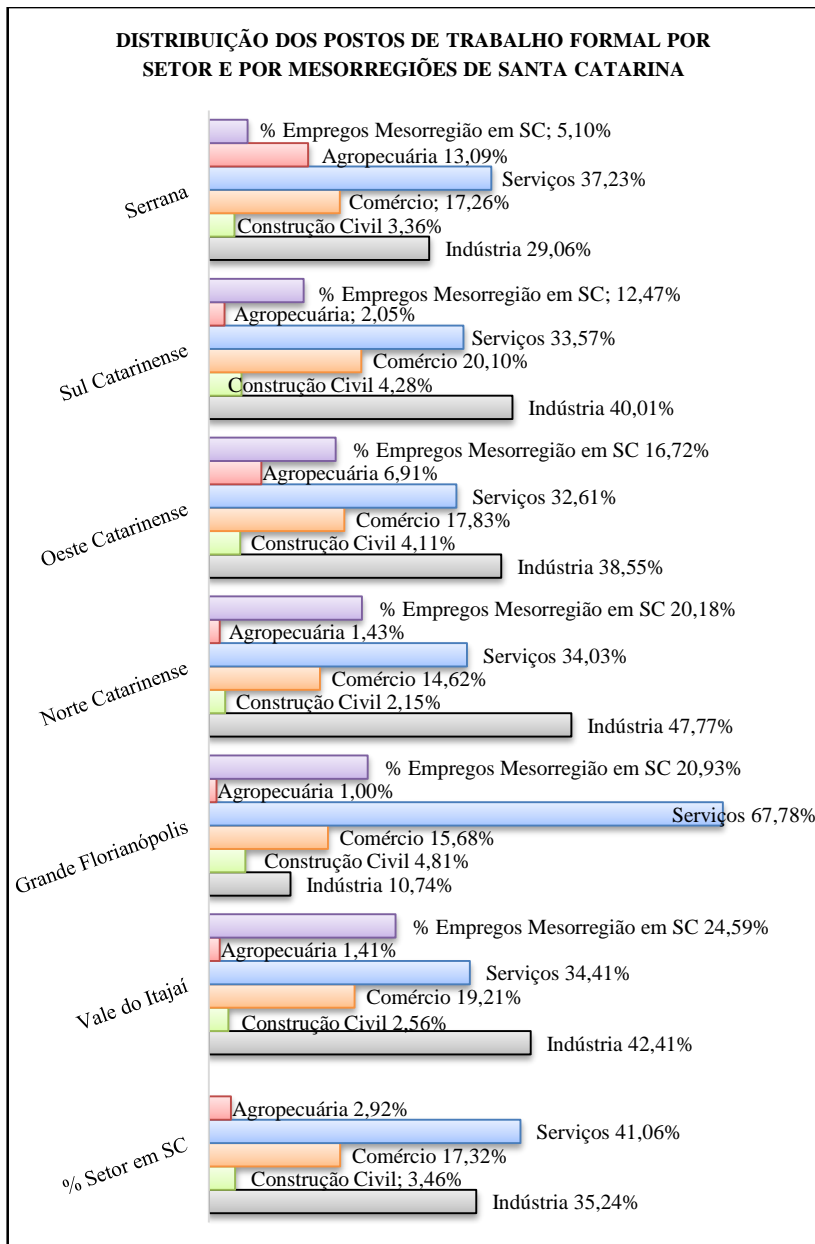


Gráfico 5: Distribuição do emprego formal por setor econômico e por mesorregião de SC em 2012

Fonte: Dados Ministério do Trabalho e Emprego/Rais (BRASIL, 2013)

Tabela 13: Número de Postos de Trabalho por Mesorregião e por Setor em SC

Mesorregião	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Total Mesorregião
Oeste Catarinense	79.637	8.500	36.828	67.363	14.274	206.602
Norte Catarinense	119.124	5.369	36.451	84.874	3.558	249.376
Serrana	18.322	2.118	10.885	23.477	8.257	63.059
Vale do Itajaí	128.891	7.769	58.379	104.574	4.271	303.884
Grande Florianópolis	27.772	12.436	40.546	175.303	2.590	258.647
Sul Catarinense	61.639	6.587	30.956	51.707	3.155	154.044
Total Setor SC	435.385	42.779	214.045	507.298	36.105	1.235.612

Fonte: Dados Ministério do Trabalho e Emprego/Rais (BRASIL, 2013)

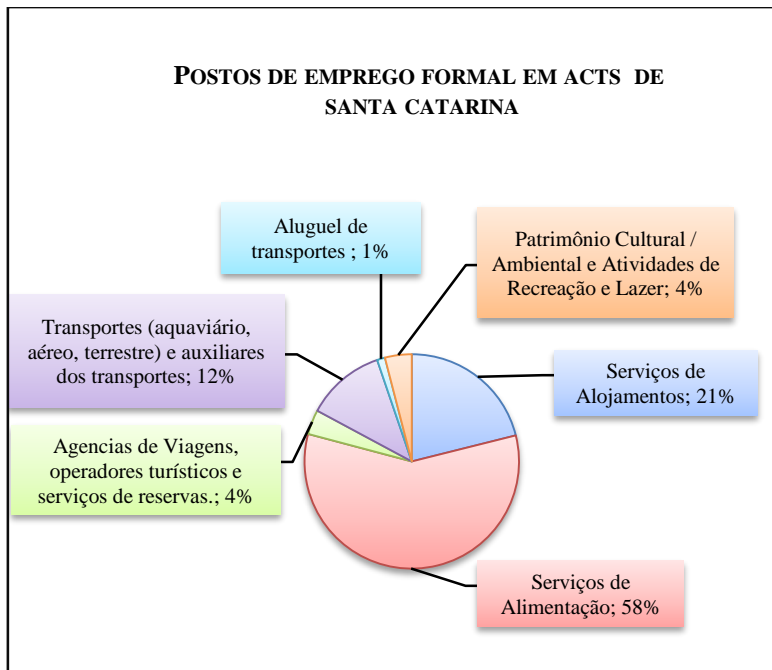


Gráfico 6: Distribuição do estoque de empregos formais por ACTs de SC entre 2006 e 2012 (média)

Fonte: Dados Ministério do Trabalho e Emprego/Rais (BRASIL, 2013)

No Gráfico 5 (p. 172) e na Tabela 13 (p. 173), observa-se, respectivamente, os percentuais e os números relativos à distribuição dos postos de trabalhos formais por setores nas mesorregiões catarinenses no ano de 2012, onde se pode observar a expressiva representatividade do setor de serviços. As regiões do Vale do Itajaí e da Grande Florianópolis são as que geram maior número de empregos formais no setor serviços. Por conseguinte, é nelas que predominam as atividades turísticas.

O Vale do Itajaí possuía, em 2012, 24,59% do total dos trabalhadores formais catarinenses. O destaque está no setor industrial (42,41%) e serviços (19,21%) que apresentam, em números absolutos, o maior número de mão de obra em relação às outras Mesorregiões do Estado. A Mesorregião da Grande Florianópolis possuía em 2012, 258.647 trabalhadores com vínculos empregatícios formais, o que representava 20,93% dos trabalhadores registrados em Santa Catarina.

Sua economia é fortemente influenciada pelo setor de serviços (67,78%), destacando-se a administração pública direta e autárquica, e o comércio varejista (15,68%). Outros serviços como os de alojamento, alimentação, reparação, manutenção e administração de imóveis tem ganhado representatividade, principalmente em decorrência da atividade turística.

Na Mesorregião Norte Catarinense, o setor industrial é o que concentra a maior parte dos trabalhadores registrados com 47,77% da mão de obra empregada. Os principais setores da indústria são: têxtil (vestuário e artefatos de tecidos), madeira e mobiliário, metalúrgica e mecânica. O setor de serviços participa com 34,03% para o estoque de empregos.

A Mesorregião Serrana tem a sua maior concentração de trabalhadores no setor de serviços (37,23%), seguido do industrial (29,06%). Entretanto é a Mesorregião que apresenta a maior representatividade relativa de mão-de-obra na área agropecuária, com 13,9%.

Na Mesorregião Oeste Catarinense os setores mais importantes são o Industrial com 38,55% e o de Serviços com 32,61%. No setor Industrial o destaque é para a indústria de produtos alimentícios e no setor de serviços para a administração pública direta e autárquica.

Semelhante à Mesorregião Oeste Catarinense, a Mesorregião Sul Catarinense também possui no setor industrial (40,01%) e de serviços (33,57%) o maior número de trabalhadores. O destaque das indústrias, porém, é representado pela área têxtil do vestuário e artefatos de tecidos, e por produtos minerais não metálicos.

Cabe mencionar que os segmentos que mais tem se destacado como geradores de emprego formais no setor de serviços são os subsetores de serviços de alojamentos (hotéis, pousadas, albergues e pensões) e alimentação (bares e restaurantes) (SEBRAE, 2011). Esses são alguns dos subsetores que integram a complexa atividade turística, que vem se expandindo no Estado.

Nesta mesma lógica, como resultado do levantamento realizado, constatou-se que as ACTs de alimentação e alojamento foram as que mais geraram empregos formais no período em análise (2006-2012). O Gráfico 6 representa a participação percentual média de empregos gerados por cada ACTs neste período.

Ao analisar a geração de emprego de cada uma das ACTs, pode-se verificar que, embora a média de crescimento do número de empregos formais gerados, no período analisado seja similar à média de empregos dos grandes setores gerados em escala nacional e regional, há algumas atividades que superam esta média, conforme se pode observar na Tabela 14.

Apesar do grande número de postos de empregos formais gerados pelas ACTs de alimentação e alojamentos, a Tabela 14 demonstra que as ACTs que vem apresentando maior crescimento, no período analisado, são as relativas a aluguel de transportes (69,86%) e de agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas (crescimento de 57,33%), seguidas das de alimentação (46,94%) e atividades de serviços de alojamento (20,48%). Com menor crescimento, aparecem as ACTs de patrimônio cultural/ambiental e recreação e lazer (6,27%) e de transportes (aquaviário, aéreo, terrestre) e auxiliares dos transportes (4,72%). Esse crescimento pode estar relacionado, tanto ao crescimento do turismo, como também, da população, visto que se torna extremamente difícil distinguir o consumo feito pelos turistas e/ou pela própria comunidade local, que também se utiliza dos produtos turísticos⁶¹.

⁶¹ Santa Catarina foi o Estado que obteve maior crescimento populacional do Sul do Brasil, de acordo com o Censo 2010 do IBGE. Passou de 5.357.862 habitantes, em 2000, para 6.249.682 habitantes, em 2010 (crescimento de 16,68%) (IBGE, 2011). Segundo relatório de análise populacional de Santa Catarina (SECCHI, 2011), o Estado teve um expressivo crescimento de sua população residente na última década. Para efeitos comparativos tem-se que a população brasileira cresceu 12,5% na última década. Os principais elementos de análise são: a) os municípios da faixa litorânea catarinense tiveram crescimento populacional superior ao dos municípios da Serra Catarinense e Oeste; b) os grandes municípios tiveram crescimento percentual superior aos dos pequenos municípios; c) houve poucas mudanças no ranking de municípios mais populosos de Santa Catarina; d) as cidades sedes de SDRs tiveram, em média, crescimento populacional superior ao dos outros municípios integrantes de SDRs; e) a mesorregião do Vale do Itajaí mantém-se como a mais populosa de Santa Catarina, além de ter as SDRs e municípios com maiores taxas de crescimento populacional na última década. Analisando os dados de crescimento populacional agregados por mesorregião, é possível perceber que o Vale do Itajaí, a Grande Florianópolis e o Norte Catarinense tiveram ganhos de população superiores à média catarinense. O Sul Catarinense também obteve ganhos na população residente

Tabela 14: Número de trabalhadores formais por ACTs em SC entre 2006 e 2012

ACTs Catarinenses	2006	2008	2010	2012	Cresc. Médio	Cresc. Período
Serviços de Alojamentos	13.760	14.680	15.757	16.578	3,17	20,48
Serviços de Alimentação	34.326	39.532	44.359	50.440	6,64	46,94
Agências de Viagens, operadores turísticos e serviços de reservas.	2.116	2.578	2.745	3.329	7,90	57,33
Transportes (aquaviário, aéreo, terrestre) e auxiliares dos transportes	8.561	9.001	7.723	8.965	1,14	4,72
Aluguel de transportes	657	782	957	1.116	9,41	69,86
Patrimônio Cultural / Ambiental e Atividades de Recreação e Lazer	2.743	2.876	2.965	2.915	1,19	6,27
Total	62.163	69.449	74.506	83.343	5,02	34,07

Fonte: Dados Ministério do Trabalho e Emprego/Rais (BRASIL, 2013)

(12,46%), mas abaixo da média catarinense. As regiões Serrana (1,41%) e Oeste Catarinense (7,5%) obtiveram ganhos populacionais bem abaixo da média catarinense. O destaque positivo foi para o Vale do Itajaí que, além de ter a maior taxa de crescimento entre as mesorregiões (27,13%), também é a mesorregião que agrega as SDRs de maior crescimento (Itajaí e Brusque) e o município com maior crescimento populacional (Itapema). O ranking dos maiores municípios de Santa Catarina sofreu poucas alterações nos últimos 10 anos. As cinco maiores cidades permaneceram Joinville, Florianópolis, Blumenau, São José e Criciúma. Houve uma mudança de posição entre Lages (que passou a ser a 8ª maior) e Chapecó (que passou a ser a 6ª maior). Os municípios que mais ganharam posições no ranking das 25 maiores foram Camboriú, que passou de 26ª para 17ª colocação, e Navegantes, que passou de 28ª para 20ª maior municipalidade de Santa Catarina. Os dados do IBGE também mostram que a concentração nos grandes centros urbanos cresceu. Os 25 maiores municípios passaram a concentrar 56% da população do Estado em 2010, ante uma concentração de 54,3% em 2000.

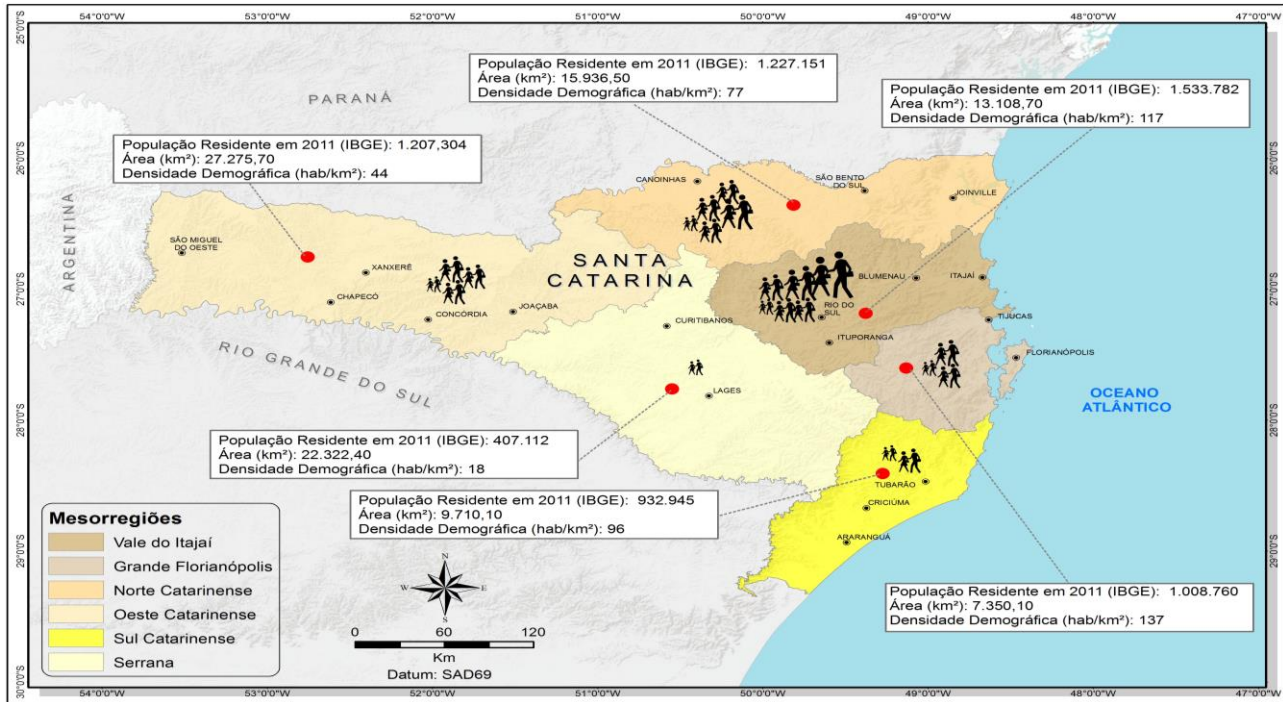


Figura 6: Mapa da distribuição geográfica da população em Santa Catarina (2011)

Fonte: Organização da autora e elaboração da geógrafa Renata Duzzioni em 2013

A Figura 6 traz a composição geográfica de cada mesorregião do Estado de Santa Catarina e a distribuição populacional, conforme o último censo realizado em 2010 e estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. As mesorregiões próximas ao litoral, como a da Grande Florianópolis e a do Vale do Itajaí são as que apresentam maior densidade populacional, quando comparadas as mesorregiões do interior do Estado. Essa concentração da população no “litoral e encostas” demonstra a forte influência que a região exerce sobre a economia do Estado, tanto pelo apelo turístico, como pela estrutura industrial e portuária.

Para se ter uma ideia da atual vitalidade da região, basta lembrar que a rede urbana do litoral de Santa Catarina, concentrava em 2010, de acordo com o IBGE, dez dos doze municípios mais populosos do Estado (com população entre 100.000 e 500.000 habitantes), assim colocados, segundo a magnitude de sua população. Dentre eles, conforme pode ser observado na Tabela 15, apenas os municípios de Chapecó e Lages estão localizados fora da área do “Litoral e encostas” – que vem se apresentando como um espaço privilegiado pelo dinamismo da produção, da circulação e do consumo.

Tabela 15: Classificação dos municípios de Santa Catarina por população

Posição	Mesorregiões	Município	População
1	Norte Catarinense	Joinville	552.860
2	Grande Florianópolis	Florianópolis	453.285
3	Vale do Itajaí	Blumenau	329.082
4	Grande Florianópolis	São José	224.779
5	Sul Catarinense	Criciúma	202.395
6	Oeste Catarinense	Chapecó	198.188
7	Vale do Itajaí	Itajaí	183.388
8	Serrana	Lages	171.737
9	Norte Catarinense	Jaraguá do Sul	143.206
10	Grande Florianópolis	Palhoça	137.199
11	Vale do Itajaí	Balneário Camboriú	108.107
12	Vale do Itajaí	Brusque	105.495

Fonte: IBGE (2010)

O desempenho econômico dessas regiões pode ser constatado, também, através do índice de potencial de consumo e da sua frota de veículos. A frota de veículos de Santa Catarina aumentou 153,56% no período de 2001 a 2013, o que representou um incremento de 2.531.879 veículos.

Tabela 16: Frota de veículos de Santa Catarina entre 2001 e 2013

Ano	Quantidade de Veículos	Evolução Anual
2001	1.648.827	-
2004	2.101.397	27,45%
2007	2.706.649	28,80%
2010	3.435.939	26,94%
2013	4.180.706	21,68%

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina (2013)

Conforme pesquisa do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário – IBPT (2011), Santa Catarina é o Estado brasileiro que tem mais veículos por habitante. O índice é de 1,61 veículos por habitante. Em segundo lugar na pesquisa ficou o Paraná, com 0,56, e em terceiro, São Paulo, com 0,55. O menor índice é o do Maranhão e Pará, com 0,16. Segundo dados da frota de veículos do DENATRAN e do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) 10 dos municípios catarinenses encontram-se entre os 50 municípios do Brasil com maior proporção de veículos por habitante, conforme Tabela 17.

Tabela 17: Proporção de veículos por habitante nos municípios de Santa Catarina

Municípios	Proporção	Santa Catarina	Brasil
Brusque	0,71	1ª	2ª
Blumenau	0,64	2ª	9ª
Itajaí	0,62	3ª	15ª
Florianópolis	0,61	4ª	16ª
Chapecó	0,61	5ª	19ª
Jaraguá do Sul	0,60	6ª	20ª
Balneário Camboriú	0,59	7ª	24ª
Criciúma	0,56	8ª	30ª
Joinville	0,53	9ª	45ª
São José	0,52	10ª	49ª

Fonte: IBGE (2010)

Quanto ao Índice de Potencial de Consumo (IPC) trata-se de um indicador que atribui a cada município a sua participação percentual no potencial total de consumo do País. Considerando que o potencial total do mercado nacional seja 100%, o IPC identifica quanto cada região representa deste todo. O SEBRAE/SC apresenta o ranking de consumo das 9 macrorregiões e dos dez municípios com melhor desempenho estadual:

Tabela 18: Macrorregiões com melhor desempenho no IPC estadual

Macrorregiões de SC	Ranking no Estado
Grande Florianópolis	1 ^a
Norte	2 ^a
Foz do Itajaí	3 ^a
Vale do Itajaí	4 ^a
Sul	5 ^a
Oeste	6 ^a
Serra Catarinense	7 ^a
Meio Oeste	8 ^a
Extremo Oeste	9 ^a

Fonte SEBRAE/SC (2013)

Os municípios catarinenses com o melhor desempenho no IPC são apresentados na Tabela 19. A capital Florianópolis ocupa a primeira posição. Observa-se que, a maioria dos municípios que possuem o melhor desempenho, são também, os que possuem a maior população, e o maior PIB.

Tabela 19: Municípios com melhor desempenho no IPC estadual e nacional, em 2010

Município	Posição SC	Posição Brasil
Florianópolis	1 ^a	29 ^a
Joinville	2 ^a	40 ^a
Blumenau	3 ^a	54 ^a
São José	4 ^a	90 ^a
Criciúma	5 ^a	125 ^a
Itajaí	6 ^a	129 ^a
Balneário Camboriú	7 ^a	130 ^a
Chapecó	8 ^a	137 ^a
Jaraguá do Sul	9 ^a	139 ^a
Lages	10 ^a	155 ^a

Fonte SEBRAE/SC (2011)

3.2 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS DE ACTS CATARINENSES

O Estado de Santa Catarina vem obtendo significativa representatividade na participação dos números turísticos do país. Em 2012, foi o quinto Estado do Brasil com maior entrada de turistas internacionais (FIESC, 2013). Da mesma forma possui, também, um expressivo número de empresas que incrementam a infraestrutura turística. Esta constatação é reforçada pelo número de empresas que compõem a oferta de alojamentos no Estado, conforme dados da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de Santa Catarina (ABIH-SC) (Tabela 20). De acordo com estes dados⁶², o Estado de Santa Catarina possuía, em 2012, 2.470 empreendimentos, entre hotéis, resorts, pousadas, hotéis-fazenda, albergues, hospedarias e outros meios, com 162.726 mil leitos. Em média cada hotel oferece 40 unidades habitacionais (UH). Apesar da entrada de equipamentos modernos, a predominância ainda é de hotéis do tipo tradicional, com administração familiar. Em torno de 40% são constituídos de pousadas e pequenos hotéis, com até 30 unidades; 54% são hotéis com 30 a 80 unidades, e 6% são empreendimentos com mais de 80 unidades habitacionais (ABIH-SC, 2012).

A Tabela 20 apresenta a distribuição dos meios de hospedagem catarinenses por regiões turísticas. Verifica-se que a região que possui o maior percentual de leitos é a Costa Verde & Mar (28%). É nesta região que se concentra o maior volume de turistas de veraneio, com destaque ao município de Balneário Camboriú, que possui uma boa infraestrutura hoteleira. A capital Florianópolis possui o maior número de meios de

⁶² Os dados da ABIH – SC diferem dos números de alojamentos da base de dados do RAIS. Esta diferença pode ser atribuída a eventuais imprecisões nos dados e nas metodologias diferenciadas de cada órgão. Os dados do RAIS, por se tratar de declarações preenchidas pelas próprias empresas e/ou escritórios de contabilidades, são passíveis de erros provenientes de declarações mal preenchidas, já, por outro lado, os dados da ABIH-SC são coletados através do cadastro interno e informações obtidas com os próprios associados. Destaca-se que nesta pesquisa não se considerou os dados da RAIS negativa (quando não se tem movimentação de funcionários), assim, as pequenas empresas que não possuem vínculos ativos não foram consideradas. Vale destacar, ainda, que o RAIS registra somente os vínculos formais de trabalho.

hospedagens (535) e contribui com 24% na oferta de leitos do Estado. A região de Encantos do Sul e Caminho dos Príncipes contribuem com 12% e 11% respectivamente. Já as Regiões de Caminho dos Canyons e Serra Catarinense apresentam o menor percentual (2%) na oferta de leitos catarinenses.

Merece destaque, ainda, o fato de que na região serrana catarinense, como em Lages e Bom Jardim da Serra, encontram-se os hotéis fazenda, localizados em áreas rurais, originários em sua maioria de antigas fazendas características da região.

Tabela 20: Distribuição de meios de hospedagem por região turística de SC em 2012

Regiões	Meios de Hospedagens	Quartos	Leitos	Particip. %
Caminho dos Canyons	66	1.373	3.654	2%
Caminho dos Príncipes	245	6.896	17.208	11%
Costa Verde & Mar	475	15.314	46.148	28%
Encantos do Sul	426	7.202	19.675	12%
Florianópolis	535	12.700	38.500	24%
Grande Florianópolis	154	2.300	6.800	4%
Grande Oeste	150	3.610	7.534	5%
Serra Catarinense	95	1.598	3.881	2%
Vale do Contestado	134	4.198	9.249	6%
Vale Europeu	190	4.489	10.077	6%
Total Geral	2.470	59.680	162.726	100%

Fonte: ABIH/SC (2012)

As demais regiões (Grande Florianópolis (4%), Grande Oeste (5%), Vale do Contestado (6%) e Vale Europeu (6%)), perfazem os 21% restante da oferta de alojamentos do Estado.

Para que haja o turismo, além da oferta de alojamentos, faz-se necessário o envolvimento de um conjunto de serviços turísticos. Estes envolvem diversos produtores, como transportadoras, restaurantes, entretenimentos, etc. A prestação destes serviços podem ser comprados diretamente das empresas produtoras e/ou através de intermediários (profissionais e/ou empresas de intermediação). As agências de viagens, ou, como denominadas no Brasil, agências de turismo, são o canal mais clássico de comercialização turística. Tem como função principal a intermediação das vendas operadoras-consumidor final, das quais

derivam outras funções que vão desde a informação e o assessoramento ao cliente, até a organização de todo tipo de atividade relacionada ao setor de viagens e turismo. Braga (2008) esclarece que é possível dizer que as agências de turismo surgiram da necessidade dos viajantes de organizar suas viagens (roteiros) e da procura por informações, documentos e reservas de transporte, hospedagem e entretenimento. Assim, outro indicativo da representatividade do turismo catarinense, pode ser observado na Tabela 21 que apresenta o número de agências de turismo nos estados brasileiros no ano de 2011. Observa-se que Santa Catarina ocupa a 6ª posição nacional, com uma participação de 4,98% do total de agências de turismo no Brasil.

Tabela 21: Número de agências de turismo por Estado em 2011

Unidades da Federação	Número	Participação %
São Paulo	3.341	25,3
Rio de Janeiro	1.827	13,84
Minas Gerais	1.283	9,72
Rio Grande do Sul	1.029	7,79
Paraná	957	7,25
Santa Catarina	657	4,98
Bahia	618	4,68
Goiás	328	2,48
Pernambuco	324	2,45
Distrito Federal	323	2,45
Outros	2.516	19,06
Brasil	13.203	100

Fonte: FIESC (2013)

Um aspecto importante a ser considerado em relação à representatividade do turismo catarinense é a evolução do número de empresas do setor. Observa-se na Tabela 22 que o número de estabelecimentos das ACTs em SC, da mesma forma que número de postos de trabalho com vínculo empregatício, tem apresentado significativo crescimento. É possível verificar que o crescimento médio do número de estabelecimentos das ACTs não é proporcional ao crescimento do número de postos de trabalhos gerados (ver Tabela 13, na página 128), muito embora, acompanhe a mesma sequência, ou seja: as ACTs de alimentação e alojamento são as que mais possuem estabelecimentos. .

Tabela 22: Número de estabelecimentos por ACTs em SC entre 2006 e 2012

ACTs Catarinenses	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Cresc. M. Anual	Crescimento Período
Serviços de Alojamentos	1.526	1.576	1.572	1.609	1.652	1.668	1.749	2,31	14,61
Serviços de Alimentação	7.491	8.012	8.504	8.921	9.498	9.970	10.424	5,67	39,15
Agências de Viagens, operadores turísticos e serviços de reservas.	480	524	579	622	662	700	747	7,66	55,63
Transportes (aquaviário, aéreo, terrestre) e auxiliares dos transportes	570	540	556	560	554	664	705	3,90	23,68
Aluguel de transportes	158	174	193	195	207	229	245	7,64	55,06
Patrimônio Cultural / Ambiental e Atividades de Recreação e Lazer	466	451	445	470	464	445	426	-1,43	-8,58
Total	10.691	11.277	11.849	12.377	13.037	13.676	14.296	4,96	33,72

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/Rais (BRASIL, 2013)

Ao analisar o crescimento médio, verifica-se que os melhores desempenhos são das agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas (crescimento médio de 7,66%) e aluguel de transportes (7,64%), seguidas das de alimentação (5,67%) e dos serviços de alojamentos (2,31%). As atividades com menor desempenho foram as de transportes (aquaviário, aéreo, terrestre) e auxiliares dos transportes (3,90%) e as de patrimônio cultural / ambiental e atividades de recreação e lazer que apresentaram taxas negativas de -1,43%.

Referente à distribuição espacial das ACTs catarinenses por mesorregiões, as que possuem a maior representatividade é a do Vale do Itajaí seguida da Grande Florianópolis. Elas correspondem às duas mesorregiões nas quais se concentram os maiores percentuais das atividades turísticas do Estado. Em seguida, com taxas praticamente similares no decorrer do período analisado, 2006 a 2012, estão as mesorregiões do Oeste Catarinense e do Norte Catarinense. Por último, com menor representatividade, vêm as mesorregiões do Sul Catarinense e a Serrana

O Gráfico 7 (p, 138) apresenta a taxa de crescimento relativa, no período de 2006 a 2012, do número de empresas das ACTs catarinenses por mesorregiões. É possível averiguar que as mesorregiões que possuem a maior representatividade não são, necessariamente, as que possuem as maiores taxas de crescimento no período.

Observa-se que no primeiro período analisado, 2006 a 2008, há um equilíbrio nas taxas de crescimento nas mesorregiões do Oeste Catarinense (12,16%), Norte Catarinense (12,74%), Serrana (12,57%) e Vale do Itajaí (11,26%). As mesorregiões que obtiveram o menor índice de crescimento foram a Grande Florianópolis (8,52%) e o Sul Catarinense (9,97%). Já no período de 2008 a 2010 verifica-se menor crescimento do que no período anterior.

Este fato pode ser atribuído aos mesmos fatores indicados no decréscimo do número de vínculos ativos (crise mundial e catástrofe das enchentes ocorridas em Santa Catarina). No entanto, percebe-se que algumas regiões sofreram mais do que outras, como é o caso do Oeste Catarinense que teve um decréscimo na taxa de crescimento de 12,57%

para 6,32%. É nesta mesorregião que se encontram as regiões turísticas “Caminhos da Fronteira”, “Grande Oeste” e boa parte dos municípios que formam o “Vale do Contestado”. Nela também se incluem as microrregiões de Chapecó, Concórdia, Joaçaba, São Miguel do Oeste e Xanxerê.

Este decréscimo pode ser explicado pelo impacto econômico sofrido na região decorrente da sua dependência da agroindústria. Esta região possui um dos maiores parques agroindustriais produtores de carnes suínas e de aves da América Latina⁶³, sendo, portanto, mais sensível e dependente da política econômica externa. Por outro lado, percebe-se que o Norte catarinense manteve seu índice de crescimento (12,12%) enquanto a região Serrana (10,64%) e o Vale do Itajaí (10,67%) registraram um pequeno decréscimo.

Ao analisar o período de 2010 a 2012 observa-se que a região Oeste recupera-se alcançando o patamar de 8,91%. A região Sul (14,62%) obteve o melhor índice, seguido da Serrana (11,86%). A Grande Florianópolis (9,79%) praticamente não oscilou, mantendo-se seu nível, enquanto que a mesorregião do Vale do Itajaí continuou decrescendo chegando ao índice de 9,87%. A região Norte Catarinense foi a que apresentou a menor taxa de crescimento, 5,23%. É nesta mesorregião que se concentra a região turística conhecida como “Caminho dos Príncipes”.

No Gráfico 8, apresenta-se a variação do número de empresas dos grandes setores econômicos de Santa Catarina entre 2006 e 2012.

⁶³ Estão localizadas, nesta região, grandes empresas agroindustriais, tais como a Sadia SA e Perdigão SA (empresas essas que anunciaram em 2009, fusão entre as mesmas. A operação ocorreu por meio de troca de ações e foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE no dia 13/07/2011, com a imposição de restrições que reduziram a proporção do negócio realizado, criando a BRF Brasil Foods), Cooperativa Central Oeste Catarinense – Aurora, Seara, etc. O maior produtor e exportador brasileiro de carne de frango é o Estado de Santa Catarina, responsável por 13,71 da produção nacional e 27,94 das exportações brasileiras. Essa condição de liderança no setor é devida à presença das maiores agroindústrias do país na região oeste do Estado a partir da década de 50, tendo seu auge na década de 70 (ESPÍNDOLA, 1996, p.42).

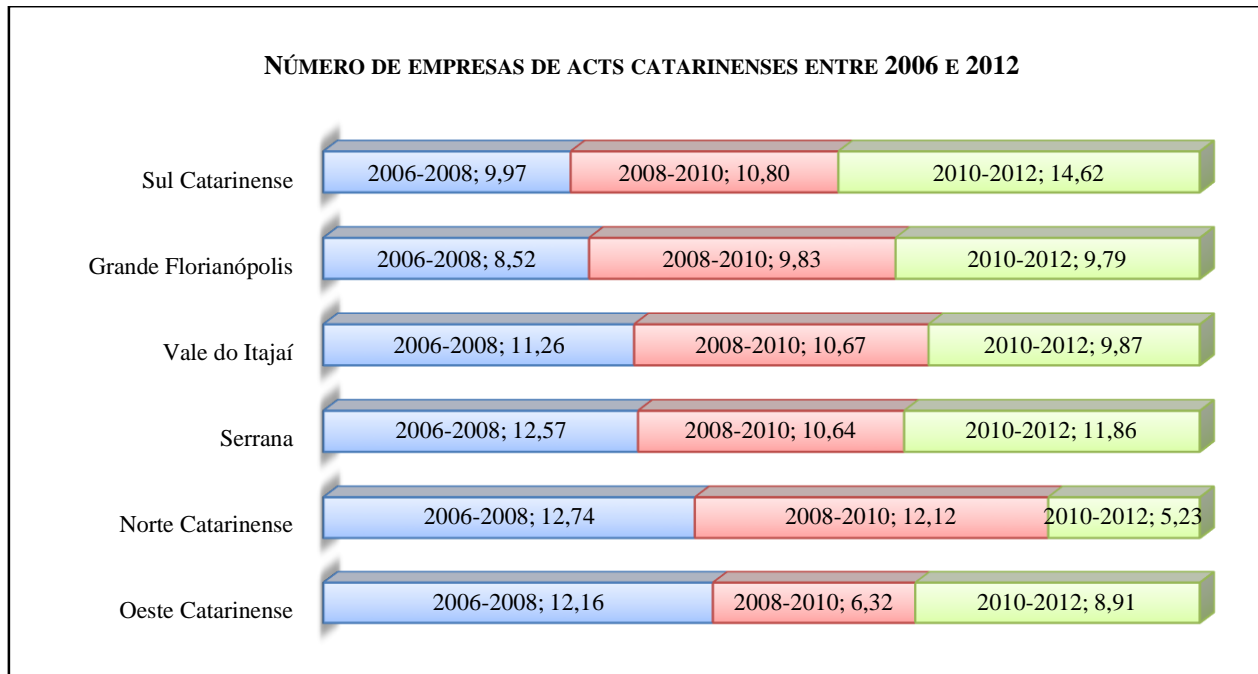


Gráfico 7: Variação do número de empresas de ACTs catarinenses entre 2006 e 2012

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/Rais (BRASIL, 2013)

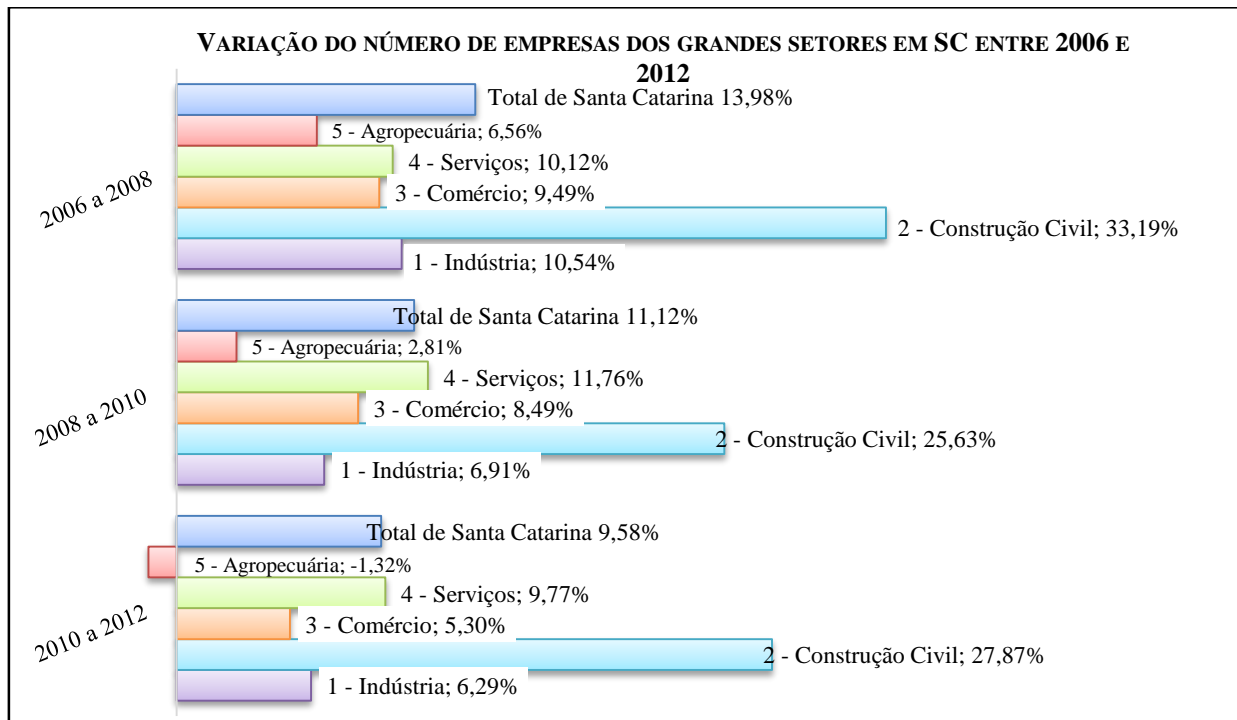


Gráfico 8: Variação do número de empresas por setor econômico em SC entre 2006 e 2012

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/Rais (BRASIL, 2013)

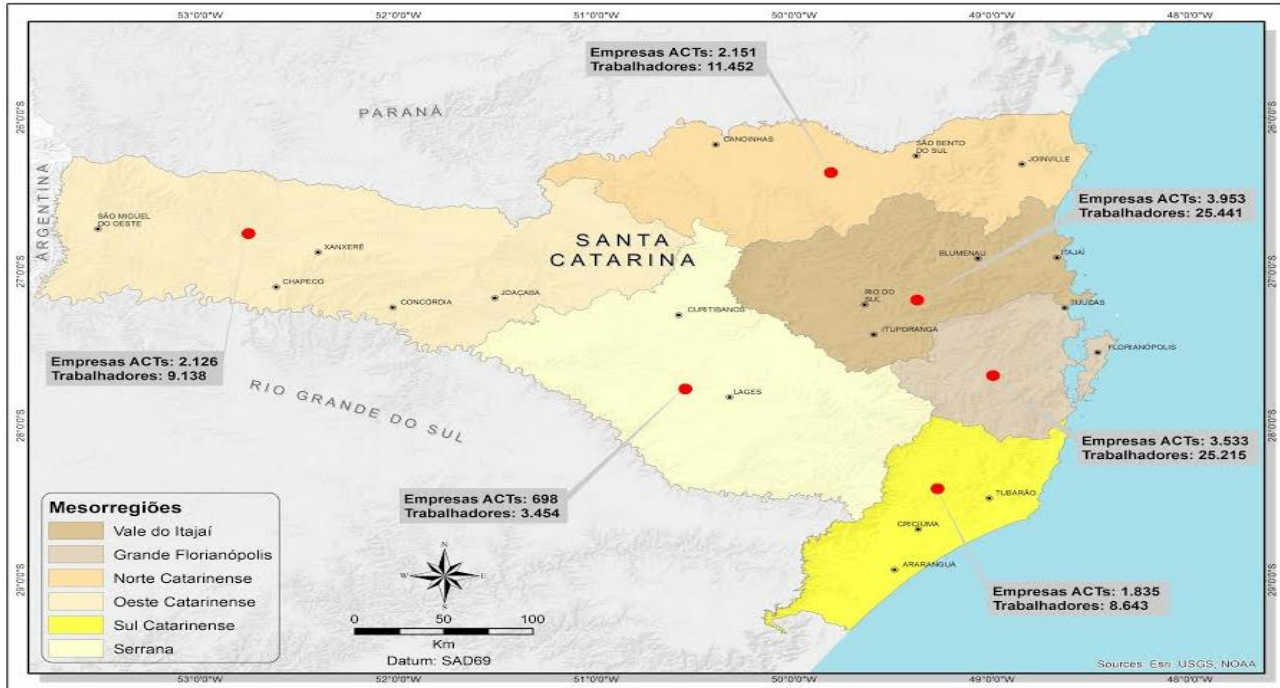


Figura 7: Mapa da distribuição geográfica das empresas e de postos de trabalho das ACTs em Santa Catarina em 2012

Fonte: Organização da autora e elaboração da geógrafa Renata Duzzioni em 2013

De modo geral, as ACTs catarinenses apresentaram um bom índice de crescimento em todo o Estado se comparado às taxas de crescimento de grandes setores de Santa Catarina (Gráfico 8). A construção civil foi o setor que apresentou melhor desempenho em todo o período analisado. Em seguida vem o setor de serviços que apresentou taxa de 10,12% no primeiro período analisado (2006-2008), tendo aumentado para 11,76% (2008 -2010), e caído para 9,77% (2010 – 2012). A indústria apresentou queda mais acentuada. Saiu de 10,54% (2006 – 2008), caiu para 6,91% (2008 – 2010) e chegou a 6,29% (2010 a 2012). O comércio, também, apresentou taxas descendentes, porém, foi a agropecuária que teve o menor desempenho, chegando a apresentar taxas negativas (-1,32%) no último período. Na Figura 7, apresenta-se a distribuição geográfica das empresas e do número de trabalhadores das ACTs catarinenses

3.3 CARACTERIZAÇÃO DE EMPRESAS DE ACTS CATARINENSES

Para caracterizar as empresas das ACTs Catarinenses vale explicar que existem diferentes categorizações para definir o porte das empresas, sendo que entre elas ainda existe distintas variáveis. Assim, optou-se por apresentar os critérios de classificação adotados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) que são os mais utilizados. Esta classificação se dá com base em duas variáveis: a) número de funcionários; b) faturamento anual da empresa. O Sebrae adota a classificação descrita no Quadro 4.

Quadro 4: Classificação das empresas quanto ao número de funcionários

Porte	Empregados
Microempresa	No comércio e serviços até 09 empregados. Na indústria até 19 empregados
Empresa de Pequeno Porte	No comércio e serviços de 10 a 49 empregados. Na indústria de 20 a 99 empregados
Empresa de Médio Porte	No comércio e serviços de 50 a 99 empregados. Na indústria de 100 a 499 empregados
Empresa de Grande Porte	No comércio e serviços mais de 99 empregados. Na indústria mais de 499 empregados

Fonte: Sebrae (2013)

Em relação à classificação das empresas quanto ao faturamento bruto anual, o Sebrae utiliza os mesmos parâmetros estabelecidos na Lei 123/06 que especifica os seguintes valores:

Quadro 5: Classificação das empresas quanto ao faturamento bruto anual

Porte	Faturamento Bruto anual
Microempresa	Até R\$ 244.000,00
Empresa de Pequeno Porte	Entre R\$ 244.000,00 e R\$ 1.200.000,00

Fonte: Brasil (1999)

Vale destacar que a classificação adotando a variável número de funcionários não possui fundamentação legal, para tal fim vale o previsto na legislação do Simples (Lei 123 de 15 de dezembro de 2006). Utilizando-se os mesmos critérios adotados pelo Sebrae e pelo IBGE quanto ao número de funcionários, tem-se o seguinte panorama no que se refere aos vínculos formais para as ACTs catarinenses:

Tabela 23: Porte das empresas voltadas a ACTs em Santa Catarina

Tamanho	2006	Part. %	2008	Part. %	2010	Part. %	2012	Part. %
Micro Empresa	9.141	85,50	10.097	85,21	11.130	85,37	12.070	84,43
Pequeno Porte	1.430	13,38	1.624	13,71	1.775	13,62	2.102	14,70
Médio Porte	91	0,85	91	0,77	99	0,76	86	0,60
Grande Porte	29	0,27	37	0,31	33	0,25	38	0,27
Total	10.691	100,00	11.849	100,08	13.037	100,17	14.296	100,20

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/Rais (BRASIL, 2013)

Verifica-se que não ocorrem grandes variações em relação ao porte das empresas no período em estudo, predominando a maior participação das micro empresas, ou seja, aquelas que possuem até 09 (nove) funcionários. Em seguida, encontram-se as empresas de pequeno porte (que possuem de 10 a 49 funcionários). Com pequena representatividade encontram-se as empresas de médio (50 a 99

funcionários) e, por último, com expressividade menor ainda, as empresas de grande porte (acima de 99 funcionários). O aprofundamento da análise objetivando identificar as grandes empresas do setor, resultou na Tabela 24, a qual demonstra que no ano de 2012 havia apenas uma empresa que empregava mais de 500 funcionários.

Tabela 24: Número de empregados em ACTs catarinenses entre 2006 e 2012

Número de Empregados	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
0	1.381	1.575	1.646	1.701	1740	1804	1665
De 1 a 4	5.796	5.963	6.252	6.596	6.969	7240	7806
De 5 a 9	1.964	2.044	2.199	2.264	2.421	2534	2599
De 10 a 19	995	1.080	1.140	1.186	1.240	1353	1456
De 20 a 49	435	494	484	501	535	620	646
De 50 a 99	91	89	91	95	99	87	86
De 100 a 249	23	26	30	26	28	33	33
De 250 a 499	4	3	3	6	3	3	4
De 500 a 999	2	3	4	2	2	2	1
Total	10.691	11.277	11.849	12.377	13.037	13.676	14.296

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/Rais (BRASIL, 2013)

A empresa identificada pertence à classe 9321-2 (parques de diversão e parques temáticos) e estava localizada no município de Penha. Tais características permitiram identificar o Parque Beto Carrero. Segundo a Senhora Gomes⁶⁴ o número de funcionários no parque é, em média, 900 na alta temporada (dezembro a março) e de 700 na baixa temporada. A maior dificuldade é a mão de obra desqualificada e a maior rotatividade se dá nas áreas mais operacionais, sendo mais estável na administrativa.

No mesmo ano, 2012, ainda foram identificadas 3 grandes empresas empregando de 250 a 499 funcionários. Duas destas empresas são da classe 4922-1 (transporte rodoviário coletivo de passageiros), sendo que uma está localizada em Caçador e a outra em Itapema. Identificaram-se as empresas de transportes Reunidas e a Viação Praiana.

⁶⁴ Aline Mathiola Gomes, Gerente de Marketing do Parque Beto Carrero. Entrevista concedida em março de 2014.

Conforme a Senhora Piana⁶⁵, a Reunidas é, atualmente, um grupo, portanto possui vários CNPJs, o que explica um número muito maior na geração de empregos do que é apresentado no RAIS (3.100, porém estão distribuídos em vários CNPJs e por vários municípios, inclusive fora do Estado). A empresa teve sua fundação em 1950, sendo a primeira linha rodoviária Caçador – Lages. Na década de 60 a Reunidas começou a unir os estados do sul do país e criou a primeira conexão com a capital de São Paulo – fato que impulsionou o intercâmbio comercial e industrial catarinense, e permitiu a ampliação de novas linhas da empresa. Já nos anos 70 a Reunidas incorporou a empresa União da Serra, expandindo seus serviços do oeste e planalto catarinense até o litoral do Estado e sudeste do Paraná. Com estes avanços mudou seu nome para Reunidas S.A. Transportes Coletivos, e posteriormente passou a atender o segmento comercial e industrial do sul do país a São Paulo, criando assim a Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas S.A. Na década de 80, a Reunidas ampliou sua área de atuação chegando até à Argentina e passou a incentivar o turismo local trazendo centenas de argentinos às praias catarinenses. Em 1994, a Reunidas passou a atuar do extremo sul do país até os estados da Bahia, Mato Grosso e Tocantins. Já nos anos 2000, a empresa aumentou sua atuação na área de turismo e lazer oferecendo a possibilidade de fretamento em toda a sua área de atuação. Atualmente, o grupo Reunidas é composto pelas empresas Reunidas S.A. Transportes Coletivos, Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas S.A., Reunidas Turismo S.A. e Real Transporte Turismo S.A.

A Senhora Piana explica que a frota da empresa é composta de 700 veículos, entre ônibus convencionais, leitos, metropolitanos, caminhões e veículos auxiliares que, ao todo, rodam uma média de 68 milhões de quilômetros por ano. Só em 2012, mais de 9 milhões de passageiros e aproximadamente 104 mil toneladas de cargas e encomendas foram transportadas pela empresa que, para atender toda essa demanda, conta com 3.100 colaboradores distribuídos em 800 pontos de atendimento.

⁶⁵ Francieli Piana, analista de RH da empresa Reunidas. Entrevista concedida em fevereiro de 2014.

Cabe destacar que na classe de transportes coletivos de passageiros há, também, a Auto Viação Catarinense, criada em 1928. Foi a pioneira nesse ramo no Estado catarinense. Embora seja bastante representativa e gere um grande número de postos de trabalho, não aparece dentre as maiores empresas geradoras de empregos por possuir, também, diversos CNPJs. Vargas⁶⁶ explica que a matriz se localiza em Florianópolis, mas as contratações são feitas em suas filiais nos respectivos municípios. A empresa teve sua linha inaugural ligando Blumenau a Florianópolis. As viagens ocorriam apenas duas vezes por semana, pois eram feitas de jardineiras e por meio de estradas de barro. Na década de 40, a empresa estendeu seus serviços ao litoral indo até Porto Alegre. O percurso, no entanto, só podia ser feito nos períodos de maré baixa, pois parte do caminho era percorrido pela areia da praia. Atualmente, com uma frota de 280 ônibus, a empresa transporta 386 mil passageiros numa média de 10.200 viagens / mês, gerando cerca de 1.300 empregos.

As maiores dificuldades na contratação de trabalhadores para esse segmento citadas pelas Senhoras Vargas e Piava referem-se à falta de qualificação dos trabalhadores. A Senhora Vargas usa a expressão “apagão de mão de obra” explicando que ainda há muitos trabalhadores descomprometidos e que não querem trabalhar nos feriados e finais de semana. Piava complementa informando que essas características da atividade contribuem para a escassez de trabalhadores, justificando o surgimento de trabalhadores estrangeiros. “Já temos no nosso quadro de funcionários Argentinos, Haitianos e Uruguaios”. A outra empresa identificada com contratação de 250 a 499 funcionários localiza-se em Florianópolis e faz parte da classe 5510-8 (hotéis e similares), tratando-se, portanto, do resort Costão do Santinho. Este empreendimento trabalha com 700 funcionários na baixa temporada e quase 1000 na alta temporada. No entanto, segundo informações do departamento de Recursos Humanos, a empresa possui outros CNPJs, o que explica o fato pelo qual não consta na categoria “de 500 a 999” no registro da RAIS.

⁶⁶ Ana Carina Vargas, Analista de Recursos Humanos da Auto Viação Catarinense. Entrevista concedida em Maio de 2014.

Outra característica investigada refere-se à natureza jurídica das empresas de ACTs catarinenses. Na Tabela 25 é possível constatar que a maior representatividade é de “empresas privadas”. No ano de 2012, por exemplo, 99,17% das empresas situavam-se nessa categoria. Uma pequena parcela 0,64% são “entidades sem fins lucrativos”.

Ao buscar identificar em quais ACTs, encontram-se estas entidades sem fins lucrativos, observou-se que estão relacionadas à recreação e lazer, jardins botânicos, zoológicos e parques, museus, além de algumas entidades enquadradas na ACTs de hotéis, similares e outros tipos de alojamentos. Há, ainda, algumas classificadas na categoria “pessoa física e outras organizações legais”. Não há grandes alterações no decorrer de 2006 a 2012, com exceção da categoria “entidades de empresa estadual”.

Nota-se que em 2006 eram 15 empresas nesta categoria, caindo para 5 em 2012. Ao pesquisar a classe destas empresas, obteve-se que em 2006 eram 4 empresas cadastradas nas atividades de auxiliares dos transportes aéreos; 6 em alojamentos; 4 nas atividades de alimentação; e 1 em parques de diversão e temáticos. Em 2012 permaneceram somente as 4 empresas de atividades de auxiliares dos transportes aéreos, localizadas em Florianópolis, Forquilha, Joinville e Navegantes e uma de parques de diversão e temáticos no município de Piratuba⁶⁷.

Conforme a Senhora Frief⁶⁸ a empresa é uma Sociedade Anônima de Economia Mista (Estado, Prefeitura e terceiros). Tem como objetivo realizar a exploração e o aproveitamento de jazidas minerais, particularmente as águas minerais, bem como sua industrialização e exploração para o turismo, lazer e atividades afins.

⁶⁷ Merece explicar que a história das águas termais de Piratuba teve início em 1964, quando a empresa PETROBRÁS, pesquisando petróleo em terras catarinenses, veio explorá-lo nas margens do Rio do Peixe e, nas proximidades de Piratuba perfurou um poço que atingiu 2.271,30m, encontrando um lençol de águas sulfurosas, a 674 metros de profundidade, em torno do qual surgiu o Balneário de Águas Termais e junto com ele iniciou o processo turístico. (TERMAS PIRATUBA, 2013).

⁶⁸ Marise Frief, diretora presidente da Companhia Hidromineral de Piratuba.

Tabela 25: Natureza Jurídica das ACTs catarinenses

Natureza Jurídica	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Setor Público Federal		3	1	2	1	1	
Setor Público Municipal	2	1	1	2	4	2	2
Entidade Empresa Estadual	15	15	14	12	14	14	5
Entidade Empresa Privada	10.562	11.125	11.700	12.234	12.902	13.537	14.177
Entidades sem Fins Lucrativos	79	93	96	92	87	93	92
Pessoa Física e Outras Organizações Legais	33	40	37	35	29	29	20
Total	10.691	11.277	11.849	12.377	13.037	13.676	14.296

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/Rais (BRASIL, 2013)

3.4 CARACTERIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA FORMAL DE ACTS CATARINENSES

Neste item são enfocadas as principais características dos trabalhadores nas ACTs, visando traçar um perfil, bem como a média salarial nas mesorregiões de Santa Catarina no período de 2006 a 2012.

Ao pesquisar o perfil dos empregados das ACTs de Santa Catarina verificou-se, em relação ao gênero, a mesma tendência da economia brasileira que desde meados dos anos 1980 apresenta a taxa anual de emprego das mulheres mais elevada que a masculina. Seja em fases de recessão, seja nos ciclos de expansão da economia, a taxa de atividade das mulheres tem crescido no Brasil nos últimos 20 anos (LAVINAS, 2001). A Tabela 26 mostra que em 2006 as ACTs geraram 62.163 postos de trabalhos formais, sendo que destes 50,08% foram ocupados pelo sexo masculino e 49,92% pelo feminino. Os anos subsequentes registram um crescimento gradual da participação feminina. Em 2008, a participação feminina na ocupação dos postos de trabalhos formais foi de 51,75% contra 48,25% de participação pelo gênero masculino, de um total de 69.449 postos de trabalho gerados. Ou seja, as mulheres ocuparam 2.427 vagas a mais que os homens. Em 2010 e 2012 essas diferenças mantiveram uma diferença média de 6 pontos percentuais a mais para empregados do sexo feminino.

É preciso considerar que, mesmo nas atividades cujos perfis tradicionalmente eram masculinos, ocorreu uma gradual alteração, como é o caso do setor de transportes, onde a participação do sexo feminino cresceu de 13,16%, em 2006, para 16,49%, em 2012 (Gráfico 9). Já na ACTs de aluguel de transportes, houve crescimento de 2006 (31,96%) para 2008 (34,91%) e 2010 (35,21%). Entretanto, em 2012 houve uma redução para 30,82 %.

Barreto (2003, p.2) explica que “O turismo demanda muita mão de obra feminina, tanto na área de trabalhos braçais, dentro da hotelaria, por exemplo, quanto no chamado *front line*. Recepcionistas, telefonistas, vendedoras, todos são trabalhos preferencialmente femininos”.

Os setores de alojamentos e alimentação são os que possuem a maior participação do gênero feminino. O setor de alojamentos passou de uma participação de 59,22% em 2006 para 62,75% em 2012. Tal

resultado comprova que, além de se ter um saldo maior do gênero feminino, as ACTs ainda apresentaram um aumento gradual. Situação similar ocorreu na ACT de alimentação que passou de 56,22%, em 2006, para 58,07%, em 2012. A ACT de patrimônio cultural e ambiental e atividades de recreação e lazer, excluindo a de aluguel de transportes, foi a que apresentou a menor alteração passando de 43,75% do gênero feminino em 2006 para 44,97% em 2012, aumento de apenas 1,23%. A maior participação do gênero masculino nessa ACT pode ser explicada em decorrência das atividades dos parques tanto de diversão, como naturais, cuja mão de obra masculina é sempre mais procurada.

Já no que se refere ao grau de instrução (Tabela 27 e Gráfico 10), observa-se que o ensino médio completo foi a variável que teve o maior aumento no período analisado. Passou de 35,28% em 2006 para 52,63% em 2012, ou seja, essa variável teve um acréscimo de 17,35%.

Outra variável que apresentou crescimento foi a que diz respeito ao ensino superior completo que passou de 2,56%, em 2006, para 4,37%, em 2012. Importante destacar que no período analisado, 2006 a 2012, houve um decréscimo dos percentuais em todas as variáveis anteriores ao ensino médio completo, com exceção da variável “até a 5ª série incompleto”, que cresceu de 1,45% em 2006 para 1,67% em 2012. No entanto, este acréscimo pode ser explicado pela diminuição de -0,39% na variável “analfabeto” no mesmo período. Tal fato indica que o nível de formação dos trabalhadores das ACTs está melhorando. Outra variável que reforça essa realidade é o aumento gradativo da taxa de participação dos trabalhadores com educação superior completa (de 2,56% em 2006 para 4,37% em 2012).

Os trabalhadores que possuem mestrado e/ou doutorado são pouquíssimos, apresentando um índice baixo na participação da escolaridade dos trabalhadores formais no período analisado. No entanto, vem aumentando também, pois em 2006 eram somente 16 mestres e 2 doutores, já em 2012 são 26 mestres e 5 doutores a compor o quadro de trabalhadores das ACTs catarinenses. O resultado final demonstra que a maioria dos trabalhadores das ACTs de Santa Catarina apresenta, em geral, baixo nível de escolaridade. Esta realidade pode ser constatada ao se comparar a escolaridade dos trabalhadores das ACTs com o setor de serviços, ao qual pertence.

Verifica-se na Tabela 28 que a concentração dos trabalhadores do setor de serviços se dá no ensino médio completo, seguido pelo superior completo, enquanto que a concentração dos trabalhadores das ACTs se dá em um percentual bem mais elevado no médio completo, porém seguido pelo fundamental completo e médio incompleto.

Um aspecto que poderia influenciar no grau de instrução seria a idade destes trabalhadores. Assim, a próxima variável a ser analisada refere-se a faixa etária. A Tabela 29 demonstra que o maior número de contratações concentra-se nas faixas etárias de 30 a 39 anos com uma frequência média de 25,51%, seguida da variável de 18 a 24 anos (22,82%), 40 a 49 (19,62%) e 25 a 29 (16,12%). As demais faixas etárias foram menos representativas. Não houve modificações significativas no período analisado, cujas taxas de participação permaneceram praticamente estáveis. Esse resultado induz a concluir que o grau de instrução, abaixo da média dos trabalhadores do setor de serviços de SC, não está relacionado com a faixa etária dos mesmos, uma vez que o maior número de trabalhadores apresenta idade superior a 18 anos, quando já deveriam estar nas categorias de ensino superior incompleto ou completo.

Quanto à remuneração média dos trabalhadores formais das ACTs de Santa Catarina (Tabela 30), predominou a faixa salarial de 1,01 a 1,50 salários mínimo, seguida das faixas de 1,51 a 2,00 e 2,01 a 3,00. Observou-se que, ao longo do período analisado, as variáveis que apresentaram aumento foram as de 1,51 a 2,00 salários mínimos (de 22,54% em 2006 para 29,75% em 2012) e a faixa de 2,01 a 3,00 (de 14,05% em 2006 para 18,38% em 2012). As demais faixas salariais apresentaram leve decréscimo ou permaneceram estagnadas de 2006 a 2012.

A Tabela 31 apresenta o comparativo da média salarial no ano de 2012 dos 5 grandes setores econômicos (indústria, construção civil, comércio, serviços e agropecuária) no Estado. Ao se comparar com a média dos salários do próprio setor ao qual pertence, o de serviços, verifica-se que a taxa média de remuneração dos trabalhadores das ACTs catarinenses fica mais baixa do que a média do setor de serviços. Enquanto o setor de serviços possui 45,58% dos trabalhadores nas faixas salariais que vão até 2 salários, 69,36% dos trabalhadores das ACTs catarinenses estão neste patamar. Constata-se que os percentuais das ACTs estão mais próximos da média salarial dos trabalhadores da agropecuária em que 74,49% dos trabalhadores formais situam-se nas faixas salariais que vão até 2 salários mínimos.

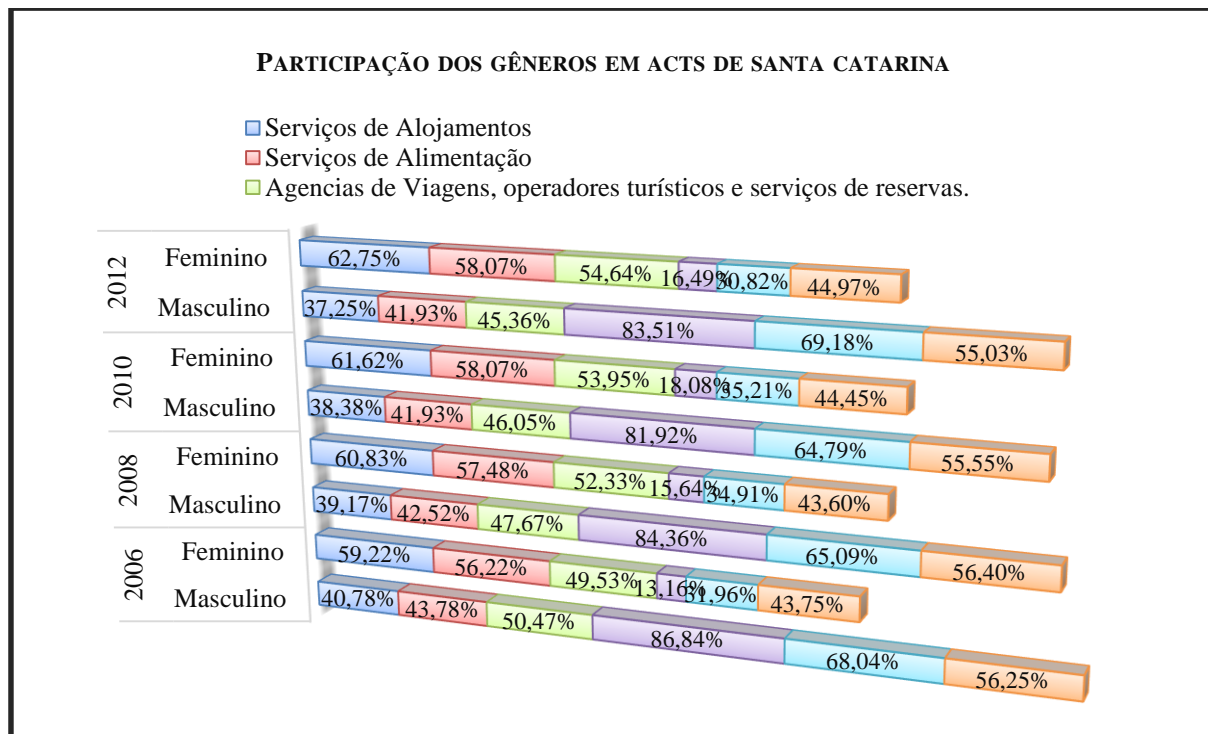


Gráfico 9: Participação dos gêneros em ACTs em SC entre 2006 e 2012

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/Rais (BRASIL, 2013)

Tabela 26: Gênero dos trabalhadores formais de ACTs em SC entre 2006 e 2012

ACTs Catarinenses		Serviços de Alojamentos	Serviços de Alimentação	Agências de Viagens, operadores turísticos e serviços de reservas.	Transportes (aquaviário, aéreo, terrestre) e auxiliares dos transportes	Aluguel de transportes	Patrimônio Cultural e Ambiental e Atividades de Recreação e Lazer	Total
2006	Masc.	5.611	15.028	1.068	7.434	447	1.543	31.131
	Part. %	40,78%	43,78%	50,47%	86,84%	68,04%	56,25%	50,08%
	Fem.	8.149	19.298	1.048	1.127	210	1.200	31.032
	Part. %	59,22%	56,22%	49,53%	13,16%	31,96%	43,75%	49,92%
	Total	13.760	34.326	2.116	8.561	657	2.743	62.163
2008	Masc.	5.750	16.808	1.229	7.593	509	1.622	33.511
	Part. %	39,17%	42,52%	47,67%	84,36%	65,09%	56,40%	48,25%
	Fem.	8.930	22.724	1.349	1.408	273	1.254	35.938
	Part. %	60,83%	57,48%	52,33%	15,64%	34,91%	43,60%	51,75%
	Total	14.680	39.532	2.578	9.001	782	2.876	69.449
2010	Masc.	6.047	18.600	1.264	6.327	620	1.647	34.505
	Part. %	38,38%	41,93%	46,05%	81,92%	64,79%	55,55%	46,31%
	Fem.	9.710	25.759	1.481	1.396	337	1.318	40.001
	Part. %	61,62%	58,07%	53,95%	18,08%	35,21%	44,45%	53,69%
	Total	15.757	44.359	2.745	7.723	957	2.965	74.506
2012	Masc.	6175	21149	1510	7487	772	1604	38.697
	Part. %	37,25%	41,93%	45,36%	83,51%	69,18%	55,03%	46,43%
	Fem.	10403	29291	1819	1478	344	1311	44.646
	Part. %	62,75%	58,07%	54,64%	16,49%	30,82%	44,97%	53,57%
	Total	16578	50440	3329	8965	1116	2915	83.343

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/Rais (BRASIL, 2013)

Tabela 27: Grau de instrução de trabalhadores de ACTs em SC entre 2006 e 2012

Grau de Instrução	2006	Partic. %	2008	Partic. %	2010	Partic. %	2012	Partic. %
Analfabeto	309	0,50%	331	0,48%	329	0,44%	93	0,11%
Até 5ª Incompleto	901	1,45%	988	1,42%	1.204	1,62%	1.389	1,67%
5ª Completo Fundamental	3.588	5,77%	3.303	4,76%	2.744	3,68%	2.415	2,90%
6ª a 9ª Fundamental	7.186	11,56%	6.823	9,82%	5.714	7,67%	5.706	6,85%
Fundamental Completo	16.721	26,90%	16.491	23,75%	15.722	21,10%	15.100	18,12%
Médio Incompleto	8.179	13,16%	8.794	12,66%	8.138	10,92%	8.716	10,46%
Médio Completo	21.932	35,28%	28.386	40,87%	35.653	47,85%	43.864	52,63%
Superior Incompleto	1.739	2,80%	2.024	2,91%	2.108	2,83%	2.385	2,86%
Superior Completo	1.590	2,56%	2.288	3,29%	2.884	3,87%	3.644	4,37%
Mestrado	16	0,03%	19	0,03%	6	0,01%	26	0,03%
Doutorado	2	0,00%	2	0,00%	4	0,01%	5	0,01%
Total	62.163	100%	69.449	100%	74.506	100%	83.343	100%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/Rais (BRASIL, 2013)

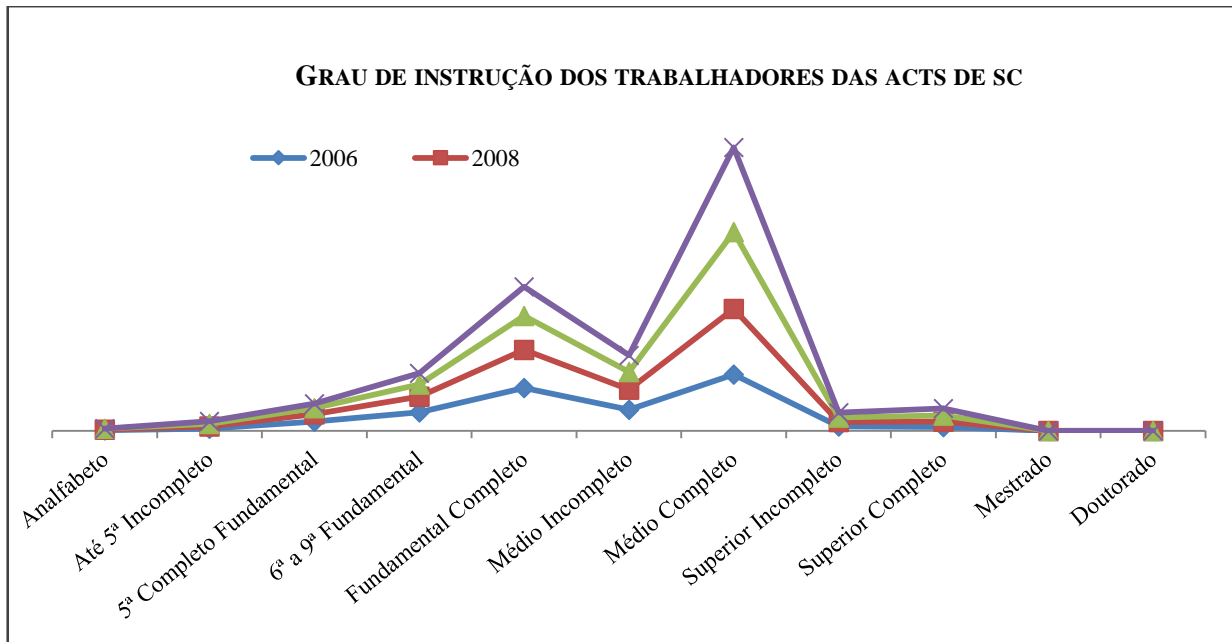


Gráfico 10: Instrução dos trabalhadores das ACTs catarinenses entre 2006 e 2012

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/Rais (BRASIL, 2013)

Tabela 28: Instrução dos trabalhadores do setor de serviços de SC entre 2006 e 2012

Escolaridade após 2005	2006	Partic. %	2008	Partic. %	2010	Partic. %	2012	Partic. %
Analfabeto	2.024	0,31%	2.246	0,32%	2.088	0,27%	1.564	0,18%
Até 5ª Incompleto	14.597	2,23%	14.049	1,99%	15.726	2,00%	15.941	1,84%
5ª Completo Fundamental	41.140	6,28%	38.001	5,37%	35.829	4,56%	35.404	4,09%
6ª a 9ª Fundamental	51.207	7,82%	45.747	6,47%	44.193	5,62%	43.195	4,98%
Fundamental Completo	94.414	14,42%	93.936	13,28%	99.144	12,61%	99.742	11,51%
Médio Incompleto	42.540	6,50%	42.837	6,06%	45.813	5,83%	47.823	5,52%
Médio Completo	199.991	30,54%	218.157	30,85%	266.956	33,95%	313.042	36,12%
Superior Incompleto	38.482	5,88%	42.180	5,96%	47.209	6,00%	51.829	5,98%
Superior Completo	166.968	25,49%	206.641	29,22%	221.890	28,22%	247.703	28,58%
Mestrado	2.962	0,45%	2.795	0,40%	5.282	0,67%	7.685	0,89%
Doutorado	598	0,09%	653	0,09%	2.191	0,28%	2.627	0,30%
Total	654.923	100,00%	707.242	100%	786.321	100%	866.555	100,00%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/Rais (BRASIL, 2013)

Tabela 29: Faixa etária dos trabalhadores das ACTs de SC entre 2006 e 2012

Faixa Etária	2006	Partic. %	2008	Partic. %	2010	Partic. %	2012	Partic. %	Part. Média
10 A 14	9	0,01%	10	0,01%	22	0,03%	29	0,03%	0,02%
15 A 17	2.589	4,16%	2.907	4,19%	3.184	4,27%	3.593	4,31%	4,23%
18 A 24	15.392	24,76%	16.093	23,17%	16.484	22,12%	17.703	21,24%	22,82%
25 A 29	10.071	16,20%	11.541	16,62%	12.160	16,32%	12.782	15,34%	16,12%
30 A 39	15.842	25,48%	17.566	25,29%	18.870	25,33%	21.603	25,92%	25,51%
40 A 49	12.137	19,52%	13.591	19,57%	14.643	19,65%	16.462	19,75%	19,62%
50 A 64	5.923	9,53%	7.462	10,74%	8.779	11,78%	10.695	12,83%	11,22%
65 OU MAIS	199	0,32%	278	0,40%	363	0,49%	475	0,57%	0,44%
Ignorado	1	0,00%	1	0,00%	1	0,00%	1	0,00%	0,00%
Total	62.163	100%	69.449	100%	74.506	100%	83.343	100%	100%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/Rais (BRASIL, 2013)

Tabela 30: Média salarial dos trabalhadores das ACTs de SC entre 2006 e 2012

Remuneração	2006	Freq. %	2007	Freq. %	2008	Freq. %	2009	Freq. %	2010	Freq. %	2011	Freq. %	2012	Freq. %
Até 0,5 salário mínimo	260	0,42	242	0,37	284	0,41	255	0,36	239	0,34	211	0,32	277	0,33
De 0,51 a 1,00 salários mínimos	3.136	5,04	3.136	4,73	3.203	4,61	3.271	4,58	2.991	4,39	2.827	4,01	2.960	3,55
De 1,01 a 1,50 salários mínimos	27.484	44,21	29.353	44,29	29.672	42,72	31.538	44,16	32.365	42,33	31.263	43,44	29.774	35,72
De 1,51 a 2,00 salários mínimos	14.010	22,54	15.403	23,24	16.913	24,35	16.911	23,68	18.482	22,70	21.025	24,81	24.796	29,75
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	8.731	14,05	9.453	14,26	10.179	14,66	10.691	14,97	11.940	14,35	13.852	16,03	15.322	18,38
De 3,01 a 4,00 salários mínimos	4.381	7,05	4.421	6,67	4.753	6,84	4.452	6,23	3.903	5,98	4.827	5,24	4.482	5,38
De 4,01 a 5,00 salários mínimos	1.508	2,43	1.335	2,01	1.367	1,97	1.121	1,57	1.074	1,50	1.332	1,44	1.318	1,58
De 5,01 a 7,00 salários mínimos	823	1,32	812	1,23	744	1,07	709	0,99	770	0,95	937	1,03	885	1,06
De 7,01 a 10,00 salários mínimos	418	0,67	394	0,59	433	0,62	385	0,54	332	0,52	397	0,45	407	0,49
De 10,01 a 15,00 salários mínimos	136	0,22	163	0,25	157	0,23	152	0,21	179	0,20	219	0,24	201	0,24
De 15,01 a 20,00 salários mínimos	42	0,07	47	0,07	44	0,06	47	0,07	42	0,06	44	0,06	49	0,06
Mais de 20,00 salários mínimos	32	0,05	37	0,06	41	0,06	26	0,04	24	0,03	39	0,03	43	0,05
Ignorado	1.202	1,93	1.480	2,23	1.659	2,39	1.863	2,61	2.165	2,50	2.517	2,91	2.829	3,39
Total	62.163	100,00	66.276	100,00	69.449	100,00	71.421	100,00	74.506	95,86	79.490	100,00	83.343	100,00

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/Rais (BRASIL, 2013)

Tabela 31: Remuneração até dois salários mínimos por grandes setores econômicos e por ACTs em Santa Catarina no ano de 2012

Remuneração Média (SM)	Indústria	Const. Civil	Comércio	Serviços	Agropecuário	ACTs
Até Dois Salários Mínimos	52,02%	58,02%	65,95%	45,58%	74,49 %	69,36%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/Rais (BRASIL, 2013)

Tabela 32: Média salarial dos grandes setores econômicos de SC em 2012

Rem. Média (SM)	Indústria	Freq.	Const. Civil	Freq.	Comércio	Freq.	Serviços	Freq.	Agrop.	Freq.	Total	Freq.
Até 0,50	836,00	0,13%	429,00	0,43%	1.230,00	0,29%	3.571,00	0,41%	210,00	0,50%	6.276,00	0,30%
0,51 a 1,00	10.067,00	1,51%	2.449,00	2,47%	16.122,00	3,77%	34.747,00	4,01%	1.620,00	3,89%	65.005,00	3,09%
1,01 a 1,50	163.231,00	24,42%	25.561,00	25,82%	137.417,00	32,15%	188.049,00	21,70%	19.205,00	46,13%	533.463,00	25,37%
1,51 a 2,00	173.568,00	25,97%	28.990,00	29,29%	127.106,00	29,74%	168.618,00	19,46%	9.977,00	23,96%	508.259,00	24,17%
2,01 a 3,00	160.866,00	24,07%	24.261,00	24,51%	85.375,00	19,98%	173.662,00	20,04%	6.277,00	15,08%	450.441,00	21,42%
3,01 a 4,00	60.938,00	9,12%	6.858,00	6,93%	26.221,00	6,13%	82.506,00	9,52%	1.451,00	3,49%	177.974,00	8,46%
4,01 a 5,00	27.617,00	4,13%	2.700,00	2,73%	11.083,00	2,59%	51.776,00	5,97%	425,00	1,02%	93.601,00	4,45%
5,01 a 7,00	24.050,00	3,60%	2.225,00	2,25%	8.602,00	2,01%	61.892,00	7,14%	380,00	0,91%	97.149,00	4,62%
7,01 a 10,00	12.437,00	1,86%	1.023,00	1,03%	3.419,00	0,80%	35.738,00	4,12%	177,00	0,43%	52.794,00	2,51%
10,01 a 15,00	7.281,00	1,09%	375,00	0,38%	1.420,00	0,33%	23.781,00	2,74%	78,00	0,19%	32.935,00	1,57%
15,01 a 20,00	2.508,00	0,38%	92,00	0,09%	421,00	0,10%	10.345,00	1,19%	20,00	0,05%	13.386,00	0,64%
Mais de 20,00	2.518,00	0,38%	74,00	0,07%	407,00	0,10%	9.250,00	1,07%	30,00	0,07%	12.279,00	0,58%
Não classificadas	22.509,00	3,37%	3.942,00	3,98%	8.585,00	2,01%	22.620,00	2,61%	1.784,00	4,28%	59.440,00	2,83%
Total	668.426,00	100,00%	98.979,00	100,00%	427.408,00	100,00%	866.555,00	100,00%	41.634,00	100,00%	2.103.002,00	100,00%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/Rais (BRASIL, 2013)

Tabela 33: Média salarial dos trabalhadores formais por ACTs de SC em 2012

Salários	Transportes (aquaviário, aéreo, terrestre) e auxiliares dos transportes	Serviços de Alojamentos	Serviços de Alimentação	Aluguel de transportes	Agências de Viagens, operadores turísticos e serviços de reservas.	Patrimônio Cultural e Ambiental e Atividades de Recreação e Lazer	Total
Até 0,50	0,26%	0,13%	0,34%	0,09%	0,27%	1,65%	0,33%
0,51 a 1,00	1,72%	2,54%	4,01%	2,51%	3,72%	7,17%	3,55%
1,01 a 1,50	14,82%	31,58%	42,62%	15,68%	22,17%	27,34%	35,72%
1,51 a 2,00	21,14%	36,51%	29,50%	28,41%	25,71%	27,38%	29,75%
2,01 a 3,00	31,43%	17,70%	15,31%	32,80%	27,31%	19,62%	18,38%
3,01 a 4,00	15,25%	4,12%	3,56%	10,93%	8,65%	7,72%	5,38%
4,01 a 5,00	3,29%	1,67%	0,95%	3,94%	4,36%	2,68%	1,58%
5,01 a 7,00	2,40%	1,10%	0,59%	1,88%	3,45%	1,92%	1,06%
7,01 a 10,00	2,00%	0,39%	0,11%	1,25%	1,77%	1,17%	0,49%
10,01 a 15,00	1,37%	0,13%	0,03%	0,54%	0,81%	0,34%	0,24%
15,01 a 20,00	0,31%	0,05%	0,01%	0,00%	0,24%	0,03%	0,06%
Mais de 20,00	0,30%	0,01%	0,02%	0,09%	0,06%	0,07%	0,05%
Não classificados	5,71%	4,07%	2,95%	1,88%	1,47%	2,92%	3,39%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/Rais (BRASIL, 2013)

A Gráfico 11 (p. 212) permite verificar que dentre as ACTs catarinenses a que possui maior percentual de seus trabalhadores nas faixas salariais mais baixas são as atividades de alimentação, seguida pelas atividades de alojamentos e patrimônio cultural e ambiental e atividades de recreação e lazer. As atividades de transportes, aluguel de transportes e agências são as ACTs que apresentaram a melhor média de remuneração de seus trabalhadores.

Em relação à distribuição geográfica das médias salariais pelas mesorregiões do Estado, foi possível constatar, conforme Gráfico 12, que dentre as mesorregiões as que possuem a média de remuneração melhor são a Grande Florianópolis e o Vale do Itajaí. As faixas de remuneração salariais foram agrupadas em 4 grupos para melhor análise. A primeira faixa (até 1 salário mínimo e meio), que corresponde as menores remunerações predominou nas mesorregiões Serrana, seguida pelo Oeste Catarinense e Sul Catarinense nas quais os maiores percentuais de seus trabalhadores recebem remuneração de até 1salário mínimo e meio. Os menores percentuais nesta primeira faixa foram da mesorregião do Vale do Itajaí, seguida pela Grande Florianópolis e o Norte Catarinense. Já na segunda faixa salarial (1,51 a 4 salários mínimos), as posições se inverteram, o Vale do Itajaí lidera a posição, seguida pela Grande Florianópolis e o Norte Catarinense. As regiões que apresentaram os menores percentuais nesta faixa salarial foram a Serrana, seguida pelo Oeste e o Sul Catarinense respectivamente. Na terceira faixa salarial (4,01 a 10 salários mínimos), a Grande Florianópolis toma a primeira posição, seguida pelo Vale do Itajaí e o Norte Catarinense. A serrana permanece na mesma posição, ou seja, possui o menor índice de participação dos seus trabalhadores nesta faixa, em seguida, vem o Sul Catarinense e o Oeste Catarinense. Já na última faixa salarial (10,01 a mais de 20 salários) a Grande Florianópolis continuou liderando o ranking, seguida pelo Norte Catarinense e o Vale do Itajaí. Os piores índices de participação nesta faixa permaneceram com a região Serrana, seguida pelo Sul e o Oeste Catarinense.

As mesorregiões litorâneas Grande Florianópolis, Vale do Itajaí, Norte e Sul Catarinense são as que possuem as melhores remunerações. São essas mesmas regiões, também, que concentram também o maior número de população (Tabela 15, p. 179) e os municípios com os maiores valores do PIB, (conforme Tabela 11, pagina 167).

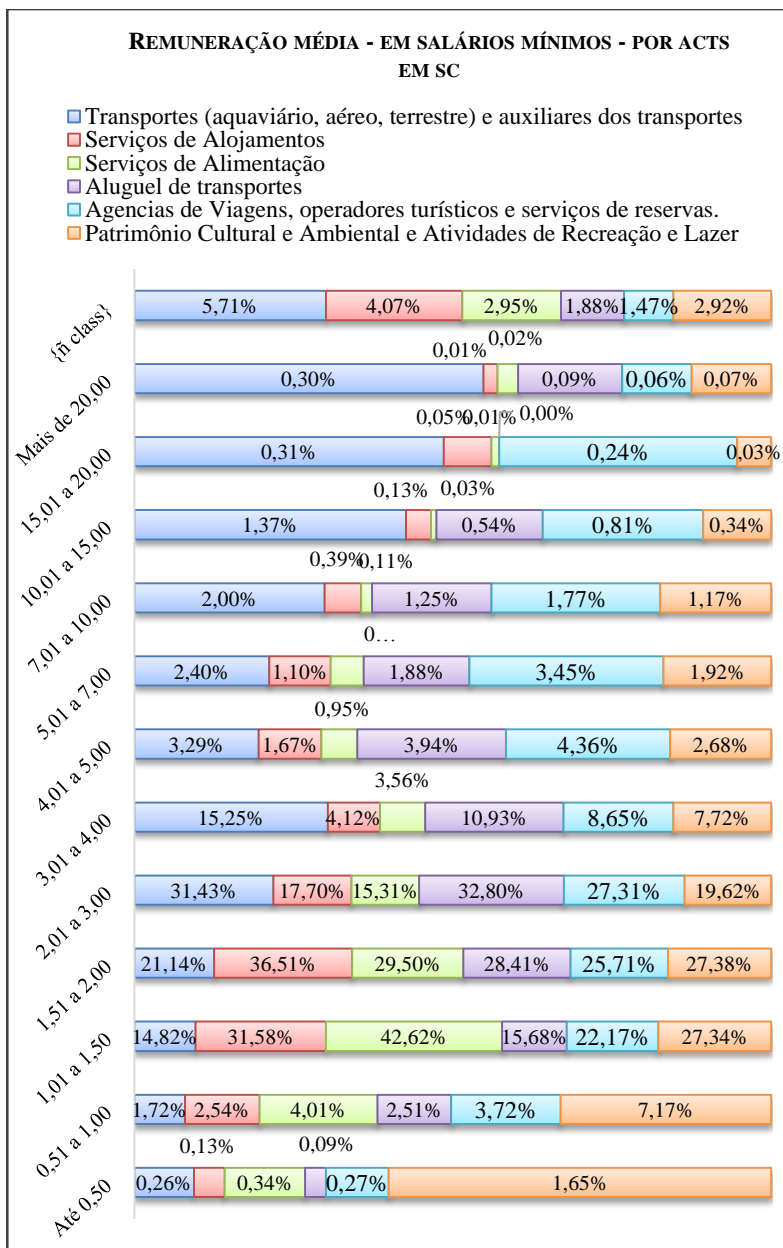


Gráfico 11: Remuneração média por ACTs em SC no ano de 2012

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/Rais (BRASIL, 2013)

**DISTRIBUIÇÃO DA REMUNERAÇÃO MÉDIA DOS
TRABALHADORES FORMAIS DE ACTS POR MESORREGIÕES DE
SANTA CATARINA EM 2012**

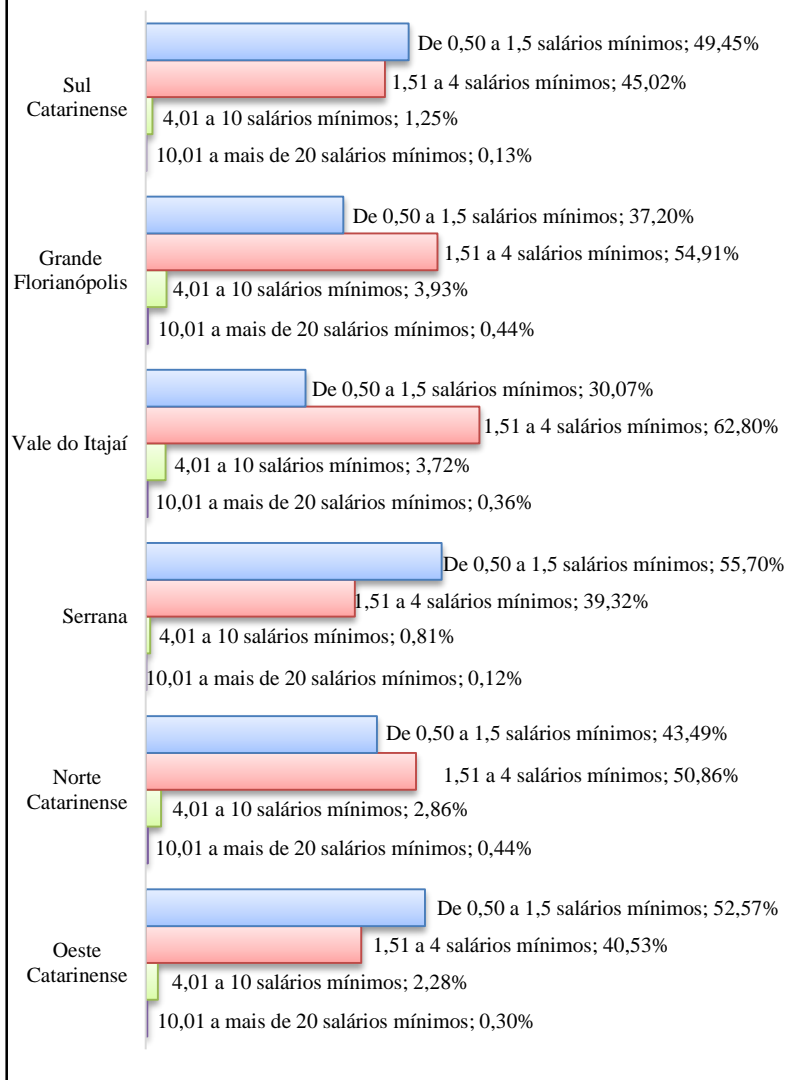


Gráfico 12: Distribuição da Remuneração dos trabalhadores formais das ACTs catarinenses por mesorregião no ano de 2012

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/Rais (BRASIL, 2013)

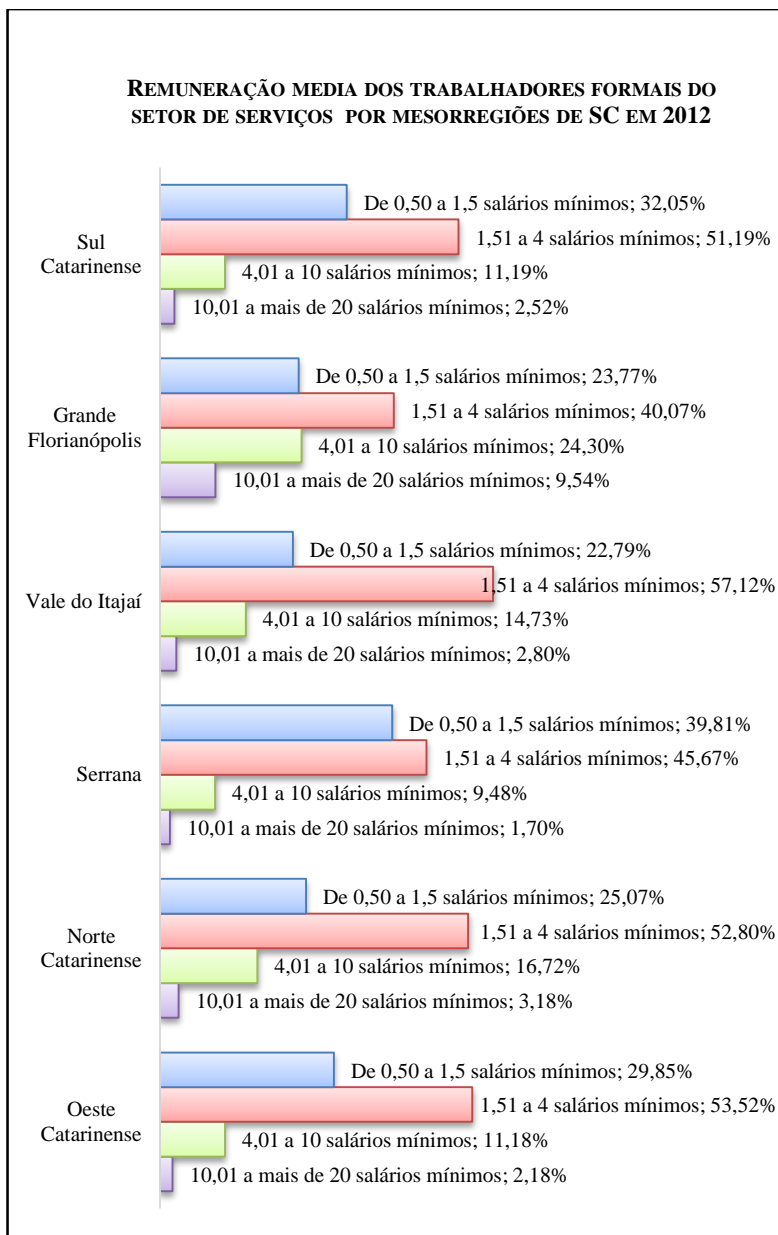


Gráfico 13: Distribuição da remuneração de trabalhadores formais do setor de serviços por mesorregiões de SC no ano de 2012

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/Rais (BRASIL, 2013)

Ao se comparar a distribuição geográfica das faixas salariais das ACTs com o setor de serviços pelas mesorregiões de Santa Catarina, apresentados nos Gráficos 12 e 13 (p.156 e 157), observa-se que a faixa de remuneração média das ACTs fica abaixo da média dos trabalhadores do setor de serviços. Embora haja pouca inversão no ranking das mesorregiões, os percentuais de trabalhadores nas faixas mais altas de remuneração no setor de serviços catarinense ocorrem em percentual bem mais elevado, da mesma forma que os percentuais nas faixas mais baixas ocorrem em percentuais maiores nas ACTs. Pode-se exemplificar com a mesorregião que apresentou as piores remunerações, tanto no setor de serviços, como das ACTs, que foi a região Serrana. Na primeira faixa salarial, a mais baixa (até 1,50 SM) enquanto nas ACTs o índice foi de 55,70%, no setor de serviços foi de 39,81%. Da mesma forma, essa mesorregião apresentou índices maiores na remuneração dos trabalhadores no setor de serviços. Na segunda faixa salarial, enquanto nas ACTs o índice foi de 39,32%, no setor de serviços aumentou para 45,67% e na terceira faixa salarial o índice de 0,81% nas ACTs subiu para 9,48% no setor de serviços.

Um aspecto muito discutido sobre o turismo diz respeito ao seu alto grau de sazonalidade, principalmente em regiões com as características de Santa Catarina que tem o clima e a natureza como principal atrativo, conforme já discutido no capítulo anterior. Assim, ao analisar as características do atual mercado de trabalho, buscou-se verificar quais eram os meses nos quais ocorriam o maior número de contratações e desligamentos. A Tabela 34 possibilita inferir que a frequência maior de contratação se dá a partir do segundo semestre, se elevando ao se aproximar o mês de dezembro. No ano de 2006, a metodologia adotada pelo Ministério do Trabalho era diferente, não inserindo os trabalhadores que não haviam sido admitidos no referido ano de análise. Assim, a realidade pode ser melhor avaliada a partir de 2008 quando se tem a distinção dos trabalhadores que foram admitidos no ano de análise e aqueles que já haviam sido admitidos ao iniciar o ano. Observa-se que até o mês de setembro não há variação representativa nos anos em análise (2006 a 2012). Já a partir de setembro, quando as empresas começam a se preparar para o período de maior fluxo de turistas no Estado (alta temporada), observa-se um gradual aumento na frequência

das contratações de trabalhadores nas ACTs, atingindo a frequência maior no mês de dezembro. Desta forma, comprova-se, que há um aumento considerável de mão de obra para o período da alta temporada, que vai de dezembro até março.

Tabela 34: Mês de admissão dos trabalhadores de ACTs em SC entre 2006 e 2012

Meses	2006	Freq. %	2008	Freq. %	2010	Freq. %	2012	Freq. %
Não admitidos no ano			33.654	48,46%	36.133	48,50%	41815	50,17%
Janeiro	3.872	6,23%	1.772	2,55%	1.813	2,43%	2060	2,47%
Fevereiro	3.546	5,70%	1.572	2,26%	1.662	2,23%	2024	2,43%
Março	4.015	6,46%	1.753	2,52%	1.918	2,57%	2320	2,78%
Abril	3.824	6,15%	1.895	2,73%	2.096	2,81%	2364	2,84%
Mai	4.032	6,49%	1.875	2,70%	2.176	2,92%	2339	2,81%
Junho	4.007	6,45%	2.091	3,01%	2.230	2,99%	2224	2,67%
Julho	4.180	6,72%	2.449	3,53%	2.485	3,34%	2657	3,19%
Agosto	4.833	7,77%	2.672	3,85%	2.919	3,92%	3050	3,66%
Setembro	5.086	8,18%	3.228	4,65%	3.499	4,70%	3411	4,09%
Outubro	6.388	10,28%	4.264	6,14%	4.149	5,57%	4700	5,64%
Novembro	7.699	12,39%	5.226	7,52%	5.577	7,49%	6180	7,42%
Dezembro	10.681	17,18%	6.998	10,08%	7.849	10,53%	8199	9,84%
Total	62.163	100,00%	69.449	100,00%	74.506	100,00%	83343	100,00%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/Rais (BRASIL, 2013)

No entanto, ao comparar estes números no ano de 2012 por mesorregiões, para verificar se há distinção entre os meses de contratação correspondentes ao tipo de turismo que ocorre nas diferentes regiões, constata-se que é nas mesorregiões em que predomina o turismo de verão que se dá o maior número de contratações, conforme demonstrado na Tabela 35.

Por outro lado, nas regiões em que o clima é mais ameno e possibilita o turismo de inverno, principalmente em decorrência das precipitações de neve, o aumento de contratação torna-se mais frequente no período de maio a julho, conforme demonstrado no Gráfico 14.

Tabela 35: Mês de admissão de trabalhadores de ACTs por mesorregião de SC em 2012

Mês Admissão	Oeste Catarinense	Norte Catarinense	Serrana	Vale do Itajaí	Grande Florianópolis	Sul Catarinense
Não admitido ano	58,05%	51,62%	56,22%	48,03%	47,13%	52,67%
Janeiro	2,36%	2,79%	2,08%	2,42%	2,46%	2,50%
Fevereiro	2,86%	3,02%	2,75%	2,14%	2,21%	2,56%
Março	3,09%	3,29%	2,92%	2,55%	2,63%	2,87%
Abril	3,01%	3,12%	2,58%	2,83%	2,76%	2,61%
Maiο	2,83%	3,42%	3,39%	2,72%	2,48%	2,94%
Junho	2,70%	2,99%	3,59%	2,70%	2,47%	2,33%
Julho	3,06%	3,64%	3,24%	3,03%	3,35%	2,70%
Agosto	4,01%	4,38%	4,31%	3,51%	3,43%	3,18%
Setembro	3,96%	4,24%	3,59%	4,43%	4,01%	3,49%
Outubro	4,31%	5,27%	4,63%	6,12%	6,19%	4,91%
Novembro	5,50%	6,02%	4,78%	8,36%	8,49%	6,42%
Dezembro	4,25%	6,20%	5,91%	11,16%	12,38%	10,83%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/Rais (BRASIL, 2013)

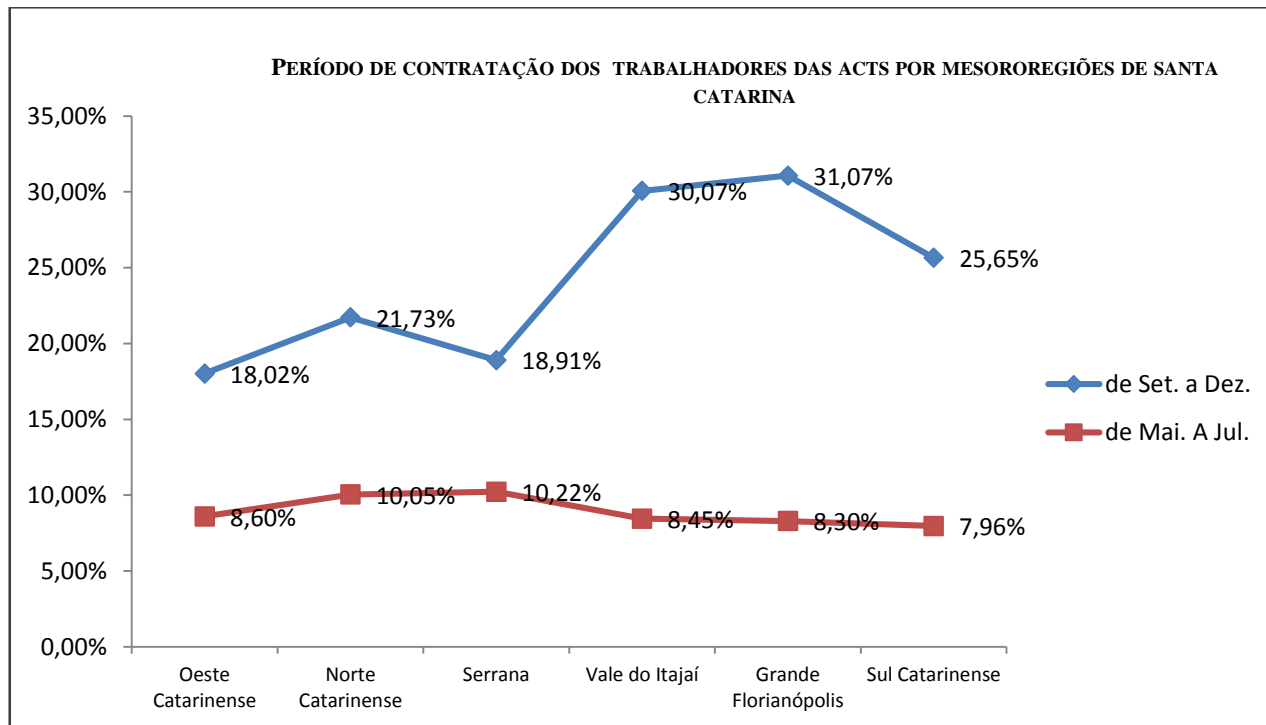


Gráfico 14: Período de contratação em das ACTs por mesorregião de SC em 2012

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/Rais (BRASIL, 2013)

As Mesorregiões da Grande Florianópolis (31,07%) e do Vale do Itajaí (30,07%) foram as que apresentaram maior frequência de contratação no período de setembro a dezembro. Em seguida foram as regiões Sul (25,65%) e Norte (21,73%). Por último, ficou a região Serrana (18,91%) e o Oeste (18,02%). Já no período de maio a julho, a maior frequência de contratações é registrada na mesorregião Serrana (10,22%), seguida do Norte Catarinense (10,05%) e do Oeste (8,60%), regiões propícias para o turismo rural, com boa oferta de hotéis fazenda. As frequências mais baixas de contratação, neste período ocorrem no Sul Catarinense (7,96%), Grande Florianópolis (8,30%) e Vale do Itajaí (8,45%).

A partir destas constatações surgiu a indagação acerca do comportamento dos demais setores econômicos catarinenses, bem como da real situação do setor de serviços, ao qual as ACTs pertencem. Desta forma, observando que não há variações representativas no período de 2006 a 2012, optou-se em analisar o ano mais recente, ou seja, 2012. Nele constatou-se que os três setores: construção civil, comércio e agropecuária, foram os que apresentaram as maiores frequências de contratações nos dois períodos, embora o comércio, tenha perdido sua segunda posição para a agropecuária no segundo período, de setembro a dezembro. Atribui-se tal fato ao calendário agrícola que possui muitos eventos nesta época do ano⁶⁹.

O Gráfico 14 demonstra que não há a mesma representatividade de contratações no setor de serviços nos períodos de maior contratação das ACTs. No período de setembro a dezembro, enquanto as ACTs obtiveram frequência de 26,98%, o setor de serviços apresentou 12,15% de frequência das contratações dos seus trabalhadores. De maio a julho, embora a diferença tenha sido menor, as ACTs (8,66%) ainda apresentaram maior participação do que o setor de serviços (7,07%).

Os setores responsáveis por maiores contratações no período de setembro a dezembro foram a construção civil (22,16%), a agropecuária (21,17%) e o comércio (20,03%). O setor da indústria (12,40%) e dos

⁶⁹ Conforme calendário agrícola Rural BR (2013), a colheita de muitos produtos agrícolas catarinenses concentra-se no período de setembro a março, tais como: milho: dez/jun.; feijão: out/mar; arroz: nov./abr.; fumo: dez/fev.; maçã: jan./abr.; uva: out/dez; trigo: set/dez; soja: jan./mai.; frutas caroço: set/out.

serviços (12,15%) foram os que tiveram menor participação na contratação no período analisado. Observa-se que as maiores participações ocorreram nos setores que apresentam, também, as características típicas de atividades sazonais. A construção civil, que apresenta sempre aquecimento ao aproximar o final do ano, a agropecuária que possui seu calendário agrícola com muitos eventos de plantio e colheita neste período e o comércio que tem suas vendas aumentadas em função dos festejos de final de ano.

Ao analisar a concentração da contratação da mão de obra em determinados períodos infere-se que os percentuais apresentados pelas ACTs catarinenses são mais elevados, no entanto, somente no segundo período (setembro a dezembro) é que esta diferença se sobressai mais, apresentando um percentual de 4,82% a mais que os percentuais do setor do comércio. Ora, sabe-se que há aumento significativo de contratação no comércio neste período em razão dos festejos de final de ano. Assim esses 4,82% demonstram que as ACTs apresentam, ainda, uma maior sazonalidade neste período.

Tabela 36: Período de admissão de trabalhadores por setor econômicos de SC em 2012

Período	Ind.	Contr. Civil	Comer.	Serviços	Agrope.	ACTs
De maio a julho	7,92%	12,61%	8,91%	7,07%	8,04%	8,66%
De setembro a dezembro	12,40%	22,16%	20,03%	12,15%	21,17%	26,98%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/Rais (BRASIL, 2013)

O Gráfico 15 refere-se ao mês de desligamento dos trabalhadores das ACTs em 2012. O objetivo foi verificar quais são os meses em que ocorre o maior percentual de demissões, e se eles são subsequentes ao término das temporadas. Observou-se que os maiores índices concentram-se nos meses de fevereiro (10,78%) e março (10,55%), embora janeiro (9,21%) e abril (8,74%) sejam meses que possuem, também, índices mais elevados. Dessa forma, comprova-se o desligamento com uma média de 2 a 3 pontos percentuais a mais que nos demais meses do ano no período de alta estação (verão), sendo que muitas

vezes, ocorre o desligamento do trabalhador devido ao término do período de experiência, ou até antes, dependendo do comportamento do mercado, se a temporada for positiva o contrato continua ou é renovado, se estiver fraca, com baixo desempenho, o funcionário é demitido.

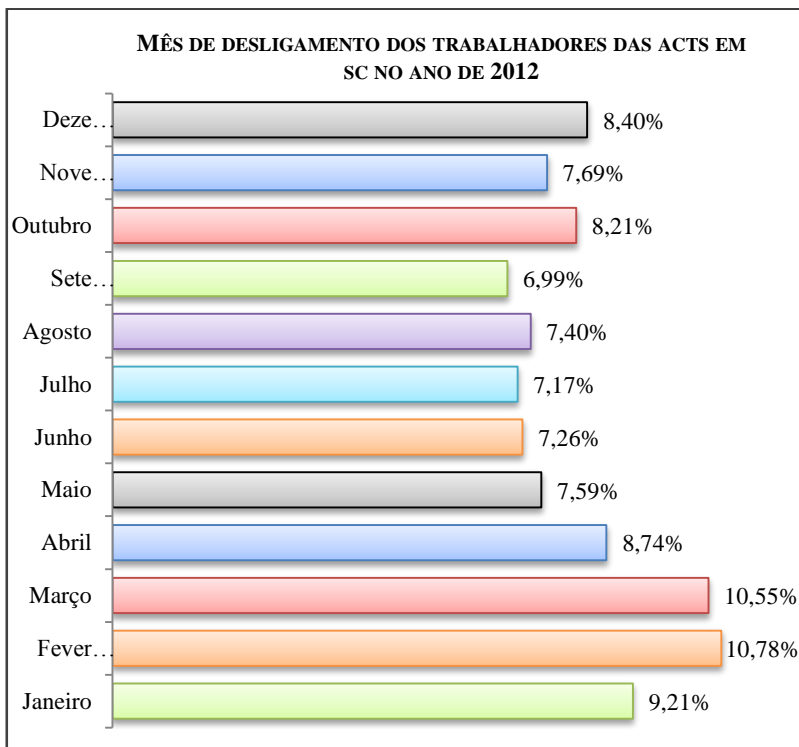


Gráfico 15: Mês de desligamento dos trabalhadores de ACTs em SC no ano de 2012

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/Rais (BRASIL, 2013)

Na Tabela 37, apresenta-se os motivos de desligamentos dos trabalhadores das ACTs no ano de 2012. Nela constata-se que o maior percentual corresponde aos desligamentos sem justa causa (37,24%) e à demissão sem justa causa (36,84%)⁷⁰. Logo após vem o término de

⁷⁰ Vale explicar que a demissão é quando a iniciativa parte da empresa, enquanto o desligamento se dá a pedido do funcionário.

contrato com 22,95%. Esses percentuais se comparados com o setor de serviços de Santa Catarina permitem constatar que as 3 maiores frequências são as mesmas das ACTs, porém com diferenças bem menos acentuadas. Os valores são praticamente iguais, permanecendo próximos a 31%. É importante destacar que a frequência do motivo de desligamento por término de contrato das ACTs (22,95%) é menor do que no setor de serviços (31,34%), demonstrando que as contratações temporárias do setor turístico não excedem as demais atividades desse setor.

Tabela 37: Motivos de desligamento de trabalhadores de ACTs em SC no ano de 2012

Motivo Desligamento	ACTs	Serviços
Demissão com Justa Causa	0,83%	0,92%
Demissão sem Justa Causa	36,84%	31,30%
Término Contrato	22,95%	31,34%
Desligamento com Justa Causa	0,06%	0,09%
Desligamento sem Justa Causa	37,24%	31,00%
Transferência com Ônus	0,21%	0,36%
Transferência sem Ônus	1,62%	4,01%
Falecimento	0,18%	0,27%
Falecimento Acidente Trabalho	0,01%	0,01%
Aposentadoria	0,07%	0,53%
Outros		0,19%
Total	100,00%	100,00%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/Rais (BRASIL, 2013)

Em estudo sobre o mercado de trabalho no turismo em Santa Catarina, Ouriques (2007) considera que as características estaduais reproduzem as mesmas situações existentes em âmbito global, apontadas pela Organização Mundial do Turismo: elevada porcentagem de trabalhadores em meio período; vários trabalhadores temporários e ocasionais; escasso número de mulheres em cargos de responsabilidade; presença de jovens com escassa qualificação ou estudantes empregados esporadicamente no setor; grande número de trabalhadores clandestinos; maior número de horas semanais trabalhadas e Grau de sindicalização inferior a outros setores.

Considerando todas estas características apresentadas, outro aspecto a ser investigado diz respeito ao número de horas contratadas, visto que, corroborando com a afirmação de Ouriques (2007) nos estudos da OMT (2010), indica-se que há um grande percentual de trabalhadores em meio período e/ou com carga horária a mais que os demais setores.

O Gráfico 16 permite observar que os percentuais médios das horas contratadas pelas ACTs diferem dos contratados pelo setor econômico de serviços do Estado. A carga horária semanal de 41 a 44 horas corresponde ao maior percentual de trabalhadores das ACTs, 87,75%, enquanto que o setor de serviços possui 57,88%, ou seja, 29,87% a mais dos trabalhadores das ACTs cumprem a carga horária máxima semanal. Em todas as demais cargas horárias, as ACTs possuem menos participação do que o setor de serviços, o que coincide com os estudos da OMT realizados em outras localidades.

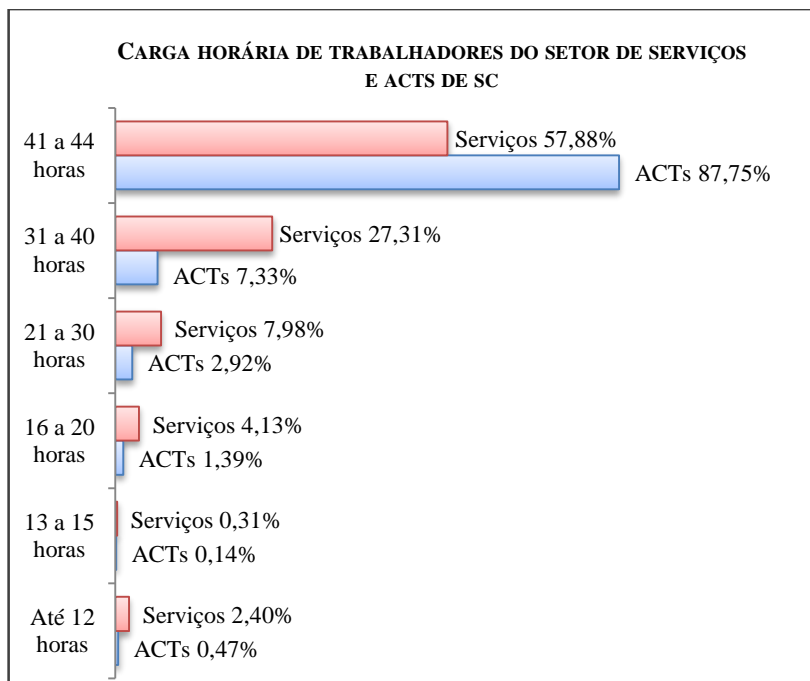


Gráfico 16: Carga horária de trabalho do setor de serviços e de ACTs em SC em 2012

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/Rais (BRASIL, 2013)

O tempo de emprego destes trabalhadores foi outra variável investigada. No Gráfico 17 observa-se que o maior percentual de trabalhadores das ACTs catarinenses concentra-se nas faixas de tempo mais curtas. Na primeira faixa que vai até 2,90 meses, as ACTs apresentam o percentual de 22,74% dos seus trabalhadores, enquanto o setor de serviços de SC apresenta 9,55%. Esses valores vão se invertendo ao longo da curva. Enquanto no setor de serviços vai aumentando o percentual de trabalhadores nas faixas mais longas de tempo, nas ACTs vão diminuindo. Na última faixa que é de 120 meses ou mais, somente 4,45% dos trabalhadores das ACTs situam-se nesta variável, enquanto o setor de serviços apresenta 18,13%. Tal resultado demonstra que os trabalhadores das ACTs catarinenses possuem as mesmas características dos demais trabalhadores do turismo apontado pela OMT, ou seja, o elevado número de trabalhadores temporários nesse setor e a alta rotatividade da mão-de-obra.

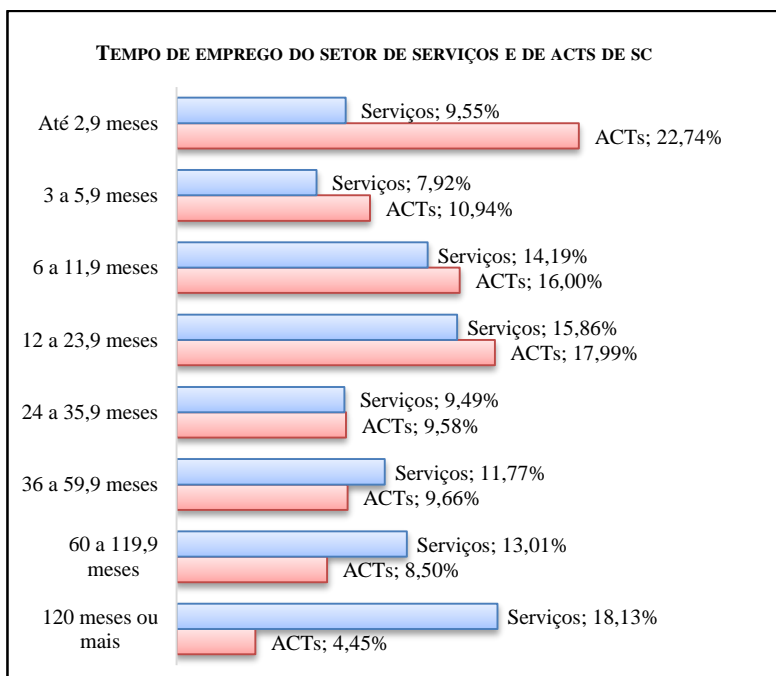


Gráfico 17: Tempo de emprego no setor de serviços e nas ACTs em SC no ano de 2012

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/Rais (BRASIL, 2013)

Diante dos dados apresentados, observa-se que a atividade turística gera empregos nas localidades receptoras. Há, no entanto, alguns desafios a serem superados, tais como a baixa qualificação profissional, os baixos salários, a elevada porcentagem de empregos temporários, dentre outros.

Ao cruzar os resultados da remuneração média, grau de instrução e faixa etária percebe-se que o nível de escolaridade predominante na pesquisa (ensino médio e fundamental) é baixo, se comparado com as faixas etárias predominantes (30 a 39 e 18 a 24 anos), o que explica a baixa remuneração. O acréscimo nos níveis de escolaridade, no decorrer do período analisado, pode ser justificado pelo acréscimo, embora pequeno, também, nas faixas salariais no mesmo período. Segundo levantamento do IBGE (2011), trabalhadores com curso superior, em 2009, ganhavam um salário 225% mais alto. Fica claro, pois, que há uma diferença salarial entre as pessoas que possuem nível superior e as que não possuem, o que comprova a importância da educação para uma melhoria da renda

4 AS TENDÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO DO SETOR TURÍSTICO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Nesse capítulo discute-se a partir das opiniões de especialistas da área, as tendências do mercado de trabalho das Atividades Características do Turismo (ACTs) de Santa Catarina, no período de 2014 a 2020. O quadro 6 apresenta algumas das formações, profissões, cargos e funções exercidas pelo grupo de especialistas que participaram da pesquisa.

Quadro 6: Perfil profissional dos especialistas em turismo de SC.

Formação dos Entrevistados.
Graduações: Turismo, Turismo e Hotelaria, Turismo e Lazer, Economia, Administração, Engenharia Elétrica, Direito, Museologia, Ciências Contábeis e História.
Especializações: Turismo, Consultoria e Planejamento; Administração de Turismo e Hotelaria e Marketing
Mestrados: Turismo e Hotelaria; Administração; Desenvolvimento Regional; História; Ciência da Informação
Doutorados: Engenharia da Produção; Administração; Geografia - Desenvolvimento Regional.
Pós Doutorados: Administração e Antropologia.
Áreas de Atuação, Cargos e Funções.
Doutorados: Engenharia da Produção; Administração; Geografia - Desenvolvimento Regional.
Professores Universitários e Pesquisadores (UNIVALI, FURB, UNIDAVI, UNIASSELVI, UNIPLAC, IFSC, UDESC, UFSC) com 8 a 26 anos de experiência, atuando nas mais diferentes áreas do turismo: eventos, cultura, administração, economia, planejamento, hotelaria, lazer, agenciamento, etc.
Diretores da Federação Catarinense de Conventions & Visitors Bureau e dos Conventions & Visitors Bureaus de Blumenau, Joinville, Vale Europeu, Costa Esmeralda e Rota da Amizade,
Sócios Proprietários de Empreendimentos do Ramo Alimentício, Restaurante de Comida Típica Italiana.
Secretários de Turismo dos municípios de Imbituba, Itapema, Blumenau e Joinville
Coronel da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, com estudos na área de segurança pública nos eventos turísticos em áreas urbanas.
Conselheiros Estaduais de Turismo do Estado de Santa Catarina
Presidente da Associação Empresarial de Imbituba.

Áreas de Atuação, Cargos e Funções.
Presidente da Instância de Governança Encantos do Sul; Gestor da Instância de Governança do Norte de Santa Catarina.
Diretor Regional do Skal ⁷¹ Internacional do Brasil
Sócios, Diretores e Gerentes de Empreendimentos Hoteleiros, Agências de Viagens, Empresas de Transportes, Eventos, Turismo e Lazer (Hotel Renar, Beira Mar, Plaza, SBTur Viagens, <i>Yellow Bus Food</i> etc)
Gestores do Programa de Uso Público das Trilhas Interpretativas e Centro de Visitantes do Parque Estadual Fritz Plaumann
Diretor da Associação de Turismo Hidrotermal de Santa Catarina (ATHISC)
Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH - SC) e ABIH - Nacional
Agente oficial da MK Turismo e MSC Cruzeiros (13 anos atuando no mercado de cruzeiros marítimos)
Conselheiro de Administração da SANTUR
Conselheiro de Administração da ABIH - SC
Vice-presidente nacional do Fórum de Organizadores de Solenidades de Instituições de Ensino Superior Brasileira (FORCIES)
Presidente do Parque Vila Germânica de Blumenau

Ressalta-se que a formação dos especialistas, bem como os cargos e funções que já exerceram ou que ainda exercem demonstram a experiência e o conhecimento que possuem acerca do setor turístico catarinense. As respostas obtidas na pesquisa foram agrupadas por tópicos, visando uma melhor compreensão dos fatos. Assim, em relação ao mercado de trabalho das Atividades Características do Turismo (ACTs) catarinense obteve-se os seguintes resultados:

⁷¹ A Skal é uma organização de líderes de Turismo em todo o mundo, que, desde 1932, promove o turismo mundial e a amizade. Trata-se de um grupo internacional que une todos os ramos da indústria de viagens e turismo. Seus associados, gestores e executivos da indústria se encontram em congressos e reuniões locais para discutir e buscar temas de interesse comum.

a) Participação do gênero feminino no mercado de trabalho das ACTs catarinense:

Os entrevistados indicaram que há, atualmente, uma expressiva participação do gênero feminino nas ACTs catarinenses, sendo que esta diferença deverá ser ainda maior para 2020.

A participação maior do gênero feminino trabalhando nas ACTs catarinenses foi confirmada, também, nos resultados da pesquisa da RAIS já apresentados no capítulo III. As ACTs de alojamento e de alimentação são as que possuem os maiores percentuais. É importante chamar atenção para o fato de que as estatísticas apresentadas referem-se à totalidade dos trabalhadores que prestam serviços nas ACTs. Isto porque é impossível identificar os estabelecimentos que prestam serviços majoritariamente a turistas. Em atividades como alimentação, por exemplo, o perfil da mão de obra reflete a realidade de um conjunto de estabelecimentos cujos clientes são, em sua grande maioria, residentes.

Sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho cabe ressaltar que há, cada vez mais, um número significativo de mulheres que se tornam financeiramente independente e abrem seus próprios empreendimentos. Pesquisas indicam, ainda, que um dos motivos de ingresso das mulheres no mercado de trabalho é o nível de escolaridade superior em relação aos homens. A pesquisa *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM)⁷² sobre mulheres empreendedoras no Brasil revelou que a força empreendedora feminina é maioria em quatro das cinco regiões brasileiras. Apenas no Nordeste elas ainda não ultrapassaram os homens, mas estão quase lá, com aproximadamente 49% de participação entre os novos empresários.

É possível constatar nesta pesquisa, que a cada ano, o perfil do empreendedor brasileiro se torna mais feminino e mais escolarizado. 49% dos donos de novos negócios – em que as mulheres são maioria – têm pelo menos o segundo grau completo. Já entre os donos de negócios

⁷² A pesquisa GEM é uma iniciativa da *London Business School e Babson College*, sendo realizada em 68 países, cobrindo 75% da população global e 89% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. No Brasil, ela é patrocinada pelo SEBRAE e realizada pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP), em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) (GEM, 2013).

estabelecidos (com mais de três anos e meio de atividade), – em que os homens são maioria – esse índice é de 41%. Por outro lado, enquanto o tempo médio de estudo delas é de 8,8 anos, o deles é de 7,2.

As entrevistas revelam que, embora o volume de mulheres à frente dos negócios tenha crescido, elas ainda ocupam menos cargos de maior responsabilidade do que os homens. Além disso, a remuneração da mulher é mais baixa do que a do homem, ainda que ambos ocupem postos de trabalho semelhantes. A participação da mulher em cargos de chefia tende a aumentar até 2020. A remuneração igualitária, contudo, pode demorar um pouco mais a ser alcançada. Cabe destacar que, se numericamente os níveis de desigualdade entre homens e mulheres parecem ter reduzido, qualitativamente não se pode dizer o mesmo; o trabalho feminino continua a ser menos reconhecido e menos valorizado do que o masculino, embora haja perspectivas de mudanças.

b) A participação dos jovens no mercado de trabalho das ACTs catarinense:

Sobre a participação de trabalhadores mais jovens nas ACTs catarinenses, os entrevistados consideraram-na elevada no setor, com tendência a permanecer desse modo, em decorrência, sobretudo, do grande número de atividades que possibilitam o “primeiro emprego”. Tal posicionamento pode ser conferido, também, no levantamento de dados da RAIS (capítulo III) ao indicar que, em 2012, 27,07% dos trabalhadores das ACTs catarinenses pertenciam às faixas etárias até 24 anos, passando para 43,19% nas faixas salariais até 29 anos. Embora haja uma participação efetiva de trabalhadores jovens no mercado de trabalho das ACTs, cabe destacar a tendência destes jovens começarem a trabalhar cada vez mais tarde. Esse fenômeno pode ser explicado pelo incremento do poder aquisitivo das famílias, o que permite que os mais jovens passem mais tempo estudando e retardem o seu ingresso no mercado de trabalho.

A popularização do acesso ao ensino superior favoreceu o aumento no número de jovens entre 18 e 24 anos que frequentam um curso superior (inclusive mestrado e doutorado), crescendo de 27% para 51%, no período 2001-2011 (IBGE, 2013). No entanto, a ampliação da presença dos jovens na escola não eliminou a experiência de trabalho. A juventude brasileira é uma juventude trabalhadora e suas taxas de

participação no mercado de trabalho são elevadas. Também é elevada a proporção dos que buscam conciliar estudos e trabalho ou que transitam de uma situação a outra.

Um dos maiores desafios do mercado de trabalho atual é entender as motivações e o perfil profissional de uma geração jovem que vem ascendendo em várias profissões, mas que têm valores e objetivos muito peculiares. Estes jovens constituem uma geração que tem menos medo de se arriscar e não possuem mentalidade de “fazer carreira”. Geralmente eles têm pressa de chegar ao topo e não hesitam em mudar de emprego, o que justifica a elevada rotatividade no emprego.

A utilização de contratos temporários para os trabalhadores jovens no Brasil quase duplicou desde o início da crise econômica. Entre 2008 e 2011, a cota de contratos temporários entre os empregados jovens – entre 15 e 24 anos – aumentou em 0,9 ponto porcentual por ano, depois de um aumento de 0,5 ponto durante o período 2000-2008 (OIT, 2012). Ao mesmo tempo, a porcentagem média do emprego temporário para os trabalhadores adultos permaneceu inalterada. Uma parte significativa da juventude brasileira apresenta grandes dificuldades em conseguir uma inserção de boa qualidade no mercado de trabalho. Frequentemente esta inserção é marcada pela precariedade (informalidade, carga horária excessiva, trabalho noturno), o que torna difícil a melhoria das condições de trabalho e de qualificação. Elevadas taxas de desemprego e de informalidade e os baixos níveis de rendimento e de proteção social evidenciam essa dificuldade. Em termos relativos, os jovens brasileiros apresentam taxas de desocupação e informalidade superiores à média dos trabalhadores em outras faixas etárias e níveis de rendimentos inferiores.

c) A participação dos estrangeiros no mercado de trabalho das ACTs catarinenses:

Quanto ao aumento da participação de estrangeiros no mercado de trabalho das ACTs catarinenses, os especialistas consideraram que tem aumentado, embora não seja essa uma característica exclusiva do setor turístico. A inserção desses estrangeiros é resultado da escassez de mão de obra e de uma economia aquecida, sendo que no litoral esta presença é mais acentuada. Os especialistas reconhecem, porém, que para 2020 a participação de trabalhadores de outros países vai aumentar, principalmente os oriundos dos países do MERCOSUL.

É importante apontar que, em 2013, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) publicou duas Resoluções Normativas, simplificando os procedimentos para as empresas estabelecidas no Brasil contratarem mão de obra estrangeira⁷³. O fato é que, cada vez mais tem crescido a entrada de estrangeiros no mercado de trabalho brasileiro, seja em decorrência da crise financeira europeia e americana, seja em decorrência da estabilidade econômica do Brasil nos últimos anos. O número de imigrantes no país cresceu 57% em 2013, chegando a 1,51 milhão em dezembro (BRASIL, 2014). O principal fator para esse salto no número de imigrantes legais foi a chegada de trabalhadores de países vizinhos. Desde 2009, triplicou o número de imigrantes peruanos legais. O de paraguaios e bolivianos cresceu mais de 70%. Comunidades com presença antiga no país, como japoneses e europeus, têm crescido mais lentamente. O crescente fluxo migratório de países latino-americanos tem sido acompanhado por uma mudança significativa no perfil dos trabalhadores que vêm para o Brasil. Os imigrantes dos países vizinhos em geral têm baixa escolaridade e pouca qualificação. Segundo o Ministério da Justiça (BRASIL, 2014), o número de latino-americanos legais no país aumentou por três motivos: boom econômico brasileiro, o acordo de residência do MERCOSUL⁷⁴ e a anistia⁷⁵.

Outra nacionalidade que tem crescido entre os imigrantes são os Haitianos. Conforme o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) o fenômeno da entrada em massa de haitianos no Brasil, legalmente, é recente: entre 2008 e 2010, apenas 20 vistos de trabalho foram emitidos. Já em 2011, ano seguinte ao terremoto que devastou o país caribenho,

⁷³ Em maio de 2013, foram publicadas no Diário Oficial da União, as Resoluções Normativas (RN) n° 103 e 104 de 2013, do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), por meio das quais foram simplificados procedimentos para as empresas estabelecidas no Brasil contratarem mão de obra estrangeira. Tal medida foi adotada no intuito de dar continuidade ao projeto do Governo Federal de atrair mão de obra mais qualificada ao mercado de trabalho brasileiro e para reduzir a burocracia nas solicitações de visto de trabalho (MARTINES; VIEIRA, 2013).

⁷⁴ O acordo autoriza cidadãos do MERCOSUL, da Bolívia e do Chile a entrar no Brasil somente com registro na Polícia Federal e a pedir residência temporária (BRASIL, 2014).

⁷⁵ A anistia de 2009 deu a 45 mil imigrantes ilegais residência provisória e 18 mil conseguiram obter residência permanente depois de dois anos (BRASIL, 2014).

esse número subiu para 720. Em 2012, a quantidade de permissões de trabalho saltou para 4.860, colocando o Haiti como o terceiro país com maior fluxo de estrangeiros com visto ao Brasil, atrás apenas de Estados Unidos e Filipinas.

Vale destacar o alerta de Gonçalves (2001) para que o processo de migração no Brasil não siga os passos dos chamados “países desenvolvidos”. Por um lado, eles abrem a “porta dos fundos” para a entrada de migrantes ilegais, pois necessitam de mão-de-obra fácil e barata para determinados serviços “pesados e mal pagos”. Por outro, fecham-lhes a “porta da frente”, negando a eles os direitos básicos e o estatuto de trabalhadores, o que os mantém na clandestinidade. Sem documentos, tornam-se vulneráveis a todo tipo de exploração, discriminação e preconceito.

No intuito de universalizar as relações de trabalho, o Brasil mantém Acordos Previdenciários Internacionais (API) com diversos países, como, por exemplo, Chile, Espanha, Grécia, Itália, Japão e Portugal, através dos quais o tempo de serviço do estrangeiro e as contribuições feitas no país de origem podem ser aproveitadas pelo empregado ao requerer benefício previdenciário em outro país signatário do acordo.

De modo geral, tanto a migração como a imigração são, geralmente, decorrentes da desigualdade entre regiões e, segundo Santos (2003), são uma expressão espacial dos mecanismos de modernização que se reflete frequentemente na urbanização, na favelização e na segregação do espaço – principalmente nos países da periferia do capitalismo. Este processo, como sabemos, ocorre sob a égide do modo de produção capitalista e, obviamente, é condicionado pela acumulação de capital.

d) Os autônomos e as empresas familiares:

Uma das características das ACTs catarinenses ainda é o grande número de autônomos e empresas familiares. No entanto, segundo os especialistas, tende a diminuir até 2020. Essa diminuição se dará não no número de autônomos e sim, nas empresas familiares decorrente do insucesso de muitas delas e/ou na busca pela qualificação e melhorias com tendência à terceirização da gestão⁷⁶.

⁷⁶ Não se pretende aprofundar a discussão acerca do que se entende por empresa

A pesquisa realizada no RAIS (capítulo III) comprovou essa realidade das empresas das ACTs catarinenses demonstrando que 84,43% se caracterizam como micro empresa.

As empresas familiares de Santa Catarina têm relação com os fluxos migratórios. Diferentemente dos imigrantes europeus que se estabeleceram como mão-de-obra na produção de café assentada no latifúndio em outras regiões do Brasil, em Santa Catarina firmaram-se em pequenas propriedades formando os núcleos coloniais. É nesses mesmos espaços que atualmente se concentram os parques industriais do Estado, os quais formam polos industriais bem diversificados. Cabe destacar que o processo de acumulação originário da pequena produção mercantil e o empreendedorismo dos imigrantes conferiu ao Estado forte heterogeneidade no que se refere às atividades econômicas, fator que se reflete, também, na diversidade dos segmentos turísticos do Estado.

As ACTs de Santa Catarina, em decorrência do grande número de postos de trabalho ofertados, tornam-se fator de atração para os imigrantes. Essa imigração ocorre tanto pelos regionais (interior do Estado), como também dos demais estados e até mesmo internacionais. Da mesma forma é sabido que a presença de turistas amplia o chamado mercado informal atraindo grande número de vendedores ambulantes e/ou trabalhadores liberais o que dinamiza o mercado de autônomos. Trabalhadores liberais não são sinônimos de autônomos. Esse último é gênero do qual o primeiro é espécie⁷⁷. No setor turístico há um grande

familiar, no entanto, faz-se importante esclarecer que, em geral é definida como aquela na qual convivem duas ou mais gerações de uma mesma família. O que de fato caracteriza a empresa familiar é a coexistência de três situações: a) a empresa é propriedade de uma família, que detém a totalidade ou a maioria das ações ou cotas, o que lhe dá o seu controle econômico; b) a família tem a gestão da empresa, o que lhe dá autonomia; c) um ou mais membro da família é responsável pela administração do empreendimento. A coexistência dessas três situações permite a perpetuação da cultura e dos valores familiares na empresa (GONÇALVES, 2000).

⁷⁷ Caldeira (2009) explica que o autônomo exerce seu trabalho com autonomia, tem o poder de direção da sua própria atividade. Qualquer prestador de serviço pode ser um autônomo, independente de ser uma profissão regulamentada. Como por exemplo, os vendedores de souvenirs na praia. Já os trabalhadores liberais, embora sejam, também, autônomos, pois possuem autonomia e poder de decisão, suas atividades requerem conhecimento técnico (intelectual ou manual) atestado por escola de nível superior, cuja profissão tem que ser regulamentada. Assim, todo liberal pode ser autônomo, mas nem todo autônomo pode ser liberal.

número de autônomos, principalmente no setor de transportes (proprietários e condutores de veículos de transportes vans, ônibus, etc), guias turísticos, intérpretes, instrutores de mergulho e esportes radicais, etc.

e) O setor de eventos como alternativa à sazonalidade do turismo em Santa Catarina:

A sazonalidade, característica forte da atividade turística no Estado, favorece o grande número de contratações temporárias. Para 2020 essas contratações tendem a permanecer em decorrência, principalmente, do turismo de “sol e mar”.

O setor de eventos é uma das atividades que vem ganhando destaque, e se estruturando em SC, contribuindo significativamente na diminuição da sazonalidade do setor. Para 2020, haverá um aumento ainda maior do número de eventos, bem como maior disponibilidade de infraestrutura adequada para a sua realização.

Um dos aspectos bastante criticados sobre a priorização de investimentos no turismo é, justamente, o turismo sazonal. No capítulo anterior já foi demonstrado que a geração de postos de trabalhos aumenta a partir de setembro, quando as empresas começam a se preparar para a alta demanda de verão. Por outro lado, nas regiões serranas, onde há características propícias para o turismo de inverno (neve) a maior contratação ocorre no período de maio a julho. Esse resultado demonstra que tal realidade é de conhecimento dos especialistas que participaram dessa pesquisa, sendo que estes não acreditam que até 2020 haverá ações que mudem tal situação. Talvez ocorra uma amenização dessa sazonalidade alcançada, principalmente, em decorrência dos demais segmentos a serem introduzidos e melhor trabalhados, no entanto, a infraestrutura inadequada para a alta demanda do turismo de verão ainda continuará a causar os conhecidos “gargalos”.

Cabe destacar que as localidades que optam em participar do mercado turístico de eventos, imprescindivelmente, deverão dispor de investimentos significativos. Esses investimentos podem ir muito além dos investimentos em programas para a captação e a realização dos eventos, exigindo muitas vezes, infraestrutura onerosa. Para um proprietário público, como é a atual situação de mais de 75% dos centros de conferências em todo o mundo (UNMT, 2014), esses investimentos

precisam ser bem planejados, visando às possibilidades de retorno, a necessidade e a prioridade dos investimentos nas comunidades. Portanto, essa decisão tem que ser tomada com base em estimativas bem fundamentadas no que se refere aos benefícios e retornos para a localidade.

É importante considerar que os eventos, reuniões e negócios atraem pessoas que não escolhem os destinos pelos seus méritos intrínsecos, ou seja, as pessoas em outras circunstâncias não teriam escolhido aquele destino. Além disso, esses visitantes frequentam a localidade independentemente do período do ano, o que ajuda o desenvolvimento e a manutenção da infraestrutura do turismo e a diminuição da sazonalidade.

Outro aspecto positivo deste segmento é o de que os participantes nos eventos realizam, conforme pesquisa da UNMT (2014), despesas mais elevadas do que a média de visitantes, até mesmo porque, muitas vezes, essas despesas são custeadas pelas empresas. Em muitos eventos ainda há a comercialização de produtos e serviços, como é o caso das feiras e afins. Além da circulação monetária ainda há os benefícios relacionados ao desenvolvimento profissional e científico ao compartilhar e transferir conhecimentos e experiência.

Do ponto de vista do desenvolvimento econômico, o turismo de eventos atrai frequentemente as pessoas mais qualificadas dos diferentes segmentos, o que resulta não só em oportunidades de negócios locais, mas também comerciais e potenciais de investimento. Além disso, há que se considerar, também, todas as atividades impactadas pelos eventos, tais como as sociais, educacionais e de lazer que ocorrem em torno deles. Todos esses fatores se combinam e contribuem para a análise da viabilidade dos investimentos na área de eventos, e isso pode ser o diferencial competitivo de muitas localidades.

Acerca do turismo de eventos em SC, destaca-se que o trabalho de captação realizado pela Santur e *convention bureaux*⁷⁸, juntamente com os investimentos em equipamentos para realização de convenções, tem colocado o Estado em lugar de destaque. Há diversos espaços, onde,

⁷⁸ Já há 13 entidades desta natureza no Estado, bem estruturadas e atuantes, nas cidades de Florianópolis, Joinville, Blumenau, Jaraguá do Sul, Balneário Camboriú, Tubarão, Chapecó, Itajaí, Criciúma e nas regiões da Rota da Amizade (com sede em Joaçaba), Serra Catarinense (com sede em São Joaquim), Costa Esmeralda (sede em Itapema) e Alto Uruguai (sede em Concórdia).

anualmente, são realizados eventos de diferentes tipos e tamanhos. Pode-se exemplificar com: O SCAR, em Jaraguá do Sul; o Centro Cultural de Tubarão, o Centro de Eventos da UFSC, em Florianópolis, o Centrosul e o Centro de Eventos do Costão do Santinho, em Florianópolis, a Arena Multiuso de São José e o Centreventos Cau Hansen, em Joinville; o Parque Vila Germânica e o Teatro Carlos Gomes, em Blumenau; a Expoville, em Joinville; o Parque Conta Dinheiro, em Lages, e o Parque Tancredo Neves, em Chapecó. O setor também está em expansão no que se refere à instalação de novos equipamentos, como é o caso dos novos Centros de Eventos de Balneário Camboriú que tem projeto a ser concluído em 2015⁷⁹ e de Canavieiras em Florianópolis, previsto para o final de 2014⁸⁰.

No estudo da Associação Internacional de Congressos e Convenções (ICCA, sigla em inglês), Florianópolis vem ganhando posição no *ranking* nacional entre as cidades brasileiras que mais recebem eventos internacionais. O município que estava em sexto lugar em 2012, alcançou a quarta posição em 2013. Aparece empatada com Porto Alegre com 14 eventos realizados, atrás apenas de grandes capitais como Rio de Janeiro, em primeiro lugar com 79 eventos, São Paulo com 70 e Foz do Iguaçu com 15 eventos. Enquanto Florianópolis ganhou colocação, o Brasil perdeu sua posição no *ranking* dos países que mais receberam eventos corporativos internacionais durante 2013. O País passou a ocupar o nono lugar na lista, caindo duas posições em relação a 2012, quando ficou com a sétima colocação mundial. O levantamento mostra que os congressos e convenções de negócios realizados em território nacional tiveram baixa de 12,5% em 2013, o que se refletiu na sua classificação⁸¹.

79 Os investimentos previstos no contrato fechado com a empresa Engevix somam R\$ 75 milhões, sendo R\$ 20 milhões do governo do Estado e R\$ 55 milhões do federal, com uma área construída de 51 mil metros quadrados. O Centro de Eventos será construído na área à margem da BR 101, onde fica o parque da SANTUR. O projeto contempla capacidade para 570 estandes, teatro para 1.490 pessoas, salas de conferência para 3.600 pessoas, praça de alimentação, áreas de convivência, amplos estacionamentos e restaurante panorâmico (SOL, 2014).

80 Com investimentos de R\$ 50,6 milhões do governo estadual, o centro Sapiens Parque poderá receber 3 mil pessoas em um só espaço (SOL, 2014).

81 No ano passado, 315 eventos corporativos foram realizados, os quais trouxeram ao País 126 mil turistas estrangeiros, gerando um movimento de

Conforme os dados da ABEOC – SC, além de gastar o dobro do visitante convencional, o turista de evento tem chegado em maior número em SC. Para 2014, a expectativa do setor é fechar 15% eventos a mais do que em 2013. Além de Florianópolis, há boa expectativa de crescimento em outros polos do Estado. Balneário Camboriú trabalha com expectativa de expansão de 20% e Joinville já apresenta mostras desse crescimento na realização de eventos tradicionais, como a Expogestão e o Festival de Dança⁸².

Embora, o setor de eventos catarinense indique um cenário promissor, um fator preocupante apontado pelos especialistas na pesquisa, refere-se à infraestrutura de acesso, principalmente a falta de uma malha viária adequada para o atual fluxo de veículos, a falta e/ou pouca estrutura dos portos e aeroportos, dentre outras necessidades básicas, como segurança, hospedagem, etc.

Não há dúvida de que os turistas motivados pelos eventos podem ser uma excelente alternativa para a sazonalidade do turismo de SC,

US\$ 137 milhões. O ranking não inclui eventos esportivos e religiosos, tendo ficado de fora do levantamento da ICCA a Copa das Confederações, realizada em junho em seis diferentes cidades, e a Jornada Mundial da Juventude, que aconteceu em julho no Rio de Janeiro. De acordo com a EMBRATUR, estes dois eventos de grande porte dificultaram a realização de outros eventos no mesmo período, impactando no número contabilizado pela associação. Em 2012, quando o Brasil ficou em sétimo lugar no ranking, foram recebidos 360 encontros. Os dados da entidade ainda apontam que, entre 2003 e 2013, o total de eventos realizados em solo brasileiro passou de 62 para 315, o que indica um aumento de 408%. No mesmo período, o número de cidades que sediaram esses tipos de encontros subiu 145%, passando de 22 para 54. Os primeiros lugares do ranking ficaram com Estados Unidos, Alemanha e Espanha, que receberam respectivamente 829, 722 e 562 eventos internacionais no ano passado (ABEOC, 2014).

82 O Festival de Dança de Joinville acontece todos os anos no mês de julho. Foi criado em 1983, sendo considerado pelo livro Guinness dos records como o maior evento no mundo em número de participantes – cerca de 4.500 bailarinos. Tal fato foi preponderante para sediar a Escola do Teatro Bolshoi no Brasil (é a única Escola do Bolshoi fora da Rússia. Seu ideal é o mesmo da Escola Coreográfica de Moscou, criada em 1773: proporcionar formação e cultura por meio do ensino da dança, para que seus alunos tornem-se protagonistas da sociedade). Conforme os organizadores do festival, para 2014 já são 2.461 inscrições de coreografias, 15% a mais do que em 2013 (FESTIVAL DE DANÇA, 2014).

considerando ainda que são comumente os turistas que aproveitam outros atrativos locais, fazendo passeios, *city tour*, indo ao cinema, a festas, aos melhores restaurantes, comprando roupas e presentes para a família e, quando o evento permite, trazendo também os familiares. Por outro lado, é também, um turista mais exigente na qualidade e na prestação dos serviços.

f) Salários, informalidade, carga horária:

Na opinião dos especialistas, a remuneração dos trabalhadores das ACTs, comumente não é compatível com as exigências feitas pelos empregadores (exige-se qualificação, no entanto, não se remunera adequadamente), situação de difícil alteração para 2020. Da mesma forma que os salários são baixos, se comparados com os demais setores econômicos e essa realidade, também, não mudará até 2020.

O resultado da pesquisa com os especialistas coincide com os dados obtidos da RAIS (capítulo III) o qual demonstra que 69,36% dos trabalhadores das ACTs possuem remuneração nas faixas salariais que vão até 2 salários. Somente os trabalhadores do setor agropecuário é que possuem percentual maior, 74,49%. Entre a maioria dos entrevistados, há um consenso acerca da remuneração incompatível com as exigências feitas pelos empregadores.

Verificou-se, porém, que a concordância dos entrevistados referente aos salários baixos, se comparados aos demais setores econômicos, diminui, ou seja, um bom percentual dos entrevistados (33,33%) não considerou que os salários são baixos. Isso se deve principalmente por levarem em consideração que o setor demanda um grande número de cargos cuja exigência maior é a formação técnica (auxiliar de cozinha, atendentes, camareiras, garçons, etc) e muitos empregados possuem baixa qualificação. Um garçom, muitas vezes, não sabe sequer fazer contas, o que é diferente de um garçom qualificado. Ou seja, a remuneração vai ser compatível com a qualificação do trabalhador. Assim, tem garçons que vão ganhar o mínimo da categoria⁸³, enquanto

83 Na convenção coletiva de trabalho 2013/2014 do Sindicato dos Trabalhadores em Turismo, Hospitalidade e de Hotéis, Restaurantes Bares e Similares da Grande Florianópolis, ficou estabelecido que os empregados que exercem as

outros chegam a receber até seis vezes mais. Para melhor compreensão desta questão, realizou-se pesquisa com três sindicatos das principais regiões turísticas do Estado. Dois sindicatos dos trabalhadores (Sindicato dos Trabalhadores em Turismo, Hospitalidade e de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares – SITRATUH das regiões de Joinville, com 1001 sócios filiados e da Grande Florianópolis, com 2000 filiados) e o sindicato patronal de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Blumenau e Região (SIHORBS), com 3.866 empresas nos 41 municípios da região que compõe a base territorial⁸⁴. Conforme informações obtidas através de entrevista com a Senhora Pereira⁸⁵ o sindicato estabelece o piso da categoria, bem como os percentuais de aumento salarial para quem não recebe piso e para tanto se ampara em índices econômicos para fazer a negociação com o sindicato patronal. A Senhora Franco (2014)⁸⁶ ainda explica que as negociações salariais têm como base o INPC do IBGE.

Outra questão averiguada foi a jornada de trabalho. Para os especialistas, a carga horária dos trabalhadores do turismo não é excessiva, visto que possuem as mesmas condições dos demais trabalhadores, situação essa que não deverá apresentar alterações para 2020.

funções de garçom, barman, auxiliar de cozinha e faxineira, receberão os seguintes pisos salariais: R\$ 875,00 (oitocentos e setenta e cinco reais) aplicado somente ao empregado que não tem experiência na atividade/função para a qual foi contratado; R\$ 885,00 (oitocentos e oitenta e cinco reais), para o empregado com experiência na função contratada (SITRATUH – Florianópolis, 2014). A diferença salarial é mínima, como se pode constatar.

84 As entrevistas foram concedidas pela Senhora Alexandra S. Pereira, Diretora de Educação e Formação Sindical do SITRATUH-Florianópolis (há 5 anos na entidade); Senhora Sonia Ap^a Mera Sagas Franco, Diretora Secretária Geral do SITRATUH-Joinville (há 18 anos no sindicato), e pelo Senhor Inácio Negherbon, Diretor Executivo do SIHORBS Patronal da região de Blumenau, atuante há 21 anos no sindicato.

85 Alexandra S. Pereira, Diretora de Educação e Formação Sindical do Sindicato dos Trabalhadores em Turismo, Hospitalidade e de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares da Grande Florianópolis (SITRATUH-Florianópolis). Entrevista concedida em 10 de fevereiro de 2014.

86 Sonia Ap^a Mera Sagas Franco, Diretora Secretária Geral do SITRATUH-Joinville representa também (São Francisco do Sul, Corupá, Araquari, Guaramirim, Schroeder, Jaraguá do Sul, Rio Negrinho, Barra do Sul, Itapoá, São Bento do Sul, Campo Alegre e Guaruva).

Ao comparar a opinião dos especialistas com os dados apresentados na RAIS (capítulo III), verifica-se que há uma divergência. Enquanto os primeiros consideram que os trabalhadores das ACTs cumprem, as mesmas cargas horárias dos demais setores, a RAIS demonstra que 87,75% da carga horária semanal das ACTs é de 41 a 44 horas (carga máxima semanal), enquanto que no setor de serviços esse percentual cai para 57,88%. Tal realidade é compatível, portanto, com os estudos da OMT que indica a carga horária dos trabalhadores do turismo maior que os demais setores.

Diante da diversidade de profissões e funções que as ACTs abrangem, percebe-se que cada área possui suas características. Por exemplo, muitas agências de viagens desempenham suas funções em horários comerciais, cumprindo a mesma carga horária da maioria dos demais empreendimentos do setor de serviços. Já os motoristas de transportes e os guias turísticos⁸⁷, geralmente possuem horários diferenciados, pois não podem “abandonar” o grupo de turistas sob sua responsabilidade no meio de um roteiro. Novamente, fica claro a dificuldade em analisar o setor turístico num todo, pois cada atividade possui suas singularidades.

Outro aspecto analisado foi em relação ao grande número de trabalhadores na informalidade, sem carteira assinada. Para 2020, essa característica, conforme a opinião dos especialistas, ainda deverá permanecer (54,17%). A respeito da informalidade, a Senhora Pereira (2014) e a Senhora Franco (2014) disseram desconhecerem a realidade

⁸⁷ Sobre os critérios e as normas das atividades do guia de turismo, a Portaria nº 27/2014 estabelece a carga horário do curso de formação de 800 horas, de acordo com regras definidas pelo Ministério da Educação, quanto ao tipo de trabalho e quem pode atuar como guia. O texto define que o profissional deve exercer atividades de acompanhamento, orientação, transmissão de informação a pessoas ou grupos em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais e especializadas. A norma ainda distingue a atividade de guia de turismo das atividades de condutor de visitante em unidades de conservação federais, estaduais ou municipais e de monitor de turismo. O condutor monitora as visitas de pontos de interesse cultural no município, tais como, museus, monumentos e prédios históricos desenvolvendo, atividades, interpretativas fundamentadas na história e memória local. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2014).

das demais regiões do Estado, porém nas regiões da Grande Florianópolis e de Joinville consideram que existe sim, um grande número de trabalhadores na informalidade. Já o Senhor Negherbon afirmou que embora o número de trabalhadores informais seja menor que nas demais regiões do país, na região de Blumenau ainda existem vários trabalhadores na informalidade e que esta realidade não é diferente das demais regiões do Estado, principalmente no litoral onde a alta sazonalidade contribui ainda mais para a informalidade.

g) Rotatividade, escassez e concorrência da mão-de-obra das ACTs catarinense:

Conforme a opinião dos especialistas há uma alta rotatividade de funcionários das ACTs, principalmente na hotelaria e em restaurantes, permanecendo essa tendência para 2020. O tema da “rotatividade” está presente no debate brasileiro há mais de meio século e está relacionado a diferentes fatores, como desemprego, flexibilização contratual decorrente da implantação e consolidação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), redução das conquistas salariais provenientes das negociações coletivas, adoção da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁸⁸, qualificação dos trabalhadores, qualidade dos postos de trabalho, tempo de trabalho e aspectos ligados à seguridade social, entre outros.

A preocupação com o aumento da rotatividade não constitui característica exclusiva do setor turístico, tanto que em março de 2014 vários atores governamentais, organizações sindicais de trabalhadores e empregadores, poder público, entidades de pesquisa e acadêmicos participaram do I Seminário sobre Rotatividade no Mercado de Trabalho⁸⁹. Mesmo numa conjuntura em que o desempenho do mercado

⁸⁸ A Convenção 158 da OIT estabelece que devam se dar as disposições por meio da legislação nacional, aplicada por instrumentos de caráter coletivo e que não dará término a relação de trabalho de um trabalhador a menos que exista para isto uma causa justificada dada ao seu comportamento com relação ao funcionamento da empresa, estabelecimento ou serviço (Art. 4º) (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2014).

⁸⁹ O seminário foi promovido pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do MTE em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e objetivou realizar um diagnóstico sobre

de trabalho foi expressivo, como se observou nos últimos anos, a taxa de rotatividade global do mercado de trabalho celetista apresentou resultados gradativamente crescentes, passando de 52% em 2003, para 64% em 2012 (MTE, 2014).

Ao verificar a opinião dos representantes dos sindicatos entrevistados sobre a escassez de mão de obra, a Senhora Pereira explicou que até existe a oferta de mão de obra, porém esta não possui qualificações para o exercício das funções. Por outro lado, entende-se que o salário também não é atrativo o suficiente para compensar o desgaste que os profissionais do segmento enfrentam, pois laboram todos os dias, inclusive nos feriados, enfrentando jornadas, muitas vezes, exaustivas e sem tempo hábil para buscar a tão almejada qualificação. Para a Senhora Pereira, há uma resistência muita grande por parte do empresariado em solucionar esta situação, o que demonstra o embate entre a força do trabalho versus o capital.

Referente a escassez da mão-de-obra concluiu-se, conforme opinião dos especialistas, que decorrente do bom desempenho e da diversidade de atividades dos setores econômicos no Estado catarinense, há uma expressiva concorrência pela mão-de-obra. Para 2020, essa concorrência tende a aumentar ainda mais.

A Senhora Franco e o Senhor Negherbon reafirmaram que existe sim a escassez de mão de obra em razão da grande concorrência com os demais setores que são bastante dinâmicos na região, principalmente a indústria e o comércio. Da mesma forma, há também bastante informalidade no setor principalmente de garçons e atividades similares que são contratadas esporadicamente (feriados, eventos, etc). Para o Senhor Negherbon, os grandes desafios do setor consistem em especializar a mão de obra, melhorar os índices de escolaridade e valorizar os profissionais capacitados.

h) A sindicalização dos trabalhadores das ACTs catarinense

Na percepção dos especialistas, os trabalhadores desse setor possuem baixos índices de associações sindicais, fato que não deverá sofrer alterações para 2020. Ou seja, os funcionários não participam dos

a questão da rotatividade de trabalho no Brasil que apresenta um elevado índice.

sindicatos e continuarão a não participar. Essa é outra realidade que, segundo os especialistas, não diz respeito somente ao setor turístico. De forma geral, os sindicatos reclamam das poucas adesões e participações dos trabalhadores. Mediante esse resultado, buscou-se verificar, com os representantes dos 3 sindicatos entrevistados, quais as principais demandas e/ou ocorrências. Para a Senhora Pereira, diretora do SITRATUH-Florianópolis, os principais problemas que levam os trabalhadores filiados a procurar o apoio do sindicato são: as condições indevidas de trabalho, insalubridade, periculosidade, salários em atraso, falta de depósito do FGTS, cumprimento indevido do banco de horas, falta de pagamento de gorjetas e horas extras, assédio moral e terceirização.

Além desses problemas, a Senhora Franco (2014) ainda destaca o pagamento de horas extras fora da folha de pagamento, jornada de trabalho excessiva, fora dos limites legais (12 a 15 horas de trabalho) e o desvio de funções. Já o Sr. Negherbon (2014) citou que, em relação ao descumprimento dos direitos dos trabalhadores, as principais queixas são trabalho sem registro em carteira e horas extras não pagas. Destacou também as principais dificuldades elencadas pelas empresas afiliadas: carga tributária altíssima, pagamento do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD) - direitos autorais, falta de mão de obra e mão de obra não qualificada.

Outro assunto abordado que mereceu destaque foi a terceirização. Em relação a essa mudança na forma de contratação, vista muitas vezes como perda dos direitos dos trabalhadores, como acontece em alguns casos de terceirização, a Senhora Pereira destacou que, considerando as categorias atendidas pelo SINTRATUH-Florianópolis, a tecnologia e a automação não são as únicas responsáveis pela terceirização. Neste segmento, a problemática com relação à terceirização atinge a atividade fim, o que descumpra preceitos legais. Para a Senhora Franco na terceirização, assim como em outras formas de contratação, não ocorrem a perda de direitos. O que ocorre é uma flexibilização das normas, já que a legislação ainda não conseguiu acompanhar de forma evolutiva as mudanças no mundo do trabalho, impulsionadas pela tecnologia e pela automação, o que requer mão de obra qualificada.

A respeito da qualificação profissional, houve mudanças tecnológicas sem uma evolução significativa na busca da qualificação e requalificação profissional capaz de acompanhar o cenário atual do mercado de trabalho. Da preocupação em extinguir o analfabetismo funcional, passa-se a preocupação com o analfabetismo digital. Com a evolução da tecnologia surge a grande preocupação com as pessoas que estão à margem desta evolução, é necessário dominar os conhecimentos básicos exigidos. Assim, funções antes meramente braçais passam a exigir conhecimentos e domínios tecnológicos, como é o caso dos garçons que já não utilizam “comandas” para tomar nota do pedido e sim tablets e/ou notes. Igualmente a camareira precisa ter habilidades para manusear os diferentes aparelhos eletrônicos que compõem as Unidades Habitacionais dos hotéis cada vez mais tecnológicos.

Nessa mesma linha de pensamento sobre a terceirização, o Senhor Negherbon explica que, com a automação e o avanço tecnológico, o trabalhador passou de funções “que exigiam força física” para funções que necessitam de qualificação profissional, como operar máquinas, desenhar projetos. Para os que buscaram a qualificação houve um grande progresso nas relações trabalhistas, mas para os que insistiram em continuar ao revés do desenvolvimento, restou uma situação de baixos salários e pouco reconhecimento. Sem educação não há que se falar em evolução. Há uma tendência para ambientes mais informatizados, com menos pessoas trabalhando, aonde o próprio cliente irá se servir, ou comprar direto de casa, como já acontece nos lugares “mais desenvolvidos” tecnologicamente. Dessa forma, a qualificação profissional continuará a ser uma das principais necessidades a ser alcançada.

i) Qualificação; Prestígio Profissional e Custos.

Na opinião dos especialistas muitas funções do setor exigem perfis profissionais mais operacionais, o que causa baixo prestígio e status social, sendo que para 2020, a perspectiva é que essa realidade não será alterada. Há uma baixa qualificação por parte dos trabalhadores, principalmente no domínio de idiomas. No entanto, para 2020, essa situação tende a melhorar, ou seja, os profissionais procurarão se profissionalizar melhor.

O setor possui um percentual muito alto de funcionários não comprometidos, sem responsabilidades e sem vontade de buscar melhores qualificações. Essa realidade deverá mudar para 2020, pois a tendência é a de que essa postura dos trabalhadores será alterada. Dos especialistas pesquisados, 70% concordam que os empresários, além da falta de mão de obra (técnica e geral), queixam-se também da falta de comprometimento (horários de trabalho, responsabilidades) por parte dos funcionários, bem como do alto custo (encargos, treinamento etc.) da mão de obra.

Foi possível averiguar, conforme declarações dos especialistas, que há uma grande necessidade dos trabalhadores melhorarem em alguns quesitos, principalmente na qualificação e comprometimento. Houve também, por outro lado, manifestações que apontaram a má remuneração por parte de alguns desses empresários como um fator de insatisfação. Assim, o estabelecimento de um diálogo maior poderia representar uma solução para tal problemática. Da mesma forma, precisaria haver mais investimento na qualificação da mão de obra. Não basta querer que os funcionários se profissionalizem e se qualifiquem se não são dadas as condições para que tal situação ocorra. Faz-se necessário também, amenizar a rotatividade e criar programas específicos para sanar esses problemas.

É por isso que muitas empresas estão se organizando através de associações em busca de soluções para a falta de mão de obra, bem como para qualificá-la. No entanto, há uma concordância quanto ao trabalho nos finais de semana, feriados e período de férias como um dos grandes entraves na atração do trabalhador para o setor do turismo. Se não houver vantagens, ele vai migrar para outro setor onde não tenha que trabalhar nesses períodos. Vale mencionar que a maior parte da mão de obra do setor ainda é condicionada ao subemprego. Assim, muitos trabalhadores usam as funções da hotelaria e gastronomia como trampolim para outros setores. Embora a remuneração desses setores ainda não seja a ideal, tem melhorado bastante nos últimos anos. Em SC há o predomínio dos pequenos estabelecimentos e fatores como a sazonalidade que influenciam diretamente na rentabilidade dos mesmos, o que faz com que tenham dificuldade em melhorar a remuneração dos seus colaboradores, pois muitas vezes, estão com dificuldades, até mesmo, para arcar com os encargos e cumprir as leis trabalhistas.

Outra questão é a característica do “jovem trabalhador”. Na grande maioria são mais livres, não se prendem em “fazer uma carreira”, até porque há uma grande oferta de emprego, o que permite que se arrisquem, experimentando e indo em busca do que gostam de fazer. Muitas vezes são ofertados cursos gratuitos ou realizadas campanhas e todo tipo de incentivo, porém a falta de interesse persiste. Às vezes os cursos são cancelados por não conseguirem formar turmas.

As faixas salariais do setor precisam ser mais bem discutidas, visando principalmente, a possibilidade de ser um diferencial, especialmente devido aos horários, por vezes, complicados. Além disso, de um modo geral, há muito amadorismo nesse setor, o que leva o trabalhador ao descrédito quanto à eficiência deste. De modo geral, os trabalhadores sentem-se operacionais e serviços; o que afeta a autoestima e a motivação em investir em formação ou qualificação. A ascensão do setor vai depender, no futuro, do bem estar e comprometimento de quem nele trabalha, independente de gênero e/ou de faixa etária.

Alguns problemas aqui discutidos não são exclusivos do setor turístico. A questão dos altos encargos, por exemplo, é uma reclamação de empresários de vários setores. Assim, além de um problema social, há também, um problema de ordem política e econômica, que poderia ser amenizado através de uma ação mais contundente do setor público e de alterações na legislação, o que leva, também, a uma discussão sobre a ética e o uso dos recursos públicos.

j) Copa do Mundo e Olimpíadas

Referente à opinião dos especialistas sobre os dois megaeventos - Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas em 2016 - que serão sediados no Brasil, os especialistas concordam que esses eventos contribuirão para consolidar o turismo e trabalhar a imagem do Brasil no exterior como um país com atrativos e condições de desenvolver-se turisticamente, com reflexos, também, em escala regional no turismo de Santa Catarina.

O percentual menor dos especialistas que discordaram dessa tendência justificaram que como não haverá jogos da copa no Estado de SC, não acreditam em impactos regionais, nem no fluxo de pessoas e nem de imagem. Alegaram ainda que nem o Brasil e nem o Estado de SC possuem a infraestrutura necessária para aportar tais eventos. Dentre as

carências foram apontadas a falta de infraestrutura rodoviária, aeroportuária, portuária e de serviços (recursos humanos, hotelaria, etc), além da falta de segurança. Caso continue a ocorrer protestos⁹⁰, a situação pode ainda se inverter, ou seja, criar uma imagem negativa do país.

Outro aspecto levantado diz respeito aos altos preços praticados no Brasil em detrimento da baixa qualidade dos serviços. Os mega eventos tendem a criar muitos problemas para as localidades receptoras, principalmente nos países em desenvolvimento que não possuem infraestrutura adequada. Os altos investimentos demandados não dão o retorno esperado. No entanto, para a maioria dos especialistas entrevistados, mesmo não havendo jogos no Estado de SC haverá uma

⁹⁰ Em Junho de 2013 o Brasil presenciou uma das maiores manifestações já realizadas nos últimos tempos. Só em São Paulo, cerca de 65 mil pessoas saíram às ruas para protestar contra o aumento da tarifa de ônibus. No Rio de Janeiro, cerca de 100 mil participaram da manifestação, sem contar com os atos feitos nas outras cidades por todo o país. Além de protestar contra o ajuste das tarifas de ônibus, houve várias outras reivindicações. Uma delas foi a proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37 que dificultava a investigação de agentes do Estado, aumentando a impunidade e a corrupção. Além de outras indignações da sociedade como a corrupção, a violência, a situação precária da saúde, o descaso com a educação etc. O ocorrido ganhou repercussão mundial, principalmente pela participação dos denominados “*black bloc*” (bloco negro). Algumas reivindicações, até mesmo antagonicas, compartilharam o mesmo espaço. Ao final a manifestação gerou vandalismo, violência e mortes. Desde então há indícios de novas manifestações, conforme já vem ocorrendo nos eventos que antecedem a Copa, sendo divulgados mundialmente pela imprensa internacional. Os protestos contra a Copa do Mundo ocorrido no dia 15 de maio desse ano (2014) foram noticiados em diversos veículos de comunicação internacionais (Rede Britânica *BBC News*, agência de notícias *Reuters*, o jornal *The Huffington Post*, a Rede Americana *ABC News*, a agência de notícias *Associated Press*, o blog político americano *ThinkProgress*, jornal argentino *Clarín* etc). As imagens de pneus sendo queimados, tumultos e congestionamentos repercutiram em diferentes meios de comunicação mundial. As reivindicações são que os gastos do governo sejam destinados à educação, habitação e saúde. A BBC Brasil explica que os atuais protestos são de grupos com demandas mais específicas, como moradia e educação. Por outro lado, o governo diz que as mobilizações não têm tomado as proporções que os organizadores têm esperado e que a situação está sob controle. Diante desse cenário, é difícil prever o que está por vir nesses dias que antecedem o Mundial e também durante o torneio.

movimentação, bem como divulgação no exterior, ou seja, o Estado tende a ficar mais conhecido, principalmente por SC se localizar no meio de duas cidades sede dos jogos (Curitiba e Porto Alegre).

k) Ampliação da Oferta Turística Catarinense

Por unanimidade, os especialistas consideraram que o Estado de Santa Catarina possui atrativos a serem ainda explorados turisticamente e que podem favorecer maior atratividade de investidores, bem como o surgimento de novos empreendimentos e empresas, contribuindo com o aumento na geração de empregos.

Os segmentos mais indicados foram: natureza, turismo de experiência, turismo criativo, história, cultura, turismo de aventura/ecoturismo, turismo rural, esportivo, eventos, agroturismo, náutico, lazer e entretenimento, clima, gastronomia, negócios, hidrotermal, atividades e infraestruturas turísticas nos parques e nas unidades de conservação.

Os recursos naturais, o clima, a história e a cultura de Santa Catarina oferece uma variada opção de atrativos turísticos. Além das festas de outubro ainda acontecem vários outros eventos já bem estruturados, como é o caso da Festa do Pinhão em Lages, Festival de Dança de Joinville, a Tomada de Laguna, o Festival Audiovisual do MERCOSUL (FAM) em Florianópolis, Festival de Música de Santa Catarina (FEMUSC) em Jaraguá do Sul, e outros.

Há ainda uma grande diversidade de ambientes para a prática de atividades ao ar livre, É possível realizar quase todas as atividades relacionadas ao ecoturismo, sejam modalidades apenas contemplativas – como observação de aves ou passeios em trilhas de baixo nível de dificuldade – ou aquelas que exigem esforço físico e equipamentos especiais – como rapel, *canyoning*, *kite surf*, *windsurf*, *trekking*, surfe, voo livre, arvorismo, *sandboard*, exploração de cavernas, paraquedismo, voos em planadores, *mountain bike*, motocross, *off-road* 4x4 entre outros.

Santa Catarina possui baías, enseadas e dezenas de ilhas com recantos para passeios em escuna, veleiros, lanchas e iates, como é o caso da baía da Babitonga, em São Francisco do Sul; a baía de Porto Belo e a península de Bombinhas; a península de Governador Celso Ramos, e as

duas grandes baías da Ilha de Santa Catarina, em Florianópolis. Há alguns pontos de apoio para os navegadores – iates clubes, marinas e garagens náuticas.

O mergulho é bastante praticado na Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, considerado um dos melhores lugares para mergulho autônomo (com equipamentos para respiração subaquática) de todo o país. Para mergulho livre, as enseadas de Bombinhas, a Ilha do Campeche (Florianópolis) e a Ilha de Porto Belo são as mais recomendadas (SOL, 2014).

A pesca é outro segmento que apresenta potencial de crescimento. Segundo a Secretaria de Organização do Turismo, Lazer, Esporte e Cultura (SOL, 2014) o litoral catarinense, é procurado por pescadores profissionais e amadores. A pesca oceânica pode ser praticada em toda a costa, sendo Itajaí um dos principais polos da atividade profissional do Brasil. A variedade de espécies tornou a região entre Florianópolis e Piçarras referência para a pesca esportiva e amadora, tanto embarcada quanto em trapiches ou costões – existem bons roteiros para pescaria diurna e noturna em torno da península de Porto Belo. Nesta região, há registro de capturas, dentro das normas de pesca esportiva, de grandes dourados, cavalas, bonitos, atuns, marlins brancos e até o marlim azul. Nos costões, é possível pescar badejos, garoupas, tainhas, pampos, sargos, robalos, anchovas, entre tantas outras espécies (SOL, 2014).

Outra modalidade de turismo é a observação de baleias. De junho a novembro, o litoral catarinense se transforma em um berçário de baleias da espécie Franca, a segunda mais ameaçada de extinção do planeta. Nesse período, centenas de exemplares vêm da Patagônia em busca de águas mais quentes para dar à luz e amamentar seus filhotes numa área de proteção ambiental que se estende desde o litoral ao Sul de Laguna até Florianópolis. Em Imbituba e Garopaba, que registram o maior número de baleias é possível participar de passeios em embarcações apropriadas para a observação.

As fontes de águas termominerais com propriedades terapêuticas e relaxantes são encontradas em cinco regiões: Grande Florianópolis, Sul, Caminho dos Cânions, Vale do Contestado e Grande Oeste. As 13 cidades contempladas possuem águas com propriedades terapêuticas que vão desde o combate ao estresse e a doenças crônicas até o rejuvenescimento.

Outro atrativo do Estado são os próprios produtos locais. Há um roteiro de compras com diversificadas opções, tanto no varejo como no atacado. Os itens mais procurados são vestuário, têxteis, calçados, decoração, cristais, porcelanas, móveis e cerâmicas.

O turismo rural já é tradicional em Santa Catarina, tendo como referência as fazendas dos Campos de Lages. Desde a década de 80 que fazendas, algumas com mais de 100 anos de história, se adaptaram para oferecer ao turista hospedagem, gastronomia, descanso, lazer, diversão e oportunidade de conhecerem o cotidiano autêntico do campo. Outra modalidade de turismo que tem crescido nessa região é o enoturismo⁹¹. Os trabalhos de Losso (2010) discutem o desenvolvimento da vitivinicultura e as possibilidades de implantação de roteiros enoturísticos na Região de São Joaquim.

Cabe destacar, que o planalto serrano possui uma enorme diversidade quanto às suas características naturais (reflexo da paisagem de campos naturais e matas de araucárias) e às incursões dos povos que participaram da construção da sua história, da apropriação e das modificações deste espaço. O turismo, na Serra Catarinense, poderá mobilizar ainda mais os fluxos de investimentos, o empreendedorismo e o incremento da oferta de empregos e geração de renda para a sua população (LOSSO, 2010). Assim, a perspectiva de associar a oferta turística existente ao turismo do vinho, representa um importante negócio para o setor de turismo e para a vitivinicultura local que ainda está em fase inicial de suas atividades.

A rica e diversificada gastronomia do Estado sofre influências dos vários povos que se estabeleceram nas diferentes regiões. Assim, a culinária do litoral, porta de entrada dos descobridores portugueses e colonizadores açorianos, é baseada em frutos do mar, com destaque para as ostras produzidas nas regiões marinhas de Florianópolis (maior produtora nacional), e o camarão “laguna”, considerada a mais saborosa das espécies capturadas na costa catarinense. Na Rota do Caminho dos

⁹¹ Entende-se o enoturismo como a atividade representada pelo deslocamento das pessoas às regiões produtoras de uva e vinho, sendo evidenciada através das visitas aos vinhedos, às vinícolas, aos festivais e festas da uva e do vinho, no intuito de vivenciar na prática as características de uma região que apresente em sua economia a atividade vitivinícola (FALCADE, 2001).

Príncipes e no Vale Europeu - núcleos alemães - a carne suína com temperos picantes e sabor forte é servida acompanhada de cerveja. Uma maior leva de imigrantes italianos se espalhou por todas as regiões. Assim a culinária a base de massas (sopa de *agnolini*, lasanha, *tortei*, polenta, *radicci*, pão caseiro, salame, galinha ao molho caipira, codornas, etc) é vista por todas as regiões. Nas estâncias serranas, a culinária revela a influência dos tropeiros e gaúchos que se instalaram na região (tropeiro, arroz carreteiro, churrasco, chimarrão, pinhão, etc). Outros sabores podem ser percebidos pelos descendentes de eslavos – poloneses e ucranianos que se instalaram principalmente na região norte, bem como alguns pratos e temperos influenciados pelos indígenas e africanos.

l) Cenário positivo e negativo do mercado de trabalho das ACTs catarinense

Ao serem perguntados sobre quais seriam os possíveis fatores que poderiam impactar favoravelmente o cenário do mercado de trabalho turístico das ACTs catarinense, os especialistas elencaram:

- ❖ A estabilidade da política econômica mundial, principalmente dos países emissores de turistas para Santa Catarina, aumentará o fluxo turístico e conseqüentemente movimentará o mercado de trabalho. Nesse caso, há de se considerar a retomada econômica da Argentina, principal emissor do turismo catarinense.
- ❖ As políticas públicas contemplando os diferentes segmentos a serem trabalhados como atrativos turísticos no Estado; a definição da demanda a ser captada; a construção e ampliação de espaços para a realização e captação de eventos; novos empreendimentos, como a implantação do projeto do trem turístico de Imbituba; aumento da segurança pública e mais investimentos em infraestrutura (principalmente rodoviária e aeroportuária) são fatores que certamente contribuirão positivamente na oferta de emprego e na geração de renda, principalmente fora do período de “alta temporada”.

- ❖ O aumento de renda do brasileiro e a ascensão da classe média são fatores que continuarão a favorecer o turismo no Estado, da mesma forma que a vinda de empresas de grande porte, como é o caso da BMW⁹² em Araquari, contribuirão com o aumento do fluxo de pessoas e, conseqüentemente do turismo.
- ❖ Ações conjuntas de todos os envolvidos (iniciativa privada, pública e terceiro setor) no processo turístico do Estado visando o desenvolvimento sustentável; programas de educação turística nas escolas e comunidade; cargos dos gestores públicos do turismo assumidos pelas competências e não por indicação ou favoritismo político, são tendências para a profissionalização do setor.
- ❖ O equilíbrio no mercado de trabalho das ACTs catarinenses será mais fácil de alcançar caso haja incentivos para a redução dos custos das empresas (diminuição da carga tributária, por exemplo); adequação da legislação trabalhista às necessidades do setor; maior participação nas associações e sindicatos de classe (trabalhadores e patronal); incentivo a programas e políticas de cargos e salários; valorização do trabalhador; investimentos na qualificação dos trabalhadores; profissionalização dos gestores e a melhoria na prestação dos serviços;

Ao serem perguntados sobre quais seriam os possíveis fatores que poderiam impactar desfavoravelmente o cenário do mercado de trabalho turístico das ACTs catarinense teve-se o seguinte:

⁹² A fábrica da montadora alemã, que está sendo erguida em um terreno de 1,5 milhão de m² às margens da BR-101, em Araquari, vai produzir 20 mil automóveis de luxo nos primeiros 12 meses. Apenas depois desse período a planta deve operar com sua capacidade máxima, que será de 32 mil veículos ao ano. Este número, no entanto, pode aumentar. A unidade tem uma área construída de 500 mil m², mas que pode chegar a 850 mil m². A geração de postos de trabalhos prevista é de 800 até final de 2014 e 1.300 até o final de 2015 (JORNAL DE SANTA CATARINA).

- ❖ a recessão, as crises mundiais e a continuidade da crise econômica da Argentina - principal país emissor de turistas para SC⁹³.
- ❖ a falta de infraestrutura - a não duplicação da BR 470 e 280, bem como, a falta de sinalização e a má conservação das estradas; a falta de ampliação e melhorias nos portos e aeroportos - ocasionando congestionamentos e muitas vezes, trágicos acidentes;
- ❖ a ausência de conhecimentos acerca da importância do turismo para a economia do Estado; descontinuidade dos projetos por questões partidárias; a falta de união e de planejamento turístico; a corrupção e falta de integridade dos políticos e as barreiras que são muitas vezes impostas para a viabilização da construção de empreendimentos turísticos em áreas potenciais no Estado, ora por questões políticas, ora por desconhecimento e/ou ideologias infundadas são fatores que impactam negativamente o desenvolvimento turístico.
- ❖ a dependência do turismo de “sol e mar”; a má utilização dos recursos hídricos para o transporte e eventos náuticos; os elevados preços do turismo catarinense decorrente dos altos custos e impostos; a falta de qualificação, o amadorismo e a falta de comprometimento prejudicando a qualidade dos serviços; a utilização das funções do setor turístico pelos trabalhadores como um “quebra galho”, exemplificando: o

⁹³ Em 2001, em meio a uma grave crise econômica e política, a Argentina anunciou um calote em sua dívida pública. A decisão abalou a confiança dos investidores, afastou empresas estrangeiras e fez o país ter dificuldades para conseguir empréstimos internacionais. Desde então a situação vem se agravando e o país não tem conseguido se recuperar. A forte desvalorização do peso e os índices econômicos negativos no início de 2014 levantaram dúvidas sobre sua recuperação econômica. Conforme Puff (2014), atualmente as reservas argentinas se encontram em níveis preocupantes (cerca de US\$ 29,1 bilhões) - o "mínimo do mínimo". Em comparação, o Brasil detém reservas de cerca de US\$ 350 bilhões, segundo números do Banco Central atualizados em dezembro de 2013. Assim, o Brasil deve, sim, continuar a sentir os efeitos dessa crise, já que se trata do nosso terceiro mercado, tanto de importação quanto de exportação.

pedreiro que se torna garçom no verão; a baixa remuneração desmotivando os trabalhadores e contribuindo para a migração destes para outros setores pode comprometer o mercado de trabalho das ACTs colocando em risco seu desenvolvimento.

Da mesma forma que o bom desempenho da economia catarinense contribui com o desenvolvimento do turismo, este apresenta, também, seus gargalos, visto que os demais setores concorrem diretamente pela mão de obra do setor turístico, como é o caso das regiões de Joinville e Blumenau que ainda possuem a cultura de “fazer carreira” nas renomadas fábricas locais.

m) O PIB Catarinense

Por último, foi questionado aos especialistas sobre a perspectiva do crescimento do PIB catarinense para 2020 com base nas taxas do PIB do Brasil e de SC de 2008 a 2013, conforme Tabela 38. Considerando que um bom desempenho da economia aquece o mercado de trabalho levando ao aumento do consumo, do número de empregos e da produção (círculo vicioso positivo), enquanto que o seu desaquecimento gera uma diminuição do consumo e da produção aumentando o desemprego (círculo vicioso negativo), a maioria dos especialistas (47%) acredita que o PIB catarinense vai manter a média de crescimento no período (2,8%), enquanto que 29% acredita que esta média vai aumentar. A minoria (24%) dos especialistas previram que haverá um período de estagnação, com crescimento menor do que vem ocorrendo.

Tabela 38: PIB Nacional e Catarinense entre os anos de 2008 e 2013

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Taxa Média
PIB Nacional	5,2	-0,3	7,5	2,7	1,0	2,3	3,1
PIB Catarinense	3,0	-0,1	5,4	2,6	3,6	2,2	2,8

Fonte: IBGE (2013)

Conforme informações dos especialistas, manter a média de crescimento (2,8%) não pode ser considerado um bom desempenho. Alguns especialistas mencionaram que ainda estamos sob os efeitos da

crise financeira de 2008, sem grandes perspectivas futuras. No entanto, existe potencial para aumentar esta média, principalmente em decorrência de investimentos privados que vem acontecendo no Estado.

Para atingir taxas maiores de crescimento muita coisa precisa mudar, tanto a nível nacional como estadual, a começar pela burocracia e o paternalismo social que serve de apoio político partidário em detrimento das reais necessidades do Estado, entre elas, a educação. Pode até parecer retórico, porém é necessário criar políticas de incentivo à criação de novas empresas e melhoria das atuais, gerando novos empregos. A mudança só virá após a população ter a real noção do valor da sua participação na política e a exigência para o governo investir em educação. Caso contrário viveremos sempre esta miscelânea de insatisfeitos. A dependência do Estado ao Governo Federal afeta diretamente nos investimentos e no crescimento. O desenvolvimento e crescimento de Santa Catarina vão depender, sobretudo, da criatividade em atrair investimentos e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos com oferta de empregos e consequentemente melhores salários. Com melhores condições, a população amplia seus desejos transformando-se também em turistas.

Ao final foi possível constatar que há um consenso dos especialistas que o setor turístico catarinense continuará crescendo e surgirão novos segmentos, bem como, espaços, infraestrutura e serviços especializados e diferenciados. Por outro lado, precisará superar desafios e evoluir, pois os turistas (consumidores) passarão a ser, cada vez mais, críticos em decorrência, sobretudo, dos sistemas de informação que possibilitam o acesso à informação e a melhoria e rapidez dos serviços.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a dinâmica socioespacial das atividades características do turismo no Estado de Santa Catarina com enfoque no mercado de trabalho, infere-se que o mercado das ACTs representa um dos espaços no qual os atores sociais depositam grande parte de suas expectativas, tanto do ponto de vista da sobrevivência, quanto do bem estar. Muitas vezes, veem no trabalho uma oportunidade de reconhecimento pessoal. Os diferenciais em termos de salários e de benefícios sociais para a classe trabalhadora, contudo, ainda são discrepantes, demonstrando que a divisão da sociedade em classes ainda permanece. Nesse contexto, o desenvolvimento, que é um processo resultante dos esforços dos atores no seu ambiente de vivência, influencia na maneira como são conduzidas as ACTs.

Essa constatação confirma a primeira hipótese levantada neste trabalho de que a atividade turística e, conseqüentemente, o mercado de trabalho voltado às ACTs sofre influência direta das trajetórias geográficas e históricas percorridas pelo Estado de Santa Catarina, uma vez que, ao longo desse processo, elementos naturais e humanos influenciaram na forma como as diferentes regiões do território catarinense se desenvolveram. Na interpretação desse fato, valida-se a escolha da categoria marxista de formação socioespacial, que permite a explicação da realidade a partir da esfera da produção relacionada a *múltiplas determinações*, conforme sugere Cholley (1964). Essa linha interpretativa, juntamente aos estudos de Ignácio Rangel e Armen Mamigonian, permite ampliar a compreensão de como ocorreu - a partir de fatores de ordem natural e humana, endógenos e exógenos - a formação socioespacial de Santa Catarina, considerando os aspectos espaciais e temporais.

Um exemplo disso, verificado neste trabalho, é a origem dos parques industriais e das atividades turísticas que - influenciada pela cultura de imigrantes alemães, italianos, portugueses, etc. - foi preponderante para a composição das atuais formas e organização socioespacial e, por conseqüência, do turismo no Estado. É o caso da gastronomia, das festas típicas, eventos etc. Tais elementos somados às características do quadro natural conferem certa singularidade e diversidade à atividade turística em Santa Catarina, colocando-a em posição de destaque no cenário nacional.

Dentre as singularidades identificadas na atual formação do mercado de trabalho das ACTs, destaca-se a proximidade de municípios com economias dinâmicas e pujantes como Blumenau, Brusque, Itajaí, Florianópolis, Joinville, São Francisco do Sul etc.; e a formação da pequena produção mercantil predominante na região da fachada atlântica, originária, sobretudo, do estabelecimento de pequenos agricultores independentes, artesãos, operários e pequenos comerciantes, que já praticavam uma significativa divisão social do trabalho no período da colonização e do povoamento do Estado.

No que se refere a diversidade, ressalta-se que o empreendedorismo herdado dos colonizadores possibilita a evolução e diversificação dos meios de produção, o que contribui para a criação de novos usos e consumos. Assim, a inovação, a capacidade e a iniciativa criam oportunidades para investimentos, crescimento e emprego, alterando os métodos de produção e criando novas formas de organização do trabalho. Tais constatações demonstram que aspectos históricos complementam a oferta turística catarinense, impulsionam novos empreendimentos e, por consequência, geram significativos postos de trabalho, como é o caso das festas, dos roteiros gastronômicos, do turismo industrial, dos eventos de negócios, entre outras tipologias de turismo praticadas no espaço catarinense. Espaço este entendido como resultado dos processos naturais e da ação humana, construído e representado pelos atores sociais que nele circulam.

Vale considerar que essa organização está sob a égide do atual sistema econômico - o capitalismo - subordinada, portanto, às relações estabelecidas para a reprodução e acumulação de capital. Sob essa lógica, as divisões do trabalho se sucedem historicamente e produzem novas atribuições aos territórios, reconfigurando-os, transformando-os e recombinando-os conforme suas necessidades. Tal compreensão tem amparo em Santos (2002), para quem, cada lugar possui especificidades e significados conjugados a fatores internos e externos, oriundos de diferentes momentos históricos. Rangel (1957) também contribui para esse entendimento ao relacionar importantes fatos históricos e fases de desenvolvimento da economia brasileira a um processo cíclico (ciclos de Kondratieff), regido por ondas de inovação tecnológica e pelo processo de acumulação do capital.

Conforme já discutido no decorrer deste estudo, a evolução do mundo do trabalho é marcada por distintas fases, que principiam pela agricultura de sobrevivência; passam pela escravidão, servidão, corporações de ofício, revolução industrial; até chegar as recentes mudanças decorrentes dos avanços tecnológicos e científicos, tais como a informática e as telecomunicações. Observando-se a história, porém, percebe-se que, embora a ruptura de uma fase a outra transcorra de forma desigual e cronologicamente diversa, em cada uma delas prevalece a segregação de classes, que impulsiona os conflitos entre dominantes e dominados, conforme já abordado no *Manifesto Comunista* de Marx e Engels.

Ainda que tais diferenças permaneçam evidentes nos salários e benefícios sociais da classe trabalhadora, não se pode negar as conquistas propiciadas pelo reconhecimento das férias e do descanso remunerado como direito do trabalhador. O aumento do tempo livre decorrente dessas conquistas trabalhistas e a concentração de riqueza em áreas urbanas – por intermédio da ascensão de uma nova classe de ricos, como banqueiros, financistas e comerciantes - motivou o surgimento do turismo como atividade de lazer. Nesse sentido, a tecnologia e a evolução dos meios de transportes contribuíram significativamente para a prática do turismo de massa estandardizado, resultante da evolução do mundo do trabalho e do modo de vida da sociedade.

Foi a partir desse desenvolvimento e da consequente movimentação e circulação de capital que surgiram discussões para o ordenamento das atividades turísticas no quesito da qualificação e da melhoria na prestação dos serviços. Esse mercado envolve uma gama diversificada de profissões que, por sua vez, exige qualificações e conhecimentos capazes de atender aos diferentes segmentos que compõem sua cadeia produtiva. Há estudos sobre o mercado de trabalho do setor turístico, tanto em escala global quanto regional, que indicam a predominância de empregos precarizados e/ou informais, em piores condições do que as apresentadas por outras atividades econômicas, tais como: baixa remuneração, carga horária excessiva, ambientes inadequados de trabalho, salários de mulheres mais baixos do que os dos homens, grande número de jovens e estrangeiros, alta rotatividade e baixos níveis de sindicalização.

Os dados coletados para esta pesquisa demonstram que o mercado de trabalho das ACTs catarinenses não foge às regras impostas pela globalização e pelo avanço tecnológico, o que permite entender as mudanças no mercado de trabalho, tanto por parte das empresas quanto por parte dos trabalhadores. Sob essa ótica, confirma-se a segunda hipótese levantada neste estudo de que, apesar da importância do setor turístico como empregador no Estado e de sua contribuição para a composição do PIB, há gargalos significativos que desequilibram o mercado de trabalho: faltam empregos e faltam trabalhadores. Se por um lado, as empresas têm dificuldades para encontrar profissionais qualificados e para arcar com o alto custo dos treinamentos e dos encargos sociais; por outro, os baixos salários, o alto nível de exigência, a falta de incentivos à qualificação, a carga de trabalho excessiva, com expedientes em finais de semana e feriados, diminuem o interesse do trabalhador pela qualificação na área. Assim, embora precisem de empregados, as empresas não absorvem a mão-de-obra ociosa, o que gera insatisfação para ambos os lados.

Dados analisados neste estudo revelam que o mercado de trabalho das ACTs catarinense possui significativa relevância na economia regional. O setor envolve um número representativo de empresas e de trabalhos formais, o que potencializa a sua contribuição para o desenvolvimento estadual. Esse fato pode ser confirmado pela variação relativa dos postos de empregos formais entre os anos de 2006 e 2012, na qual as ACTs catarinenses apresentaram índices de crescimento (34,7%) maiores do que o setor de serviços (32,31%). Cabe destacar que o setor de serviços foi o que apresentou o maior crescimento em comparação aos demais setores da economia do Estado. A distribuição geográfica do trabalho formal do turismo no Estado concentra-se no litoral. Na região serrana, o contingente de trabalhadores formais em atividades características do turismo é bem menor.

As exigências decorrentes das variáveis que configuram o mercado atual das ACTs catarinenses produzem mudanças para os trabalhadores e para as empresas: estes vêm se organizando e conquistando novos direitos e benefícios; aquelas vêm redefinindo e ampliando estratégias para se manterem no mercado. Esse processo de reestruturação gera impactos sobre a qualidade dos produtos, os padrões

de consumo e, por consequência, sobre as formas de contratação, pois requer empresas que promovam relações de trabalho mais flexíveis; bem como trabalhadores com maior nível de instrução e capacidade de adaptação a diferentes tarefas. Enquadra-se nessa dinâmica a terceirização, que está se tornando cada vez mais frequente.

Observa-se que, entre 2006 e 2012, houve um movimento de melhora no que tange à adequação dos trabalhadores ao grau de instrução requerido pelo mercado, pois a maioria dos postos formais nas ACTs são ocupados por indivíduos com ensino médio completo. Destaca-se, no entanto, que há ainda um expressivo contingente de trabalhadores com baixa escolaridade atuando nas ACTs catarinenses, o que culmina em baixa remuneração. Por tudo isso, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de investimentos na qualificação desses trabalhadores. Esse investimento poderia incrementar novas discussões sobre inovações no mercado de trabalho, resultando no fomento de ações para a melhoria da competitividade do mercado turístico estadual.

Ao traçar cenários prospectivos para o mercado de trabalho das ACTs catarinenses, os entrevistados para esta pesquisa ponderam que até 2020:

- ❖ a participação do gênero feminino nas atividades características do turismo - que já é expressiva na atualidade - tende a aumentar nesse período;
- ❖ aumentará o número de mulheres em postos de chefia e persistirá a diferença de remuneração em relação a homens que exercem o mesmo cargo;
- ❖ permanecerá a acentuada participação de trabalhadores jovens;
- ❖ aumentará o número de trabalhadores estrangeiros principalmente em função da escassez de mão-de-obra;
- ❖ diminuirá o número de autônomos e empresas familiares;
- ❖ amenizar-se-ão os impactos decorrentes da sazonalidade, já que o setor de eventos se fortalecerá, em conjunto a outras modalidades de turismo, contribuindo para o turismo o ano todo;

- ❖ permanecerá a remuneração incompatível com a qualificação;
- ❖ os salários poderão continuar baixos se comparado aos demais setores econômicos;
- ❖ o grande número de trabalhadores na informalidade, a alta rotatividade, e a carga horária não deverão mudar;
- ❖ haverá aumento na escolaridade e melhoria na qualificação, principalmente no que se refere ao domínio de idiomas. Devido a essa questão, acredita-se que haverá mais comprometimento e responsabilidade dos trabalhadores;
- ❖ as responsabilidades coletivas - como a sindicalização - não sofrerão alterações e continuarão baixas;
- ❖ a economia de Santa Catarina, que apresentou média de 2,85% de crescimento nos últimos anos, deverá continuar no mesmo patamar. Acreditam, porém, que o Estado teria potencial para aumentar essa média, principalmente em decorrência dos investimentos privados que vem acontecendo na região. O que incide sobre essa média pouco atrativa são as influências externas e políticas de escala local a global.

Diante das prospecções supracitadas, pode-se inferir que os dados identificados na realidade atual influenciam significativamente as opiniões dos especialistas sobre a futuro do mercado de trabalho das ACTs catarinenses. De modo geral, os especialistas prospectam para 2020 a promoção das atuais demandas relacionadas à qualificação e à permanência do trabalhador na área. Há muitos investimentos sendo direcionados ao setor turístico de Santa Catarina, o que indica a possibilidade de significativo desenvolvimento do setor nos próximos anos. Todavia, o ordenamento deste não acompanha essa previsão, apresentando gargalos, tanto do ponto de vista estrutural, quanto do ponto de vista da preparação sóciopolítica daqueles que atuam em ACTs.

Ressalta-se, contudo, que esta pesquisa apresenta um recorte da realidade que não pode ser considerado único diante de tantas possíveis leituras sobre esse fenômeno. Devido a essa limitação, recomenda-se a

realização de novos estudos, em busca de outros olhares que possam ampliar a reflexão, fomentar debates e contribuir para a melhoria da realidade socioeconômica do turismo em SC. Estaria o aumento acentuado do trabalho formal no período 2006 a 2012, verificado neste estudo, relacionado a diminuição da População Economicamente Ativa ocupada com atividades informais? Recomenda-se que futuras pesquisas busquem dados relacionados à informalidade dos postos de trabalho que, de modo geral, não foram contemplados neste estudo. Assumir essa limitação e buscar novos métodos de pesquisa permitiria uma prospecção de cenário ainda mais próxima à realidade do mercado de trabalho das ACTs catarinenses.

REFERÊNCIAS

- ABIH/SC. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA HOTELEIRA DE SANTA CATARINA. **Dados da Hotelaria Catarinense**. Disponível em: <http://www.abih-sc.com.br/informativo.pdf>. Acesso em junho.2012.
- ABREMAR; FGV. **Cruzeiro marítimo**: estudo de perfil e impactos econômicos no Brasil. São Paulo: Abremar, 2012.
- ÁLVARES, M.S.B. **Terceirização**: parceria e qualidade. Rio de Janeiro: Campos, 1996.
- ALVES, G. **Trabalho e mundialização do capital**: a nova degradação do trabalho na era da globalização. Londrina: Práxis, 1999.
- ANDRADE, J.V. **Turismo**: fundamentos e dimensões. São Paulo: Ática, 1998.
- ANSARAH, M.G. dos R. **Turismo**: como aprender, como ensinar. São Paulo: Senac, 2001.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2003.
- AQUINO, C.A.B.; MARTINS, J.C. de O. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 479- 500, set. 2007.
- ARENDDT, H.A. **Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- BARRETTO. M. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. Campinas (SP): Papyrus, 1998.
- BASTOS, J.M. Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na Ilha de Santa Catarina. In. LINS, H.N.; BASTOS, J.M.; CHEREM, R.M.; SANTOS, M.A. dos (orgs). **Ensaio sobre Santa Catarina**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.
- BATHKE, M.E.M. **O turismo sustentável rural como alternativa complementar de renda à propriedade agrícola**: estudo de caso na fazenda Água Santa de São Joaquim/SC. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

BBC/BRASIL. BRITISH BROADCASTING CORPORATION. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/>. Acesso em mai. 2014.

BENI, M. **Análise estrutural do turismo**. 2. ed. São Paulo: Senac, 1998

BERMAN, M. **Tudo que é solido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball sampling: Problems and techniques of chain referral sampling. **Sociological Methods & Research**, v. 10, n. 2, p. 141-163, 1981.

BRAGA, D.C. Discussão conceitual e tipologias das agências de turismo. In: BRAGA, D.C. (Org.). **Agências de viagens e turismo**: prática de mercado. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

BRASIL. Lei Federal 9.841, de 05 de outubro de 1999. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 05 out. 1999.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil**. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 15 dez. 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Rural**: orientações básicas. 2. ed. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL, Ministério dos Transportes. **Banco de Informações dos Transportes**. Brasília, DF, 2011b. CD-ROM.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Anuário Estatístico de Turismo 2011**. Brasília: Secretaria de Políticas de turismo, 2012.

BRASIL. Lei nº 12.591, de 18 de janeiro de 2012. Reconhece a profissão de Turismólogo e disciplina o seu exercício. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 jan. 2012b. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS/ RAISESTB 2012**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em ago. 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br>. Acesso em nov. 2013.

BRASIL. Ministério do turismo. **Estudo da Demanda Turística Internacional 2006 a 2012**. Disponível em: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/demanda_turistica/internacional/. Acesso em: jun. 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Índice de competitividade do turismo nacional**: destinos indutores do desenvolvimento turístico regional. Brasília (DF): Ministério do Turismo, 2013.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Estrangeiros**. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/estrangeiros/data/Pages/MJ33FCEB63PTBRNN.htm>. Acesso em abr. 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Economia e Emprego**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/03/mte-discute-a-rotatividade-no-mercado-de-trabalho-brasileiro>. Acesso em abr. 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo no Brasil 2011 a 2014**. Brasília: Conselho Nacional de turismo, 2014.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

CACCIAMALI, M.C. Globalização e processo de informalidade. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, jun. 2000. Disponível em: www.scielo.com.br.

CALDEIRA, M.D. et al. A responsabilidade civil dos profissionais liberais com o advento do código de defesa do Consumidor. **Revista do Curso de Direito**, v. 1, n. 1, p. 310-323, 2009.

CAMARGO, L.O. de L. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CANCELLIER, E. O uso de canais de distribuição por empreendimentos hoteleiros: um estudo na região de Balneário Camboriú/SC/Brasil. **Slade Brasil**, v. 2, 2008.

CASTELLI, G. **Turismo e marketing**: uma abordagem hoteleira. Porto Alegre: Sulina, 1984

CASTELLI, G. **Administração hoteleira**. Caxias do Sul: Educs, 2000.

CATTANI, A.D. **Trabalho e autonomia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

CATTANI, A.D. Taylorismo. In: _____. **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 309-311.

- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHOLLEY, A. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. **Boletim Geográfico CNG/IBGE**, ano 12, n. 179, mar./abr. 1964.
- CLARO, M.M.F.; BOTOMÉ, S.P.; KUBO, O.M. Condições de trabalho, vida e saúde de trabalhadores de comércio em shopping Center. **Revista Psicologia Organização e Trabalho**, Brasília, v. 3, n. 2, 2003.
- CNAE - CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS. Disponível em: <<http://www.cnae.ibge.gov.br>>. Acesso em: jun. 2010.
- CODESUL - CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRASIL). **O turismo em Santa Catarina**. Florianópolis: Codesul, 1970.
- CORIOLOANO, L.N.M.T.; SILVA, S.C.B.M. **Turismo e geografia: abordagens críticas**. Fortaleza: UECE, 2005.
- COSTA, H.A.; PEREIRA, R.M.F; HOFFMANN, V.E. Compreendendo o espaço turístico de Balneário Camboriú (SC) como insumo para o estudo da competitividade local. **Revista Turismo Visão e Ação**, v. 8, n. 2, p. 223-234, 2006.
- CRUZ, R.C.A. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 20, n. 40, Florianópolis (SC), 2005.
- CURADO, M. Uma Avaliação da Economia Brasileira no Governo Lula. **Revista Economia e Tecnologia**, ano 7, Volume Especial, 2011.
- DE LA TORRE, F. **Sistemas de transporte turístico**. São Paulo: Roca, 2002.
- DE MASI, Domenico. **A sociedade pós-industrial**. São Paulo: Senac, 1999.
- DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- DE MASI, Domenico. **A economia do ócio**. 2. ed., Rio de Janeiro: Sextante, 2001.
- DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

DOBB, M. Uma Réplica. In: SWEEZY, P et al. **Transição do feudalismo para o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

DREHER, M.T.; TOMIO, D.; ULLRICH, D.R. Análise da gestão das MPes do setor hoteleiro: o caso Blumenau, SC. In: ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 3, 2003. Brasília. **Anais...** Brasília: UNB/UEL/UEM,2003.

DREHER, M.T.; RUECKERT, R.A.O; HAYDE, C.V. Empregabilidade no turismo: análise do mercado de alojamentos e alimentação no município de Blumenau, SC. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 7, São Paulo, 2010. **Anais...** São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2010.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva: SESC, 1979.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

EMBRATUR. **Município**: potencial turístico, orientação às Prefeituras Municipais. Brasília, DF: Embratur, 1992.

EMBRATUR. Ministério de Turismo. **Anuário estatístico de turismo 2009**. Disponível em: www.ministeriodoturismo.com.br. Acesso em maio 2010.

EMBRATUR. Ministério do Turismo. Disponível em: <http://www.embratur.gov.br/piembratur/opencms/salaImprensa/artigos/index.html>. Acesso em ago. 2013.

ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ERN FILHO, A.; GRAIPEL JR, H.J. **História do turismo em Blumenau**. Blumenau: Edifurb, 2006.

ESPÍNDOLA, C.J. **As Agroindústrias do oeste catarinense**: o caso Sadia. 1996. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo: São Paulo, 1996.

ESPÍNDOLA, C.J.; SILVA, M.A. da. Formação socioespacial: um referencial aos estudos sobre industrialização (notas). **Revista Experimental**, n.3, p. 61-67, set. 1997.

ESPÍNDOLA, C.J.; SILVA, M.A. **Formação socioespacial**: um referencial aos estudos sobre industrialização. Florianópolis: 2004, 7 p. (mimeografado).

EUROFOUND - EUROPEAN FOUNDATION FOR THE IMPROVEMENT OF LIVING AND WORKING CONDITIONS. **Employment and industrial relations in the hotels and restaurants sector**. Disponível em: <http://www.eurofound.europa.eu/eiro/studies/tn1109011s/index.htm>. Acesso em: jun..2012

FAGUNDES, J.E. **Turismo religioso no santuário de Santa Paulina, Nova Trento/SC**: desafios para a prática de um turismo sustentável. 2004. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) - Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, SC.

FALCADE, I. O espaço geográfico e o turismo na Região da Uva e do Vinho no nordeste do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA, 21, 2001, Caxias do Sul (RS). **Anais...** Caxias do Sul: EDUCS, 2001

FAUSTO, R. Acertos e dificuldades do Manifesto Comunista. **Revista Estudos Avançados**, USP, São Paulo, v. 12, n. 34, set./dez. 1998.

FIESC - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Santa Catarina em Dados 2013**. Florianópolis: Fiesc, 2013.

FÍGARO, Roseli. O mundo do trabalho e as organizações: abordagens discursivas de diferentes significados. **Revista Organizom**. São Paulo, ano 5, v. 6, n.9, 2008.

FORTES, S.; MANTOVANELI JUNIOR, O. Desafios institucionais da regionalização do turismo no Vale Europeu, Santa Catarina. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO, 8, 2006. Curitiba **Anais...** Curitiba: UNICENP, 2006.

FRAGA, A. Da rotina à flexibilidade: análise das características do Fordismo fora da indústria. **Revista Hábitos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, mar. 2006, p.36-43. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: mar. 2013.

GIL. A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1995.

GIOSA, L.A. **Terceirização**: uma abordagem estratégica. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

GEM - GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Report on women and entrepreneurship**. Babson College, 2013. Disponível em: <www.gemconsortium.org>. Acesso em dez. 2013.

GODET, M. **Manual de prospectiva estratégica**: da antecipação a ação. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

GOMES, P.C. da C. Geografia fin-de-siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: **Explorações Geográficas**: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 13-42.

GONÇALVES, A.J. Migrações internas: evoluções e desafios. **Revista Estudos Avançados**, USP, São Paulo, v. 15, n. 43, set./dez. 2001.

GONÇALVES, J.S.R.C. As empresas familiares no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, EAESP/FGV, São Paulo, v.7, n.1, jan./mar. 2000.

GRAMSCI, Antônio. **Escritos Políticos**. Lisboa: Seara Nova, 1977.

GRAZIANO DA SILVA, J. et al. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J.A. et al. (Orgs.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Santa Maria: Centro Gráfico, 1998.

HALL, C.M. The integrated tourism planning process: dealing with interdependence. In: Hall, C.M. (Ed.). **Tourism planning policies processes and relationships**. England: Pearson Education Limited, 2000.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HOELLER, E.H. Turismo de Eventos: Centreventos Cau Hansen de Joinville/SC. In: ANSARAH, M.G. dos R. (org.). **Turismo**: segmentação de mercado. São Paulo: Futura, 1999, p.75-91.

HOLZMANN, L. Automação. In: CATTANI, D.A. (org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 40-43.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadastroempresa/2009/default.shtm>. Acesso em: jun. 2011.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do Censo 2010**. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php. Acesso em: jun. 2011.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Dados do censo de 2010. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 4 nov. 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=42>. Acesso em: jul. 2011.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Estimativa da População para 2012. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em jan. 2013.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Anual de Serviços (PAS). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/comercioeservico/pas/pas_2011/default.shtm. Acesso em: dez. 2013.

IGNARRA, L.R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2010.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Sistema de informações sobre o mercado de trabalho no setor turismo**. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/estudos_pesq/turismo/sistema_integrado_mercado_turismo_marco_2009.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2010/2007.

JORNAL DE SANTA CATARINA. **Como são Feitos os Carros de Luxo da BMW**. Disponível em: <http://m.jornaldesantacatarina.com.br/noticias/politicaeeconomia/a4502693>. Acesso em: maio 2014.

KÓVACS, I. Empresa flexível: problemas sociais do pós-taylorismo. In: PEREIRA, A.G. et al. **Globalizações: novos rumos no mundo do trabalho**. Florianópolis: UFSC, Socius, 2001. p.43-68.

KRAUSE, W.R. **A gastronomia como fator de influência na escolha de destinações turísticas e de sua hotelaria: base do estudo Balneário Camboriú no ano 2006/2007**. 2007. Tese (Doutorado) - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2007.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo:** para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2000.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo:** para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2001.

KUPFER, D. et al. **Diferentes parceiros, diferentes padrões:** Comércio e mercado de trabalho do Brasil nos anos 2000. Santiago do Chile: Nações Unidas, 2012.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça.** São Paulo: Campo das Letras, 2002.

LAVINAS, L. Empregabilidade no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos. **Texto para Discussão**, n. 826. Rio de Janeiro: Ipea, 2001.

LEFEBVRE, H. **O pensamento de Lenine.** São Paulo: Moraes, 1975.

LEITE, C.B. **O século do desemprego.** São Paulo: LTR, 1994.

LÊNIN, V.I. **The Development of Capitalism in Russia.** Moscou: Progress, 1971.

LESSA, S. A categoria trabalho. In: **Para compreender a ontologia de Lukács.** 3. ed., Ijuí: Unijuí, 2007. pp. 33-52. (Coleção filosofia; 19).

LINS, H.N. et al. Turismo em Santa Catarina: caracterização e problemática. In: VIEIRA, P.F. (Org.). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento.** Florianópolis: Anped, 2002.

LINS, H.N. Interações, aprendizagem e desenvolvimento: ensaio sobre o turismo em Florianópolis. **Revista Turismo Visão e Ação**, v. 9, n. 1, p. 107-121, 2008.

LINS, H.N. Herança açoriana e turismo na Ilha de Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, v. 10, n. 14, p. 89-117, 2012.

LUKÁCS, G. O trabalho. In: **Per una ontologia dell'essere sociale.** v. II, Roma: Ed. Riuniti, 1981.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: **Ontologia social, formação profissional e política.** NEAM. SP: PUC, 1997.

MACEDO, R. **Seu diploma, sua prancha.** São Paulo: Saraiva, 1998.

MAGALHÃES, L.H. Discussão crítica acerca do turismo numa perspectiva materialista histórica. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n. 2, pp. 95-104, 2008.

MAGALHÃES, T.C. A atividade humana do trabalho [Labor] em Hannah Arendt. **Ética e Filosofia Política**, Juiz de Fora, MG, v. 9, n. 1, p. 1, 2006. Disponível em <http://www.fafich.ufmg.br/~tcalvet/A%20Atividade%20Humanado%20do%20Trabalho%20em%20Hannah%20Arendt.pdf>. Acesso em: jan. 2012.

MAMIGONIAN, A. A indústria em Brusque/SC e suas consequências sobre a vida urbana. **Boletim Carioca de Geografia**. Rio de Janeiro, 1960.

MAMIGONIAN, A. **Estudo geográfico das indústrias de Blumenau**. 1966, Dissertação (Mestrado) - Universidade de Santa Catarina, 1966.

MAMIGONIAN, A. Tecnologia e desenvolvimento desigual no centro do sistema capitalista. **Revista de Ciências Humanas**, v.1,1982.

MAMIGONIAN, A. **Indústria**. In: **Atlas de Santa Catarina**. Florianópolis: Gaplan, 1986.

MAMIGONIAN, A. A geografia e “A formação social como teoria e como método”. In: SOUZA, M.A.A. (org.). **O Mundo do cidadão: um cidadão do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MAMIGONIAN, A. Gênese e objeto da geografia: passado e presente. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 14, n; 28, UFSC, 1999.

MAMIGONIAN, A. Kondratieff, Ciclos Médios e Organização do Espaço. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 14, n. 28, p.152-157, jul./dez. 1999.

MARCELLINO, N.C. **Lazer e humanização**. Campinas, SP: Papirus, 1983.

MARIANI, M.P.; GEHLEN, M.A. Comunicação para o turismo no espaço rural. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46, Rio Branco (AC), 2008. **Anais...** Rio Branco (AC), Sober, 2008.

MARTINES, P.P.C.; VIEIRA, M.C. **Governo simplifica processo de contratação de mão de obra estrangeira**. 2013. Disponível em: <http://www.abrhnacional.org.br/component/content/article/1621-governo-simplifica-processo-de-contratacao-de-mao-de-obra-estrangeira.html>. Acesso em: abr. 2014.

- MARTINS, S.P. **A terceirização e o direito do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2001.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1964.
- MARX, K. **Manuscritos econômicos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MARX, K. **O capital**. v. I, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.
- MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In: REIS FILHO, D.A. (org.). **O manifesto comunista 150 anos depois**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. v. I. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MASSEY, D. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. Niterói: **Geographia: Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF**, ano 6, n.12, 2004. p.7-23.
- MASSEY, D. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MATIAS, M. **Organização de Eventos**. 2. ed. Barueri: Manole, 2002.
- MATTEI, L. Turismo rural e ocupações rurais não agrícolas: o caso de Santa Catarina. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO da SILVA, J. (Orgs.). **O novo rural brasileiro: novas atividades rurais**. Brasília, DF: Embrapa, v. 6, 2004.
- MATTOSO, J. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Página Aberta, 1995.
- MEURER, R.; LINS, H.N. Macroeconomia do Turismo Argentino em Santa Catarina. **Revista Turismo em Análise**, v.19, n.2, p. 272-292, 2008.

MINAYO, M.C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 17. Ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MONDO, T.S; COSTA, J.I.P. Hotelaria em Santa Catarina: a contribuição dos eventos. **Revista Rosa dos Ventos**, UCS, Caxias do Sul, nº 1, p. 48-70, jan./jun. 2010.

MOREIRA, S.M.T. **O Porto de Itajaí: da gênese ao período madeireiro**. 1995, 189f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

NASCIMENTO, M. de J.; SILVA, P.S. Informação: insumo básico para o desenvolvimento do setor de turismo em Santa Catarina. **Revista Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 9, n. 1, 2008.

NERI, M.C. **Consumidores, produtores e a nova classe média: miséria, desigualdade e determinantes das classes**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009.

NOVAES, M. H. (2003). Turismo rural como fator de desenvolvimento local e regional em Santa Catarina. In: REJOWSKI, M.; COSTA, B.K. (orgs.) **Turismo contemporâneo: Desenvolvimento, estratégia e gestão**. São Paulo: Atlas, p. 29-42.

OKTOBERFEST. **Estatísticas**. Disponível em: <http://www.oktoberfes.tblumenau.com.br/a-festa/estatisticas>. Acesso em: mar. 2013.

OLIVEIRA, A.P. **A história do turismo em Florianópolis**. Florianópolis: Palavra Com, 2011.

OLIVEIRA, C.R. de. **História do trabalho**. São Paulo: Ática, 2006.

OLIVEIRA, C.D.M. A monumentalidade do templo e da romaria: uma periodização geográfica das peregrinações à Basílica de Aparecida. In: RODRIGUES, A.B. (org.) **Turismo e geografia**. São Paulo, Hucitec, 1999.

OLIVEIRA, M.C. de. **Representações sociais do turismo na praia do Campeche/Ilha de Santa Catarina: por uma abordagem interdisciplinar**. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **World Tourism Barometer**. 2010. Disponível em: < www.unwto.org >. Acesso em: jun.2013.

OIT - ORGANIZAÇÃO internacional DO TRABALHO. **Relatório Tendência Mundiais de Emprego Juvenil 2012**. Disponível em: <http://www.oit.org.br/>. Acesso em: mar.2014.

OURIQUES, H.R. A Santa do turismo: o mercado da fé em Nova Trento (SC). In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL, 6, Campo Grande (MS), 2002. **Anais...** Campo Grande (MS), 2002. 10 p. CD-ROM.

OURIQUES, H.R. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas: Átomo e Alínea, 2005.

OURIQUES, H.R. Turismo em Santa Catarina: notas sobre o mercado de trabalho no setor. **Cadernos de Economia**, Unochapecó, v. 11, n. 21, p. 8-22, jul./dez. 2007.

OURIQUES, H.R. et al. **Turismo em Florianópolis: uma crítica a "indústria pós-moderna"**. Florianópolis: UFSC, 2012.

OURIQUES, H.R. O turismo internacional na economia-mundo capitalista: elementos para uma crítica. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v. 34, n. 2, p. 147-157, Jul./dez. 2012)

PADILHA, V. **Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito**. Campinas: Alínea, 2000.

PAIVA, M.G.M.V. Análise do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur/NE) na perspectiva do planejamento estratégico. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, pp. 197-213, mar./abr. 2010.

PALHARES, G.L. **Transportes turísticos**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2002.

PELUSO JUNIOR, V.A. **O relevo do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.

PELUSO JÚNIOR, V.A. **Aspectos Geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC Edições/UFSC, 1991.

PEREIRA, R.M.F. do A. **Da Geografia que se ensina à gênese da Geografia moderna**. Florianópolis: UFSC, 1989.

PEREIRA, R.M.F. do A. **Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna**. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 1999.

PEREIRA, R.M.F. do A. Formação sócio espacial do litoral de Santa Catarina: gênese e transformações recentes. **Revista Geosul**, Florianópolis, v.18, n.35, pp. 99-129, jan./jun. 2003.

PEREIRA, R.M.F. do A.; CHRISTOFFOLI, A.R.A Evolução dos santuários católicos brasileiros: os casos de Aparecida/SP, Iguape/SP e Nova Trento/SC e a caracterização dos seus visitantes. **Revista de Cultura e Turismo**, v. 7, n. 2, pp.87-110, 2013.

PEREIRA, R.M.F. do A. Sistema rodoviário e turismo no litoral do Estado de Santa Catarina/ Brasil. **Turydes: Revista de investigación em turismo y desarrollo local**, v. 6, n. 15, dez. 2013.

PIAZZA, W.F. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1983.

PIMENTA, J.R. **As cidades medievais de Henri Pirenne**: contributo para uma geo-historiografia da Europa. Disponível em: http://web.letras.up.pt/aphes29/data/5th/RamiroPimenta_Texto/PimentaJR_2009CidMe.pdf. Acesso em: 05.jan.2012.

PIRES, M.J. **Raízes do turismo no Brasil**. São Paulo: Manole, 2001.

PNAD - PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Ministério da Fazenda. Secretaria de Políticas Econômicas. Brasília (DF): 2013.

POCHMANN, M. **A década dos mitos**. São Paulo: Contexto, 2001.

POCHMANN, M. **E-trabalho**. São Paulo: Publisher Brasil, 2002.

POCHMANN, M. **Nova classe média**: o trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

PORTER, M.E. **Estratégia competitiva**: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. 18. ed. São Paulo (SP): Campus, 1986.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ. **Exposição Feira Agropecuária Industrial e Comercial (EFAPI)**, 19. Disponível em: <http://www.chapeco.sc.gov.br/>. Acesso em: fev.2013.

PRUNES, C. Demografia e Emprego In: **Cultura do Trabalho**, v. 9 da série Pensamentos Liberais. Porto Alegre: Instituto de Estudos empresariais, 2005.

QUEIROZ, C.A.R.S. de. **Manual de terceirização**: onde podemos errar no desenvolvimento e na implantação dos projetos e quais são os caminhos do sucesso. São Paulo: STS, 1998.

RAMOS, S. da R. **Turismo de eventos**: análise nos empreendimentos hoteleiros na cidade de Balneário Camboriú–SC. 2005. Tese (Doutorado em Turismo e Hotelaria) – Programa de Pós-graduação em Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2005.

RANGEL, I. **A dualidade básica da economia brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957.

RANGEL, I. História da dualidade brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 05-34, 1981.

RANGEL, I. Ciclo, tecnologia e crescimento. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.

RANGEL, I. A história da dualidade brasileira. In: MAMIGONIAN, A. et al. (orgs.). **O pensamento de Ignácio Rangel**. São Paulo: Ed. 34, 1998, p.139-174.

REINA, D. *et.al.* Governança corporativa no desenvolvimento regional: uma análise da descentralização das ações no governo do Estado de Santa Catarina. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 12, 2009. **Anais...** São Paulo: SEMEAD, 2009.

REJOWSKI, M. **Turismo e pesquisa científica**: pensamento internacional x situação brasileira. 4 ed. Campinas, SP: Papirus, 1996. (Coleção Turismo).

REQUIXA, R. As dimensões do lazer. **Caderno de Lazer do Sesc**, doc. 1. São Paulo: Sesc, 1976.

RIFKIN, J. **O fim dos empregos**: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 1995.

RISCHBIETER, I.L.K. **O papel da cultura local no desenvolvimento do turismo em Blumenau/SC**. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Regional de Blumenau, 2007.

ROCHA, H.M. Cenários prospectivos: ferramentas de administração estratégica para competitividade. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 1, Resende/RJ, 2009. **Anais...** Resende/RJ: AEDB. Disponível em: www.aedb.br/seget/local.html. Acesso em: ago.2009.

ROCHA, I. de O. **O dinamismo industrial e exportador de Santa Catarina**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo; 2004.

RODRIGUES, R.J.M.; NIEVES, R.H. La opinión pública sobre el empleo turístico en la comunidad valenciana. **Cuadernos de Turismo**, n. 32, pp. 189-206, 2013.

RUECKERT, R.A.O. et.al. Mercado de trabalho formal nas atividades características do turismo em Santa Catarina. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 8, Balneário Camboriú (SC), 2011. **Anais...**: Balneário Camboriú (SC): Anptur, 2011.

RURAL BR AGRICULTURA. **Calendário agrícola para o plantio e colheita das principais culturas do país**. Disponível em: <http://agricultura.ruralbr.com.br/>. Acesso em: abr.2013.

RUSSEL, B. **O elogio ao ócio**. 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

SALUDJIAN, A. Trajetórias de crescimento e volatilidade macroeconômica no Mercosul: alguns elementos de análise empírica. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, n. 14, pp. 48-70, jun. 2004.

SANCHO, A. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Rocca, 2001.

SANTA CATARINA. **Oportunidades e negócios: panorama da sociedade catarinense atual**. Disponível em: www.santacatarinabrasil.com.br/pt/polos-economicos. Acesso em: set. 2009.

SANTA CATARINA. Secretaria de Planejamento e Gestão. Instituto Celso Ramos. **Plano Catarinense de Desenvolvimento SC 2015**. Disponível em: <http://www.spg.sc.gov.br/>. Acesso em: ago. 2009.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Segurança Pública. **Dados da Polícia Militar**. Disponível em: <http://www.ssp.sc.gov.br/>. Acesso mar. 2013.

SANTOS, Fabíola Martins. **Geografia das Redes Hoteleiras: Mundo, Brasil e Santa Catarina**. 2012. Tese (Mestrado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SANTOS, M.J. Processos de globalização *versus* movimentos de concentração e reestruturação produtiva. In: PEREIRA, A.G. et al. **Globalizações: novos rumos no mundo do trabalho**. Florianópolis: UFSC, SOCIUS, 2001. p. 17-41.

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: a Formação Social como teoria e como método. In: SANTOS, M. (org.). **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1998.

Santos, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, M. **Economia espacial: críticas e alternativas**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS, S.C. dos. **Nova história de Santa Catarina**. 5. ed. rev. Florianópolis: UFSC, 2004.

SANTUR. **Turismo Religioso**. Disponível em: <http://www.Santacatarina.turismo.com.br/segmentos>. Acesso em: jun. 2013.

SANTUR - SANTA CATARINA TURISMO S.A. **Estatísticas e indicadores turísticos**. Pesquisa da Demanda Turística. Disponível em: <http://www.santur.sc.gov.br/institucional/estatisticas-e-indicadores-turisticos.html>. Acesso em: jul. 2013.

SANTUR - SANTA CATARINA TURISMO S.A. **Pesquisa de perfil: navios de cruzeiros 2013**. Disponível em: <http://www.santur.sc.gov.br/images/stories/estatisticas/navioscruzeiros/navios-2012-2013-portobelo.pdf>. Acesso em: ago. 2013.

SCHOECK, H. **Diccionario de sociología**. 4. ed. Barcelona: Herder, 1985.

SCHUMPETER, J.A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juros e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEBRAE. **Santa Catarina em números: turismo e artesanato.** Florianópolis: Sebrae/SC, 2010.

SEBRAE. **Santa Catarina em números.** Florianópolis: Sebrae/SC, 2010.

SEBRAE. **Santa Catarina em números:** Florianópolis: Sebrae/SC, 2011.

SEBRAE. **As mulheres empreendedoras no Brasil.** Brasília: SEBRAE, 2013.

SECCHI, L. **Crescimento da população residente em Santa Catarina: municípios, SDRs e Mesorregiões.** Relatório Técnico. Florianópolis: UDESC, 2011.

SERENI, E. et al. **La categoria Formacion Economica y Social.** México: Roca, 1973.

SEYFERTH, G. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim.** Porto Alegre: Movimento/SAB, 1974.

SIEBERT, C. Panorama do planejamento regional em Santa Catarina: da descentralização à construção da solidariedade regional. In: SIEBERT, C. (Org.). **Desenvolvimento regional em Santa Catarina.** Blumenau: Edifurb, 2001, p.139-166.

SILVA, C.M.E. **Ganchos/SC: ascensão decadência da pequena produção pesqueira.** Florianópolis: UFSC, 1992.

SILVA, L.O. Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850. São Paulo: Unicamp, 1996.

SILVA, M.A. da. **A indústria de equipamentos elétricos no nordeste catarinense: um estudo de geografia industrial.** 1997. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

SILVEIRA, C.E.; MEDAGLIA, J.; GÂNDARA, J.M.G. Quatro décadas de ensino superior de turismo no Brasil: dificuldades na formação e consolidação do mercado de trabalho e a ascensão de uma área de estudo como efeito colateral. **Revista Visão e Ação**, Balneário Camboriú (SC), v.14, n.1, p. 6-18, jan./abr. 2012.

SMITH, A. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. v. 1. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SOARES, M.A.T. **Trabalho Informal**: da funcionalidade à subsunção ao capital. Vitória da Conquista: UEBS, 2008.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOL – SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE. Disponível em: <http://www.sol.sc.gov.br/>. Acesso em: jul. 2013.

SOLHA, K.T. Evolução do Turismo no Brasil. In: REJOWSKI, M. (org.). **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002, p. 117–153.

SOUZA, M.J.B. de S.; TRINDADE, F. de M. Empreendedorismo feminino: um estudo de caso com mulheres proprietárias de empresas turísticas de Florianópolis/SC. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 6, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Anptur, 2009.

SWARBROOKE, J.; HORNER, S. **O comportamento do consumidor no turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

SWEEZY, P. et al. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. 5.ed. Rio de Janeiro. 2004.

TAKAHASHI, K. Uma contribuição para o debate. In: SWEEZY, P. et al. **Transição do feudalismo para o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

TOFFLER, Alvin. **A terceira onda**. 21.ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.

TRIGO, L.G.G. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**. Campinas: Papirus, 2001.

OMT - ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. **AM Reports: Miembros Afiliados**. v. 7, Informe global sobre la industria de reuniones, Madrid: OMT, 2014.

UNWTO – UNITED NATIONS AND WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Cuenta satélite de turismo**: recomendaciones sobre el marco conceptual 2008. Luxembourg, Madrid, New York, Paris: 2010.

UNWTO – UNITED NATIONS AND WORLD TOURISM ORGANIZATION. **International recommendations for tourism statistics (IRTS) 2008**. New York, 2010.

URRY, J. **O Olhar do turista**: lazer e viagem nas sociedades contemporâneas. 3. Ed. São Paulo: Studio Nobel, SESC, 2001.

URRY, J. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

VEBLÉN, T. **A Teoria da Classe Ociosa**: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Abril Cultural, 1987. 181p. (Os Economistas).

VICHAS, R.P. **Complete handbook of profitable marketing research techniques**. Englewood cliffs, Prentice Hall, 1982

VIEIRA, F.V.; VERÍSSIMO, M.P. Crescimento Econômico em Economias Emergentes Seleccionadas: Brasil, Rússia, Índia, China (BRIC) e África do Sul. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 3, pp. 513-546, dez. 2009.

VIEIRA, M.G.E.D.; PEREIRA, R.M.F.A. Formações socioespaciais catarinenses: notas preliminares. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE SANTA CATARINA, 1997, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: CAPES/MEC, 1997, pp.453-463.

VIEIRA, M.G.E.D.; PEREIRA, R.M.F.A. Fontes do Amaral: formações socioespaciais catarinenses (notas preliminares). **Anais...** Florianópolis: IHGSC, 1999.

VIEIRA, M.G.E.D.; PEREIRA, R.M.F.A. Fontes do Amaral: geografia e marxismo: o caso da formação socioespacial do Brasil Meridional. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 11, 2007, Bogotá. **Anais...**Bogotá: Universidade Nacional da Colômbia, 2007.

VIEIRA, M.G.E.D.; PEREIRA, R.M.F.A. Latifúndio pastoril e pequena produção mercantil: o caso do Brasil subtropical. **Revista Geografia Econômica**, Florianópolis: UFSC, n. 2, jan. 2009.

VIEIRA, M.G.E.D. **Formação social brasileira e geografia**: reflexões sobre um debate interrompido. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 1992.

VIEIRA, M.G.E.D. Considerações a respeito do paradigma de formação socioespacial. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12, 2009, Montevidéu. **Anais...** Montevidéu: EGAL, 2009.

WAIBEL, L. Princípios da colonização europeia no sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, IBGE, ano 50, número especial, 1988.

WRIGHT, J.T.C.; GIOVINAZZO, R.A. Delphi: uma ferramenta de apoio ao planejamento prospectivo. **Caderno de Pesquisas em Administração**. v. 1, n. 12, 2º trimestre 2000.

WTTC. WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL. **Travel & Tourism Economic Impact 2014 Brazil**. Disponível em: http://www.wttc.org/site_media/uploads/downloads/brazil2014.pdf. Acesso em Mar. 2014.

APÊNDICE A: ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO

**QUADRO A: ATIVIDADES DE ALOJAMENTO SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DAS ATIVIDADES
ECONÔMICAS – CNAE 2.0**

CLASSES CNAE 2.0	SUBCLASSES CNAE 2.0
5510-8 hotéis e similares: esta classe compreende as atividades dos hotéis, motéis, pousadas, combinadas ou não com o serviço de alimentação e as atividades dos apart-hotéis usados como hotéis	<ul style="list-style-type: none"> – 5510-8/01 hotéis – 5510-8/02 apart-hotéis – 5510-8/03 motéis
<p>5590-6: outros tipos de alojamento não especificados anteriormente: esta classe compreende as atividades das pensões (alojamento), dormitórios, campings (acampamentos), albergues (exceto assistenciais)</p> <ul style="list-style-type: none"> – o aluguel de imóveis residenciais por curta temporada – os alojamentos coletivos não-turísticos tipo casa de estudante, pensionato e similares – a exploração de vagões-leitos por terceiros – as atividades de outros locais de alojamento de curta duração, não especificados anteriormente 	<ul style="list-style-type: none"> – 5590-6/01: albergues, exceto assistenciais – 5590-6/02: campings – 5590-6/03: pensões(alojamento) – 5590-6/99: outros alojamentos não especificados anteriormente

Fonte: IBGE, 2011

**QUADRO B⁹⁴: ATIVIDADES DE ALIMENTAÇÃO SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DAS ATIVIDADES
ECONÔMICAS – CNAE 2.0**

CLASSES CNAE 2.0	SUBCLASSES CNAE 2.0
5611-2: restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas: esta classe compreende o serviço de alimentação para consumo no local, com venda ou não de bebidas, em estabelecimentos que não oferecem serviço completo, tais como: lanchonetes, fast-food, pastelarias, casas de sucos, botequins e similares; os restaurantes self-service ou de comida a quilo; as atividades de restaurantes e bares em embarcações exploradas por terceiros; as sorveterias, com consumo no local, de fabricação própria ou não; as atividades de servir bebidas alcoólicas, com ou sem serviço de alimentação, com ou sem entretenimento, ao público em geral, com serviço completo, tais como choperias, whiskerias e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	<ul style="list-style-type: none"> – 5611-2/01: restaurantes e similares – 5611-2/02: bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas – 5611-2/03: lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares

Fonte: IBGE, 2011

⁹⁴ Nas atividades de alimentação extraíram-se as classes 5620-1 (serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada) e 5612-1 (serviços ambulantes de alimentação) por entender que não possuem relação direta com a atividade turística.

**QUADRO C: ATIVIDADES DE AGÊNCIAS DE VIAGENS, OPERADORES TURÍSTICOS E SERVIÇOS DE RESERVAS
SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS – CNAE 2.0**

CLASSES CNAE 2.0	SUBCLASSES CNAE 2.0
7911-2: agências de viagens: esta classe compreende também as atividades de venda de passagens aéreas por companhias estrangeiras.	– 7911-2/00: agências de viagens
7912-1: operadores turísticos: esta classe compreende também as atividades dos guias turísticos	– 7912-1/00: operadores turísticos
<p>7990-2: serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente. Esta classe compreende os serviços de informação e assistência a visitantes e organizações para a contratação de acomodação, de entretenimento e de locais para convenções, etc.</p> <ul style="list-style-type: none"> – as atividades de assistência a turistas, inclusive dos órgãos de turismo nos níveis municipal, estadual e federal – as atividades de promoção do turismo local – os serviços de reservas relacionados a viagens (para transporte, hotéis, restaurantes, aluguel de carros, entretenimento e esportes) – a venda de títulos, com direito a uso por tempo determinado, de hotéis e outros alojamentos turísticos (<i>time-share</i>). Compreende, ainda, as atividades de reserva e de venda de ingressos para teatro, cinema, shows, eventos de esportes e para todas as demais atividades de recreação e lazer) 	– 7990-2/00: serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente

Fonte: IBGE, 2011

QUADRO D⁹⁵: ATIVIDADES DE TRANSPORTES (AQUAVIÁRIO, AÉREO, TERRESTRE) E AUXILIARES DOS TRANSPORTES SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS – CNAE 2.0

CLASSES CNAE 2.0	SUBCLASSES CNAE 2.0
4922-1: Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, interestadual e internacional.	<ul style="list-style-type: none"> – 4922-1/01: transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana – 4922-1/02: transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual – 4922-1/03: transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, internacional
4923-0: Transporte rodoviário de táxi.	<ul style="list-style-type: none"> – 4923-0/01: serviço de táxi – 4923-0/02: serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
4950-7 :Trens turísticos, teleféricos e similares.	<ul style="list-style-type: none"> – 4950-7/00: trens turísticos, teleféricos e similares usados para exploração de pontos turísticos

⁹⁵ Nas atividades de transportes não foram utilizadas todas as classes por compreender que algumas classes não tinham relação direta com a atividade turística, é o caso das classes 4912-4 (transportes metroferroviário) 4930-2 (transporte rodoviário de cargas), etc.

CLASSES CNAE 2.0	SUBCLASSES CNAE 2.0
4929-9 :Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, e outros transportes rodoviários não especificados anteriormente.	<ul style="list-style-type: none"> – 4929-9/01: transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal – 4929-9/02: transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional – 4929-9/03: organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal – 4929-9/04: organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional – 4929-9/99: outros transportes rodoviários de passageiros não especificados anteriormente
5111-1 :Transporte aéreo de passageiros regular	<ul style="list-style-type: none"> – 5111-1/00: transporte aéreo de passageiros regular (transporte aéreo de passageiros em linhas domésticas e internacionais, com itinerários e horários estabelecidos)
5112-9 :Transporte aéreo de passageiros não regular	<ul style="list-style-type: none"> – 5112-9/01: serviço de táxi aéreo e locação de aeronaves com tripulação – 5112-9/99: outros serviços de transporte aéreo de passageiros não-regular (esta classe compreende também: os serviços de táxi aéreo; o fretamento de aeronaves com tripulação para o transporte de passageiros para qualquer finalidade; os serviços de aeroclubes com fins de instrução ou recreação; transporte em aeronaves para fins de passeios turísticos)
5240-1 :Atividades auxiliares dos	<ul style="list-style-type: none"> – 5240-1/01: operação dos aeroportos e campos de aterrissagem

CLASSES CNAE 2.0	SUBCLASSES CNAE 2.0
transportes aéreos	– 5240-1/99: atividades auxiliares dos transportes aéreos, exceto operação dos aeroportos e campos de aterrissagem
5099-8: Transportes aquaviários não especificados anteriormente	– 5099-8/01: transporte aquaviário para passeios turísticos – 5099-8/99: outros transportes aquaviários não especificados ante

Fonte: IBGE, 2011

QUADRO E: ATIVIDADES DE ALUGUEL DE TRANSPORTES SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS – CNAE 2.0

CLASSES CNAE 2.0	SUBCLASSES CNAE 2.0
7711-0 :locação de automóveis sem condutor. A locação e leasing operacional de automóveis sem condutor ou motorista.	– 7711-0/00: locação de automóveis sem condutor
7719-5 locação de meios de transporte, exceto automóveis, sem condutor:	– 7719-5/01: locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos

CLASSES CNAE 2.0	SUBCLASSES CNAE 2.0
<ul style="list-style-type: none"> – a locação e leasing operacional de barcos, lanchas e outras embarcações, sem tripulação, exceto para fins recreativos – a locação e leasing operacional de aeronaves (aviões, helicópteros, etc.) sem tripulação – a locação e leasing operacional de quaisquer outros meios de transporte terrestre sem condutor, por período de curta ou longa duração, tais como: <ul style="list-style-type: none"> – ônibus, motocicletas, trailers – caminhões, reboques, semirreboques e similares 	<ul style="list-style-type: none"> – 7719-5/02: locação de aeronaves sem tripulação – 7719-5/99: locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor

Fonte: IBGE, 2011

QUADRO 6: ATIVIDADES LIGADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL E ATIVIDADES DE RECREAÇÃO E LAZER SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS – CNAE 2.0

CLASSES CNAE 2.0	SUBCLASSES CNAE 2.0
9102-3: atividades de museus e de exploração, restauração artística e conservação de lugares e prédios históricos e atrações similares. Esta	– 9102-3/01: atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares

CLASSES CNAE 2.0	SUBCLASSES CNAE 2.0
<p>classe contempla a gestão de museus de todo tipo:</p> <ul style="list-style-type: none"> – os museus de arte, de joias, de móveis, de costumes, cerâmicas, objetos de prata – os museus de história natural, de ciência e tecnologia, inclusive os museus militares e outros museus especializados – os museus ao ar livre – a operação de lugares e prédios históricos e atrações similares – a restauração e a conservação de lugares e prédios históricos e atrações similares 	<ul style="list-style-type: none"> – 9102-3/02: restauração e conservação de lugares e prédios históricos
<p>9103-1: atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental. Compreende:</p> <ul style="list-style-type: none"> – a gestão de jardins botânicos e de jardins zoológicos; – a gestão de parques nacionais, de reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> – 9103-1/00: atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental
<p>9321-2: parques de diversão e parques temáticos. As atividades que envolvem a exploração de diversas atrações, como as acionadas por meios mecânicos, as percorridas por cursos d'água, exposições</p>	<ul style="list-style-type: none"> – 9321-2/00: parques de diversão e parques temáticos

CLASSES CNAE 2.0	SUBCLASSES CNAE 2.0
temáticas, etc.	
<p>9329-8: atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente. Contempla as atividades de exploração de discotecas, cabarés, danceterias, salões de dança e similares; as atividades de operação da infraestrutura de transportes recreacionais, como as marinas, garagens, estacionamentos para a guarda de embarcações, atracadores, outras atividades relacionadas ao lazer não especificadas anteriormente, etc.</p>	<ul style="list-style-type: none"> – 9329-8/01: discotecas, danceterias, salões de dança e similares – 9329-8/02: exploração de boliches – 9329-8/03: exploração de jogos de sinuca, bilhar e similares – 9329-8/04: exploração de jogos eletrônicos recreativos – 9329-8/99: outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente

Fonte: IBGE, 2011

APÊNDICE B: INSTRUMENTOS DE PESQUISA

PESQUISA COM ESPECIALISTAS: AS TENDENCIAS DO MERCADO DE TRABALHO DO SETOR TURÍSTICO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Esta pesquisa pretende prospectar um cenário futuro do mercado de trabalho turístico catarinense. Procura-se projetar o período de 2014 – 2020, baseando-se em dados coletados junto a um grupo escolhido e selecionado de especialistas.

A técnica utilizada é a *Delphi*, uma metodologia que busca a anuência, a aprovação de um grupo de especialistas sobre informações de eventos futuros. Ressalta-se que os respondentes receberão o retorno, ou seja, o *feedback*, das respostas.

Para o adequado engajamento da equipe torna-se necessário esclarecer algumas variáveis referentes a pesquisa:

- a) Esta pesquisa faz parte da coleta de dados de uma tese de doutorado do Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFSC.
- b) A pesquisa tem como objetivo investigar a dinâmica socioespacial do turismo no Estado de Santa Catarina, com enfoque no mercado de trabalho (oferta - demanda).
- c) Seguindo a recomendação da Organização Mundial do Turismo (OMT), o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) realiza estudos e pesquisas sobre o turismo adotando o conceito de Atividades Características do Turismo (ACTs) que inclui os serviços de alojamentos, alimentação, agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas; transportes (aquaviário, aéreo, terrestre) e auxiliares de transporte, aluguel de transportes, patrimônio cultural, ambiental e atividades de recreação e lazer. Optou-se pela adoção desta mesma nomenclatura no presente estudo.
- d) Todas as questões formuladas oferecem a possibilidade de colocar sua percepção, fazer esclarecimentos e/ou questionamentos que poderão ser inseridos no item “observações”

Agradeço sua disponibilidade em participar desta pesquisa. Comprometo-me, como pesquisadora, a utilizar os dados e o material coletados apenas no desenvolvimento deste trabalho.

QUESTÕES

- 1) Sobre as características do mercado de trabalho do setor turístico de Santa Catarina, indique a sua opinião:

Descrição	Situação atual	Situação provável em 2020
Maior participação de mulheres	<input type="checkbox"/> verdadeiro <input type="checkbox"/> falso	<input type="checkbox"/> permanece a mesma <input type="checkbox"/> aumenta <input type="checkbox"/> diminui <input type="checkbox"/> não se aplica
Elevada participação de jovens nas funções do setor	<input type="checkbox"/> verdadeiro <input type="checkbox"/> falso	<input type="checkbox"/> permanece a mesma <input type="checkbox"/> aumenta <input type="checkbox"/> diminui <input type="checkbox"/> não se aplica
Aumento do número de estrangeiros na composição dos trabalhadores do setor.	<input type="checkbox"/> verdadeiro <input type="checkbox"/> falso	<input type="checkbox"/> permanece a mesma <input type="checkbox"/> aumenta <input type="checkbox"/> diminui <input type="checkbox"/> não se aplica
Predomínio de autônomos e empresas familiares	<input type="checkbox"/> verdadeiro <input type="checkbox"/> falso	<input type="checkbox"/> permanece a mesma <input type="checkbox"/> aumenta <input type="checkbox"/> diminui <input type="checkbox"/> não se aplica
Grande número de contratações temporárias	<input type="checkbox"/> verdadeiro <input type="checkbox"/> falso	<input type="checkbox"/> permanece a mesma <input type="checkbox"/> aumenta <input type="checkbox"/> diminui <input type="checkbox"/> não se aplica
Salários baixos, se comparado com os demais setores econômicos.	<input type="checkbox"/> verdadeiro <input type="checkbox"/> falso	<input type="checkbox"/> permanece a mesma <input type="checkbox"/> aumenta <input type="checkbox"/> diminui <input type="checkbox"/> não se aplica
Alta rotação de funcionários	<input type="checkbox"/> verdadeiro <input type="checkbox"/> falso	<input type="checkbox"/> permanece a mesma <input type="checkbox"/> aumenta <input type="checkbox"/> diminui <input type="checkbox"/> não se aplica
Carga horária excessiva	<input type="checkbox"/> verdadeiro <input type="checkbox"/> falso	<input type="checkbox"/> permanece a mesma <input type="checkbox"/> aumenta <input type="checkbox"/> diminui <input type="checkbox"/> não se aplica
Baixos níveis de associações sindicais (pouca participação dos funcionários)	<input type="checkbox"/> verdadeiro <input type="checkbox"/> falso	<input type="checkbox"/> permanece a mesma <input type="checkbox"/> aumenta <input type="checkbox"/> diminui <input type="checkbox"/> não se aplica
Pequeno número de mulheres em cargos de maiores responsabilidades	<input type="checkbox"/> verdadeiro <input type="checkbox"/> falso	<input type="checkbox"/> permanece a mesma <input type="checkbox"/> aumenta <input type="checkbox"/> diminui <input type="checkbox"/> não se aplica

Descrição	Situação atual	Situação provável em 2020
As mulheres, nos mesmos postos de trabalho dos homens, possuem remuneração mais baixa.	<input type="checkbox"/> verdadeiro <input type="checkbox"/> falso	<input type="checkbox"/> permanece a mesma <input type="checkbox"/> aumenta <input type="checkbox"/> diminui <input type="checkbox"/> não se aplica
Muitas funções do setor exigem perfis profissionais mais operacionais, o que causa baixo prestígio e <i>status</i> social.	<input type="checkbox"/> verdadeiro <input type="checkbox"/> falso	<input type="checkbox"/> permanece a mesma <input type="checkbox"/> aumenta <input type="checkbox"/> diminui <input type="checkbox"/> não se aplica
Baixa qualificação por parte dos trabalhadores, principalmente no domínio de idiomas.	<input type="checkbox"/> verdadeiro <input type="checkbox"/> falso	<input type="checkbox"/> permanece a mesma <input type="checkbox"/> aumenta <input type="checkbox"/> diminui <input type="checkbox"/> não se aplica
A remuneração, comumente não é compatível com as exigências feitas pelos empregadores. (exige-se qualificação, no entanto, não se remunera adequadamente).	<input type="checkbox"/> verdadeiro <input type="checkbox"/> falso	<input type="checkbox"/> permanece a mesma <input type="checkbox"/> aumenta <input type="checkbox"/> diminui <input type="checkbox"/> não se aplica
O setor possui um percentual muito alto de funcionários não comprometidos, sem responsabilidades e sem vontade de buscar melhores qualificações.	<input type="checkbox"/> verdadeiro <input type="checkbox"/> falso	<input type="checkbox"/> permanece a mesma <input type="checkbox"/> aumenta <input type="checkbox"/> diminui <input type="checkbox"/> não se aplica
Decorrente do bom desempenho e da diversidade de atividades dos setores econômicos no Estado catarinense há uma expressiva concorrência pela mão-de-obra.	<input type="checkbox"/> verdadeiro <input type="checkbox"/> falso	<input type="checkbox"/> permanece a mesma <input type="checkbox"/> aumenta <input type="checkbox"/> diminui <input type="checkbox"/> não se aplica
No turismo, o setor de eventos é uma das atividades que vem ganhando destaque, bem como se	<input type="checkbox"/> verdadeiro <input type="checkbox"/> falso	<input type="checkbox"/> permanece a mesma <input type="checkbox"/> aumenta <input type="checkbox"/> diminui <input type="checkbox"/> não se aplica

Descrição	Situação atual	Situação provável em 2020
estruturando no Estado. É um segmento que está contribuindo significativamente na diminuição da sazonalidade do setor.		
Grande número de trabalhadores na informalidade, sem carteira assinada.	<input type="checkbox"/> verdadeiro <input type="checkbox"/> falso	<input type="checkbox"/> permanece a mesma <input type="checkbox"/> aumenta <input type="checkbox"/> diminui <input type="checkbox"/> não se aplica
Observações:		

Em sua opinião, o Estado de Santa Catarina possui atrativos ainda a serem explorados turisticamente e que podem favorecer maior atratividade de investidores, assim como dar origem a novos empreendimentos e empresas, contribuindo para o aumento da oferta de empregos?

() Sim() Não

Em caso afirmativo, em qua área ou setor?

.....

Observações:

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

Em sua opinião, que fatores podem impactar favoravelmente o cenário do mercado de trabalho turístico das ACTs catarinenses?

.....
.....
.....
.....
.....
.....

Em sua opinião, que fatores podem impactar desfavoravelmente o cenário do mercado de trabalho turístico das ACTs catarinenses?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

Muitas empresas estão se organizando através de associações em busca de soluções para a falta de mão de obra, bem como para qualificá-la. Os empresários, além da falta mão de obra (técnica e geral), queixam-se também da falta de comprometimento (horários de trabalho, responsabilidades) por parte dos funcionários, bem como do alto custo (encargos, treinamento etc.) da mão de obra. Você concorda com estes argumentos?

() Sim () Não

Justifique se necessário:

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

No Brasil, conforme o IBGE, a taxa de crescimento do PIB dos últimos 6 anos, foi:

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Taxa Média
PIB Nacional	5,2	(-0,3)	7,5	2,7	1,0	2,3	3,1
PIB Catarinense	3,0	(-0,1)	5,4	2,6	3,6	2,2	2,8

- 3) Considerando que, um bom desempenho da economia aquece o mercado de trabalho, levando ao aumento do consumo, do número de empregos e da produção (círculo vicioso positivo) enquanto que o seu desaquecimento gera uma diminuição do consumo e da produção aumentando o desemprego (círculo vicioso negativo), em sua opinião, até o ano de 2020, a economia catarinense tende a:

- () Manter a média (2,8%) de crescimento ao ano.
- () Aumentar esta média de crescimento para _____% ao ano.
- () Haverá um período de estagnação, com crescimento menor do que vem ocorrendo.

